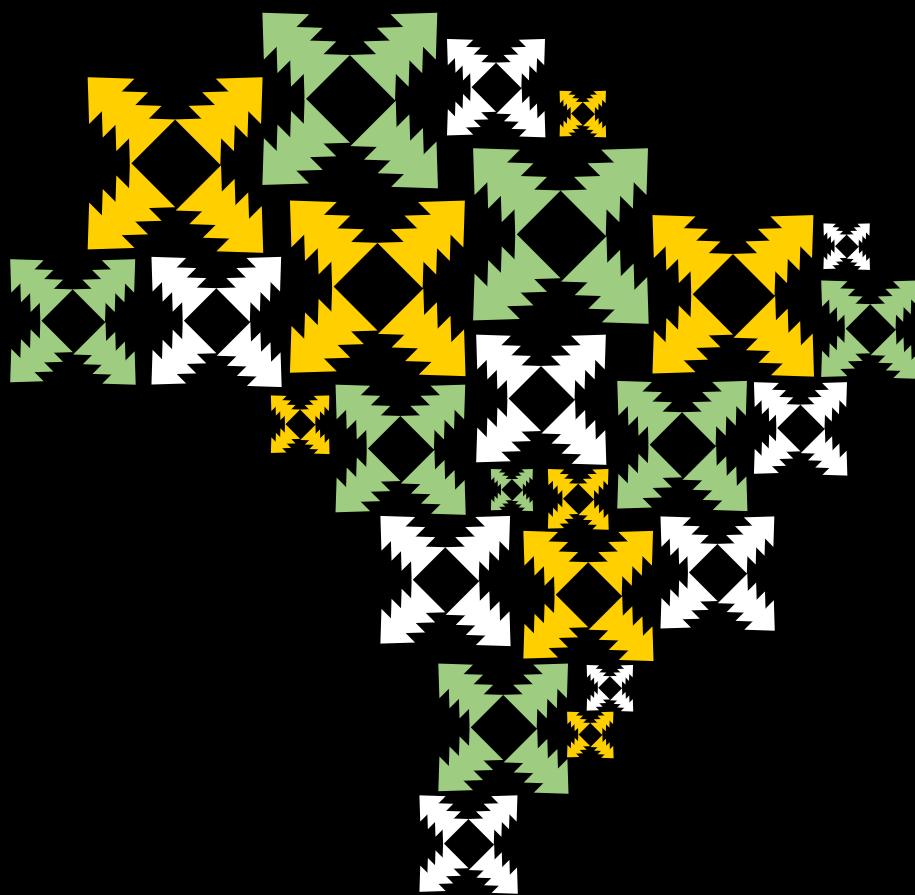


PANORAMA DO ECOSSISTEMA AUDIOVISUAL

ARRANJOS REGIONAIS 2025



JANEIRO 2026

MINISTÉRIO DA
CULTURA

GOVERNO DO
BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

Presidente da República **Luiz Inácio Lula da Silva**
Ministra da Cultura **Margareth Menezes**
Secretário-Executivo **Márcio Tavares dos Santos**
Secretária do Audiovisual **Joelma Oliveira Gonzaga**

Diretora de Formação e Inovação Audiovisual **Milena Evangelista**
Coordenadora-Geral de Fomento **Ellen Meireles**
Coordenadora de Seleções Públicas **Nayara Vieira Reis**
Coordenadora de Formação Audiovisual **Ana Paula Melo Sylvestre**

Agência Nacional do Cinema | Diretoria Colegiada

Diretor-Presidente **Alex Braga Muniz**
Diretor **Vinicius Clay Araujo Gomes**
Diretor **Paulo Xavier Alcoforado**
Diretora **Patrícia Barcelos**

Secretária de Financiamento **Fabiana Trindade Machado**

Comissão de Análise Técnica Linha Arranjos Regionais

Ana Paula Melo Sylvestre
André Maia
Bárbara Gomes Alpino Rodrigues
Carlos Henrique da Silva Santos

Elaboração e sistematização dos dados:

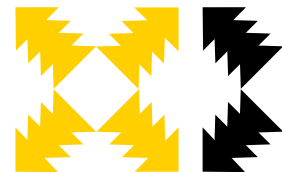
Ana Paula Melo Sylvestre
Bárbara Gomes Alpino Rodrigues
Luiza Vasconcelos Basile

Diagramação

FSB/Ascom



SUMÁRIO



7	INTRODUÇÃO
11	SOBRE A LINHA DE ARRANJOS REGIONAIS
11	TABELA 1 RESUMO DAS CHAMADAS DE ARRANJOS REGIONAIS COM PREVISÃO DE RECURSOS A SEREM INVESTIDOS PELO FSA (A VALORES CORRENTES)
12	TABELA 2 RECURSOS DOS ARRANJOS/COINVESTIMENTOS REGIONAIS – PARCERIAS REALIZADAS ENTRE 2014 E 2022 (A VALORES CORRENTES)
13	METODOLOGIA DE CONSTRUÇÃO DO PANORAMA
14	QUADRO 1 RECORTE METODOLÓGICO DO PANORAMA DETALHADO:
16	PERFIL DAS PROPOSTAS SUBMETIDAS À LINHA DE ARRANJOS REGIONAIS 2025
18	ETAPA 1 - IDENTIFICAÇÃO E ESTRUTURA INSTITUCIONAL
18	QUADRO 2 ENTES RESPONSÁVEIS PELO LEVANTAMENTO DOS DADOS (ESTADUAIS):
20	QUADRO 3 ENTES RESPONSÁVEIS PELO LEVANTAMENTO DOS DADOS (MUNICIPAIS):
21	GRÁFICO 1 DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL POR TIPO DE ÓRGÃO/ENTIDADE (ESTADOS):
21	GRÁFICO 2 DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL POR TIPO DE ÓRGÃO/ENTIDADE (MUNICÍPIOS):
22	CONSELHO DE CULTURA
22	QUADRO 4 CONSELHO DE CULTURA E ASSENTO ESPECÍFICO PARA O AUDIOVISUAL NOS CONSELHOS DE CULTURA (ESTADOS):
23	QUADRO 5 CONSELHO DE CULTURA E ASSENTO ESPECÍFICO PARA O AUDIOVISUAL NOS CONSELHOS DE CULTURA (MUNICÍPIOS):
25	CONFERÊNCIA NACIONAL DE CULTURA
25	QUADRO 6 CONFERÊNCIA SETORIAL DO AUDIOVISUAL DURANTE AS ETAPAS DA CONFERÊNCIA NACIONAL DE CULTURA (ESTADOS):
26	QUADRO 7 CONFERÊNCIA SETORIAL DO AUDIOVISUAL DURANTE AS ETAPAS DA CONFERÊNCIA NACIONAL DE CULTURA (MUNICÍPIOS):
27	PLANO DE CULTURA
27	QUADRO 8 PLANO DE CULTURA E PLANEJAMENTO ESPECÍFICO PARA O SETOR AUDIOVISUAL (ESTADOS):
28	QUADRO 9 PLANO DE CULTURA E PLANEJAMENTO ESPECÍFICO PARA O SETOR AUDIOVISUAL (MUNICÍPIOS):
30	ETAPA 2 - FOMENTO E FINANCIAMENTO
30	LEI PAULO GUSTAVO
31	QUADRO 10 LEI PAULO GUSTAVO (ESTADOS):
32	QUADRO 11 LEI PAULO GUSTAVO (MUNICÍPIOS):
33	POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC
33	QUADRO 12 POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC (ESTADOS):
34	QUADRO 13 POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC (MUNICÍPIOS):
35	FUNDO DE CULTURA
35	QUADRO 14 FUNDO DE CULTURA E/OU AUDIOVISUAL (ESTADOS):



36	QUADRO 15	FUNDO DE CULTURA E/ OU AUDIOVISUAL (MUNICÍPIOS):
38	LEI DE INCENTIVO	
38	QUADRO 16	LEI DE INCENTIVO (ESTADOS):
39	QUADRO 17	LEI DE INCENTIVO (MUNICÍPIOS):
40	EDITAIS COM RECURSOS PRÓPRIOS	
40	QUADRO 18	EDITAIS COM RECURSOS PRÓPRIOS (ESTADOS):
41	QUADRO 19	EDITAIS COM RECURSOS PRÓPRIOS (MUNICÍPIOS):
43	MECANISMOS PRÓPRIOS DE FOMENTO	
43	QUADRO 20	MECANISMOS PRÓPRIOS DE FOMENTO E FINANCIAMENTO AO AUDIOVISUAL (ESTADOS):
45	QUADRO 21	MECANISMOS PRÓPRIOS DE FOMENTO E FINANCIAMENTO AO AUDIOVISUAL (MUNICÍPIOS):
47	EDITAIS, PROGRAMAS E MECANISMOS DE APOIO	
47	QUADRO 22	EDITAIS, PROGRAMAS E MECANISMOS DE APOIO (ESTADOS):
48	QUADRO 23	EDITAIS, PROGRAMAS E MECANISMOS DE APOIO (MUNICÍPIOS):
50	FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS E EMPRESAS	
50	QUADRO 24	FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS/EMPRESAS DO SETOR AUDIOVISUAL (ESTADOS):
52	QUADRO 25	FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS/EMPRESAS DO SETOR AUDIOVISUAL (MUNICÍPIOS):
54	MAPEAMENTO DE CINECLUBES	
54	QUADRO 26	MAPEAMENTO DE CINECLUBES (ESTADOS):
55	QUADRO 27	MAPEAMENTO DE CINECLUBES (MUNICÍPIOS):
56	DIFUSÃO AUDIOVISUAL	
57	QUADRO 28	DIFUSÃO AUDIOVISUAL (ESTADOS):
60	QUADRO 29	DIFUSÃO AUDIOVISUAL (MUNICÍPIOS):
62	PRESERVAÇÃO AUDIOVISUAL	
62	QUADRO 30	PRESERVAÇÃO AUDIOVISUAL (ESTADOS):
64	QUADRO 31	PRESERVAÇÃO AUDIOVISUAL (MUNICÍPIOS):
66	INTERNACIONALIZAÇÃO	
67	QUADRO 32	INTERNACIONALIZAÇÃO DO SETOR AUDIOVISUAL (ESTADOS):
68	QUADRO 33	INTERNACIONALIZAÇÃO DO SETOR AUDIOVISUAL (MUNICÍPIOS):
69	FILM COMMISSION	
69	QUADRO 34	FILM COMMISSION (ESTADOS):
71	QUADRO 35	FILM COMMISSION (MUNICÍPIOS):
73	MAPEAMENTO DE FESTIVAIS DE CINEMA OU GAMES	
73	QUADRO 36	MAPEAMENTO DE FESTIVAIS DE CINEMA OU GAMES (ESTADOS):
74	QUADRO 37	MAPEAMENTO DE FESTIVAIS DE CINEMA OU GAMES (MUNICÍPIOS):
76	FESTIVAIS DE AUDIOVISUAL	
76	QUADRO 38	FESTIVAIS DE AUDIOVISUAL (ESTADOS):
77	QUADRO 39	FESTIVAIS DE AUDIOVISUAL (MUNICÍPIOS):
79	SETOR DE GAMES E INOVAÇÕES NO AUDIOVISUAL	
80	QUADRO 40	SETOR DE GAMES E INOVAÇÕES NO AUDIOVISUAL (ESTADOS):
81	QUADRO 41	SETOR DE GAMES E INOVAÇÕES NO AUDIOVISUAL (MUNICÍPIOS):
82	EMPRESAS DESENVOLVEDORAS DE GAMES	

- 82 QUADRO 42** EMPRESAS DESENVOLVEDORAS DE GAMES (ESTADOS):
- 83 QUADRO 43** EMPRESAS DESENVOLVEDORAS DE GAMES (MUNICÍPIOS):
- 85 DESENVOLVIMENTO OU FORMAÇÃO EM GAMES**
- 86 QUADRO 44** DESENVOLVIMENTO OU FORMAÇÃO EM GAMES NOS ÚLTIMOS 6 ANOS (ESTADOS):
- 87 QUADRO 45** DESENVOLVIMENTO OU FORMAÇÃO EM GAMES NOS ÚLTIMOS 6 ANOS (MUNICÍPIOS)
- 88 EMPRESAS PRODUTORAS DE AUDIOVISUAL**
- 88 QUADRO 46** EMPRESAS PRODUTORAS DE AUDIOVISUAL (ESTADOS):
- 89 QUADRO 47** EMPRESAS PRODUTORAS DE AUDIOVISUAL (MUNICÍPIOS):
- 90 EMPREENDEDORISMO E NEGÓCIOS**
- 90 QUADRO 48** EMPREENDEDORISMO E DESENVOLVIMENTO DE NEGÓCIOS (ESTADOS):
- 91 QUADRO 49** EMPREENDEDORISMO E DESENVOLVIMENTO DE NEGÓCIOS (MUNICÍPIOS):
- 93 OUTRAS INICIATIVAS**
- 94 QUADRO 50** OUTRAS INICIATIVAS (ESTADOS):
- 95 QUADRO 51** OUTRAS INICIATIVAS (MUNICÍPIOS):

96 CONSOLIDAÇÃO DOS DADOS DAS ETAPA 1 E 2 - ANÁLISE

- 98 QUADRO 52** ÍNDICE DE ESTRUTURAÇÃO DA GOVERNANÇA AUDIOVISUAL (ESTADOS)
- 99 FIGURA 1** MAPA DE CALOR - ÍNDICE DE ESTRUTURAÇÃO DA GOVERNANÇA AUDIOVISUAL (ESTADOS)
- 100 QUADRO 53** ÍNDICE DE ESTRUTURAÇÃO DA GOVERNANÇA AUDIOVISUAL (MUNICÍPIOS)

102 ETAPA 3 - EQUIPAMENTOS CULTURAIS

- 102 SALAS PÚBLICAS DE CINEMA**
- 103 QUADRO 54** SALAS DE CINEMA GERIDAS PELO PODER PÚBLICO (ESTADOS):
- 105 QUADRO 55** SALAS DE CINEMA GERIDAS PELO PODER PÚBLICO (MUNICÍPIOS):
- 106 CINEMATECA, MIS OU ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELA SALVAGUARDA DE ACERVOS AUDIOVISUAIS**
- 107 QUADRO 56** ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS PELA SALVAGUARDA DE ACERVOS AUDIOVISUAIS (ESTADOS):
- 109 QUADRO 57** ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS PELA SALVAGUARDA DE ACERVOS AUDIOVISUAIS (MUNICÍPIOS):
- 110 INFRAESTRUTURA AUDIOVISUAL**
- 111 QUADRO 58** INFRAESTRUTURA AUDIOVISUAL (ESTADOS):
- 114 QUADRO 59** INFRAESTRUTURA AUDIOVISUAL (MUNICÍPIOS):
- 117 ESTÚDIO DE GRAVAÇÃO AUDIOVISUAL PRIVADO**
- 117 QUADRO 60** ESTÚDIO DE GRAVAÇÃO AUDIOVISUAL PRIVADO (ESTADOS):
- 118 QUADRO 61** ESTÚDIO DE GRAVAÇÃO AUDIOVISUAL PRIVADO (MUNICÍPIOS):

120 ETAPA 4 - INFORMAÇÕES ADICIONAIS

- 121 QUADRO 62** INFORMAÇÕES ADICIONAIS (ESTADOS):
- 124 QUADRO 63** INFORMAÇÕES ADICIONAIS (MUNICÍPIOS):

125 CONCLUSÃO

126 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

127 APÊNDICE I - DADOS DETALHADOS

130 LEI PAULO GUSTAVO

195 POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC

303 DIFUSÃO AUDIOVISUAL

323 PRESERVAÇÃO AUDIOVISUAL

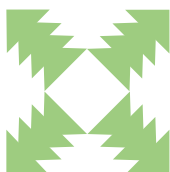
338 INTERNACIONALIZAÇÃO

351 SETOR DE GAMES E INOVAÇÃO AUDIOVISUAL

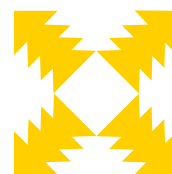
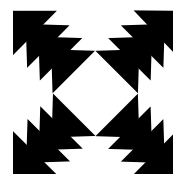
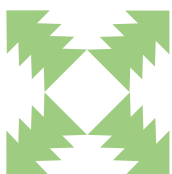
362 DESENVOLVIMENTO OU FORMAÇÃO EM GAMES

374 EMPREENDEDORISMO E DESENVOLVIMENTO DE NEGÓCIOS

389 OUTRAS INICIATIVAS



CLIQUE NO RODAPÉ DE QUALQUER PÁGINA DESTE
DOCUMENTO PARA RETORNAR AO SUMÁRIO



INTRODUÇÃO

O Ministério da Cultura, por intermédio da Secretaria do Audiovisual em parceria com a Agência Nacional do Cinema, retomou e aprimorou a **Linha de Arranjos Regionais**, que aporta recursos do Fundo Setorial do Audiovisual em complemento aos investimentos estaduais e municipais, atuando como uma importante linha de indução e estruturação do ecossistema audiovisual na dimensão territorial a partir da atuação coordenada entre Governo Federal, Estados e Municípios, diversificando os investimentos na produção audiovisual brasileira, fortalecendo o pacto federativo e propiciando maior robustez e capilaridade às políticas públicas implementadas.

A política pública operacionalizada por intermédio da linha de **Arranjos Regionais** (ou **Coinvestimentos**) tem foco na descentralização dos investimentos no audiovisual brasileiro e no aprimoramento da capacidade instalada na dimensão territorial. Nesse sentido, a edição de 2025 da linha direcionou seu recorte para os estados e municípios (capitais) estratificando-os em dois grupos elegíveis:

- A.** Grupo A - Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste
- B.** Grupo B - Região Sul e os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo

Também foram considerados elegíveis os municípios não capitais que solicitaram e acessaram os recursos das chamadas públicas do Fundo Setorial do Audiovisual, no âmbito da Linha de Arranjos Regionais e Coinvestimentos Regionais, lançadas entre 2014 e 2018, e que executaram seus planos de trabalho.

A estruturação desta importante linha de investimentos prevê, em sua edição de 2025, que a cada real investido pelo ente local na estruturação do ecossistema audiovisual, o Fundo Setorial do Audiovisual investe proporcionalmente:

- A.** Até 5 (cinco) vezes os valores aportados pelos órgãos e entidades do Grupo A;
- B.** Até 4 (quatro) vezes os valores aportados pelos órgãos e entidades do Grupo B;



A linha de **Arranjos Regionais 2025** está diretamente relacionada à diretriz governamental de estruturação do Sistema Nacional de Cultura e de fortalecimento da coordenação e articulação institucional na dimensão do pacto federativo. Entende-se que a atuação interinstitucional de maneira sistêmica e coordenada viabiliza a capilarização e o ganho de robustez da política pública cultural e, mais especificamente, audiovisual. Nesse sentido, as experiências da implementação da **Lei Paulo Gustavo** (Lei Complementar nº 195/2022) e da **Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura** (Lei nº 14.399/2022) estabelecem um ciclo virtuoso de atuação interfederativa, com a gradual estruturação do ecossistema audiovisual de maneira descentralizada e territorializada, com ganhos significativos que alcançam a amplitude da tripla dimensão da cultura: **simbólica, cidadã e econômica**.

Para a edição de 2025, o valor aprovado pelo Comitê Gestor do Fundo Setorial do Audiovisual (CGFSA) foi R\$300.000.000,00 milhões de reais. Com a demonstração de uma forte adesão por parte dos Estados e Municípios, a linha foi suplementada em mais R\$242 milhões, de forma que o investimento total aprovado pelos CGFSA totalizou R\$542 milhões de reais do Fundo Setorial do Audiovisual para a edição da linha. Os governos locais também investirão, como contrapartida da linha de Arranjos Regionais, cerca de R\$ 120 milhões de reais em ações de difusão, pesquisa, formação, memória e preservação audiovisual, atividades cineclubistas, desenvolvimento de projetos e núcleos criativos, produção de curtas e médias-metragens, jogos eletrônicos, animações e conteúdos voltados ao público infantil.

A operacionalização da linha de Arranjos Regionais foi aprimorada para a edição de 2025 visando ao estabelecimento de eixos estruturantes obrigatórios, de forma a direcionar uma atuação coordenada e capilarizada no fomento aos diversos elos que compõem o ecossistema audiovisual. Nesse sentido, os estados e municípios interessados em receber os investimentos complementares, foram direcionados a estabelecer, em seu plano de trabalho, previsão para a realização de **investimentos com recursos próprios do ente**, em pelo menos **três** dos seguintes eixos estruturantes:

- A.** Ações de difusão;
- B.** Pesquisa;
- C.** Formação;
- D.** Memória e preservação audiovisual;
- E.** Atividades cineclubistas;
- F.** Desenvolvimento de projetos ou núcleos criativos;
- G.** Produção de curta e média-metragem;
- H.** Produção de animação e conteúdos para a infância;
- I.** Produção de jogos eletrônicos.



Para além da execução da política de fomento, a Secretaria do Audiovisual desenvolveu um importante processo de indução conceitual e reflexiva por parte dos entes. Isso porque a participação na chamada pública da **linha de Arranjos Regionais 2025** foi condicionada à realização de um trabalho de análise e consolidação de um **panorama local** de cada um dos entes inscritos. O presente estudo estabelece uma sistematização estruturada e comparada dos dados agregados fornecidos pelos participantes, de forma a se constituir em um esforço preliminar de análise e divulgação da realidade do audiovisual no Brasil em uma perspectiva territorializada.

Dessa forma, o escopo de alcance do estudo abrange os **41 territórios selecionados na linha** (24 estados e 17 municípios) de acordo com os critérios de elegibilidade e mobiliza dados fornecidos pelas instituições estaduais e municipais a partir de sua própria reflexão quanto à estruturação do ecossistema audiovisual em suas territorialidades.

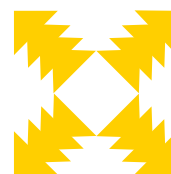
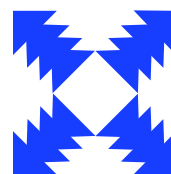
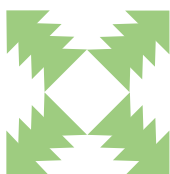
O mapa a seguir apresenta a distribuição territorial de cobertura do presente levantamento, cujo foco se dá a partir da Linha de Arranjos Regionais 2025 sob gestão da Secretaria do Audiovisual que, por sua finalidade direcionada ao **processo de descentralização dos investimentos** no ecossistema audiovisual, não previa a possibilidade de inscrição dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Assim, o único estado elegível que **não apresentou proposta** para a linha de Arranjos Regionais 2025 foi o estado de **Rondônia**.



O estudo abrange um levantamento do grau de adensamento da estrutura de governança local na dimensão de sua inserção no Sistema Nacional de Cultura e implementação das Leis emergenciais da cultura, mas também dados quanto à operacionalização e trajetória nos diferentes elos da cadeia produtiva do audiovisual.

O estudo apresenta a análise consolidada dos dados, mas traz também, em formato de Apêndice, o detalhamento pormenorizado dos entes, para viabilizar análises e estudos posteriores derivados do presente levantamento.

A Secretaria do Audiovisual considera que esse panorama tem o potencial de estabelecer um marco para o aprimoramento, a ampliação e a potencialização do audiovisual brasileiro de maneira descentralizada, bem como de abrir espaço de ganho de escala e efetividade da própria **linha de Arranjos Regionais**. Trata-se, portanto, da apresentação de uma fotografia do momento atual do ecossistema mobilizado pela linha, que pode ser revisitado a partir dos marcos de implementação da política pública para realização de processo de monitoramento e avaliação de sua efetividade. Desejamos a todas e todos uma excelente leitura!



SOBRE A LINHA DE ARRANJOS REGIONAIS

A Linha de Arranjos Regionais foi implementada pela primeira vez em 2014, tendo mobilizado até então cinco chamadas públicas nos anos de 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018, conforme tabela a seguir:

TABELA 1 RESUMO DAS CHAMADAS DE ARRANJOS REGIONAIS COM PREVISÃO DE RECURSOS A SEREM INVESTIDOS PELO FSA (A VALORES CORRENTES)

Ano	Título das chamadas	Previsão de aportes FSA
2014	Chamada Pública nº 01/2014 – Arranjos Financeiros Estaduais e Regionais	R\$ 50.000.000,00
2015	Chamada Pública Ancine/FSA nº 01/2015 – Arranjos Financeiros Estaduais e Regionais	R\$ 65.000.000,00
2016	Chamada Pública Ancine/FSA nº 01/2016 – Arranjos Financeiros Estaduais e Regionais	R\$ 70.000.000,00
2017	Chamada Pública Ancine/FSA nº 01/2017 – Arranjos Financeiros Estaduais e Regionais	R\$ 70.000.000,00
2018	Chamada Pública Ancine/FSA nº 01/2018 – Coinvestimentos Regionais	R\$ 133.600.000,00
Total		R\$ 388.600.000,00

Fonte: Rocha, Lima e Costa (2024)



Entre o início da implementação da linha e o ano de 2021, foram assinados 72 termos de complementação com órgãos e entidades estaduais, municipais e do Distrito Federal, resultando na aprovação de **investimento de R\$361,5 milhões pelo FSA e R\$195,9 milhões pelos entes locais, totalizando R\$557,5 milhões em recursos no setor audiovisual em todas as regiões do país**, conforme detalhado na Tabela 1 (Rocha, Lima e Costa, 2024).

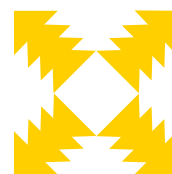
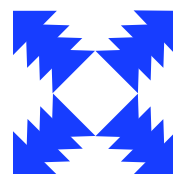
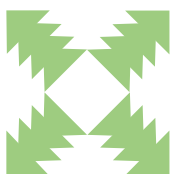
TABELA 2 RECURSOS DOS ARRANJOS/COINVESTIMENTOS REGIONAIS – PARCERIAS REALIZADAS ENTRE 2014 E 2022 (A VALORES CORRENTES)

Região	parcerias	UF com Termos de Complementação	FSA (R\$)	Recursos Locais (R\$)	Total (R\$)
Centro-Oeste	3	8	56.670.000	25.384.170	82.054.170
Norte	5	6	6.190.000	3.095.000	9.285.000
Nordeste	8	27	131.199.606	71.983.000	203.185.606
Sudeste	4	16	111.278.400	74.022.083	185.300.483
Sul	3	15	56.205.000	21.465.000	77.670.000
Total	23	72	361.543.006	195.949.253	557.495.259

Fonte: Rocha, Lima e Costa, 2024, a partir de dados da Agência Nacional do Cinema.

Para informações mais detalhadas sobre o impacto da linha nas versões anteriores, acesse o estudo [Políticas para a Descentralização do Audiovisual no Brasil](#), desenvolvido pela Secretaria do Audiovisual, em parceria com a Universidade Federal da Bahia (UFBA), que traz uma análise dos impactos e resultados de dois importantes programas de fomento na macrorregião CONNE, que abrange o Centro-Oeste, Norte e Nordeste do país. O estudo, conduzido pelos pesquisadores Renata Rocha, Carmen Lima e Leonardo Costa, destaca os efeitos positivos das políticas de Arranjos Regionais/Coinvestimentos e do Prodav TVs Públicas na diversificação e fortalecimento da produção audiovisual fora do eixo Rio-São Paulo.





METODOLOGIA DE CONSTRUÇÃO DO PANORAMA

Para a constituição do presente panorama foram considerados os dados fornecidos pelos estados e municípios no momento do preenchimento das inscrições para submissão à Linha de Arranjos Regionais 2025.

Como pressuposto para a elaboração dos respectivos Planos de Trabalho, os entes subnacionais foram demandados a realizarem um processo de reflexão e análise da estruturação do ecossistema audiovisual em seus territórios. Trata-se de uma importante condução do Governo Federal na dimensão da indução para que o desenho da política pública se desse a partir de um olhar da capacidade técnica de gestão e do grau de estruturação do setor audiovisual em cada localidade.

Assim, os dados aqui apresentados foram fornecidos por cada um dos gestores locais que realizaram as inscrições no Edital de Arranjos, revisados e compilados de forma a viabilizar uma análise comparativa e estabelecerem um legado de registro e acesso de informações que possa lastrear análises periódicas no que concerne à gradual ampliação e potencialização do ecossistema audiovisual na perspectiva descentralizada no Brasil. Para fins de apresentação, o Distrito Federal foi considerado junto ao conjunto dos estados, integrando as análises referentes a esse grupo.

Nesse sentido, o panorama se estrutura de maneira análoga ao formulário a que foram submetidos os entes, em quatro macro etapas, conforme detalhamento a seguir:

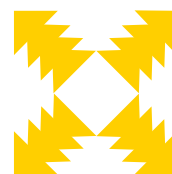
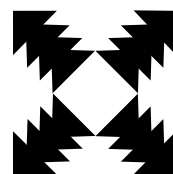
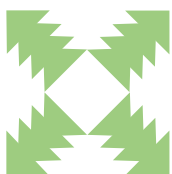


QUADRO 1 RECORTE METODOLÓGICO DO PANORAMA DETALHADO:

Etapa	Objetivo	Detalhamento
Etapa 1: Identificação e Estrutura Institucional	Mapear a estrutura institucional do ente federativo responsável pelo setor audiovisual, identificando vínculos administrativos, instâncias de participação social e instrumentos de planejamento cultural existentes.	<p>Estruturação institucional do Ente:</p> <p>Apresentação da estrutura institucional do ente, organização e esfera de vinculação estatal</p> <p>Estruturas de participação social e planejamento:</p> <p>Existência de Conselho e Plano de Cultura e mobilização setorial do audiovisual no conselho, conferência e plano.</p>
Etapa 2: Fomento e Financiamento	Identificar as políticas, mecanismos e instrumentos de fomento ao audiovisual implementados pelo ente federativo, bem como a aplicação de recursos federais, locais e complementares entre 2010 e 2024.	<p>Histórico da execução do fomento Federal:</p> <p>Adesão e operacionalização da Lei Paulo Gustavo (LPG) e da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB);</p> <p>Histórico e estruturação do fomento local:</p> <p>Implementação de Fundo de Cultura e/ou Audiovisual; Existência de Lei de incentivo - fomento direto - (estadual/municipal);</p> <p>Realização de editais específicos para o audiovisual com recursos próprios, para além da LPG e PNAB (Dois recortes temporais 2019–2024 e 2010–2024);</p> <p>Operacionalização de Mecanismos próprios de fomento e financiamento;</p> <p>Formação Audiovisual: Iniciativas para formação de profissionais/empresas</p> <p>Difusão Audiovisual: Mapeamento de cineclubes, festivais de cinema ou games no território; Iniciativas de difusão (cineclubes, festivais, circuitos etc.)</p> <p>Preservação Audiovisual: Iniciativas para preservação audiovisual</p> <p>Internacionalização e atração: Iniciativas para internacionalização do setor; existência de Film Commission ou iniciativa de atração de filmagens</p> <p>Games e Inovação Audiovisual: Iniciativas para games/jogos digitais ou inovações no audiovisual; Quantas empresas desenvolvedoras de games atuam no território? Fomentou desenvolvimento ou formação em games (2019–2024)?</p> <p>Quantas empresas produtoras de audiovisual atuam no território? Possui iniciativas de empreendedorismo e negócios para o setor? Possui outras iniciativas?</p>



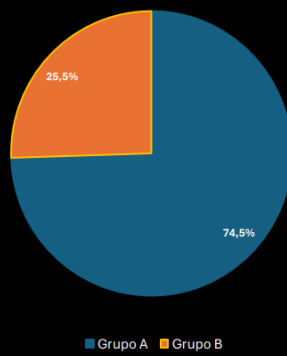
<p>Etapa 3: Equipamentos culturais</p>	<p>Mapear a infraestrutura pública e privada relacionada ao audiovisual existente no território, identificando espaços de exibição, preservação e produção.</p>	<p>Apresenta dados relacionados à existência de salas de cinema geridas pelo poder público? Quantas? Essas salas possuem registro na Ancine? Essas salas foram beneficiadas com recursos da LPG?</p> <p>Possui Museu da Imagem e do Som (MIS), Cinemateca ou órgão responsável pela salvaguarda de acervos? Indique</p> <p>Possui instituições destinadas à infraestrutura audiovisual? Quantas?</p> <p>Possui estúdios de gravação audiovisual privados? Quantos?</p>
<p>Etapa 4: Informações adicionais</p>	<p>Reunir informações complementares e referências técnicas sobre o setor audiovisual local, com foco em estudos, diagnósticos e mapeamentos disponíveis.</p>	<p>Caso o estado/município possua estudos, pesquisas, diagnósticos ou outros materiais sobre sua cadeia produtiva local</p>



PERFIL DAS PROPOSTAS SUBMETIDAS À LINHA DE ARRANJOS REGIONAIS 2025

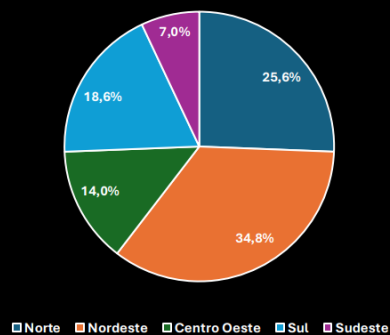
O perfil das propostas submetidas à Linha de Arranjos Regionais 2025 apresenta um retrato inicial da adesão dos entes federativos à política, revelando como estados e municípios responderam ao chamado para estruturar ações voltadas ao fortalecimento do audiovisual em seus territórios. A distribuição das inscrições entre os grupos elegíveis, bem como sua presença nas diferentes regiões do país, permite compreender a capilaridade da linha e a dimensão territorial do interesse mobilizado. Esse panorama introdutório organiza as informações essenciais sobre quem participou, de onde vieram as propostas e qual foi o volume de demandas apresentadas.

Inscrições por Grupo



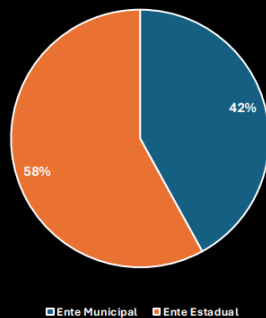
Grupo A - CONNE: 32
Grupo B - FAMES: 11
Total: 43 propostas inscritas

Inscrições por Região



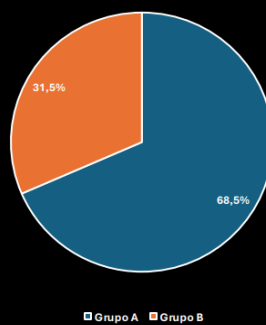
Norte: 11
Nordeste: 15
Centro-Oeste: 6
Sul: 8
Sudeste: 3

Perfil dos Entes Proponentes

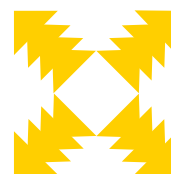
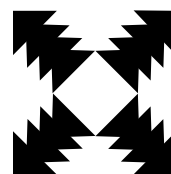
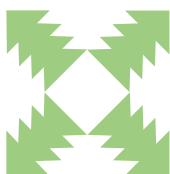


Ente Municipal: 18
Ente Estadual: 25

Recurso Demandado ao FSA



Grupo A - CONNE: 371,3 mi
Grupo B - FAMES: R\$ 170,8 mi



ETAPA 1

IDENTIFICAÇÃO E ESTRUTURA INSTITUCIONAL

A Etapa 1 tem como objetivo identificar a estrutura institucional responsável pela política audiovisual em cada ente federativo, observando de que maneira o setor está organizado no âmbito da gestão pública e quais instrumentos orientam sua atuação. Essa etapa possibilita compreender a vinculação administrativa das áreas de audiovisual, os mecanismos de participação social existentes, os instrumentos de planejamento cultural em operação e o nível de integração dos entes ao Sistema Nacional de Cultura. Ao mapear esses elementos, torna-se possível avaliar o grau de consolidação institucional, a capacidade de coordenação das políticas culturais e o alinhamento das ações locais às diretrizes nacionais, estabelecendo um panorama preliminar da governança cultural que sustenta o desenvolvimento do ecossistema audiovisual em cada território.

QUADRO 2 ENTES RESPONSÁVEIS PELO LEVANTAMENTO DOS DADOS (ESTADUAIS):

Grupo Regional	Região	Estado	Ente Proponente/Instituição responsável pelo preenchimento do formulário:
CONNE Grupo A	CENTRO-OESTE	Distrito Federal	Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal
		Goiás	Secretaria de Estado da Cultura do Estado de Goiás
		Mato Grosso	Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer de Mato Grosso
		Mato Grosso do Sul	Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul



CONNE Grupo A	NORDESTE	Alagoas	Secretaria de Estado da Cultura e Economia Criativa de Alagoas
		Bahia	Secretaria de Cultura do Estado da Bahia
		Ceará	Secretaria da Cultura do Ceará
		Maranhão	Secretaria de Estado da Cultura do Maranhão
		Paraíba	Secretaria de Estado da Cultura da Paraíba
		Pernambuco	Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco
		Piauí	Secretaria de Estado de Cultura do Piauí
		Rio Grande do Norte	Secretaria de Estado da Cultura do Rio Grande do Norte
		Sergipe	Fundação de Cultura e Arte Aperipê de Sergipe
	NORTE	Acre	Fundação de Cultura Elias Mansour
		Amapá	Secretaria de Estado da Cultura do Amapá/ Conselho Estadual de Política Cultural
		Amazonas	Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Amazonas
		Pará	Secretaria de Estado de Cultura do Pará
		Roraima	Secretaria da Cultura e Turismo de Roraima
		Tocantins	Secretaria da Cultura do Estado do Tocantins
FAMES Grupo B	SUDESTE	Espírito Santo	Secretaria de Estado da Cultura do Espírito Santo
		Minas Gerais	Empresa Mineira de Comunicação
	SUL	Paraná	Secretaria de Estado da Cultura do Paraná
		Rio Grande do Sul	Secretaria de Estado da Cultura do Governo do Estado do Rio Grande do Sul
		Santa Catarina	Fundação Catarinense de Cultura

Fonte: dados da pesquisa (2025).

Pertinente registrar que a linha, por sua finalidade direcionada ao processo de des-centralização dos investimentos no ecossistema audiovisual, não previa a possibilidade de inscrição do Rio de Janeiro e São Paulo. Assim, o único estado elegível que não apresentou proposta para a linha de Arranjos Regionais 2025 foi o estado de Rondônia.



QUADRO 3 ENTES RESPONSÁVEIS PELO LEVANTAMENTO DOS DADOS (MUNICIPAIS):

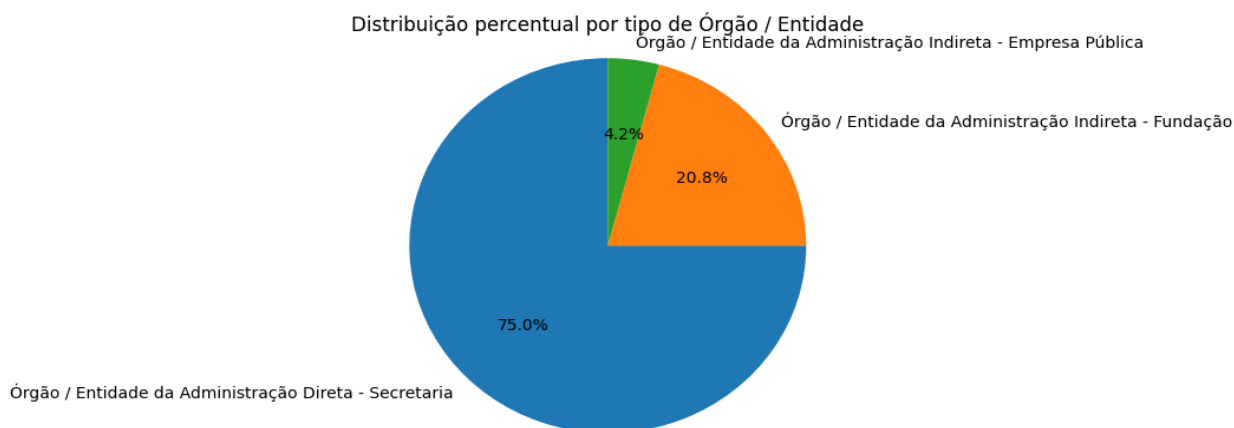
Grupo Regional	Região	Estado	Município	Ente Proponente/Instituição responsável pelo preenchimento do formulário:
CONNE Grupo A	CENTRO-OESTE	Mato Grosso do Sul	Campo Grande	Fundo Municipal de Investimentos Culturais
	NORDESTE	Alagoas	Maceió	Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa de Maceió
		Bahia	Salvador	Fundação Gregório de Mattos
		Ceará	Fortaleza	Secretaria da Cultura do Município de Fortaleza
		Paraíba	João Pessoa	Fundação Cultural de João Pessoa
		Pernambuco	Recife	Secretaria de Cultura da Prefeitura da Cidade do Recife
		Rio Grande do Norte	Natal	Fundação Cultural Capitania das Artes
	NORTE	Amapá	Macapá	Fundação Municipal de Cultura de Macapá
		Amazonas	Manaus	Conselho Municipal de Cultura
		Roraima	Boa Vista	Fundação de Educação, Turismo, Esporte e Cultura de Boa Vista
		Tocantins	Palmas	Fundação Cultural De Palmas
FAMES Grupo B	SUDESTE	Minas Gerais	Belo Horizonte	Secretaria Municipal de Cultura de Belo Horizonte
	SUL	Paraná	Curitiba	Fundação Cultural de Curitiba
			Londrina	Secretaria Municipal de Cultura - Londrina
			Maringá	Secretaria Municipal de Cultura de Maringá
		Rio Grande do Sul	Porto Alegre	Secretaria Municipal de Cultura de Porto Alegre
			Novo Hamburgo	Secretaria Municipal da Cultura de Novo Hamburgo

Fonte: dados da pesquisa (2025).

No recorte da estruturação da condução da política audiovisual pelos entes, percebe-se que no âmbito estadual, 18 dos Estados tiveram suas propostas apresentadas no âmbito da administração direta, por meio das Secretarias de Cultura, enquanto seis propostas foram apresentadas por instituições da Administração Indireta, sendo cinco Fundações e uma Empresa Pública. O gráfico a seguir apresenta essa distribuição em termos percentuais:



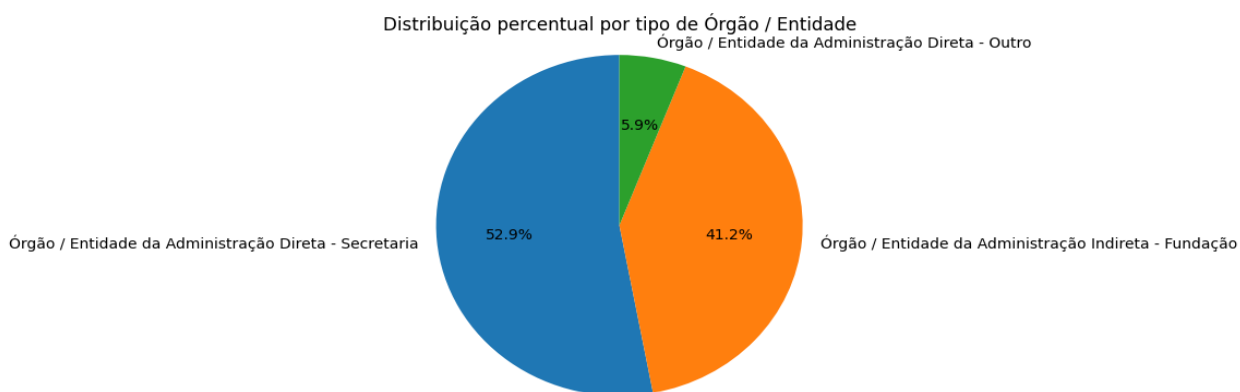
GRÁFICO 1 DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL POR TIPO DE ÓRGÃO/ENTIDADE (ESTADOS):



Fonte: dados da pesquisa (2025).

No que diz respeito aos municípios inscritos na linha, percebe-se que a apresentação se deu por nove propostas apresentadas por órgãos da Administração direta (secretarias municipais), sete por órgãos da administração indireta (fundações) e uma por órgão da administração direta - outro (Conselho Municipal de Cultura de Manaus). O gráfico a seguir apresenta essa distribuição em termos percentuais:

GRÁFICO 2 DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL POR TIPO DE ÓRGÃO/ENTIDADE (MUNICÍPIOS):



Fonte: dados da pesquisa (2025).

DA ESTRUTURAÇÃO DA GOVERNANÇA DA CULTURA

CONSELHO DE CULTURA

A estruturação dos espaços de participação social é fundamental para compreender como os territórios organizam a gestão compartilhada das políticas culturais. Com esse propósito, os gestores foram convidados a informar se existe, em seus estados ou municípios, um Conselho de Cultura em funcionamento e, adicionalmente, se esse colegiado inclui uma vaga destinada especificamente ao setor audiovisual. Essas informações permitem avaliar o grau de institucionalização da participação social e a presença de representação própria do audiovisual nos processos de deliberação e acompanhamento das políticas públicas.

QUADRO 4 CONSELHO DE CULTURA E ASSENTO ESPECÍFICO PARA O AUDIOVISUAL NOS CONSELHOS DE CULTURA (ESTADOS):

Grupo Regional	Região	Estado	Conselho de Cultura implementado	Vaga específica para o AUDIOVISUAL no Conselho de Cultura
CONNE Grupo A	CENTRO-OESTE	Distrito Federal	SIM	NÃO
		Goiás	SIM	SIM
		Mato Grosso	SIM	SIM
		Mato Grosso do Sul	SIM	SIM
	NORDESTE	Alagoas	SIM	SIM
		Bahia	SIM	NÃO
		Ceará	SIM	SIM
		Maranhão	SIM	SIM
		Paraíba	SIM	NÃO
		Pernambuco	SIM	SIM
		Piauí	SIM	NÃO
		Rio Grande do Norte	NÃO ¹	X
		Sergipe	SIM	NÃO
	NORTE	Acre	SIM	SIM
		Amapá	SIM	SIM
		Amazonas	SIM	SIM
		Pará	SIM	SIM
		Roraima	SIM	SIM
		Tocantins	SIM	SIM

1 O Conselho de Cultura do Estado do Rio Grande do Norte foi instituído pela Lei nº 7.072/1997, atualizada pela Lei Complementar nº 782, de 22 de abril de 2025, mas ainda não se encontra em funcionamento e está em fase de implementação.

FAMES Grupo B	SUDESTE	Espírito Santo	SIM	SIM
		Minas Gerais	SIM	SIM
	SUL	Paraná	SIM	SIM
		Rio Grande do Sul	SIM	SIM
		Santa Catarina	SIM	SIM

Fonte: dados declaratórios dos entes – inscrições Arranjos Regionais 2025.

Observa-se, no conjunto dos estados, que a maior parte possui Conselhos de Cultura instituídos, com exceção do Rio Grande do Norte, o que indica a presença de estrutura institucional organizada. A existência de assentos destinados ao setor audiovisual, contudo, apresenta variações. Há representação específica em unidades federativas como Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Alagoas, Ceará, Maranhão, Pernambuco e nos estados das regiões Norte e Sul. Por outro lado, unidades como Bahia, Paraíba, Piauí e Sergipe não dispõem de vaga dedicada, o que demonstra diferenças na forma de institucionalização da participação do setor nos mecanismos de governança cultural.

QUADRO 5 CONSELHO DE CULTURA E ASSENTO ESPECÍFICO PARA O AUDIOVISUAL NOS CONSELHOS DE CULTURA (MUNICÍPIOS):

Grupo Regional	Região	Estado	Município	Conselho de Cultura implementado	Vaga específica para o AUDIOVISUAL no Conselho de Cultura
CONNE Grupo A	CENTRO-OESTE	Mato Grosso do Sul	Campo Grande	SIM	SIM
		Alagoas	Maceió	SIM	SIM
	NORDESTE	Bahia	Salvador	SIM	SIM
		Ceará	Fortaleza	SIM	SIM
		Paraíba	João Pessoa	SIM	SIM
		Pernambuco	Recife	SIM	SIM
		Rio Grande do Norte	Natal	SIM	NÃO
	NORTE	Amapá	Macapá	SIM	SIM
		Amazonas	Manaus	SIM	SIM
		Roraima	Boa Vista	NÃO	X
		Tocantins	Palmas	SIM	SIM
FAMES Grupo B	SUDESTE	Minas Gerais	Belo Horizonte	SIM	SIM
	SUL	Paraná	Curitiba	SIM	SIM
			Londrina	SIM	SIM
			Maringá	SIM	SIM
		Rio Grande do Sul	Porto Alegre	SIM	SIM
			Novo Hamburgo	SIM	SIM

Fonte: dados declaratórios dos entes – inscrições Arranjos Regionais 2025.



Nos municípios, também predomina a existência de Conselhos de Cultura, com exceção de Boa Vista, demonstrando que a estrutura está consolidada na maior parte dos territórios. Já a presença de assentos específicos para o audiovisual é mais abrangente do que nos estados, sendo registrada na maioria dos municípios analisados, incluindo capitais como Salvador, Fortaleza, João Pessoa, Recife, Macapá, Manaus, Belo Horizonte e Curitiba. As ausências se concentram em poucos casos, como Natal e Boa Vista.



CONFERÊNCIA NACIONAL DE CULTURA

A participação nas etapas da Conferência Nacional de Cultura é um indicador relevante do envolvimento dos territórios nos processos de deliberação e planejamento das políticas culturais. Para compreender esse nível de articulação, os gestores foram convidados a informar se, em seus estados ou municípios, foi realizada uma conferência setorial do audiovisual no contexto da Conferência Nacional de Cultura. As informações obtidas permitem identificar a presença do setor nesses espaços de discussão, bem como observar o grau de integração do audiovisual às agendas coletivas de debate e formulação de políticas públicas.

QUADRO 6 CONFERÊNCIA SETORIAL DO AUDIOVISUAL DURANTE AS ETAPAS DA CONFERÊNCIA NACIONAL DE CULTURA (ESTADOS):

Grupo Regional	Região	Estado	Realizou Conferência Setorial do Audiovisual durante as etapas da Conferência Nacional de Cultura?
CONNE Grupo A	CENTRO-OESTE	Distrito Federal	NÃO
		Goiás	NÃO
		Mato Grosso	SIM
		Mato Grosso do Sul	SIM
	NORDESTE	Alagoas	NÃO
		Bahia	SIM
		Ceará	NÃO
		Maranhão	NÃO
		Paraíba	SIM
		Pernambuco	SIM
		Piauí	SIM
		Rio Grande do Norte	NÃO
		Sergipe	NÃO
	NORTE	Acre	SIM
		Amapá	SIM
		Amazonas	NÃO
		Pará	SIM
		Roraima	SIM
		Tocantins	NÃO
FAMES Grupo B	SUDESTE	Espírito Santo	NÃO
		Minas Gerais	NÃO
	SUL	Paraná	NÃO
		Rio Grande do Sul	SIM
		Santa Catarina	SIM

Fonte: dados declaratórios dos entes – inscrições Arranjos Regionais 2025.



Nos estados, a realização de conferências setoriais do audiovisual no âmbito da Conferência Nacional de Cultura apresenta distribuição desigual. Parte dos territórios, como Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Bahia, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Acre, Amapá, Pará, Roraima, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, registrou a realização dessas etapas, enquanto a maior parte das demais unidades federativas não promoveu o processo. Esse cenário indica diferenças no grau de articulação e participação do setor audiovisual nos mecanismos de deliberação cultural em nível estadual.

QUADRO 7 CONFERÊNCIA SETORIAL DO AUDIOVISUAL DURANTE AS ETAPAS DA CONFERÊNCIA NACIONAL DE CULTURA (MUNICÍPIOS):

Grupo Regional	Região	Estado	Município	Realizou Conferência Setorial do Audiovisual durante as etapas da Conferência Nacional de Cultura?
CONNE Grupo A	CENTRO-OESTE	Mato Grosso do Sul	Campo Grande	NÃO
	NORDESTE	Alagoas	Maceió	SIM
		Bahia	Salvador	SIM
		Ceará	Fortaleza	SIM
		Paraíba	João Pessoa	NÃO
		Pernambuco	Recife	NÃO
		Rio Grande do Norte	Natal	NÃO
	NORTE	Amapá	Macapá	NÃO
		Amazonas	Manaus	NÃO
		Roraima	Boa Vista	SIM
		Tocantins	Palmas	NÃO
FAMES Grupo B	SUDESTE	Minas Gerais	Belo Horizonte	NÃO
	SUL	Paraná	Curitiba	SIM
			Londrina	SIM
			Maringá	SIM
		Rio Grande do Sul	Porto Alegre	NÃO
			Novo Hamburgo	SIM

Fonte: dados declaratórios dos entes – inscrições Arranjos Regionais 2025.

Nos municípios, observa-se também uma variação expressiva, com iniciativas realizadas em Maceió, Salvador, Fortaleza, Boa Vista, Curitiba, Londrina, Maringá e Novo Hamburgo, enquanto grande parte das cidades, incluindo capitais como João Pessoa, Recife, Natal, Macapá e Manaus, não desenvolveu conferências setoriais. Esse quadro evidencia que, no nível local, a participação organizada do audiovisual nas etapas da Conferência Nacional de Cultura permanece limitada e concentrada em poucos territórios.

PLANO DE CULTURA

A existência de instrumentos formais de planejamento é um elemento central para avaliar o grau de consolidação da governança cultural nos territórios. Com esse foco, estados e municípios foram convidados a informar se possuem Plano de Cultura em vigor e, adicionalmente, se esse documento inclui um planejamento específico voltado ao audiovisual. As respostas permitem compreender como o setor é integrado às diretrizes mais amplas da política cultural e em que medida os entes públicos estruturam metas, estratégias e orientações de forma participativa e passível de controle social, reforçando a importância de planos que orientem ações continuadas e assegurem mecanismos de controle e participação da sociedade.

QUADRO 8 PLANO DE CULTURA E PLANEJAMENTO ESPECÍFICO PARA O SETOR AUDIOVISUAL (ESTADOS):

Grupo Regional	Região	Estado	Possui Plano de Cultura implementado?	Existe um planejamento específico para o audiovisual no Plano de Cultura?
CONNE Grupo A	CENTRO-OESTE	Distrito Federal	SIM	SIM
		Goiás	SIM	SIM
		Mato Grosso	SIM	SIM
		Mato Grosso do Sul	SIM	NÃO
	NORDESTE	Alagoas	SIM	SIM
		Bahia	SIM	NÃO
		Ceará	SIM	NÃO
		Maranhão	SIM	NÃO
		Paraíba	SIM	NÃO
		Pernambuco	NÃO	X
		Piauí	SIM	SIM
		Rio Grande do Norte	NÃO ²	X
		Sergipe	NÃO ³	X
	NORTE	Acre	NÃO	X
		Amapá	NÃO	X
		Amazonas	NÃO	X
		Pará	NÃO	X
		Roraima	SIM	NÃO
		Tocantins	SIM	SIM

- 2 O Plano de Cultura do Estado do Rio Grande do Norte foi instituído pela Lei nº 11.313, de 22 de dezembro de 2022 e está em fase de implementação.
- 3 O Plano de Cultura do Estado de Sergipe foi instituído pela Lei nº 9.117, de 15 de dezembro de 2022, porém ainda não foi implementado.



FAMES Grupo B	SUDESTE	Espírito Santo	SIM	SIM
		Minas Gerais	SIM	NÃO
	SUL	Paraná	SIM	NÃO
		Rio Grande do Sul	SIM	SIM
		Santa Catarina	SIM	SIM

Fonte: dados declaratórios dos entes – inscrições Arranjos Regionais 2025.

Nos estados, a maior parte dos territórios declarou possuir Plano de Cultura implementado, embora haja variações importantes quanto à inclusão de um planejamento específico para o audiovisual. Enquanto o Distrito Federal e estados como Goiás, Mato Grosso, Alagoas, Piauí, Tocantins, Espírito Santo, Rio Grande do Sul e Santa Catarina apresentam tanto o Plano de Cultura quanto diretrizes voltadas ao setor audiovisual, outros, como Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Roraima, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Paraná, possuem plano geral, mas sem previsão específica para o audiovisual. Além disso, alguns estados — entre eles Pernambuco, Rio Grande do Norte, Sergipe e a maioria dos estados da região Norte — não possuem plano implementado, o que indica desigualdades na formalização e no planejamento setorial.

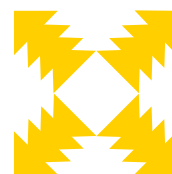
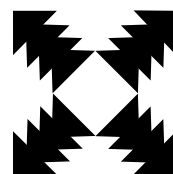
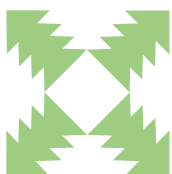
QUADRO 9 PLANO DE CULTURA E PLANEJAMENTO ESPECÍFICO PARA O SETOR AUDIOVISUAL (MUNICÍPIOS):

Grupo Regional	Região	Estado	Município	Possui Plano de Cultura implementado?	Existe um planejamento específico para o audiovisual no Plano de Cultura?
CONNE Grupo A	CENTRO-OESTE	Mato Grosso do Sul	Campo Grande	SIM	NÃO
	NORDESTE	Alagoas	Maceió	SIM	SIM
		Bahia	Salvador	SIM	SIM
		Ceará	Fortaleza	SIM	NÃO
		Paraíba	João Pessoa	NÃO	X
		Pernambuco	Recife	SIM	NÃO
		Rio Grande do Norte	Natal	SIM	SIM
	NORTE	Amapá	Macapá	NÃO	X
		Amazonas	Manaus	SIM	NÃO
		Roraima	Boa Vista	NÃO	X
		Tocantins	Palmas	SIM	NÃO

FAMES Grupo B	SUDESTE	Minas Gerais	Belo Horizonte	SIM	NÃO
	SUL	Paraná	Curitiba	SIM	NÃO
			Londrina	SIM	SIM
			Maringá	SIM	SIM
		Rio Grande do Sul	Porto Alegre	SIM	SIM
			Novo Hamburgo	SIM	NÃO

Fonte: dados declaratórios dos entes – inscrições Arranjos Regionais 2025.

Nos municípios, observa-se que, embora a maioria tenha Plano de Cultura implementado, a integração do audiovisual ao planejamento ainda ocorre de forma fragmentada, revelando diferenças significativas na capacidade institucional dos territórios. Capitais como Maceió, Salvador e Natal, assim como municípios do Sul como Londrina, Maringá e Porto Alegre, apresentam tanto o plano geral quanto diretrizes específicas para o audiovisual, indicando maior estruturação e alinhamento com as exigências de planejamento setorial. Em contraste, cidades como Campo Grande, Fortaleza, Recife, Manaus, Palmas, Belo Horizonte, Curitiba e Novo Hamburgo mantêm apenas o plano geral, sem detalhamento voltado ao audiovisual, o que sugere uma incorporação parcial do setor às políticas culturais locais. Além disso, a ausência de Plano de Cultura em municípios como João Pessoa, Macapá e Boa Vista reforça assimetrias, o que indica que o fortalecimento da governança cultural e a inclusão do audiovisual ainda avançam de maneira desigual entre os territórios.



ETAPA 2

FOMENTO E FINANCIAMENTO

A etapa 2 tem como finalidade mapear de forma abrangente o conjunto de políticas, mecanismos e instrumentos de fomento ao audiovisual existentes em cada ente federativo, bem como identificar como se dá a aplicação de recursos federais, locais e complementares destinados ao setor. Essa etapa permite avaliar o grau de institucionalização das ações, a capacidade de financiamento e a diversidade de iniciativas implementadas por estados, Distrito Federal e municípios, contribuindo para a compreensão da estrutura de apoio ao desenvolvimento do ecossistema audiovisual em cada território.

LEI PAULO GUSTAVO⁴

A análise da adesão à Lei Paulo Gustavo (LPG) busca compreender como os entes federativos incorporaram esse mecanismo emergencial de fomento, considerando não apenas a confirmação da participação, mas também o grau de capacidade administrativa para acessar, regulamentar e executar os recursos destinados ao audiovisual. Esse levantamento permite identificar de que forma estados e municípios mobilizaram a política federal para fortalecer suas ações culturais, avaliar a articulação institucional entre as diferentes esferas de governo e compreender o alcance territorial da lei. Além disso, a adesão registrada pelos gestores oferece um retrato importante do nível de integração dos territórios aos instrumentos nacionais de financiamento, evidenciando seu papel na recomposição e dinamização do setor audiovisual.

⁴ Informações detalhadas sobre essas ações estão disponíveis no apêndice deste relatório



QUADRO 10 LEI PAULO GUSTAVO (ESTADOS):

Grupo Regional	Região	Estado	O estado/município aderiu à Lei Paulo Gustavo?
CONNE Grupo A	CENTRO-OESTE	Distrito Federal	SIM
		Goiás	SIM
		Mato Grosso	SIM
		Mato Grosso do Sul	SIM
	NORDESTE	Alagoas	SIM
		Bahia	SIM
		Ceará	SIM
		Maranhão	SIM
		Paraíba	SIM
		Pernambuco	SIM
		Piauí	SIM
		Rio Grande do Norte	SIM
		Sergipe	SIM
	NORTE	Acre	SIM
		Amapá	SIM
		Amazonas	SIM
		Pará	SIM
		Roraima	SIM
		Tocantins	SIM
FAMES Grupo B	SUDESTE	Espírito Santo	SIM
		Minas Gerais	SIM
	SUL	Paraná	SIM
		Rio Grande do Sul	SIM
		Santa Catarina	SIM

Fonte: dados declaratórios dos entes – inscrições Arranjos Regionais 2025.

A adesão integral dos estados à Lei Paulo Gustavo evidencia a relevância desse mecanismo para o fortalecimento do setor audiovisual no país. Como política emergencial de fomento, a lei viabilizou recursos substanciais destinados à produção, preservação, difusão e formação, permitindo aos estados ampliar sua capacidade de execução e atender às demandas reprimidas do campo audiovisual. Sua implementação nacional demonstra não apenas o alinhamento entre as unidades federativas, mas também o papel decisivo da lei na recomposição do ecossistema audiovisual, contribuindo para dinamizar atividades econômicas, garantir continuidade de políticas e ampliar o acesso da população às expressões culturais.

QUADRO 11 LEI PAULO GUSTAVO (MUNICÍPIOS):

Grupo Regional	Região	Estado	Município	O estado/município aderiu à Lei Paulo Gustavo?
CONNE Grupo A	CENTRO-OESTE	Mato Grosso do Sul	Campo Grande	SIM
	NORDESTE	Alagoas	Maceió	SIM
		Bahia	Salvador	SIM
		Ceará	Fortaleza	SIM
		Paraíba	João Pessoa	SIM
		Pernambuco	Recife	SIM
		Rio Grande do Norte	Natal	SIM
	NORTE	Amapá	Macapá	SIM
		Amazonas	Manaus	SIM
		Roraima	Boa Vista	SIM
		Tocantins	Palmas	SIM
FAMES Grupo B	SUDESTE	Minas Gerais	Belo Horizonte	SIM
	SUL	Paraná	Curitiba	SIM
			Londrina	SIM
			Maringá	SIM
		Rio Grande do Sul	Porto Alegre	SIM
			Novo Hamburgo	SIM

Fonte: dados declaratórios dos entes – inscrições Arranjos Regionais 2025.

Entre os municípios, o cenário segue a mesma tendência, com adesão unânime de todas as cidades analisadas, independentemente de porte, região ou nível de estruturação institucional. Capitais, municípios médios e cidades menores incluídas na amostra confirmaram participação no programa, indicando que a política alcançou capilaridade significativa no território. Esse quadro demonstra um elevado nível de integração da Lei Paulo Gustavo às práticas municipais de fomento, além de reforçar sua importância como instrumento de fortalecimento da cadeia audiovisual em escala local.



POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC⁵

A análise da adesão à Política Nacional Aldir Blanc (PNAB) busca compreender de que forma estados e municípios incorporaram esse mecanismo de fomento continuado às suas ações culturais, considerando tanto a confirmação da participação quanto a capacidade administrativa de acessar, implementar e gerir os recursos destinados ao audiovisual e às demais linguagens artísticas. Esse levantamento permite avaliar o nível de articulação institucional entre as esferas de governo, identificar a consolidação da PNAB como política estruturante no território e compreender como a distribuição regular de recursos contribui para fortalecer, de maneira permanente, os sistemas locais de cultura.

QUADRO 12 POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC (ESTADOS):

Grupo Regional	Região	Estado	O estado/município aderiu à Política Nacional Aldir Blanc?
CONNE Grupo A	CENTRO-OESTE	Distrito Federal	SIM
		Goiás	SIM
		Mato Grosso	SIM
		Mato Grosso do Sul	SIM
	NORDESTE	Alagoas	SIM
		Bahia	SIM
		Ceará	SIM
		Maranhão	SIM
		Paraíba	SIM
		Pernambuco	SIM
		Piauí	SIM
		Rio Grande do Norte	SIM
	NORTE	Sergipe	SIM
		Acre	SIM
		Amapá	SIM
		Amazonas	SIM
		Pará	SIM
		Roraima	SIM
		Tocantins	SIM
FAMES Grupo B	SUDESTE	Espírito Santo	SIM
		Minas Gerais	SIM
	SUL	Paraná	SIM
		Rio Grande do Sul	SIM
		Santa Catarina	SIM

Fonte: dados declaratórios dos entes – inscrições Arranjos Regionais 2025.

5 Informações detalhadas sobre essas ações estão disponíveis no apêndice deste relatório



No âmbito dos estados, os dados evidenciam adesão unânime à Política Nacional Aldir Blanc, indicando que todas as unidades federativas contempladas no levantamento aderiram ao mecanismo. Isso revela ampla mobilização nacional em torno do fomento cultural e demonstra a centralidade da PNAB como ferramenta estruturante para políticas continuadas, reforçando a capacidade dos estados de integrar recursos federais às suas iniciativas locais.

QUADRO 13 POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC (MUNICÍPIOS):

Grupo Regional	Região	Estado	Município	O estado/município aderiu à Política Nacional Aldir Blanc?
CONNE Grupo A	CENTRO-OESTE	Mato Grosso do Sul	Campo Grande	SIM
	NORDESTE	Alagoas	Maceió	SIM
		Bahia	Salvador	SIM
		Ceará	Fortaleza	SIM
		Paraíba	João Pessoa	SIM
		Pernambuco	Recife	SIM
		Rio Grande do Norte	Natal	SIM
	NORTE	Amapá	Macapá	SIM
		Amazonas	Manaus	SIM
		Roraima	Boa Vista	SIM
		Tocantins	Palmas	SIM
FAMES Grupo B	SUDESTE	Minas Gerais	Belo Horizonte	SIM
	SUL	Paraná	Curitiba	SIM
			Londrina	SIM
			Maringá	SIM
		Rio Grande do Sul	Porto Alegre	SIM
			Novo Hamburgo	SIM

Fonte: dados declaratórios dos entes – inscrições Arranjos Regionais 2025.

Entre os municípios, o padrão se repete: todas as cidades analisadas aderiram à PNAB, incluindo capitais, cidades médias e municípios de menor porte. Essa adesão integral demonstra a capilaridade efetiva da política e seu reconhecimento como instrumento essencial para a sustentação das ações culturais no nível local. O cenário reforça que a PNAB alcança tanto territórios com estruturas mais consolidadas quanto aqueles em processo de institucionalização e aprimoramento dos seus mecanismos e estruturas de gestão cultural.

FUNDO DE CULTURA

A verificação da existência de Fundos de Cultura e/ou Fundos de Audiovisual busca compreender a capacidade de financiamento próprio das políticas culturais em âmbito estadual e municipal, considerando esses mecanismos como elementos essenciais para garantir continuidade, estabilidade e institucionalização do fomento. O levantamento permite identificar se os territórios dispõem de instrumentos permanentes para apoiar ações culturais e audiovisuais.

QUADRO 14 FUNDO DE CULTURA E/OU AUDIOVISUAL (ESTADOS):

Grupo Regional	Região	Estado	Possui Fundo de Cultura e/ou Audiovisual implementado?
CONNE Grupo A	CENTRO-OESTE	Distrito Federal	SIM
		Goiás	SIM
		Mato Grosso	SIM
		Mato Grosso do Sul	SIM
	NORDESTE	Alagoas	SIM
		Bahia	SIM
		Ceará	SIM
		Maranhão	SIM
		Paraíba	SIM
		Pernambuco	SIM
		Piauí	NÃO
		Rio Grande do Norte	NÃO ⁶
		Sergipe	SIM
	NORTE	Acre	SIM
		Amapá	SIM
		Amazonas	SIM
		Pará	NÃO ⁷
		Roraima	SIM
		Tocantins	SIM

6 O Fundo de Cultura do Estado do Rio Grande do Norte foi instituído pela Lei nº 460, de 29 de dezembro de 2011, e está em fase de implementação.

7 O Fundo do Estado do Pará foi instituído pela Lei nº 6.572, de 8 de agosto de 2003, constando também em legislações posteriores, mas não foi regulamentado.

FAMES Grupo B	SUDESTE	Espírito Santo	SIM
		Minas Gerais	SIM
	SUL	Paraná	SIM
		Rio Grande do Sul	SIM
		Santa Catarina	SIM

Fonte: dados declaratórios dos entes – inscrições Arranjos Regionais 2025.¹

A análise dos estados mostra que a maior parte do país possui Fundo de Cultura e/ou Audiovisual implementado, indicando uma estrutura consolidada de financiamento próprio em nível estadual. As exceções concentram-se no Piauí, Rio Grande do Norte e Pará que não apresentam fundos ativos, evidenciando diferenças na capacidade de organização institucional do fomento entre os territórios.

QUADRO 15 FUNDO DE CULTURA E/ OU AUDIOVISUAL (MUNICÍPIOS):

Grupo Regional	Região	Estado	Município	Possui Fundo de Cultura e/ou Audiovisual implementado?
CONNE Grupo A	CENTRO-OESTE	Mato Grosso do Sul	Campo Grande	SIM
	NORDESTE	Alagoas	Maceió	SIM
		Bahia	Salvador	SIM
		Ceará	Fortaleza	SIM
		Paraíba	João Pessoa	SIM
		Pernambuco	Recife	SIM
		Rio Grande do Norte	Natal	NÃO
	NORTE	Amapá	Macapá	SIM
		Amazonas	Manaus	SIM
		Roraima	Boa Vista	NÃO ⁸
		Tocantins	Palmas	SIM

8 O Fundo de Cultura de Boa Vista foi instituído pela Lei nº 1.429, de 15 de junho de 2012, porém não foi implementado.

FAMES Grupo B	SUDESTE	Minas Gerais	Belo Horizonte	SIM
	SUL	Paraná	Curitiba	SIM
			Londrina	SIM
			Maringá	SIM
		Rio Grande do Sul	Porto Alegre	NÃO
			Novo Hamburgo	SIM

Fonte: dados declaratórios dos entes – inscrições Arranjos Regionais 2025.

Nos municípios, a presença de Fundos de Cultura e/ou do Audiovisual implementados também é majoritária, ainda que com maior dispersão nos resultados. A maior parte das capitais e cidades analisadas possui estrutura implementada, mas persistem ausências relevantes, como em Natal, Boa Vista e Porto Alegre, indicando que, em alguns contextos locais, o financiamento contínuo das políticas culturais e audiovisuais ainda depende de outras fontes ou de decisões pontuais de gestão.

LEI DE INCENTIVO

A presença de Leis de Incentivo nos entes responsáveis pela política cultural permite mapear os instrumentos de fomento indireto disponíveis nos territórios, considerando que esses mecanismos mobilizam recursos privados para o financiamento de atividades culturais. Ao verificar a implementação dessas leis, torna-se possível compreender o alcance das estratégias locais de captação, observar o grau de diversificação das fontes de financiamento e reconhecer em que medida estados e municípios dispõem de ferramentas capazes de ampliar e complementar seus investimentos públicos no setor audiovisual.

QUADRO 16 LEI DE INCENTIVO (ESTADOS):

Grupo Regional	Região	Estado	Possui Lei de Incentivo (fomento indireto)?
CONNE Grupo A	CENTRO-OESTE	Distrito Federal	SIM
		Goiás	SIM
		Mato Grosso	NÃO
		Mato Grosso do Sul	NÃO
	NORDESTE	Alagoas	SIM
		Bahia	SIM
		Ceará	SIM
		Maranhão	SIM
		Paraíba	SIM
		Pernambuco	SIM
		Piauí	SIM
		Rio Grande do Norte	SIM
		Sergipe	NÃO
	NORTE	Acre	NÃO
		Amapá	NÃO
		Amazonas	NÃO
		Pará	SIM
		Roraima	SIM
		Tocantins	NÃO
FAMES Grupo B	SUDESTE	Espírito Santo	SIM
		Minas Gerais	SIM
	SUL	Paraná	SIM
		Rio Grande do Sul	SIM
		Santa Catarina	SIM

Fonte: dados declaratórios dos entes – inscrições Arranjos Regionais 2025.



Nos estados, a presença de Leis de Incentivo ao fomento cultural revela um cenário heterogêneo, com forte concentração de mecanismos implementados no Nordeste, Sudeste e Sul, enquanto parte do Centro-Oeste e do Norte ainda não dispõe desse instrumento. Unidades como Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Sergipe, Acre, Amapá, Amazonas e Tocantins não possuem legislação específica, o que indica diferenças na capacidade de mobilização de recursos privados para a cultura entre os territórios.

QUADRO 17 LEI DE INCENTIVO (MUNICÍPIOS):

Grupo Regional	Região	Estado	Município	Possui Lei de Incentivo (fomento indireto)?
CONNE Grupo A	CENTRO-OESTE	Mato Grosso do Sul	Campo Grande	NÃO
	NORDESTE	Alagoas	Maceió	SIM
		Bahia	Salvador	SIM
		Ceará	Fortaleza	NÃO
		Paraíba	João Pessoa	NÃO
		Pernambuco	Recife	SIM
		Rio Grande do Norte	Natal	SIM
	NORTE	Amapá	Macapá	NÃO
		Amazonas	Manaus	SIM
		Roraima	Boa Vista	SIM
		Tocantins	Palmas	NÃO
FAMES Grupo B	SUDESTE	Minas Gerais	Belo Horizonte	SIM
	SUL	Paraná	Curitiba	SIM
			Londrina	NÃO
			Maringá	NÃO
		Rio Grande do Sul	Porto Alegre	SIM
			Novo Hamburgo	NÃO

Fonte: dados declaratórios dos entes – inscrições Arranjos Regionais 2025.

Nos municípios, a implementação das Leis de Incentivo também apresenta variação significativa, com presença expressiva em capitais como Maceió, Salvador, Recife, Natal, Manaus, Boa Vista, Belo Horizonte, Curitiba e Porto Alegre ao lado de diversas cidades que ainda não adotaram esse mecanismo, como Campo Grande, Fortaleza, João Pessoa, Macapá, Palmas, Londrina, Maringá e Novo Hamburgo. A combinação de avanços e ausências demonstra que o acesso a instrumentos de fomento indireto no nível local permanece desigual e condicionado às prioridades e capacidades de cada administração municipal.

EDITAIS COM RECURSOS PRÓPRIOS

A verificação da realização de editais específicos para o audiovisual com recursos próprios pelos entes públicos busca identificar o nível de investimento direto destinado ao setor, evidenciando a iniciativa local na implementação de ações de fomento independentes de repasses externos. Esse levantamento permite compreender em que medida estados e municípios mobilizam suas próprias fontes orçamentárias para estimular a produção, difusão e formação no audiovisual, além de revelar a capacidade de planejamento e priorização do setor dentro das políticas culturais locais.

QUADRO 18 EDITAIS COM RECURSOS PRÓPRIOS (ESTADOS):

Grupo Regional	Região	Estado	O estado já realizou editais específicos voltados para o audiovisual com recursos próprios?
CONNE Grupo A	CENTRO-OESTE	Distrito Federal	SIM
		Goiás	SIM
		Mato Grosso	SIM
		Mato Grosso do Sul	SIM
	NORDESTE	Alagoas	SIM
		Bahia	SIM
		Ceará	SIM
		Maranhão	SIM
		Paraíba	SIM
		Pernambuco	SIM
		Piauí	NÃO
		Rio Grande do Norte	SIM
		Sergipe	SIM
	NORTE	Acre	NÃO
		Amapá	SIM
		Amazonas	NÃO
		Pará	SIM
		Roraima	NÃO
		Tocantins	SIM
FAMES Grupo B	SUDESTE	Espírito Santo	SIM
		Minas Gerais	SIM
	SUL	Paraná	SIM
		Rio Grande do Sul	SIM
		Santa Catarina	SIM

Fonte: dados declaratórios dos entes – inscrições Arranjos Regionais 2025.

A maior parte dos estados brasileiros realizou editais específicos para o audiovisual



com recursos próprios, demonstrando uma tendência de comprometimento local com o fomento direto ao setor. Entre aqueles que adotaram iniciativas próprias estão Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Sergipe, Amapá, Pará, Tocantins, Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Em contraste, alguns estados não registraram editais realizados com recursos próprios — caso de Piauí, Acre, Amazonas e Roraima — o que evidencia diferenças no investimento direto entre os territórios.

QUADRO 19 EDITAIS COM RECURSOS PRÓPRIOS (MUNICÍPIOS):

Grupo Regional	Região	Estado	Município	O município já realizou editais específicos voltados para o audiovisual com recursos próprios?
CONNE Grupo A	CENTRO-OESTE	Mato Grosso do Sul	Campo Grande	NÃO
	NORDESTE	Alagoas	Maceió	NÃO
		Bahia	Salvador	SIM
		Ceará	Fortaleza	SIM
		Paraíba	João Pessoa	SIM
		Pernambuco	Recife	SIM
		Rio Grande do Norte	Natal	SIM
	NORTE	Amapá	Macapá	SIM
		Amazonas	Manaus	NÃO
		Roraima	Boa Vista	SIM
		Tocantins	Palmas	SIM
FAMES Grupo B	SUDESTE	Minas Gerais	Belo Horizonte	SIM
	SUL	Paraná	Curitiba	SIM
			Londrina	SIM
			Maringá	SIM
		Rio Grande do Sul	Porto Alegre	SIM
			Novo Hamburgo	NÃO

Fonte: dados declaratórios dos entes – inscrições Arranjos Regionais 2025.

A realização de editais municipais com recursos próprios no audiovisual está presente em grande parte dos territórios pesquisados, mas com variações importantes entre regiões e municípios. Entre os municípios analisados, observa-se que diversas localidades implementaram editais próprios, como Salvador, Fortaleza, João Pessoa, Recife, Natal, Macapá, Boa Vista, Palmas, Belo Horizonte, Curitiba, Londrina, Maringá e Porto Alegre. No entanto, outros municípios não registraram iniciativas dessa natureza,



incluindo Campo Grande, Maceió, Manaus e Novo Hamburgo. Esse cenário evidencia disparidades importantes: enquanto alguns municípios demonstram capacidade de destinar recursos próprios ao fomento, outros dependem predominantemente de políticas federais ou não possuem mecanismos internos de incentivo.

MECANISMOS PRÓPRIOS DE FOMENTO

A existência de mecanismos próprios de fomento e financiamento ao audiovisual nos territórios revela o grau de autonomia e a capacidade institucional dos entes públicos na promoção do setor. O mapeamento dessas iniciativas possibilita avaliar se estados e municípios operam com instrumentos estruturados e permanentes para apoiar produção, difusão e formação, além de indicar o nível de consolidação de políticas locais voltadas ao desenvolvimento contínuo do audiovisual.

QUADRO 20 MECANISMOS PRÓPRIOS DE FOMENTO E FINANCIAMENTO AO AUDIOVISUAL (ESTADOS):

Grupo Regional	Região	Estado	Possui mecanismos próprios de fomento e financiamento à atividade audiovisual?	Indique os mecanismos
CONNE Grupo A	CENTRO-OESTE	Distrito Federal	SIM	Fundo de Apoio à Cultura (FAC)
		Goiás	SIM	Programa de Incentivo Fiscal à Cultura Goyazes e o Fundo de Arte e Cultura do Estado de Goiás (FAC)
		Mato Grosso	NÃO	
		Mato Grosso do Sul	NÃO	
	NORDESTE	Alagoas	NÃO	
		Bahia	SIM	Fundo de Cultura da Bahia (FCBA) e a Bahia Filmes
		Ceará	SIM	Chamadas públicas, editais e a Lei Estadual de Incentivo à Cultura
		Maranhão	NÃO	
		Paraíba	SIM	Edital Vladimir Carvalho
		Pernambuco	SIM	Edital do Programa de Fomento à Produção Audiovisual (Funcultura Audiovisual) e o Edital do Festival de Cinema de Triunfo
		Piauí	NÃO	
		Rio Grande do Norte	NÃO	
		Sergipe	NÃO	
	NORTE	Acre	NÃO	
		Amapá	NÃO	
		Amazonas	NÃO	
		Pará	NÃO	
		Roraima	NÃO	
		Tocantins	SIM	Sistema Estadual de Cultura (SEC) e o Fundo Estadual de Cultura (FEC)

FAMES Grupo B	SUDESTE	Espírito Santo	SIM	Lei de Incentivo à Cultura Capixaba (LICC) e o Fundo Estadual de Cultura do Espírito Santo (FUNCULTURA)
		Minas Gerais	SIM	Fundo Estadual de Cultura, a Lei Estadual de Incentivo à Cultura e os Editais de Licenciamento
	SUL	Paraná	SIM	Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura (PROFICE)
		Rio Grande do Sul	SIM	PRÓ-CULTURA: Lei de Incentivo à Cultura e o Fundo de Apoio à Cultura
		Santa Catarina	SIM	Edital Prêmio Catarinense de Cinema e o Qualifica Cine-SC

Fonte: dados declaratórios dos entes – inscrições Arranjos Regionais 2025.

Nos estados, a presença de mecanismos próprios de fomento e financiamento ao audiovisual apresenta variação significativa, com maior concentração no Sudeste, Sul e em parte do Nordeste, onde diferentes fundos, leis de incentivo e programas estruturados sustentam ações contínuas para o setor. Em contraste, a maioria dos estados do Norte e alguns do Centro-Oeste e Nordeste não dispõem desses instrumentos, evidenciando limitações institucionais para o desenvolvimento de políticas autônomas de fomento audiovisual.

QUADRO 21 MECANISMOS PRÓPRIOS DE FOMENTO E FINANCIAMENTO AO AUDIOVISUAL (MUNICÍPIOS):

Grupo Regional	Região	Estado	Município	Possui mecanismos próprios de fomento e financiamento à atividade audiovisual?	Indique os mecanismos
CONNE Grupo A	CENTRO-OESTE	Mato Grosso do Sul	Campo Grande	NÃO	
	NORDESTE	Alagoas	Maceió	NÃO	
		Bahia	Salvador	SIM	Programa SalCine e a Salvador Film Commission
		Ceará	Fortaleza	SIM	Editais de fomento e as formações pela Escola Pública de Audiovisual da Vila das Artes
		Paraíba	João Pessoa	SIM	Fundo Municipal para o Audiovisual e a Empresa Pública de Cinema e Audiovisual
		Pernambuco	Recife	SIM	Sistema de Incentivo à Cultura (SIC): Fundo de Incentivo à Cultura (FIC) e o Mecenato de Incentivo à Cultura (MIC)
		Rio Grande do Norte	Natal	NÃO	
	NORTE	Amapá	Macapá	NÃO	
		Amazonas	Manaus	NÃO	
		Roraima	Boa Vista	NÃO	
		Tocantins	Palmas	NÃO	
FAMES Grupo B	SUDESTE	Minas Gerais	Belo Horizonte	SIM	BH nas Telas – Programa de Desenvolvimento do Audiovisual, o Fundo Municipal de Cultura e o edital do Incentivo Fiscal

FAMES Grupo B	SUL	Paraná	Curitiba	SIM	Programa de Apoio, Fomento e Incentivo à Cultura de Curitiba: Mecenato Subsidiado e o Fundo Municipal de Cultura
			Londrina	SIM	Programa Municipal de Incentivo à Cultura (PROMIC): Fundo Municipal de Incentivo à Atividade Audiovisual (FMIAA)
			Maringá	SIM	Nos editais do Fomento Aniceto Matti há duas categorias destinadas especificamente ao setor audiovisual
		Rio Grande do Sul	Porto Alegre	NÃO	
			Novo Hamburgo	NÃO	

Fonte: dados declaratórios dos entes – inscrições Arranjos Regionais 2025.

Nos municípios, a distribuição dos mecanismos próprios de fomento ao audiovisual revela um cenário marcado por fortes desigualdades, com presença concentrada principalmente em capitais e cidades de maior porte das regiões Nordeste, Sudeste e Sul, onde existem fundos municipais, programas específicos e editais voltados ao setor. Em grande parte dos municípios do Norte, do Centro-Oeste e de alguns estados do Nordeste, não há instrumentos institucionalizados de financiamento, o que limita a continuidade das ações de incentivo e reduz a autonomia local para estruturar políticas permanentes de desenvolvimento audiovisual.

EDITAIS, PROGRAMAS E MECANISMOS DE APOIO⁹

A verificação da existência de editais, programas e outros mecanismos de apoio ao audiovisual nos territórios busca identificar a continuidade e a abrangência das ações de fomento adotadas pelos entes públicos ao longo do tempo. Para isso, os gestores foram convidados a informar se, entre 2019 e 2024, foram lançadas iniciativas destinadas ao setor além daquelas financiadas pela Lei Paulo Gustavo e pela Política Nacional Aldir Blanc, permitindo observar a capacidade recente de manutenção de políticas locais. Também foram questionados sobre a realização de chamadas ou programas com recursos próprios no período de 2010 a 2024, o que possibilita reconhecer práticas de fomento que se sustentaram de forma independente de repasses federais e avaliar o compromisso institucional com o desenvolvimento contínuo do audiovisual.

QUADRO 22 EDITAIS, PROGRAMAS E MECANISMOS DE APOIO (ESTADOS):

Grupo Regional	Região	Estado	Lançou outros editais (além dos financiados pela LPG e PNAB) ou mecanismos de apoio voltados ao setor audiovisual nos últimos 6 anos (2019-2024)?	Lançou chamadas ou programas voltados ao setor audiovisual com recursos próprios entre 2010-2024?
CONNE Grupo A	CENTRO-OESTE	Distrito Federal	SIM	SIM
		Goiás	SIM	SIM
		Mato Grosso	SIM	SIM
		Mato Grosso do Sul	SIM	NÃO
	NORDESTE	Alagoas	SIM	SIM
		Bahia	SIM	SIM
		Ceará	SIM	SIM
		Maranhão	SIM	SIM
		Paraíba	SIM	SIM
		Pernambuco	SIM	SIM
		Piauí	SIM	NÃO
		Rio Grande do Norte	SIM	SIM
		Sergipe	NÃO	SIM
	NORTE	Acre	NÃO	NÃO
		Amapá	SIM	SIM
		Amazonas	NÃO	NÃO
		Pará	SIM	SIM
		Roraima	NÃO	NÃO
		Tocantins	NÃO	SIM

9 Informações detalhadas sobre essas ações estão disponíveis no apêndice deste relatório.

FAMES Grupo B	SUDESTE	Espírito Santo	SIM	SIM
		Minas Gerais	SIM	SIM
	SUL	Paraná	SIM	SIM
		Rio Grande do Sul	SIM	SIM
		Santa Catarina	SIM	SIM

Fonte: dados declaratórios dos entes – inscrições Arranjos Regionais 2025.

Nos estados, os dados mostram que a maior parte dos territórios manteve ações contínuas de fomento ao audiovisual, tanto por meio de editais e mecanismos lançados entre 2019 e 2024, quanto por chamadas e programas próprios entre 2010 e 2024. Embora o padrão geral seja de continuidade, observam-se exceções relevantes, sobretudo no Norte onde, Acre, Amazonas e Roraima não registraram iniciativas em nenhum dos dois períodos. Enquanto Mato Grosso do Sul, Piauí e Sergipe apresentaram ações apenas em um dos recortes temporais, revelando diferenças na consolidação de políticas locais de longo prazo.

QUADRO 23 EDITAIS, PROGRAMAS E MECANISMOS DE APOIO (MUNICÍPIOS):

Grupo Regional	Região	Estado	Município	Lançou outros editais (além dos financiados pela LPG e PNAB) ou mecanismos de apoio voltados ao setor audiovisual nos últimos 6 anos?	Lançou chamadas ou programas voltados ao setor audiovisual com recursos próprios entre 2010-2024?
CONNE Grupo A	CENTRO-OESTE	Mato Grosso do Sul	Campo Grande	SIM	SIM
	NORDESTE	Alagoas	Maceió	NÃO	NÃO
		Bahia	Salvador	SIM	SIM
		Ceará	Fortaleza	SIM	SIM
		Paraíba	João Pessoa	SIM	SIM
		Pernambuco	Recife	SIM	SIM
		Rio Grande do Norte	Natal	SIM	SIM
	NORTE	Amapá	Macapá	SIM	SIM
		Amazonas	Manaus	NÃO	NÃO
		Roraima	Boa Vista	NÃO	SIM
		Tocantins	Palmas	SIM	SIM

FAMES Grupo B	SUDESTE	Minas Gerais	Belo Horizonte	SIM	SIM
	SUL	Paraná	Curitiba	SIM	SIM
			Londrina	SIM	SIM
			Maringá	SIM	SIM
		Rio Grande do Sul	Porto Alegre	NÃO	SIM
			Novo Hamburgo	SIM	NÃO

Fonte: dados declaratórios dos entes – inscrições Arranjos Regionais 2025.

Nos municípios, a situação também é marcada por uma predominância de iniciativas contínuas, especialmente nas capitais e cidades de maior porte, que em sua maioria lançaram tanto editais recentes, quanto programas com recursos próprios, ao longo da última década. Apesar disso, persistem ausências que indicam fragilidade institucional em alguns territórios, como Maceió e Manaus, que não registram ações em nenhum dos períodos, além de casos em que apenas um dos recortes apresenta iniciativas, como Boa Vista e Porto Alegre. Esse quadro evidencia uma dinâmica local desigual, em que parte dos municípios mantém políticas mais regulares de fomento, enquanto outros dependem de aportes externos ou de ações pontuais.

FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS E EMPRESAS

A identificação de iniciativas voltadas à formação de profissionais e empresas do setor audiovisual busca compreender o papel dos entes públicos na qualificação técnica, criativa e produtiva do ecossistema audiovisual. Ao solicitar que os gestores informassem a existência de ações específicas em seus territórios, o levantamento permite avaliar se há políticas estruturadas que apoiem a capacitação contínua, o desenvolvimento de competências e o fortalecimento das bases profissionais do setor. Esses dados contribuem para identificar o grau de investimento na formação como estratégia de desenvolvimento e para reconhecer desigualdades na oferta de oportunidades de qualificação ao longo do território.

QUADRO 24 FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS/EMPRESAS DO SETOR AUDIOVISUAL (ESTADOS):

Grupo Regional	Região	Estado	Possui iniciativas específicas voltadas para formação de profissionais/empresas do setor audiovisual?	Iniciativas e aparelhos responsáveis pela formação
CONNE Grupo A	CENTRO-OESTE	Distrito Federal	NÃO	
		Goiás	NÃO	
		Mato Grosso	NÃO	
		Mato Grosso do Sul	SIM	Museu da Imagem e do Som (MIS) e eventos paralelos
	NORDESTE	Alagoas	NÃO	
		Bahia	SIM	Cursos, oficinas, palestras e ações formativas ofertados pelo Núcleo de Apoio à Produção, Sala Walter da Silveira e Cinemateca da Bahia; Programa de Qualificação em Artes e Bahia Filmes
		Ceará	SIM	Ações formativas oferecidas pela Escola Porto Iracema das Artes e Centro Cultural do Bom Jardim; e editais de fomento (categorias de formação)
		Maranhão	SIM	Oficinas, cursos e ações formativas oferecidos pela Escola de Cinema do Maranhão
		Paraíba	NÃO	
		Pernambuco	NÃO	
		Piauí	NÃO	
		Rio Grande do Norte	NÃO	
		Sergipe	SIM	Universidade Federal de Sergipe (UFS) - Curso de Graduação e Mestrado Interdisciplinar em Cinema; SESC Sergipe - possui formação para estudantes do ensino médio.

CONNE Grupo A	NORTE	Acre	NÃO	
		Amapá	NÃO	
		Amazonas	NÃO	
		Pará	SIM	Cursos, palestras e seminários oferecidos pelo Cineclube Alexandrino Moreira realizados em parceria com Centro de Estudos Cinematográficos e com a Associação dos Críticos de Cinema do Pará
		Roraima	NÃO	
		Tocantins	SIM	Programa de Fortalecimento da Cadeia Produtiva do Audiovisual; parcerias com universidades e com o Sistema S
FAMES Grupo B	SUDESTE	Espírito Santo	SIM	Trilhas da Cultura; Cinema em Toda Parte (editais da Lei Paulo Gustavo) e Trilha Audiovisual (Hub ES+)
		Minas Gerais	NÃO	
	SUL	Paraná	SIM	Programa Paraná Festivais e editais da Lei Paulo Gustavo e Política Nacional Aldir Blanc
		Rio Grande do Sul	SIM	Criação do Laboratório Odilon Lopez, estruturado no âmbito do Instituto Estadual de Cinema – IECINE; Escola Técnica de Audiovisual e Economia Criativa Maria Thereza da Silveira; Projeto Revelando o Rio Grande – Ações de Formação no Audiovisual
		Santa Catarina	NÃO	

Fonte: dados declaratórios dos entes – inscrições Arranjos Regionais 2025.

Nos estados, observa-se que as iniciativas de formação de profissionais e empresas do setor audiovisual são distribuídas de maneira desigual, concentrando-se em poucos territórios que mantêm estruturas ou programas específicos voltados para qualificação técnica e criativa. Enquanto Bahia, Ceará, Maranhão, Pará, Tocantins, Espírito Santo, Paraná e Rio Grande do Sul apresentam ações de formação, a maior parte das unidades federativas não dispõe de iniciativas estruturadas, indicando limitações significativas na capacidade de fortalecimento contínuo das competências do setor audiovisual.

QUADRO 25 FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS/EMPRESAS DO SETOR AUDIOVISUAL
(MUNICÍPIOS):

Grupo Regional	Região	Estado	Município	Possui iniciativas específicas voltadas para formação de profissionais/empresas do setor audiovisual?	Iniciativas e aparelhos responsáveis pela formação
CONNE Grupo A	CENTRO-OESTE	Mato Grosso do Sul	Campo Grande	NÃO	
	NORDESTE	Alagoas	Maceió	NÃO	
		Bahia	Salvador	SIM	SalCine Cursos é uma iniciativa do Eixo de Formação do SalCine/SECULT, realizada em parceria com a SEMDEC e o SENAI CIMATEC
		Ceará	Fortaleza	SIM	Escola do Audiovisual do complexo cultural Vila das Artes
		Paraíba	João Pessoa	SIM	Programa Circuito Formativo Audiovisual
		Pernambuco	Recife	NÃO	
		Rio Grande do Norte	Natal	NÃO	
	NORTE	Amapá	Macapá	NÃO	
		Amazonas	Manaus	NÃO	
		Roraima	Boa Vista	NÃO	
		Tocantins	Palmas	NÃO	
FAMES Grupo B	SUDESTE	Minas Gerais	Belo Horizonte	SIM	Núcleo de Produção Digital (NPD-BH) e Escola Livre de Artes – Arena da Cultura (ELA-Arena)
	SUL	Paraná	Curitiba	SIM	IFPR (Instituto Federal do Paraná) - Campus Curitiba, PUCPR (Pontifícia Universidade Católica do Paraná), UniCuritiba, Centro Europeu, Academia Internacional de Cinema (AIC) e Sistema Fiep (Sesi e Senai)
			Londrina	SIM	Formações oferecidas pela Kinoarte, Núcleos de Dramaturgia e Cinedramaturgia realizadas em parceria com o Sesi Paraná; PROMIC (Programa Municipal de Incentivo à Cultura) e, cursos de especialização oferecidos por instituições de nível superior como Faculdade Pitágoras e UNOPAR
			Maringá	NÃO	
	SUL	Rio Grande do Sul	Porto Alegre	NÃO	
			Novo Hamburgo	SIM	Novo Hamburgo Polo Audiovisual e curso de graduação em Jogos Digitais na Universidade Feevale

Fonte: dados declaratórios dos entes – inscrições Arranjos Regionais 2025.



Nos municípios, a presença de iniciativas formativas também se mostra restrita a um conjunto limitado de cidades, sobretudo a Salvador, Fortaleza, João Pessoa, Belo Horizonte, Curitiba, Londrina e Novo Hamburgo, que oferecem cursos, programas ou parcerias institucionais voltadas ao desenvolvimento de profissionais do audiovisual. A maior parte dos municípios analisados não possui ações específicas de formação, o que evidencia um cenário local marcado por fragilidades na qualificação da cadeia produtiva.

MAPEAMENTO DE CINECLUBES

A verificação da realização de mapeamentos de cineclubes nos territórios busca identificar o nível de conhecimento, organização e acompanhamento desse circuito pelos entes públicos. Ao solicitar que os gestores informassem se houve levantamento específico sobre cineclubes em suas localidades, o processo permite reconhecer a abrangência e a distribuição dessas iniciativas, bem como compreender seu papel na dinâmica cultural e audiovisual local. Esse mapeamento é fundamental para avaliar a articulação entre comunidade, formação de público e políticas de difusão, além de evidenciar o quanto o poder público acompanha e integra essas práticas ao planejamento cultural.

QUADRO 26 MAPEAMENTO DE CINECLUBES (ESTADOS):

Grupo Regional	Região	Estado	Realizou mapeamento de Cineclubes em seu território?
CONNE Grupo A	CENTRO-OESTE	Distrito Federal	SIM
		Goiás	SIM
		Mato Grosso	NÃO
		Mato Grosso do Sul	SIM
	NORDESTE	Alagoas	SIM
		Bahia	SIM
		Ceará	SIM
		Maranhão	NÃO
		Paraíba	NÃO
		Pernambuco	SIM
		Piauí	SIM
		Rio Grande do Norte	NÃO
		Sergipe	NÃO
	NORTE	Acre	NÃO
		Amapá	SIM
		Amazonas	SIM
		Pará	NÃO
		Roraima	NÃO
		Tocantins	SIM
FAMES Grupo B	SUDESTE	Espírito Santo	SIM
		Minas Gerais	NÃO
	SUL	Paraná	NÃO
		Rio Grande do Sul	SIM
		Santa Catarina	SIM

Fonte: dados declaratórios dos entes – inscrições Arranjos Regionais 2025.



Nos estados, o mapeamento de cineclubes apresenta uma distribuição irregular, com presença significativa em partes do Centro-Oeste, Nordeste, Norte e Sul, mas ainda com diversas lacunas. Enquanto unidades como Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso do Sul, Alagoas, Bahia, Ceará, Pernambuco, Piauí, Amapá, Amazonas, Tocantins, Espírito Santo, Rio Grande do Sul e Santa Catarina realizaram o levantamento, outros estados, incluindo Mato Grosso, Maranhão, Paraíba, Rio Grande do Norte, Sergipe, Acre, Pará, Roraima, Minas Gerais e Paraná, não contabilizam iniciativas desse tipo, revelando diferenças no nível de organização e reconhecimento dessa rede nos territórios.

QUADRO 27 MAPEAMENTO DE CINECLUBES (MUNICÍPIOS):

Grupo Regional	Região	Estado	Município	Realizou mapeamento de Cineclubes em seu território?
CONNE Grupo A	CENTRO-OESTE	Mato Grosso do Sul	Campo Grande	NÃO
	NORDESTE	Alagoas	Maceió	NÃO
		Bahia	Salvador	NÃO
		Ceará	Fortaleza	NÃO
		Paraíba	João Pessoa	NÃO
		Pernambuco	Recife	NÃO
		Rio Grande do Norte	Natal	SIM
	NORTE	Amapá	Macapá	SIM
		Amazonas	Manaus	NÃO
		Roraima	Boa Vista	NÃO
		Tocantins	Palmas	NÃO
FAMES Grupo B	SUDESTE	Minas Gerais	Belo Horizonte	NÃO
	SUL	Paraná	Curitiba	SIM
			Londrina	SIM
			Maringá	NÃO
		Rio Grande do Sul	Porto Alegre	NÃO
			Novo Hamburgo	NÃO

Fonte: dados declaratórios dos entes – inscrições Arranjos Regionais 2025.

Nos municípios, a ausência de mapeamento é predominante, com poucas cidades registrando iniciativas formais, como Natal, Macapá, Curitiba e Londrina. A maioria dos municípios analisados, incluindo Campo Grande, Maceió, Salvador, Fortaleza, João Pessoa, Recife, Manaus, Boa Vista, Palmas, Belo Horizonte, Maringá, Porto Alegre e Novo Hamburgo, não realizou levantamentos, indicando um baixo grau de sistematização e de acompanhamento do circuito cineclubista no âmbito local.



DIFUSÃO AUDIOVISUAL¹⁰

A identificação de iniciativas voltadas à difusão audiovisual permite compreender o esforço dos entes públicos para ampliar o acesso da população às obras e práticas do setor. Ao solicitar que os gestores informassem a existência de ações específicas — como cineclubes, circuitos de exibição, mostras e outras formas de circulação de conteúdo — o levantamento possibilita avaliar a diversidade e o alcance das políticas locais dedicadas à distribuição e apropriação cultural do audiovisual. Esse mapeamento torna visível o grau de comprometimento dos territórios com a ampliação do acesso ao setor e revela como a difusão é integrada às estratégias de formação de público e dinamização cultural.

10 Informações detalhadas sobre essas ações estão disponíveis no apêndice deste relatório.



QUADRO 28 DIFUSÃO AUDIOVISUAL (ESTADOS):

Grupo Regional	Região	Estado	Possui iniciativas específicas voltadas para o fortalecimento da difusão audiovisual, tais como cineclubes, circuitos de exibição e afins?	Iniciativas e aparelhos públicos
CONNE Grupo A	CENTRO-OESTE	Distrito Federal	SIM	Cine Brasília; Festival de Brasília do Cinema Brasileiro; projeções itinerantes e cineclubes periféricos
		Goiás	SIM	Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental (FICA); editais voltados para cineclubes; salas públicas: Cine Cultura e o Cine Teatro São Joaquim
		Mato Grosso	NÃO	
		Mato Grosso do Sul	SIM	Museu da Imagem e do Som (MIS); Cineclubes MS, eventos como a mostra "Pelos Direitos do Público"; projeto Cinema em Movimento; mostras, festivais, apoio aos cineclubes por meio de editais e Pantanal Film que incentiva e mapeia os cineclubes, as produtoras e os profissionais
	NORDESTE	Alagoas	SIM	Festivais Alagoanos: Mostra Sururu de Cinema Alagoano; Mostra Quilombo de Cinema Negro e Indígena; Mostra Que Desejo; Mostra Mulheres+; Mostra Tarrafa; Festival Revoada de Cinema; Mostra Surubim; Festival de Cinema de Arapiraca; Festival de curtas-metragens de Pilar e Circuito Penedo de Cinema
		Bahia	SIM	Circuito Luiz Orlando de Exibição Audiovisual; Sala Walter da Silveira; mostras como Prêmio Grande Otelo, Panorama Internacional Coisa de Cinema, Cine Horror, além de mostras de filmes em parceria com o Instituto Cervantes; Sala Alexandre Robatto; projeto "Os Filmes que Eu Não Vi"; instalação de equipamentos de exibição em 13 salas e espaços culturais geridos pela SECULT e localizados nas periferias de Salvador e no interior do estado; projeto "Filmes que Voam!"; Cine Teatro Solar Boa Vista; Espaço Cultural Alagados; Centro Cultural Plataforma; Cine Teatro Lauro de Freitas; Casa da Música; projeto "Cine Movimenta Centro"; Centro de Cultura ACM (Jequié); Centro de Cultura Adonias Filho (Itabuna); Centro de Cultura Camilo de Jesus Lima (Vitória da Conquista); Centro de Cultura de Guanambi e Centro de Cultura de Porto Seguro

CONNE Grupo A	NORDESTE	Ceará	SIM	Editais de fomento para categorias de criação e manutenção de cineclubes, editais de fomento para mostras e festivais calendarizados, Cinema do Dragão e Cineteatro São Luiz
		Maranhão	SIM	Escola de Cinema do Maranhão; projeto Cineclubes na Escola e projeto Cineclubes para todas as idades
		Paraíba	SIM	Edital de Mostras e Festivais de Cinema; Festival Aruanda do Audiovisual Brasileiro e plataforma de streaming AruandaPlay
		Pernambuco	SIM	Festival de Cinema de Triunfo; Cinema São Luiz; edital Funcultura Audiovisual; Cineclubes XHY 247; Festival Pernambuco Meu País; projeto País do Cinema; Curta Taquary; Cena Nordeste; Cine PE; Noronha2B; Janela Internacional de Cinema do Recife; Recifest; Festival Internacional de Cinema de Realizadoras (FINCAR); VerOuvindo Circula; Festival de Cinema de Caruaru e outros eventos e festivais
CONNE Grupo A	NORDESTE	Piauí	SIM	Plataforma Mapa Cultural
		Rio Grande do Norte	NÃO	
		Sergipe	SIM	Editais da Lei Paulo Gustavo e da Política Nacional Aldir Blanc; cineclubes, mostras e festivais; Festival Ibero-americano de Cinema de Sergipe – Curta-SE; Festival Sercine; Mostra de Cinema Negro – Egbé; Mostra Elas por trás das Câmeras e Festival Internacional de Cinema de Itabaiana
	NORTE	Acre	NÃO	
		Amapá	NÃO	
		Amazonas	NÃO	
		Pará	SIM	Rodas de conversa; debates; workshops; editais e Cineclubes Alexandrino Moreira
		Roraima	NÃO	
		Tocantins	SIM	Editais da Política Nacional Aldir Blanc e Programa de Fortalecimento da Cadeia Produtiva do Audiovisual
FAMES Grupo B	SUDESTE	Espírito Santo	SIM	Prêmio Cineclubes; Edital de Comercialização e Distribuição Audiovisual; Edital de Difusão Audiovisual; editais com recursos da Lei Paulo Gustavo; Edital de Licenciamento de Obras Audiovisuais – Prêmio RNCP e Edital de Salas de Cinema
		Minas Gerais	SIM	Cine Humberto Mauro

	SUL	Paraná	SIM	TV Paraná Turismo; plataforma de streaming Paraná Cultura; Programa Cinema na Praça; exhibições no MIS-PR; projeto Cine Pipoca; projeto Cine Inclusivo e programa Mobilidade Cultural
		Rio Grande do Sul	SIM	Cinematheca Paulo Amorim; Edital Salas de Cinema nos Centros da Juventude; Mostra Gaúcha; Festival de Cinema de Gramado; Prêmio Sedac/Iecine e Festival Cinema Negro em Ação
		Santa Catarina	SIM	Pontos do MIS; exhibições na Sala de Cinema Gilberto Gerlach e exhibições na Sala Multimídia do MIS

Fonte: dados declaratórios dos entes – inscrições Arranjos Regionais 2025.

Nos estados, observa-se que a difusão audiovisual é amplamente contemplada por ações estruturadas em grande parte do país, com iniciativas que incluem cineclubes, circuitos de exibição, mostras, festivais e equipamentos públicos dedicados. A maior parte das unidades federativas declarou manter práticas voltadas à circulação de obras e estímulo ao acesso, com destaque para a diversidade de ações no Nordeste, Sudeste e Sul. Entretanto, alguns estados, sobretudo no Norte e parte do Centro-Oeste, como Acre, Amapá, Amazonas, Roraima, Mato Grosso e Rio Grande do Norte, não possuem iniciativas estruturadas, indicando um cenário desigual de apoio à difusão audiovisual entre os territórios.

QUADRO 29 DIFUSÃO AUDIOVISUAL (MUNICÍPIOS):

Grupo Regional	Região	Estado	Município	Possui iniciativas específicas voltadas para o fortalecimento da difusão audiovisual, tais como cineclubes, circuitos de exibição e afins??	Iniciativas e aparelhos públicos
CONNE Grupo A	CENTRO-OESTE	Mato Grosso do Sul	Campo Grande	SIM	Casa de Cultura
	NORDESTE	Alagoas	Maceió	NÃO	
		Bahia	Salvador	SIM	Cineclube Boca de Brasa; Edital Espaços Boca de Brasa e Cineclube Casa das Histórias
		Ceará	Fortaleza	SIM	Rede Cuca e Cine CUCA
		Paraíba	João Pessoa	SIM	Festival Internacional de Cinema de João Pessoa – FestincineJP e Sala de Cinema Municipal
		Pernambuco	Recife	NÃO	
		Rio Grande do Norte	Natal	NÃO	
	NORTE	Amapá	Macapá	NÃO	
		Amazonas	Manaus	NÃO	
		Roraima	Boa Vista	SIM	Circuitos de exibição de filmes, festivais e apoio a mostras de cinemas locais
		Tocantins	Palmas	SIM	Cine Cultura (sala de cinema Sinhozinho)
FAMES Grupo B	SUDESTE	Minas Gerais	Belo Horizonte	SIM	Programa de Desenvolvimento do Audiovisual – BH nas Telas; festivais, mostras e cineclubes; Cine Santa Tereza (CST); Circuito Municipal de Cultura; debates; chamadas públicas; parcerias institucionais e editais de fomento

	SUL	Paraná	Curitiba	SIM	CinePasseio; Teatro da Vila; Cinema Guarani; Cinemateca de Curitiba; edital do Fundo Municipal da Cultura e vários cineclubes como: SESICineclube, Espoletta Clube de Cinema da UTFPR, Cineclube Manjerição e cineclubes da Cinemateca de Curitiba
			Londrina	SIM	Editais de fomento; Cine Cequinha (UEL); Sessão Kinopus (parceria com Sesi e Villa Rica) e CineSesc no Sesc Cadeião Cultural
			Maringá	NÃO	
		Rio Grande do Sul	Porto Alegre	SIM	Cinemateca Capitólio; mostras e festivais independentes (Fantaspoa – Festival de Cinema Fantástico de Porto Alegre, Cine Esquema Novo, Tela Indígena, entre outros) e sessões de cineclubes (Clube de Cinema de Porto Alegre, Academia das Musas, Cineclube Terror, entre outros)
			Novo Hamburgo	SIM	Cineclubes; editais da Lei Paulo Gustavo; Cinemóvel; Mostra de Filmes Finalistas do Grande Prêmio do Cinema Brasileiro – Prêmio Grande Otelo e Casa das Artes de Novo Hamburgo

Fonte: dados declaratórios dos entes – inscrições Arranjos Regionais 2025.

Nos municípios, a presença de iniciativas de difusão também se concentra em cidades que dispõem de equipamentos culturais e programas específicos, especialmente capitais e centros regionais como Campo Grande, Salvador, Fortaleza, João Pessoa, Boa Vista, Palmas, Belo Horizonte, Curitiba, Londrina, Porto Alegre e Novo Hamburgo. Em contraste, diversas cidades, incluindo Maceió, Recife, Natal, Macapá, Manaus e Maringá, não registram ações estruturadas nesse campo, demonstrando que a capacidade local de promover a circulação e o acesso ao audiovisual permanece bastante desigual e dependente das condições institucionais de cada território.

PRESERVAÇÃO AUDIOVISUAL¹¹

No âmbito da preservação audiovisual, busca-se compreender como os entes públicos têm atuado na proteção da memória e do patrimônio do setor. Para isso, os gestores foram convidados a indicar se, em seus territórios, existem iniciativas específicas voltadas à conservação, restauração e disponibilização pública de acervos e registros audiovisuais. Essa verificação permite avaliar o nível de organização institucional dedicado ao tema.

QUADRO 30 PRESERVAÇÃO AUDIOVISUAL (ESTADOS):

Grupo Regional	Região	Estado	Possui iniciativas específicas voltadas para o setor de preservação audiovisual?	Iniciativas e aparelhos responsáveis pelo acervo e preservação audiovisual
CONNE Grupo A	CENTRO-OESTE	Distrito Federal	NÃO	
		Goiás	NÃO	
		Mato Grosso	NÃO	
		Mato Grosso do Sul	SIM	Museu da Imagem e do Som
	NORDESTE	Alagoas	SIM	Museu da Imagem e do Som de Alagoas
		Bahia	SIM	Cinemateca da Bahia
		Ceará	SIM	Museu da Imagem e do Som e Coordenadoria de Patrimônio e Memória (COPAM)
		Maranhão	NÃO	
		Paraíba	NÃO	
		Pernambuco	SIM	Museu da Imagem e do Som de Pernambuco e Edital Funcultura Audiovisual
		Piauí	SIM	Revitalização do Cine Rex
		Rio Grande do Norte	NÃO	
		Sergipe	SIM	Fundação Aperipê; coletivo de preservação audiovisual Arcazul, responsável pelo projeto Cinemáquina; Programa Rumos Itaú Cultural
	NORTE	Acre	SIM	Filмотeca da Biblioteca Pública e Filмотeca Acreana
		Amapá	SIM	Museu da Imagem e do Som do Amapá

¹¹ Informações detalhadas sobre essas ações estão disponíveis no apêndice deste relatório.



CONNE Grupo A	NORTE	Amazonas	NÃO	
		Pará	SIM	Museu da Imagem e do Som do Pará
		Roraima	NÃO	
		Tocantins	SIM	Plano Estadual de Cultura e editais com recursos da PNAB
FAMES Grupo B	SUDESTE	Espírito Santo	SIM	Editais de Acervos – Midiateca Capixaba; Chamamento Público Memória e Patrimônio e Edital de Seleção de Projetos de Memória e Preservação Audiovisual
		Minas Gerais	SIM	Arquivo Público Mineiro
	SUL	Paraná	SIM	Museu da Imagem e do Som do Paraná; editais do PROFICE e editais com recursos da LPG
		Rio Grande do Sul	SIM	Cinemateca Paulo Amorim e Portal do Cinema Gaúcho
		Santa Catarina	SIM	Museu da Imagem e do Som de Santa Catarina e projeto de preservação via Lei Rouanet

Fonte: dados declaratórios dos entes – inscrições Arranjos Regionais 2025.

Nos estados, as iniciativas de preservação audiovisual apresentam presença significativa em diversas regiões, com ações estruturadas especialmente no Nordeste, Norte, Sudeste e Sul, onde instituições como museus da imagem e do som, cinematecas e programas específicos atuam na salvaguarda de acervos e na manutenção da memória audiovisual. Ainda assim, persistem lacunas importantes no Distrito Federal e em estados como Goiás, Mato Grosso, Maranhão, Paraíba, Rio Grande do Norte, Amazonas e Roraima, que não registram iniciativas formais, revelando desigualdades na capacidade de preservação do patrimônio audiovisual entre os territórios.

QUADRO 31 PRESERVAÇÃO AUDIOVISUAL (MUNICÍPIOS):

Grupo Regional	Região	Estado	Município	Possui iniciativas específicas voltadas para o setor de preservação audiovisual?	Iniciativas e aparelhos responsáveis pelo acervo e preservação audiovisual
CONNE Grupo A	CENTRO-OESTE	Mato Grosso do Sul	Campo Grande	NÃO	
	NORDESTE	Alagoas	Maceió	NÃO	
		Bahia	Salvador	NÃO	
		Ceará	Fortaleza	SIM	Curso de preservação audiovisual oferecido pela Escola de Audiovisual do Complexo Vila das Artes
		Paraíba	João Pessoa	NÃO	
		Pernambuco	Recife	NÃO	
		Rio Grande do Norte	Natal	NÃO	
	NORTE	Amapá	Macapá	NÃO	
		Amazonas	Manaus	NÃO	
		Roraima	Boa Vista	NÃO	
		Tocantins	Palmas	SIM	Biblioteca Municipal Jaime Câmara
FAMES Grupo B	SUDESTE	Minas Gerais	Belo Horizonte	SIM	Museu da Imagem e do Som de Belo Horizonte
	SUL	Paraná	Curitiba	SIM	Cinemateca de Curitiba
			Londrina	SIM	Ações de preservação através do PROMIC, editais da LPG voltados para preservação, Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural de Londrina (COMPAC)
			Maringá	SIM	Setor de Patrimônio Histórico e preservação através de iniciativas particulares
		Rio Grande do Sul	Porto Alegre	SIM	Cinemateca Capitólio
			Novo Hamburgo	NÃO	

Fonte: dados declaratórios dos entes – inscrições Arranjos Regionais 2025.



Nos municípios, observa-se um cenário mais restrito, no qual apenas algumas cidades dispõem de iniciativas dedicadas à preservação, entre elas Fortaleza, Palmas, Belo Horizonte, Curitiba, Londrina, Maringá e Porto Alegre, apoiadas por cinematecas, bibliotecas e ações locais de formação ou gestão de acervos. A maior parte dos municípios analisados não possui iniciativas estruturadas, incluindo Campo Grande, Maceió, Salvador, João Pessoa, Recife, Natal, Macapá, Manaus, Boa Vista e Novo Hamburgo, o que indica fragilidade institucional para assegurar a conservação e a memória audiovisual no âmbito local.



INTERNACIONALIZAÇÃO¹²

No que se refere à internacionalização, busca-se compreender de que maneira os entes públicos têm promovido a inserção do setor audiovisual em circuitos e mercados fora do país. Para isso, os gestores foram convidados a informar se, em seus territórios, existem iniciativas específicas voltadas à circulação internacional de obras, profissionais e empresas, permitindo avaliar a presença de ações destinadas a ampliar a projeção externa do audiovisual. Este levantamento possibilita reconhecer o nível de articulação com redes, eventos e oportunidades internacionais e identificar as desigualdades na capacidade dos territórios de fomentar conexões globais para o setor.

12 Informações detalhadas sobre essas ações estão disponíveis no apêndice deste relatório.



QUADRO 32 INTERNACIONALIZAÇÃO DO SETOR AUDIOVISUAL (ESTADOS):

Grupo Regional	Região	Estado	Possui iniciativas específicas voltadas para a internacionalização do setor audiovisual?
CONNE Grupo A	CENTRO-OESTE	Distrito Federal	SIM
		Goiás	SIM
		Mato Grosso	NÃO
		Mato Grosso do Sul	SIM
	NORDESTE	Alagoas	NÃO
		Bahia	SIM
		Ceará	SIM
		Maranhão	NÃO
		Paraíba	SIM
		Pernambuco	NÃO
		Piauí	NÃO
		Rio Grande do Norte	NÃO
		Sergipe	NÃO
	NORTE	Acre	NÃO
		Amapá	NÃO
		Amazonas	NÃO
		Pará	NÃO
		Roraima	NÃO
		Tocantins	NÃO
FAMES Grupo B	SUDESTE	Espírito Santo	NÃO
		Minas Gerais	SIM
	SUL	Paraná	SIM
		Rio Grande do Sul	SIM
		Santa Catarina	NÃO

Fonte: dados declaratórios dos entes – inscrições Arranjos Regionais 2025.



Nos estados, as iniciativas voltadas à internacionalização do setor audiovisual são limitadas e concentradas em poucos territórios. O Distrito Federal e estados como Goiás, Mato Grosso do Sul, Bahia, Ceará, Paraíba, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul declararam possuir ações específicas. No entanto, a maioria das unidades federativas, especialmente no Norte e em parte do Nordeste, não registra iniciativas, o que evidencia uma baixa inserção internacional estruturada na maior parte do país.

QUADRO 33 INTERNACIONALIZAÇÃO DO SETOR AUDIOVISUAL (MUNICÍPIOS):

Grupo Regional	Região	Estado	Município	Possui iniciativas específicas voltadas para a internacionalização do setor audiovisual?
CONNE Grupo A	CENTRO-OESTE	Mato Grosso do Sul	Campo Grande	NÃO
	NORDESTE	Alagoas	Maceió	NÃO
		Bahia	Salvador	SIM
		Ceará	Fortaleza	SIM
		Paraíba	João Pessoa	SIM
		Pernambuco	Recife	NÃO
		Rio Grande do Norte	Natal	NÃO
	NORTE	Amapá	Macapá	NÃO
		Amazonas	Manaus	NÃO
		Roraima	Boa Vista	NÃO
		Tocantins	Palmas	NÃO
FAMES Grupo B	SUDESTE	Minas Gerais	Belo Horizonte	SIM
	SUL	Paraná	Curitiba	SIM
			Londrina	NÃO
			Maringá	NÃO
		Rio Grande do Sul	Porto Alegre	SIM
			Novo Hamburgo	NÃO

Fonte: dados declaratórios dos entes – inscrições Arranjos Regionais 2025.

Nos municípios, o cenário segue a mesma tendência de baixa abrangência, com iniciativas concentradas em poucos centros urbanos. Salvador, Fortaleza, João Pessoa, Belo Horizonte, Curitiba e Porto Alegre são os principais municípios a dispor de ações voltadas à internacionalização. No entanto, enquanto a maior parte dos demais territórios, incluindo capitais como Maceió, Recife, Natal, Macapá e Manaus, não possui iniciativas estruturadas nessa área. Tais dados indicam que a capacidade de promover a circulação internacional de obras e agentes do audiovisual ainda é restrita a poucos contextos locais.



FILM COMMISSION

A presença de estruturas voltadas à recepção e facilitação de produções é um indicador importante da capacidade dos territórios de organizar e atrair filmagens. Com esse foco, os gestores foram convidados a informar se existe, em suas localidades, uma Film Commission ou iniciativa equivalente dedicada à articulação institucional, orientação de produções e apoio logístico às filmagens. A partir dessas informações, torna-se possível avaliar o nível de organização local voltado ao fortalecimento da produção audiovisual e identificar diferenças na capacidade dos entes públicos de dinamizar o setor por meio da atração de projetos e da criação de ambientes favoráveis ao desenvolvimento da atividade cinematográfica e televisiva.

QUADRO 34 FILM COMMISSION (ESTADOS):

Grupo Regional	Região	Estado	Possui Film Commission ou iniciativa voltada para organização e/ou atração de filmagens para a localidade?	Film Commission
CONNE Grupo A	CENTRO-OESTE	Distrito Federal	SIM	Brasília Film Commission
		Goiás	NÃO	
		Mato Grosso	NÃO	
		Mato Grosso do Sul	SIM	Pantanal Film Commission
	NORDESTE	Alagoas	NÃO	
		Bahia	SIM	Bahia Film Commission e Bahia Filmes
		Ceará	NÃO	
		Maranhão	NÃO	
		Paraíba	NÃO	
		Pernambuco	SIM	Pernambuco Film Commission (fase inicial de implementação)
		Piauí	NÃO	
		Rio Grande do Norte	NÃO	
		Sergipe	NÃO	
	NORTE	Acre	NÃO	
		Amapá	NÃO	
		Amazonas	NÃO	
		Pará	NÃO	
		Roraima	NÃO	
		Tocantins	NÃO	

FAMES Grupo B	SUDESTE	Espírito Santo	SIM	Espírito Santo Film Commission (projeto em desenvolvimento)
		Minas Gerais	SIM	Minas Film Commission
	SUL	Paraná	SIM	Paraná Film Commission
		Rio Grande do Sul	SIM	Film Commissions estruturadas em sete municípios: Bento Gonçalves, Garibaldi, Porto Alegre, Antônio Prado, Gramado, Pelotas e Santa Cruz do Sul
		Santa Catarina	SIM	Santa Catarina Film Commission

Fonte: dados declaratórios dos entes – inscrições Arranjos Regionais 2025.

Nos estados, a presença de Film Commissions ou iniciativas equivalentes é concentrada sobretudo nas regiões Sudeste e Sul, além de ocorrer no Distrito Federal, Mato Grosso do Sul, Bahia e Pernambuco. Entre os casos observados, o Rio Grande do Sul se sobressai no cenário nacional por contar com Film Commissions estruturadas em sete municípios, constituindo um arranjo amplo e articulado de apoio à produção audiovisual. Em contraste, a maior parte dos estados das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste não dispõe desse tipo de estrutura, o que evidencia diferenças significativas na capacidade institucional de organizar filmagens, atrair produções e fortalecer de forma estratégica a cadeia produtiva audiovisual.

QUADRO 35 FILM COMMISSION (MUNICÍPIOS):

Grupo Regional	Região	Estado	Município	Possui Film Commission ou iniciativa voltada para organização e/ou atração de filmagens para a localidade?	Film Commission
CONNE Grupo A	CENTRO-OESTE	Mato Grosso do Sul	Campo Grande	NÃO	
	NORDESTE	Alagoas	Maceió	NÃO	
		Bahia	Salvador	SIM	Salvador Film Commission
		Ceará	Fortaleza	SIM	Fortaleza Film Commission (processo de implementação)
		Paraíba	João Pessoa	SIM	João Pessoa Film Commission
		Pernambuco	Recife	SIM	Recife Film Commission filmcommission.recife.pe.gov.br
		Rio Grande do Norte	Natal	NÃO	
	NORTE	Amapá	Macapá	NÃO	
		Amazonas	Manaus	NÃO	
		Roraima	Boa Vista	NÃO	
		Tocantins	Palmas	NÃO	
FAMES Grupo B	SUDESTE	Minas Gerais	Belo Horizonte	SIM	Belo Horizonte Film Commission portalbelohorizonte.com.br/filmcommission
	SUL	Paraná	Curitiba	SIM	Curitiba Film Commission
			Londrina	SIM	Está iniciando a formação de sua Film Commission, ação organizada com o Estado do Paraná e o SEBRAE.
			Maringá	NÃO	
		Rio Grande do Sul	Porto Alegre	SIM	Porto Alegre Film Commission
			Novo Hamburgo	NÃO	

Fonte: dados declaratórios dos entes – inscrições Arranjos Regionais 2025.



Nos municípios, o cenário segue a mesma tendência de concentração, com iniciativas estruturadas em Salvador, Fortaleza, João Pessoa, Recife, Belo Horizonte, Curitiba, Londrina e Porto Alegre, enquanto a maior parte das demais localidades investigadas não conta com Film Commission ou órgão similar. Essa distribuição demonstra que a organização institucional voltada à recepção e facilitação de produções audiovisuais permanece restrita a poucos centros urbanos, evidenciando disparidades na capacidade local em articular e atrair filmagens.

MAPEAMENTO DE FESTIVAIS DE CINEMA OU GAMES

A realização de levantamentos sobre festivais é fundamental para compreender como os entes públicos acompanham e organizam o calendário de eventos dedicados ao audiovisual e aos jogos eletrônicos. Com esse propósito, os gestores foram convidados a informar se, em seus territórios, houve a condução de mapeamentos sobre festivais de cinema ou de games, possibilitando avaliar o grau de conhecimento institucional sobre a oferta de eventos voltados à exibição, difusão e desenvolvimento desses setores. Esse tipo de verificação permite identificar a articulação dos territórios com iniciativas culturais e criativas e observar a capacidade de planejamento e monitoramento de atividades que fortalecem a circulação de obras e o engajamento de públicos.

QUADRO 36 MAPEAMENTO DE FESTIVAIS DE CINEMA OU GAMES (ESTADOS):

Grupo Regional	Região	Estado	Realizou mapeamento da realização de Festivais de Cinema ou Games (jogos eletrônicos) em seu território?
CONNE Grupo A	CENTRO-OESTE	Distrito Federal	SIM
		Goiás	SIM
		Mato Grosso	NÃO
		Mato Grosso do Sul	SIM
	NORDESTE	Alagoas	SIM
		Bahia	SIM
		Ceará	SIM
		Maranhão	NÃO
		Paraíba	SIM
		Pernambuco	SIM
		Piauí	SIM
		Rio Grande do Norte	NÃO
		Sergipe	SIM
	NORTE	Acre	SIM
		Amapá	SIM
		Amazonas	SIM
		Pará	NÃO
		Roraima	NÃO
		Tocantins	SIM

FAMES Grupo B	SUDESTE	Espírito Santo	SIM
		Minas Gerais	NÃO
	SUL	Paraná	SIM
		Rio Grande do Sul	SIM
		Santa Catarina	SIM

Fonte: dados declaratórios dos entes – inscrições Arranjos Regionais 2025.

Nos estados, o mapeamento da realização de festivais de cinema ou de games mostra ampla presença dessa prática na maioria dos territórios onde diversos estados indicaram ter realizado levantamentos formais. Ainda assim, persistem lacunas importantes em Mato Grosso, Maranhão, Rio Grande do Norte, Pará, Roraima e Minas Gerais, onde não há registro desse tipo de acompanhamento, o que revela diferenças no monitoramento institucional dos eventos audiovisuais e de jogos eletrônicos.

QUADRO 37 MAPEAMENTO DE FESTIVAIS DE CINEMA OU GAMES (MUNICÍPIOS):

Grupo Regional	Região	Estado	Município	Realizou mapeamento da realização de Festivais de Cinema ou Games (jogos eletrônicos) em seu território?
CONNE Grupo A	CENTRO-OESTE	Mato Grosso do Sul	Campo Grande	NÃO
	NORDESTE	Alagoas	Maceió	SIM
		Bahia	Salvador	NÃO
		Ceará	Fortaleza	NÃO
		Paraíba	João Pessoa	NÃO
		Pernambuco	Recife	NÃO
		Rio Grande do Norte	Natal	SIM
	NORTE	Amapá	Macapá	SIM
		Amazonas	Manaus	NÃO
		Roraima	Boa Vista	NÃO
		Tocantins	Palmas	NÃO

FAMES Grupo B	SUDESTE	Minas Gerais	Belo Horizonte	NÃO
	SUL	Paraná	Curitiba	SIM
			Londrina	SIM
			Maringá	NÃO
		Rio Grande do Sul	Porto Alegre	NÃO
			Novo Hamburgo	SIM

Fonte: dados declaratórios dos entes – inscrições Arranjos Regionais 2025.

Nos municípios, o cenário é mais restrito, com poucos territórios declarando ter realizado mapeamentos, entre eles Maceió, Natal, Macapá, Curitiba, Londrina e Novo Hamburgo. A maioria dos municípios, incluindo capitais como Salvador, Fortaleza, João Pessoa, Recife, Manaus e Belo Horizonte, não registrou iniciativas dessa natureza, indicando uma baixa sistematização das informações sobre festivais locais e uma menor capacidade institucional de organizar ou acompanhar o calendário de eventos voltados ao audiovisual e aos games.

FESTIVAIS DE AUDIOVISUAL

A observação da coordenação direta de festivais permite compreender o nível de envolvimento dos entes públicos na promoção e na sustentação de eventos dedicados ao audiovisual. Com esse objetivo, os gestores foram convidados a informar se, em seus territórios, coordenam ou gerenciam um ou mais festivais de audiovisual, o que possibilita avaliar o papel institucional na organização, continuidade e fortalecimento desses espaços de difusão e valorização da produção local.

QUADRO 38 FESTIVAIS DE AUDIOVISUAL (ESTADOS):

Grupo Regional	Região	Estado	Coordena ou gerencia um (ou mais) Festivais de audiovisual?	Descrição
CONNE Grupo A	CENTRO-OESTE	Distrito Federal	SIM	Festival de Brasília do Cinema Brasileiro
		Goiás	SIM	FICA – Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental
		Mato Grosso	NÃO	
		Mato Grosso do Sul	SIM	Pantanal Film Festival
	NORDESTE	Alagoas	NÃO	
		Bahia	SIM	Panorama Internacional Coisa de Cinema; FECIBA – Festival de Cinema Baiano; Animaí – Festival Baiano de Animação e Games; Cine Éden
		Ceará	NÃO	
		Maranhão	NÃO	
		Paraíba	NÃO	
		Pernambuco	SIM	Festival de Cinema de Triunfo
		Piauí	NÃO	
		Rio Grande do Norte	NÃO	
		Sergipe	NÃO	
	NORTE	Acre	NÃO	
		Amapá	NÃO	
		Amazonas	NÃO	
		Pará	NÃO	
		Roraima	NÃO	
		Tocantins	NÃO	

FAMES Grupo B	SUDESTE	Espírito Santo	NÃO	
		Minas Gerais	NÃO	
	SUL	Paraná	NÃO	
		Rio Grande do Sul	SIM	Festival Cinema Negro; Mostra Gaúcha de Longas-Metragens (Festival de Gramado); Prêmio IECINE Legado, Destaque e Inovação; MAEF – Mercado Audiovisual Entre Fronteiras
		Santa Catarina	NÃO	

Fonte: dados declaratórios dos entes – inscrições Arranjos Regionais 2025.

Nos estados, a coordenação direta de festivais de audiovisual é restrita e concentrada em poucos territórios, como Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso do Sul, Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Sul, que mantêm eventos consolidados e iniciativas associadas a grandes festivais. Na maior parte do país, essa coordenação não ocorre, o que evidencia a ausência de festivais organizados pelos entes estaduais e mostra que sua realização depende, em grande medida, de iniciativas independentes ou de outras instâncias institucionais.

QUADRO 39 FESTIVAIS DE AUDIOVISUAL (MUNICÍPIOS):

Grupo Regional	Região	Estado	Município	Coordena ou gerencia um (ou mais) Festivais de audiovisual?	Descrição
CONNE Grupo A	CENTRO-OESTE	Mato Grosso do Sul	Campo Grande	NÃO	
	NORDESTE	Alagoas	Maceió	NÃO	
		Bahia	Salvador	NÃO	
		Ceará	Fortaleza	NÃO	
		Paraíba	João Pessoa	SIM	FestincineJP – Festival Internacional de Cinema de João Pessoa e suas ações: Mostra Parahyba, Mostra Nordeste e Ambiente de Mercado
		Pernambuco	Recife	NÃO	
		Rio Grande do Norte	Natal	NÃO	
	NORTE	Amapá	Macapá	NÃO	
		Amazonas	Manaus	NÃO	
		Roraima	Boa Vista	NÃO	
		Tocantins	Palmas	NÃO	



FAMES Grupo B	SUDESTE	Minas Gerais	Belo Horizonte	NÃO	
	SUL	Paraná	Curitiba	NÃO	
			Londrina	NÃO	
			Maringá	NÃO	
		Rio Grande do Sul	Porto Alegre	NÃO	
			Novo Hamburgo	SIM	Fantasnóia – Festival de Cinema Fantástico e Mostra Inclusão Novo Hamburgo

Fonte: dados declaratórios dos entes – inscrições Arranjos Regionais 2025.

Nos municípios, a presença de coordenação de festivais é ainda mais restrita, com apenas João Pessoa e Novo Hamburgo registrando atuação direta na organização de eventos audiovisuais. A ausência de iniciativas na maior parte, revela um baixo nível de participação direta das administrações locais na manutenção e fortalecimento de festivais, o que limita a oferta regular de espaços públicos dedicados à difusão e valorização da produção audiovisual.

SETOR DE GAMES E INOVAÇÕES NO AUDIOVISUAL¹³

A inserção de ações voltadas a segmentos emergentes do audiovisual é um indicativo importante do quanto os entes públicos têm acompanhado transformações tecnológicas e criativas no setor. Com esse intuito, os gestores foram convidados a informar se, em seus territórios, existem iniciativas específicas direcionadas ao setor de games, jogos digitais ou outras inovações no campo audiovisual. Essa verificação permite avaliar o grau de diversificação das políticas culturais, bem como identificar a capacidade dos estados e municípios de incorporar novos formatos, linguagens e mercados às suas estratégias de desenvolvimento do ecossistema audiovisual.

13 Informações detalhadas sobre essas ações estão disponíveis no apêndice deste relatório.



QUADRO 40 SETOR DE GAMES E INOVAÇÕES NO AUDIOVISUAL (ESTADOS):

Grupo Regional	Região	Estado	Possui iniciativas específicas voltadas para o setor de games/jogos digitais ou outras inovações no audiovisual?
CONNE Grupo A	CENTRO-OESTE	Distrito Federal	SIM
		Goiás	SIM
		Mato Grosso	NÃO
		Mato Grosso do Sul	NÃO
	NORDESTE	Alagoas	NÃO
		Bahia	SIM
		Ceará	SIM
		Maranhão	NÃO
		Paraíba	SIM
		Pernambuco	SIM
		Piauí	SIM
		Rio Grande do Norte	NÃO
		Sergipe	SIM
	NORTE	Acre	NÃO
		Amapá	NÃO
		Amazonas	NÃO
		Pará	NÃO
		Roraima	NÃO
		Tocantins	SIM
FAMES Grupo B	SUDESTE	Espírito Santo	SIM
		Minas Gerais	NÃO
	SUL	Paraná	NÃO
		Rio Grande do Sul	SIM
		Santa Catarina	SIM

Fonte: dados declaratórios dos entes – inscrições Arranjos Regionais 2025.

Nos estados, as iniciativas voltadas ao setor de games, jogos digitais e inovações no audiovisual apresentam distribuição irregular, estando presentes em parte do Centro-Oeste, Nordeste, Sudeste e Sul. Territórios como Distrito Federal, Goiás, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Sergipe, Tocantins, Espírito Santo, Rio Grande do Sul e Santa Catarina indicam possuir ações específicas, enquanto a maior parte dos estados do Norte e alguns do Nordeste e do Centro-Oeste não registram iniciativas, o que evidencia diferenças na incorporação de segmentos emergentes às políticas culturais.



QUADRO 41 SETOR DE GAMES E INOVAÇÕES NO AUDIOVISUAL (MUNICÍPIOS):

Grupo Regional	Região	Estado	Município	Possui iniciativas específicas voltadas para o setor de games/jogos digitais ou outras inovações no audiovisual?
CONNE Grupo A	CENTRO-OESTE	Mato Grosso do Sul	Campo Grande	NÃO
	NORDESTE	Alagoas	Maceió	NÃO
		Bahia	Salvador	NÃO
		Ceará	Fortaleza	NÃO
		Paraíba	João Pessoa	NÃO
		Pernambuco	Recife	NÃO
		Rio Grande do Norte	Natal	SIM
	NORTE	Amapá	Macapá	NÃO
		Amazonas	Manaus	NÃO
		Roraima	Boa Vista	NÃO
		Tocantins	Palmas	NÃO
FAMES Grupo B	SUDESTE	Minas Gerais	Belo Horizonte	SIM
	SUL	Paraná	Curitiba	SIM
			Londrina	SIM
			Maringá	SIM
		Rio Grande do Sul	Porto Alegre	NÃO
			Novo Hamburgo	NÃO

Fonte: dados declaratórios dos entes – inscrições Arranjos Regionais 2025.

Nos municípios, a presença de iniciativas voltadas ao setor de games e inovações é ainda mais limitada, concentrando-se apenas em Natal, Belo Horizonte, Curitiba, Londrina e Maringá. Enquanto isso, a maioria dos municípios avaliados, incluindo capitais como Salvador, Fortaleza, João Pessoa, Recife e Manaus, não possui ações estruturadas nesse campo, o que indica uma adoção incipiente de políticas voltadas aos segmentos inovadores do audiovisual no nível local.



EMPRESAS DESENVOLVEDORAS DE GAMES

A identificação do número de empresas desenvolvedoras de games em atividade nos territórios permite compreender a dimensão e a distribuição desse segmento dentro do ecossistema audiovisual. Para isso, os gestores foram convidados a informar quantas empresas atuam em suas localidades, o que possibilita a avaliação da vitalidade econômica do setor, sua capacidade de inovação e seu peso relativo na dinâmica produtiva regional. Esse levantamento oferece um retrato da presença do mercado de jogos eletrônicos no país e revela diferenças significativas entre os territórios no que tange ao desenvolvimento dessa cadeia criativa e tecnológica.

QUADRO 42 EMPRESAS DESENVOLVEDORAS DE GAMES (ESTADOS):

Grupo Regional	Região	Estado	Possui quantas empresas desenvolvedoras de Games (jogos eletrônicos) atuantes em seu território?
CONNE Grupo A	CENTRO-OESTE	Distrito Federal	20
		Goiás	11
		Mato Grosso	Não informou
		Mato Grosso do Sul	6
	NORDESTE	Alagoas	16
		Bahia	23
		Ceará	32
		Maranhão	6
		Paraíba	Não informou
		Pernambuco	17
		Piauí	1
		Rio Grande do Norte	15
		Sergipe	5
	NORTE	Acre	2
		Amapá	2
		Amazonas	6
		Pará	3
		Roraima	2
		Tocantins	1
FAMES Grupo B	SUDESTE	Espírito Santo	179
		Minas Gerais	4
	SUL	Paraná	341
		Rio Grande do Sul	50
		Santa Catarina	50

Fonte: dados declaratórios dos entes – inscrições Arranjos Regionais 2025.



Nos estados, os dados sobre empresas desenvolvedoras de games evidenciam forte concentração regional, com destaque expressivo para o Paraná, que registra 341 empresas, seguido por Espírito Santo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que também apresentam números elevados. Estados do Nordeste, como Bahia, Ceará e Pernambuco, mostram participação significativa, enquanto diversas unidades federativas das regiões Norte e Centro-Oeste, além de Minas Gerais e Piauí, apresentam quantidade reduzida de empresas ou ausência de informação. O panorama indica disparidades importantes na distribuição territorial do setor, com alguns estados configurando polos mais consolidados e outros apresentando presença mais limitada.

QUADRO 43 EMPRESAS DESENVOLVEDORAS DE GAMES (MUNICÍPIOS):

Grupo Regional	Região	Estado	Município	Possui quantas empresas desenvolvedoras de Games (jogos eletrônicos) atuantes em seu território?
CONNE Grupo A	CENTRO-OESTE	Mato Grosso do Sul	Campo Grande	2
	NORDESTE	Alagoas	Maceió	3
		Bahia	Salvador	43
		Ceará	Fortaleza	21
		Paraíba	João Pessoa	Não informou
		Pernambuco	Recife	11
		Rio Grande do Norte	Natal	10
	NORTE	Amapá	Macapá	20
		Amazonas	Manaus	15
		Roraima	Boa Vista	Não informou
		Tocantins	Palmas	8
FAMES Grupo B	SUDESTE	Minas Gerais	Belo Horizonte	15
	SUL	Paraná	Curitiba	15
			Londrina	51
			Maringá	2
		Rio Grande do Sul	Porto Alegre	3
			Novo Hamburgo	1

Fonte: dados declaratórios dos entes – inscrições Arranjos Regionais 2025.

Nos municípios, também se observa grande variação na concentração de empresas, com Londrina destacando-se como principal polo local (51 empresas), seguida por Salvador, Fortaleza, Macapá, Manaus, Belo Horizonte e Curitiba, que apresentam presença significativa do setor. Em contraste, diversos municípios possuem poucas empresas ou não informaram dados, como João Pessoa e Boa Vista, sugerindo menor desenvolvimento ou menor sistematização das informações. Esse cenário reforça a existência de centros urbanos mais dinâmicos na economia de games, enquanto outros territórios apresentam atuação mais limitada.

Além disso, a comparação entre bases municipais e estaduais revela possíveis incongruências ou lacunas no levantamento — como o fato de Belo Horizonte registrar 15 empresas enquanto Minas Gerais informa apenas 4 — apontando para a necessidade de aprimorar os processos de coleta e sistematização dos dados.

DESENVOLVIMENTO OU FORMAÇÃO EM GAMES¹⁴

O incentivo a segmentos emergentes, como o de jogos eletrônicos, é um indicador relevante do acompanhamento das transformações tecnológicas e criativas no campo audiovisual. Com esse foco, os gestores foram convidados a informar se, em seus territórios, ocorreram ações de fomento ao desenvolvimento de games ou iniciativas de formação em jogos eletrônicos nos últimos seis anos, entre 2019 e 2024. Essa verificação permite avaliar o nível de atenção dedicado pelos entes públicos a uma área em crescimento acelerado, identificando tanto a presença de políticas voltadas à qualificação quanto o estímulo à produção dentro desse segmento em expansão.

14 Informações detalhadas sobre essas ações estão disponíveis no apêndice deste relatório.



QUADRO 44 DESENVOLVIMENTO OU FORMAÇÃO EM GAMES NOS ÚLTIMOS 6 ANOS (ESTADOS):

Grupo Regional	Região	Estado	Fomentou o desenvolvimento de Games (jogos eletrônicos) ou a formação em Games (jogos eletrônicos) nos últimos 6 anos (2019-2024)?
CONNE Grupo A	CENTRO-OESTE	Distrito Federal	SIM
		Goiás	SIM
		Mato Grosso	SIM
		Mato Grosso do Sul	SIM
	NORDESTE	Alagoas	SIM
		Bahia	SIM
		Ceará	SIM
		Maranhão	SIM
		Paraíba	SIM
		Pernambuco	SIM
		Piauí	NÃO
		Rio Grande do Norte	SIM
		Sergipe	SIM
	NORTE	Acre	NÃO
		Amapá	SIM
		Amazonas	NÃO
		Pará	NÃO
		Roraima	NÃO
		Tocantins	SIM
FAMES Grupo B	SUDESTE	Espírito Santo	SIM
		Minas Gerais	NÃO
	SUL	Paraná	SIM
		Rio Grande do Sul	SIM
		Santa Catarina	SIM

Fonte: dados declaratórios dos entes – inscrições Arranjos Regionais 2025.



Nos estados, observa-se que a maior parte dos territórios realizou ações de fomento ao desenvolvimento ou à formação em games entre 2019 e 2024, com presença significativa dessas iniciativas no Centro-Oeste, Nordeste, Sudeste e Sul. Apesar da ampla adesão, ainda existem lacunas importantes, especialmente na região Norte, onde Acre, Amazonas, Pará e Roraima não registram ações no período, além de ausências pontuais em Piauí e Minas Gerais, indicando desigualdades na incorporação dos segmentos emergentes às políticas públicas estaduais.

QUADRO 45 DESENVOLVIMENTO OU FORMAÇÃO EM GAMES NOS ÚLTIMOS 6 ANOS (MUNICÍPIOS)

Grupo Regional	Região	Estado	Município	Fomentou o desenvolvimento de Games (jogos eletrônicos) ou a formação em Games (jogos eletrônicos) nos últimos 6 anos (2019-2024)?
CONNE Grupo A	CENTRO-OESTE	Mato Grosso do Sul	Campo Grande	NÃO
	NORDESTE	Alagoas	Maceió	SIM
		Bahia	Salvador	SIM
		Ceará	Fortaleza	NÃO
		Paraíba	João Pessoa	NÃO
		Pernambuco	Recife	NÃO
		Rio Grande do Norte	Natal	SIM
	NORTE	Amapá	Macapá	SIM
		Amazonas	Manaus	NÃO
		Roraima	Boa Vista	SIM
		Tocantins	Palmas	NÃO
FAMES Grupo B	SUDESTE	Minas Gerais	Belo Horizonte	SIM
	SUL	Paraná	Curitiba	SIM
			Londrina	SIM
			Maringá	SIM
		Rio Grande do Sul	Porto Alegre	SIM
			Novo Hamburgo	SIM

Fonte: dados declaratórios dos entes – inscrições Arranjos Regionais 2025.

Nos municípios, o fomento ao desenvolvimento ou à formação em games apresenta distribuição irregular, concentrando-se em Maceió, Salvador, Natal, Macapá, Boa Vista, Belo Horizonte, Curitiba, Londrina, Maringá, Porto Alegre e Novo Hamburgo. Em contraste, diversas cidades, incluindo Campo Grande, Fortaleza, João Pessoa, Recife, Manaus e Palmas, não registraram iniciativas no período, revelando disparidades significativas na capacidade local de apoiar a expansão do setor de jogos eletrônicos.



EMPRESAS PRODUTORAS DE AUDIOVISUAL

O levantamento do número de empresas produtoras de audiovisual em operação nos territórios permite dimensionar a atividade econômica associada ao setor e compreender sua distribuição regional. Para isso, os gestores foram convidados a informar quantas produtoras atuam em seus estados ou municípios, possibilitando avaliar a presença e a relevância desse segmento na dinâmica produtiva local. Essa identificação contribui para reconhecer diferenças na estruturação do mercado audiovisual, bem como para observar o potencial de geração de trabalho, renda e desenvolvimento cultural vinculado às empresas que compõem essa cadeia.

QUADRO 46 EMPRESAS PRODUTORAS DE AUDIOVISUAL (ESTADOS):

Grupo Regional	Região	Estado	Possui quantas empresas produtoras de audiovisual atuantes em seu território?
CONNE Grupo A	CENTRO-OESTE	Distrito Federal	321
		Goiás	119
		Mato Grosso	1539
		Mato Grosso do Sul	42
	NORDESTE	Alagoas	72
		Bahia	706
		Ceará	235
		Maranhão	70
		Paraíba	108
		Pernambuco	3289
		Piauí	51
		Rio Grande do Norte	70
		Sergipe	75
	NORTE	Acre	25
		Amapá	35
		Amazonas	117
		Pará	149
		Roraima	17
		Tocantins	60
FAMES Grupo B	SUDESTE	Espírito Santo	249
		Minas Gerais	598
	SUL	Paraná	245
		Rio Grande do Sul	618
		Santa Catarina	192

Fonte: dados declaratórios dos entes – inscrições Arranjos Regionais 2025.



Nos estados, a distribuição de empresas produtoras de audiovisual revela grande variação entre os territórios, com números elevados em Pernambuco, Mato Grosso, Bahia, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, que se destacam como polos produtivos. Em contraste, estados como Acre, Roraima, Piauí e Maranhão, apresentam quantidades mais reduzidas, indicando diferenças significativas na intensidade da atividade econômica relacionada ao audiovisual entre as regiões.

QUADRO 47 EMPRESAS PRODUTORAS DE AUDIOVISUAL (MUNICÍPIOS):

Grupo Regional	Região	Estado	Município	Possui quantas empresas produtoras de audiovisual atuantes em seu território?
CONNE Grupo A	CENTRO-OESTE	Mato Grosso do Sul	Campo Grande	52
	NORDESTE	Alagoas	Maceió	71
		Bahia	Salvador	336
		Ceará	Fortaleza	40
		Paraíba	João Pessoa	80
		Pernambuco	Recife	Não informou
		Rio Grande do Norte	Natal	20
	NORTE	Amapá	Macapá	32
		Amazonas	Manaus	120
		Roraima	Boa Vista	20
		Tocantins	Palmas	43
FAMES Grupo B	SUDESTE	Minas Gerais	Belo Horizonte	355
	SUL	Paraná	Curitiba	394
			Londrina	96
			Maringá	136
		Rio Grande do Sul	Porto Alegre	136
			Novo Hamburgo	21

Fonte: dados declaratórios dos entes – inscrições Arranjos Regionais 2025.

Nos municípios, também se observa forte concentração de produtoras em centros urbanos específicos, com destaque para Curitiba, Belo Horizonte, Salvador, Manaus, Porto Alegre e Maringá, que registram os maiores números. Outras cidades, como Natal, Boa Vista e Novo Hamburgo, apresentam presença mais limitada de empresas, evidenciando uma distribuição desigual da atividade produtiva no audiovisual no nível local.

EMPREENDEDORISMO E NEGÓCIOS¹⁵

O estímulo ao empreendedorismo e ao desenvolvimento de negócios no audiovisual constitui um indicador importante da capacidade dos territórios de fortalecer a dimensão econômica do setor. Para identificar esse cenário, os gestores foram convidados a informar se, em seus estados ou municípios, existem iniciativas específicas voltadas ao empreendedorismo e desenvolvimento de negócios para o setor. Essa verificação permite avaliar a presença de ações voltadas à sustentabilidade econômica do audiovisual, bem como observar em que medida os entes públicos têm incentivado a criação, consolidação e expansão de empreendimentos criativos.

QUADRO 48 EMPREENDEDORISMO E DESENVOLVIMENTO DE NEGÓCIOS (ESTADOS):

Grupo Regional	Região	Estado	Possui iniciativas de empreendedorismo e desenvolvimento de negócios para o setor audiovisual?
CONNE Grupo A	CENTRO-OESTE	Distrito Federal	NÃO
		Goiás	NÃO
		Mato Grosso	SIM
		Mato Grosso do Sul	SIM
	NORDESTE	Alagoas	NÃO
		Bahia	SIM
		Ceará	SIM
		Maranhão	NÃO
		Paraíba	NÃO
		Pernambuco	SIM
		Piauí	NÃO
		Rio Grande do Norte	NÃO
		Sergipe	NÃO
	NORTE	Acre	NÃO
		Amapá	NÃO
		Amazonas	SIM
		Pará	NÃO
		Roraima	NÃO
		Tocantins	SIM

¹⁵ Informações detalhadas sobre essas ações estão disponíveis no apêndice deste relatório.



FAMES Grupo B	SUDESTE	Espírito Santo	SIM
		Minas Gerais	SIM
	SUL	Paraná	SIM
		Rio Grande do Sul	SIM
		Santa Catarina	NÃO

Fonte: dados declaratórios dos entes – inscrições Arranjos Regionais 2025.

Nos estados, as iniciativas voltadas ao empreendedorismo e ao desenvolvimento de negócios no setor audiovisual apresentam distribuição desigual, com ações concentradas em parte do Centro-Oeste, Nordeste, Sudeste e Sul. Estados como Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Bahia, Ceará, Pernambuco, Amazonas, Tocantins, Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul declararam possuir iniciativas, enquanto a maioria das unidades do Norte e parte do Nordeste e Centro-Oeste não registram ações estruturadas, evidenciando diferenças na consolidação de ambientes favoráveis ao desenvolvimento econômico do setor.

QUADRO 49 EMPREENDEDORISMO E DESENVOLVIMENTO DE NEGÓCIOS (MUNICÍPIOS):

Grupo Regional	Região	Estado	Município	Possui iniciativas de empreendedorismo e desenvolvimento de negócios para o setor audiovisual?
CONNE Grupo A	CENTRO-OESTE	Mato Grosso do Sul	Campo Grande	NÃO
	NORDESTE	Alagoas	Maceió	NÃO
		Bahia	Salvador	SIM
		Ceará	Fortaleza	NÃO
		Paraíba	João Pessoa	SIM
		Pernambuco	Recife	NÃO
		Rio Grande do Norte	Natal	NÃO
	NORTE	Amapá	Macapá	NÃO
		Amazonas	Manaus	NÃO
		Roraima	Boa Vista	NÃO
		Tocantins	Palmas	NÃO
FAMES Grupo B	SUDESTE	Minas Gerais	Belo Horizonte	SIM
	SUL	Paraná	Curitiba	SIM
			Londrina	SIM
			Maringá	SIM
		Rio Grande do Sul	Porto Alegre	NÃO
			Novo Hamburgo	SIM

Fonte: dados declaratórios dos entes – inscrições Arranjos Regionais 2025.



Nos municípios, observa-se um cenário ainda mais restrito, no qual apenas Salvador, João Pessoa, Belo Horizonte, Curitiba, Londrina, Maringá e Novo Hamburgo contam com iniciativas voltadas ao empreendedorismo e aos negócios no audiovisual. A maior parte das cidades analisadas, incluindo capitais como Campo Grande, Maceió, Fortaleza, Recife, Natal, Macapá e Manaus, não possui ações dessa natureza, o que revela limitações locais na promoção de condições para o fortalecimento econômico e produtivo do setor.

OUTRAS INICIATIVAS¹⁶

A identificação de iniciativas que não se enquadram nos eixos tradicionalmente mapeados da política audiovisual busca revelar práticas complementares desenvolvidas pelos territórios. Para isso, os gestores foram convidados a informar a existência de ações adicionais relacionadas ao setor que não tenham sido contempladas nas categorias anteriores, permitindo reconhecer especificidades locais, projetos experimentais e iniciativas inovadoras. Esse levantamento amplia a compreensão sobre a diversidade de estratégias adotadas pelos entes públicos e evidencia formas alternativas de atuação que enriquecem o ecossistema audiovisual.

16 Informações detalhadas sobre essas ações estão disponíveis no apêndice deste relatório.



QUADRO 50 OUTRAS INICIATIVAS (ESTADOS):

Grupo Regional	Região	Estado	Possui outras iniciativas em outras áreas do setor audiovisual que não foram especificadas anteriormente?
CONNE Grupo A	CENTRO-OESTE	Distrito Federal	SIM
		Goiás	NÃO
		Mato Grosso	NÃO
		Mato Grosso do Sul	NÃO
	NORDESTE	Alagoas	NÃO
		Bahia	NÃO
		Ceará	NÃO
		Maranhão	NÃO
		Paraíba	NÃO
		Pernambuco	NÃO
		Piauí	NÃO
		Rio Grande do Norte	NÃO
		Sergipe	NÃO
	NORTE	Acre	NÃO
		Amapá	NÃO
		Amazonas	NÃO
		Pará	NÃO
		Roraima	NÃO
		Tocantins	SIM
FAMES Grupo B	SUDESTE	Espírito Santo	SIM
		Minas Gerais	NÃO
	SUL	Paraná	SIM
		Rio Grande do Sul	SIM
		Santa Catarina	SIM

Fonte: dados declaratórios dos entes – inscrições Arranjos Regionais 2025.



Nos estados, observa-se que as chamadas “outras iniciativas” relacionadas ao audiovisual aparecem de forma pontual, concentradas no Distrito Federal, Tocantins, Espírito Santo, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. A maioria das unidades federativas não registra ações adicionais além daquelas já mapeadas nas categorias anteriores, indicando que iniciativas complementares no campo audiovisual ainda são pouco sistematizadas e permanecem restritas.

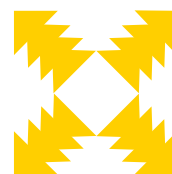
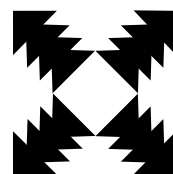
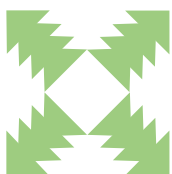
QUADRO 51 OUTRAS INICIATIVAS (MUNICÍPIOS):

Grupo Regional	Região	Estado	Município	Possui outras iniciativas em outras áreas do setor audiovisual que não foram especificadas anteriormente?
CONNE Grupo A	CENTRO-OESTE	Mato Grosso do Sul	Campo Grande	NÃO
	NORDESTE	Alagoas	Maceió	NÃO
		Bahia	Salvador	SIM
		Ceará	Fortaleza	NÃO
		Paraíba	João Pessoa	NÃO
		Pernambuco	Recife	NÃO
		Rio Grande do Norte	Natal	NÃO
	NORTE	Amapá	Macapá	NÃO
		Amazonas	Manaus	NÃO
		Roraima	Boa Vista	NÃO
		Tocantins	Palmas	NÃO
FAMES Grupo B	SUDESTE	Minas Gerais	Belo Horizonte	SIM
	SUL	Paraná	Curitiba	SIM
			Londrina	NÃO
			Maringá	NÃO
		Rio Grande do Sul	Porto Alegre	NÃO
			Novo Hamburgo	NÃO

Fonte: dados declaratórios dos entes – inscrições Arranjos Regionais 2025.

Nos municípios, o cenário é ainda mais limitado, com apenas Salvador, Belo Horizonte e Curitiba apresentando iniciativas complementares no setor audiovisual. A ausência de ações adicionais na maior parte das cidades avaliadas revela que práticas diversificadas e específicas, fora dos eixos tradicionais de política audiovisual, são pouco exploradas no nível local, refletindo que a inovação institucional ainda precisa de expansão.





CONSOLIDAÇÃO DOS DADOS DAS ETAPA 1 E 2 - ANÁLISE

A Etapa 1 do Panorama do Ecosistema Audiovisual apresenta enfoque na estruturação do modelo de governança da cultura nos estados e municípios, enquanto a Etapa 2 aborda os instrumentos de Fomento e Financiamento ao setor. A adesão ao Sistema Nacional de Cultura é sustentada pelo chamado CPF da Cultura (**C**onselho de Política Cultura, **P**lano de Cultura e **F**undo de Cultura). Assim, para estabelecimento de uma análise comparativa dos dados de estruturação do modelo de governança da cultura (em sua dimensão geral) e do audiovisual (na dimensão setorial), estruturou-se o **Índice de Estruturação da Governança Audiovisual** para aplicação nos dados apresentados pelos Arranjos Regionais. O índice tem amplitude de 0 a 8 pontos e permite uma comparação entre os instrumentos já estruturados nas dimensões geral e setorial nos estados e municípios. Ressalta-se que o Índice de Estruturação da Governança Audiovisual possui caráter exclusivamente analítico e exploratório, **não se configurando como instrumento avaliativo, punitivo ou de hierarquização entre entes federativos**. Seu objetivo é subsidiar a compreensão comparada do grau de institucionalização das políticas audiovisuais nos territórios, a partir de informações declaradas pelos próprios entes, contribuindo para o aprimoramento do desenho e da implementação de políticas públicas de caráter cooperativo e indutor. Os resultados apresentados não devem ser interpretados como critérios de desempenho, priorização ou classificação, tampouco como condicionantes para acesso a recursos ou participação em ações futuras.

A composição do Índice é explicada no quadro abaixo:

Item analítico	Critério de mensuração	Dimensão	Pontuação
1	Existência de Conselho de Cultura	Geral Cultura	1
2	Assento específico para o audiovisual nos Conselhos de Cultura	Setorial Audiovisual	1
3	Realização de conferência setorial do audiovisual durante as etapas da Conferência Nacional de Cultura.	Setorial Audiovisual	1
4	Existência de Plano de Cultura	Geral Cultura	1
5	Existência de planejamento específico para o setor audiovisual nos Planos de Cultura	Geral Cultura	1
6	Fundo de Cultura e/ ou Audiovisual	Geral Cultura	1
7	Lei de Incentivo à Cultura (fomento indireto)	Geral Cultura	1
8	Mecanismos próprios de fomento e financiamento ao audiovisual	Setorial Audiovisual	1

O quadro abaixo apresenta a distribuição do **Índice de Estruturação da Governança Audiovisual** nos estados e municípios contemplados no presente panorama:

QUADRO 52 ÍNDICE DE ESTRUTURAÇÃO DA GOVERNANÇA AUDIOVISUAL (ESTADOS)

Grupo Regional	Região	Estado	Critérios de Mensuração (Índice de Estruturação da Governança Audiovisual)								Índice
			1	2	3	4	5	6	7	8	
CONNE Grupo A	CENTRO-OESTE	Distrito Federal	1	0	0	1	1	1	1	1	6
		Goiás	1	1	0	1	1	1	1	1	7
		Mato Grosso	1	1	1	1	1	1	0	0	6
		Mato Grosso do Sul	1	1	1	1	0	1	0	0	5
	NORDESTE	Alagoas	1	1	0	1	1	1	1	0	6
		Bahia	1	0	1	1	0	1	1	1	6
		Ceará	1	1	0	1	0	1	1	1	6
		Maranhão	1	1	0	1	0	1	1	0	5
		Paraíba	1	0	1	1	0	1	1	1	6
		Pernambuco	1	1	1	0	0	1	1	1	6
		Piauí	1	0	1	1	1	0	1	0	5
		Rio Grande do Norte	0	0	0	0	0	0	1	0	1
		Sergipe	1	0	0	0	0	1	0	0	2
	NORTE	Acre	1	1	1	0	0	1	0	0	4
		Amapá	1	1	1	0	0	1	0	0	4
		Amazonas	1	1	0	0	0	1	0	0	3
		Pará	1	1	1	0	0	0	1	0	4
		Roraima	1	1	1	1	0	1	1	0	6
		Tocantins	1	1	0	1	1	1	0	1	6
FAMES Grupo B	SUDESTE	Espírito Santo	1	1	0	1	1	1	1	1	7
		Minas Gerais	1	1	0	1	0	1	1	1	6
	SUL	Paraná	1	1	0	1	0	1	1	1	6
		Rio Grande do Sul	1	1	1	1	1	1	1	1	8
		Santa Catarina	1	1	1	1	1	1	1	1	8

Fonte: dados da pesquisa (2025).



FIGURA 1 MAPA DE CALOR - ÍNDICE DE ESTRUTURAÇÃO DA GOVERNANÇA AUDIOVISUAL (ESTADOS)



Nota: O mapa de calor ilustra a intensidade dos índices, com cores mais fortes indicando maior nível de estruturação e cores mais suaves representando menores graus de consolidação. É importante destacar que Rondônia, São Paulo e Rio de Janeiro não integram o Índice por não estarem abrangidos no escopo deste Panorama.

Nos estados, o Índice de Estruturação da Governança Audiovisual revela um quadro de ampla variação entre os territórios, com pontuações que vão de 1 a 8 pontos, evidenciando disparidades significativas na institucionalização das políticas culturais e, em especial, do audiovisual. Embora alguns estados apresentem níveis elevados de estruturação, como Goiás e Espírito Santo, e outros alcancem patamares máximos de consolidação institucional, como Rio Grande do Sul e Santa Catarina, há contextos marcados por baixos níveis de organização, a exemplo do Rio Grande do Norte, Sergipe e Amazonas.

De modo geral, observa-se que os instrumentos da dimensão geral da cultura, como conselhos, planos e fundos, tendem a estar mais consolidados do que aqueles especificamente voltados ao audiovisual, indicando que a institucionalização setorial ocorre de forma desigual e, em muitos casos, incompleta. Estados com índices mais altos demonstram maior capacidade de planejamento, financiamento e continuidade das

políticas públicas, sustentada pela articulação entre conselhos, planos, fundos, leis de incentivo e mecanismos próprios de fomento ao audiovisual. Em contrapartida, nos estados com índices mais baixos, a ausência ou fragilidade desses instrumentos, sobretudo na dimensão setorial, limita a formulação de políticas específicas e a implementação de estratégias consistentes de estímulo à produção audiovisual. Nos casos intermediários, que concentram a maior parte dos estados, verifica-se a coexistência entre a consolidação de instrumentos gerais da política cultural e lacunas recorrentes no planejamento específico do audiovisual, na realização de conferências setoriais e na existência de mecanismos próprios de fomento, o que reforça a dependência do setor em relação a políticas culturais mais amplas.

Regionalmente, o Nordeste e o Norte apresentam forte heterogeneidade interna, refletindo diferenças históricas de capacidade administrativa, disponibilidade de recursos e prioridade política, enquanto no Sul se destaca a consolidação mais equilibrada entre governança geral e setorial. Assim, os dados indicam que, apesar dos avanços na estruturação da governança cultural nos estados, a consolidação do audiovisual como política pública específica ainda demanda esforços institucionais contínuos, especialmente no fortalecimento do planejamento setorial, da participação institucionalizada e dos mecanismos próprios de fomento e financiamento

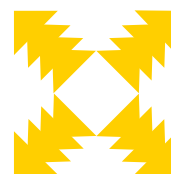
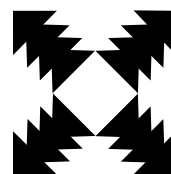
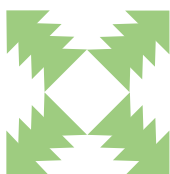
QUADRO 53 ÍNDICE DE ESTRUTURAÇÃO DA GOVERNANÇA AUDIOVISUAL (MUNICÍPIOS)

Grupo Regional	Região	Estado	Município	Critérios de Mensuração (Índice de Estruturação da Governança Audiovisual)								Índice
				1	2	3	4	5	6	7	8	
CONNE Grupo A	CENTRO-OESTE	Mato Grosso do Sul	Campo Grande	1	1	0	1	0	1	0	0	4
		Alagoas	Maceió	1	1	1	1	1	1	1	0	7
	NORDESTE	Bahia	Salvador	1	1	1	1	1	1	1	1	8
		Ceará	Fortaleza	1	1	1	1	0	1	0	1	6
		Paraíba	João Pessoa	1	1	0	0	0	1	0	1	4
		Pernambuco	Recife	1	1	0	1	0	1	1	1	6
		Rio Grande do Norte	Natal	1	0	0	1	1	0	1	0	4
	NORTE	Amapá	Macapá	1	1	0	0	0	1	0	0	3
		Amazonas	Manaus	1	1	0	1	0	1	1	0	5
		Roraima	Boa Vista	0	0	1	0	0	0	1	0	2
		Tocantins	Palmas	1	1	0	1	0	1	0	0	4

FAMES Grupo B	SUDESTE	Minas Gerais	Belo Horizonte	1	1	0	1	0	1	1	1	6
	SUL	Paraná	Curitiba	1	1	1	1	0	1	1	1	7
			Londrina	1	1	1	1	1	1	0	1	7
			Maringá	1	1	1	1	1	1	0	1	7
		Rio Grande do Sul	Porto Alegre	1	1	0	1	1	0	1	0	5
			Novo Hamburgo	1	1	1	1	0	1	0	0	5

Fonte: dados da pesquisa (2025).

A análise dos municípios revela um cenário marcado por contrastes significativos na estruturação da governança do audiovisual, com índices que variam entre 2 e 8 pontos e evidenciam distintos estágios de institucionalização. Enquanto capitais como Salvador, Maceió e Curitiba atingem altos níveis de consolidação, impulsionados pela presença combinada de instrumentos gerais e setoriais de gestão, financiamento e participação social, outros municípios, como Boa Vista e Macapá, mostram estruturas ainda incipientes, ausência de mecanismos específicos de fomento e fragilidade dos componentes do chamado CPF da Cultura. Observa-se que as cidades com maior tradição na formulação de políticas culturais e com sistemas municipais de cultura mais consolidados tendem a apresentar índices elevados, ao passo que municípios com estruturas administrativas mais restritas enfrentam maior dificuldade na institucionalização do audiovisual.



ETAPA 3

EQUIPAMENTOS CULTURAIS

A Etapa 3 tem como objetivo identificar a infraestrutura relacionada ao audiovisual existente em cada território, reunindo informações sobre equipamentos públicos e privados dedicados à exibição, preservação, formação e produção. O levantamento abrange salas de cinema geridas pelo poder público, instituições responsáveis por acervos, equipamentos culturais com atuação no setor e estúdios privados, permitindo avaliar a estrutura disponível e seu papel no desenvolvimento do ecossistema audiovisual local.

SALAS PÚBLICAS DE CINEMA

A abordagem sobre as salas de cinema geridas pelo poder público busca compreender a infraestrutura de difusão audiovisual disponível nos territórios, considerando tanto a existência desses equipamentos quanto seu registro na Ancine e o acesso a recursos da Lei Paulo Gustavo. Esse levantamento permite identificar o papel do poder público na manutenção e oferta de espaços de exibição, essenciais para garantir o acesso da população ao audiovisual, fortalecer circuitos locais e apoiar políticas de formação de público. Além disso, a análise da aplicação de recursos federais evidencia o nível de articulação das salas com mecanismos de fomento e sua capacidade de mobilizar investimentos adicionais.

QUADRO 54 SALAS DE CINEMA GERIDAS PELO PODER PÚBLICO (ESTADOS):

Grupo Regional	Região	Estado	Possui salas de cinema geridas pelo poder público?	Quantas?	As salas possuem registro na Ancine?	As salas foram beneficiadas pela LPG?	Quantas salas foram beneficiadas com recursos da LPG?
CONNE Grupo A	CENTRO-OESTE	Distrito Federal	SIM	1	SIM	NÃO	
		Goiás	SIM	2	SIM	SIM	2
		Mato Grosso	SIM	1	NÃO	NÃO	
		Mato Grosso do Sul	SIM	1	NÃO	NÃO	
	NORDESTE	Alagoas	NÃO				
		Bahia	SIM	2	SIM	SIM	2
		Ceará	SIM	4	SIM	SIM	4
		Maranhão	NÃO				
		Paraíba	SIM	2	SIM	SIM	2
		Pernambuco	SIM	2	SIM	SIM	2
		Piauí	SIM	8	NÃO	SIM	8
		Rio Grande do Norte	SIM	1	NÃO	NÃO	
		Sergipe	NÃO				
	NORTE	Acre	SIM	2	SIM	SIM	2
		Amapá	NÃO				
		Amazonas	SIM	4	NÃO	NÃO	
		Pará	SIM	1	SIM	SIM	1
		Roraima	NÃO				
		Tocantins	SIM	1	SIM	SIM	1
FAMES Grupo B	SUDESTE	Espírito Santo	NÃO				
		Minas Gerais	SIM	1	SIM	SIM	1
	SUL	Paraná	SIM	1	NÃO	NÃO	
		Rio Grande do Sul	SIM	3	SIM	SIM	3
		Santa Catarina	SIM	2	NÃO	SIM	1

Fonte: dados declaratórios dos entes – inscrições Arranjos Regionais 2025.



Nos estados, observa-se uma distribuição heterogênea de salas públicas, com presença mais expressiva em unidades federativas do Nordeste, Norte e Sul, enquanto outras, como Alagoas, Maranhão, Sergipe e Espírito Santo, não possuem salas sob gestão estatal. Entre os estados que dispõem desses equipamentos, parte significativa possui registro na Ancine e foi beneficiada pela Lei Paulo Gustavo, como Goiás, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Acre, Pará, Tocantins, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, indicando articulação institucional e capacidade de captação. Por outro lado, alguns estados que possuem salas — como Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Norte, Amazonas, Paraná e Santa Catarina — não contaram com registro ou não foram beneficiados pelos recursos, revelando variações na integração desses equipamentos às políticas nacionais.

QUADRO 55 SALAS DE CINEMA GERIDAS PELO PODER PÚBLICO (MUNICÍPIOS):

Grupo Regional	Região	Estado	Município	Possui salas de cinema geridas pelo poder público?	Quantas?	As salas possuem registro na Ancine?	As salas foram beneficiadas pela LPG?	Quantas salas foram beneficiadas com recursos da LPG?
CONNE Grupo A	CENTRO-OESTE	Mato Grosso do Sul	Campo Grande	SIM	1	NÃO	NÃO	
	NORDESTE	Alagoas	Maceió	NÃO				
		Bahia	Salvador	NÃO				
		Ceará	Fortaleza	SIM	5	NÃO	NÃO	
		Paraíba	João Pessoa	SIM	1	NÃO	SIM	1
		Pernambuco	Recife	SIM	2	SIM	SIM	2
		Rio Grande do Norte	Natal	NÃO				
	NORTE	Amapá	Macapá	NÃO				
		Amazonas	Manaus	NÃO				
		Roraima	Boa Vista	NÃO				
		Tocantins	Palmas	SIM	1	SIM	SIM	1
FAMES Grupo B	SUDESTE	Minas Gerais	Belo Horizonte	SIM	1	NÃO	SIM	1
	SUL	Paraná	Curitiba	SIM	6	SIM	SIM	1
			Londrina	SIM	2	SIM	NÃO	
			Maringá	SIM	1	NÃO	SIM	1
		Rio Grande do Sul	Porto Alegre	SIM	1	SIM	SIM	1
			Novo Hamburgo	NÃO				

Fonte: dados declaratórios dos entes – inscrições Arranjos Regionais 2025.



Nos municípios, o cenário também apresenta forte diversidade. Cidades como Fortaleza, João Pessoa, Recife, Palmas, Belo Horizonte, Curitiba, Londrina, Maringá, Porto Alegre e Campo Grande possuem salas públicas, embora nem todas estejam registradas na Ancine ou tenham sido beneficiadas pela Lei Paulo Gustavo. Entre elas, Recife, João Pessoa, Palmas, Belo Horizonte, Curitiba, Maringá e Porto Alegre destacam-se pela captação de recursos da LPG. Em contraste, diversas cidades importantes — como Maceió, Salvador, Natal, Macapá, Manaus, Boa Vista e Novo Hamburgo — não possuem salas de cinema geridas pelo poder público, indicando ausência dessa infraestrutura cultural e reforçando desigualdades no acesso a espaços públicos de exibição audiovisual no âmbito municipal.

CINEMATECA, MIS OU ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELA SALVAGUARDA DE ACERVOS AUDIOVISUAIS

A identificação dos órgãos responsáveis pela salvaguarda de acervos audiovisuais permite compreender o grau de institucionalização das políticas voltadas à preservação da memória e do patrimônio audiovisual nos territórios. A presença de Museus da Imagem e do Som, cinematecas e arquivos especializados é um indicador central da capacidade de manter, organizar e disponibilizar acervos, assegurando continuidade histórica, acesso público e suporte às políticas de difusão, pesquisa e formação.

QUADRO 56 ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS PELA SALVAGUARDA DE ACERVOS AUDIOVISUAIS (ESTADOS):

Grupo Regional	Região	Estado	Possui Museu da Imagem e do Som (MIS), Cinemateca ou órgão responsável pela salvaguarda de acervos audiovisuais?	Indique a Cinemateca, MIS ou órgão responsável pela salvaguarda de acervos audiovisuais
CONNE Grupo A	CENTRO-OESTE	Distrito Federal	NÃO	
		Goiás	SIM	Gerência de Museus, Bibliotecas, Instituto do Livro e Arquivo Histórico E-mail: gemceg.secult@goias.gov.br
		Mato Grosso	SIM	Museu da Imagem e do Som de Cuiabá - MISC (gestão municipal) Museu Lázaro Papazian
		Mato Grosso do Sul	SIM	Museu da Imagem e do Som E-mail: misdems@gmail.com
	NORDESTE	Alagoas	SIM	Museu da Imagem e do Som de Alagoas Email: misa.cultura.al@gmail.com
		Bahia	SIM	Cinemateca da Bahia Email: cinematecadabahia@funceb.ba.gov.br
		Ceará	SIM	Museu da Imagem e do Som do Ceará E-mail: mis-ce@institutomirante.org
		Maranhão	SIM	Museu da Imagem e Som instagram.com/ museudaimagemedosomma/
		Paraíba	NÃO	
		Pernambuco	SIM	Museu da Imagem e do Som de Pernambuco mispe@fundarpe.pe.gov.br Email: contato.mispe@gmail.com
		Piauí	SIM	Fundação Municipal de Cultura Monsenhor Chaves (gestão municipal)
		Rio Grande do Norte	SIM	Cinemateca Potiguar (vinculada ao IFRN) E-mail: cinematecapotiguar@gmail.com
		Sergipe	NÃO	
	NORTE	Acre	NÃO	
		Amapá	SIM	Museu da Imagem e do Som do Amapá
		Amazonas	SIM	Museu da Imagem e do Som do Amazonas Email: misam@cultura.am.gov.br
		Pará	SIM	Museu da Imagem e do Som do Pará
		Roraima	NÃO	
		Tocantins	NÃO	

FAMES Grupo B	SUDESTE	Espírito Santo	SIM	Midioteca Capixaba midioteca.es.gov.br Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES) ape.es.gov.br
		Minas Gerais	SIM	Arquivo Público Mineiro E-mail: referencia.apm@secult.mg.gov.br
	SUL	Paraná	SIM	Museu da Imagem e do Som do Paraná - MIS/PR e-mail: mis@seec.pr.gov.br
		Rio Grande do Sul	SIM	Museu de Comunicação Hipólito José da Costa (MuseCom) Email: musecom@sedac.rs.gov.br
		Santa Catarina	SIM	Museu da Imagem e do Som de Santa Catarina - MIS-SC Email: mis@fcc.sc.gov.br Cinemateca ABD/SC (gestão associação)

Fonte: dados declaratórios dos entes – inscrições Arranjos Regionais 2025.

Nos estados, observa-se ampla presença de órgãos de salvaguarda, concentrada majoritariamente nas regiões Nordeste, Sudeste e Sul, além de parte do Centro-Oeste e do Norte. A maioria dos estados dispõe de museus, cinematecas ou arquivos dedicados, como Bahia, Ceará, Pernambuco, Pará, Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, demonstrando estruturas sólidas de preservação. Entretanto, unidades como Distrito Federal, Paraíba, Sergipe, Acre, Roraima e Tocantins não possuem órgãos específicos, evidenciando lacunas importantes na capacidade de conservação institucionalizada dos acervos audiovisuais.

QUADRO 57 ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS PELA SALVAGUARDA DE ACERVOS AUDIOVISUAIS (MUNICÍPIOS):

Grupo Regional	Região	Estado	Município	Possui Museu da Imagem e do Som (MIS), Cinemateca ou órgão responsável pela salvaguarda de acervos audiovisuais?	Indique a Cinemateca, MIS ou órgão responsável pela salvaguarda de acervos audiovisuais
CONNE Grupo A	CENTRO-OESTE	Mato Grosso do Sul	Campo Grande	NÃO	
	NORDESTE	Alagoas	Maceió	NÃO	
		Bahia	Salvador	SIM	Arquivo Público Municipal - Casa das Histórias de Salvador arquivopublico@salvador.ba.gov.br
		Ceará	Fortaleza	SIM	Museu da Imagem e do Som
		Paraíba	João Pessoa	SIM	NUDOC - Núcleo de Documentação Cinematográfica, vinculado a UFPB. www.prac.ufpb.br/prac/contents/paginas/nucleos-1/nucleo-de-documentacao-cinematografica
		Pernambuco	Recife	NÃO	
		Rio Grande do Norte	Natal	NÃO	
	NORTE	Amapá	Macapá	NÃO	
		Amazonas	Manaus	NÃO	
		Roraima	Boa Vista	NÃO	
		Tocantins	Palmas	SIM	Setor de Patrimônio possui um Arquivo Público
FAMES Grupo B	SUDESTE	Minas Gerais	Belo Horizonte	SIM	Museu da Imagem e do Som de Belo Horizonte - MIS BH, vinculado à Fundação Municipal de Cultura. mis.fmc@pbh.gov.br
	SUL	Paraná	Curitiba	SIM	Cinemateca de Curitiba msaboia@curitiba.pr.gov.br
			Londrina	NÃO	
			Maringá	NÃO	
		Rio Grande do Sul	Porto Alegre	SIM	Cinemateca Capitólio cinematecacapitolio@gmail.com www.capitolio.org.br/
			Novo Hamburgo	NÃO	

Fonte: dados declaratórios dos entes – inscrições Arranjos Regionais 2025.



Nos municípios, a presença desses órgãos é mais restrita e concentrada em poucos territórios, como Salvador, Fortaleza, João Pessoa, Palmas, Belo Horizonte, Curitiba e Porto Alegre, que dispõem de estruturas formais voltadas à salvaguarda de acervos. Em grande parte das cidades analisadas — incluindo Campo Grande, Maceió, Recife, Natal, Macapá, Manaus, Boa Vista, Londrina, Maringá e Novo Hamburgo — não há instituições específicas dedicadas a essa função, o que evidencia um cenário local marcado por fragilidade na preservação da memória audiovisual e por forte dependência das estruturas estaduais, federais ou universitárias.

INFRAESTRUTURA AUDIOVISUAL

A identificação das instituições destinadas à infraestrutura audiovisual permite compreender a capacidade instalada dos territórios para sustentar processos de criação, produção e circulação de conteúdos. A presença desses equipamentos é um indicador fundamental do nível de desenvolvimento do ecossistema audiovisual, pois evidencia a existência de ambientes adequados para a qualificação profissional, o fortalecimento da produção local e a dinamização das atividades econômicas associadas ao setor. Assim, o mapeamento da infraestrutura audiovisual revela como estados e municípios estruturam suas bases materiais.

QUADRO 58 INFRAESTRUTURA AUDIOVISUAL (ESTADOS):

Grupo Regional	Região	Estado	Possui instituições destinadas à infraestrutura audiovisual?	Quantas instituições são destinadas à infraestrutura audiovisual?	Indique as instituições
CONNE Grupo A	CENTRO-OESTE	Distrito Federal	NÃO		
		Goiás	NÃO		
		Mato Grosso	NÃO		
		Mato Grosso do Sul	SIM	1	Núcleo De Produção Digital - NPD
	NORDESTE	Alagoas	NÃO		
		Bahia	SIM	2	Bahia Filmes e TVE (televisão educativa da Bahia)
		Ceará	SIM	6	Escola Porto Iracema Das Artes; Centro Cultural do Bom Jardim; Cineteatro São Luiz; Cinema do Dragão; Museu da Imagem e do Som e Porto Dragão
		Maranhão	NÃO		
		Paraíba	SIM	1	Fundação Espaço Cultural da Paraíba - FUNESC
		Pernambuco	SIM	5	Cinemateca Pernambucana Jota Soares vinculada à Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj); Cinemas da Fundação Joaquim Nabuco; Theatro Cinema Guarany (Fundarpe); Cinema São Luiz (Fundarpe); Portomídia, núcleo dentro do Porto Digital.
		Piauí	NÃO		
		Rio Grande do Norte	SIM	1	Núcleo de Produção Digital - NPD/RN, pertencente ao IFRN Campus Natal Centro Histórico.
		Sergipe	SIM	2	Universidade Federal de Sergipe (UFS) - Curso de Graduação e Mestrado Interdisciplinar em Cinema; SESC Sergipe - possui formação para estudantes do ensino médio.

CONNE Grupo A	NORTE	Acre	NÃO		
		Amapá	SIM	8	Cine Teatro Territorial; Cine Teatro das Bacabeiras (em reforma); Centro de Difusão Cultural (em reforma); Núcleo de Produção Digital Equinócio (em reforma); Cine Teatro Silvio Romero (município de Santana); Museu Kuahí dos Povos Indígenas (município de Oiapoque); Palácio da Cultura Fernando Canto (Sede do Conselho Estadual de Política Cultural) e Biblioteca Pública Elcy Lacerda.
		Amazonas	NÃO		
		Pará	NÃO		
		Roraima	NÃO		
		Tocantins	SIM	4	UNITINS TV – emissora de televisão da Universidade Estadual do Tocantins; SECOM – Secretaria de Comunicação do Estado do Tocantins e SECULT – Secretaria de Cultura do Estado do Tocantins (através dos equipamentos do MovCéu e Céus da Cultura).
FAMES Grupo B	SUDESTE	Espírito Santo	NÃO		
		Minas Gerais	NÃO		
	SUL	Paraná	SIM	17	Locação de equipamentos: Em Curitiba, Back Bros, Red Mamute, Infracine (antiga Locall), Video Locos, Marios Mov, Locadora Curitiba Vibe, Locadora de Equipamentos Audiovisual e Curitiba Central de Locação. Em Pinhais, Armada (antiga Cine Movimento). Locação de estúdio: Em Curitiba, Cria Filmes, Video Loc e Lowkey. Em Foz do Iguaçu, Vision Art. Em Londrina, Dopamina Produções Ltda e NTV Cine Video. Em Maringá, Estúdio Telescope – Cosmos Filmes. Em Pinhais, Armada.
		Rio Grande do Sul	SIM	1	Laboratório Odilon Lopez, vinculado ao Instituto Estadual de Cinema do RS e localizado na Casa de Cultura Mario Quintana, instituição da SEDAC, em Porto Alegre.
		Santa Catarina	NÃO		

Fonte: dados declaratórios dos entes – inscrições Arranjos Regionais 2025.



Nos estados, a infraestrutura audiovisual revela desigualdades acentuadas. Ceará, Pernambuco e Amapá concentram o maior número de instituições dedicadas à infraestrutura, enquanto Bahia, Paraíba, Rio Grande do Norte, Sergipe, Mato Grosso do Sul, Tocantins e Paraná também dispõem de equipamentos relevantes. Em sentido oposto, estados como Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Alagoas, Maranhão, Piauí, Amazonas, Pará, Roraima, Espírito Santo, Minas Gerais e Santa Catarina não registram instituições voltadas à infraestrutura audiovisual, o que evidencia a ausência de bases públicas de apoio ao setor. O resultado é um quadro em que poucos estados contam com infraestrutura consolidada, enquanto a maior parte apresenta uma estrutura inexistente ou bastante limitada.



QUADRO 59 INFRAESTRUTURA AUDIOVISUAL (MUNICÍPIOS):

Grupo Regional	Região	Estado	Município	Possui instituições destinadas à infraestrutura audiovisual?	Quantas instituições são destinadas à infraestrutura audiovisual?	Indique as instituições
CONNE Grupo A	CENTRO-OESTE	Mato Grosso do Sul	Campo Grande	NÃO		
	NORDESTE	Alagoas	Maceió	NÃO		
		Bahia	Salvador	NÃO		
		Ceará	Fortaleza	SIM	6	Museu da Imagem e do Som; Secult; Curso de Cinema e Audiovisual; Curso de Animação, Cinema e Fotografia – Casa Amarela Eusélio Oliveira da UFC; Escola de Audiovisual do Complexo Vila das Artes – Prefeitura; Programa de Formação Básica em Audiovisual – Escola Porto Iracema das Artes; Curso de Cinema e Audiovisual – UFC (graduação); Programa Fortaleza Film Commission em implementação.
		Paraíba	João Pessoa	NÃO		
		Pernambuco	Recife	NÃO		
		Rio Grande do Norte	Natal	NÃO		
	NORTE	Amapá	Macapá	NÃO		
		Amazonas	Manaus	NÃO		
		Roraima	Boa Vista	NÃO		
		Tocantins	Palmas	NÃO		

FAMES Grupo B	SUDESTE	Minas Gerais	Belo Horizonte	SIM	1	NPD-BH, integrado ao Cine Santa Tereza (CST) e à área de Audiovisual da ELA-ARENA, é um equipamento público que visa à democratização dos meios e espaços de produção audiovisual.
	SUL	Paraná	Curitiba	SIM	5	Cinemateca de Curitiba; Cine Passeio; Cine Guarani; Teatro da Vila; Museu da Imagem e do Som do Paraná (MIS); Curitiba Film Commission; Secretaria de Estado da Cultura do Paraná (Secult); PUCPR – Curso de Cinema e Audiovisual e Escola de Belas Artes; Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR); UNICURITIBA – Graduação em Produção Audiovisual; Instituto Federal do Paraná (IFPR) – Laboratório de Áudio e Vídeo; Estúdio Riachuelo (Fundação Cultural de Curitiba); Núcleo de Audiovisual do IFPR; SIAPAR; AVEC-PR (Associação de Cinema e Vídeo Paraná); SATED PR – Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões no Estado do Paraná.
			Londrina	NÃO		
			Maringá	NÃO		
		Rio Grande do Sul	Porto Alegre	NÃO		
			Novo Hamburgo	NÃO		

Fonte: dados declaratórios dos entes – inscrições Arranjos Regionais 2025.



Nos municípios, o cenário é ainda mais concentrado, o que evidencia fragilidades mais profundas. Apenas Fortaleza, Curitiba e Belo Horizonte apresentam instituições diretamente ligadas à infraestrutura audiovisual — que abrangem museus, cursos universitários, núcleos de produção e equipamentos culturais especializados —, sendo, portanto, raros polos estruturados em um amplo conjunto de cidades sem equipamentos dedicados.

A maioria dos municípios analisados, incluindo capitais como Maceió, Salvador, João Pessoa, Recife, Natal, Macapá, Manaus e Boa Vista, não possui qualquer instituição do tipo, revelando ausência de bases materiais locais. Isso evidencia que, enquanto poucos municípios reúnem condições favoráveis para o fortalecimento do audiovisual, a maior parte permanece sem infraestrutura pública dedicada, o que limita o potencial de desenvolvimento no setor.

ESTÚDIO DE GRAVAÇÃO AUDIOVISUAL PRIVADO

O levantamento dos estúdios privados de gravação audiovisual permite compreender a dinâmica produtiva instalada nos territórios, uma vez que esses equipamentos constituem parte essencial da cadeia de criação, filmagem e finalização de conteúdos. A presença de estúdios contribui diretamente para a autonomia produtiva local, a geração de empregos e o fortalecimento de arranjos econômicos regionais ligados ao audiovisual.

QUADRO 60 ESTÚDIO DE GRAVAÇÃO AUDIOVISUAL PRIVADO (ESTADOS):

Grupo Regional	Região	Estado	Possui estúdio de gravação audiovisual privado?	Quanto estúdios de gravação audiovisual privados tem em sua localidade?
CONNE Grupo A	CENTRO-OESTE	Distrito Federal	NÃO	
		Goiás	NÃO	
		Mato Grosso	SIM	5
		Mato Grosso do Sul	SIM	5
	NORDESTE	Alagoas	SIM	7
		Bahia	SIM	20
		Ceará	NÃO	
		Maranhão	SIM	10
		Paraíba	NÃO	
		Pernambuco	SIM	23
		Piauí	SIM	6
		Rio Grande do Norte	SIM	30
		Sergipe	SIM	10
	NORTE	Acre	NÃO	
		Amapá	SIM	4
		Amazonas	NÃO	
		Pará	NÃO	
		Roraima	SIM	10
		Tocantins	SIM	38
FAMES Grupo B	SUDESTE	Espírito Santo	SIM	45
		Minas Gerais	NÃO	
	SUL	Paraná	SIM	8
		Rio Grande do Sul	SIM	
		Santa Catarina	SIM	12

Fonte: dados declaratórios dos entes – inscrições Arranjos Regionais 2025.



Nos estados, observa-se grande variação na presença de estúdios privados, com forte concentração em alguns territórios. Espírito Santo, Tocantins, Pernambuco, Bahia e Rio Grande do Norte figuram entre os que apresentam os maiores quantitativos, sugerindo ambientes produtivos mais dinâmicos e estruturados. Outros estados, como Maranhão, Sergipe, Piauí e Paraná, também registram números relevantes. Em contraste, diversas unidades federativas — incluindo Distrito Federal, Goiás, Acre, Amazonas, Pará e Minas Gerais — não contam com estúdios de gravação ou apresentam ausência total de informações, o que pode indicar baixa ou inexistente capacidade produtiva privada ou, ainda, falta de coleta sistemática de dados. Essa distribuição assimétrica evidencia diferenças marcantes no desenvolvimento do setor audiovisual, com poucos estados concentrando a infraestrutura necessária para sustentar produções mais frequentes e complexas.

QUADRO 61 ESTÚDIO DE GRAVAÇÃO AUDIOVISUAL PRIVADO (MUNICÍPIOS):

Grupo Regional	Região	Estado	Município	Possui estúdio de gravação audiovisual privado?	Quanto estúdios de gravação audiovisual privados tem em sua localidade?
CONNE Grupo A	CENTRO-OESTE	Mato Grosso do Sul	Campo Grande	SIM	5
	NORDESTE	Alagoas	Maceió	NÃO	
		Bahia	Salvador	SIM	3
		Ceará	Fortaleza	SIM	6
		Paraíba	João Pessoa	SIM	4
		Pernambuco	Recife	SIM	99
		Rio Grande do Norte	Natal	SIM	6
	NORTE	Amapá	Macapá	SIM	20
		Amazonas	Manaus	NÃO	
		Roraima	Boa Vista	SIM	10
		Tocantins	Palmas	NÃO	
FAMES Grupo B	SUDESTE	Minas Gerais	Belo Horizonte	SIM	50
	SUL	Paraná	Curitiba	SIM	
			Londrina	SIM	108
			Maringá	SIM	5
		Rio Grande do Sul	Porto Alegre	SIM	8
			Novo Hamburgo	SIM	9

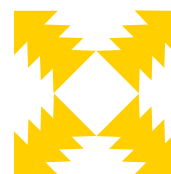
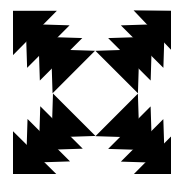
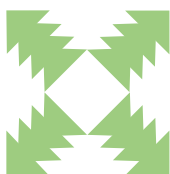
Fonte: dados declaratórios dos entes – inscrições Arranjos Regionais 2025.

Nos municípios, o cenário revela ainda maior concentração, marcada por polos fortemente estruturados e, por localidades com presença limitada ou inexistente de estúdios. Londrina e Recife se destacam com números expressivos, 108 e 99 estúdios



respectivamente. Belo Horizonte, Macapá, Fortaleza e Natal também apresentam quantidades relevantes, indicando maior dinamismo local. Em contraste, cidades como Manaus, Maceió, João Pessoa e Palmas registram poucos ou nenhum estúdio, o que limita sua capacidade de produção audiovisual e evidencia vulnerabilidades estruturais.

Além disso, a ausência de informações completas, em alguns casos, sugere falhas ou lacunas no levantamento de dados, o que pode subestimar a real distribuição da infraestrutura produtiva, o que aponta para um padrão de concentração em polos específicos e demonstra capacidade reduzida ou dependência de estruturas externas.



ETAPA 4

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

A etapa 4 dedica-se à reunião de informações complementares e referências técnicas sobre o setor audiovisual nos estados e municípios. As informações apresentadas foram enviadas diretamente pelos entes federativos, reunindo materiais que ampliam a compreensão do cenário audiovisual em cada território e que não foram contemplados nas etapas anteriores. Nesta etapa, também serão acrescentados links, documentos, sites, redes sociais e outras referências, contribuindo para a contextualização e o aprofundamento das políticas e dinâmicas do audiovisual em cada localidade.

QUADRO 62 INFORMAÇÕES ADICIONAIS (ESTADOS):

Grupo Regional	Região	Estado	Documentos, links e referências
CONNE Grupo A	CENTRO-OESTE	Distrito Federal	Site Institucional: www.cultura.df.gov.br/ Redes Sociais: www.flickr.com/photos/secretariadeculturadf/albums/ www.youtube.com/Secec-DF Instagram: @sececdf x: @SececDF
		Goiás	Site Institucional: goias.gov.br/cultura/ Redes Sociais: www.instagram.com/secultgoias/?hl=pt www.youtube.com/@secultgoiasoficial Editais PNAB 2024: goias.gov.br/cultura/pnab/editais-2024 Relatório de Indicadores do Audiovisual 2025 (Lei Paulo Gustavo): goias.gov.br/cultura/relatorio-do-audiovisual-2025-aponta-avancos-e-impactos-da-lei-paulo-gustavo-em-goias Plano Estadual de Cultura: goias.gov.br/cultura/wp-content/uploads/sites/25/2022/01/PLANO_DE_CULTURA__MINUTA_CEC___REVISADA__27.10.2021-1-05a.pdf Artigo: Profissionais de Som do Audiovisual: www.anais.ueg.br/index.php/sau/article/view/15565/12459
		Mato Grosso	Site Institucional: www.secel.mt.gov.br/ Redes Sociais: www.instagram.com/secelmt?igsh=dnh6anB6cmZnZ2Qw Relatório de Editais - Aldir Blanc (2021/2022): www.secel.mt.gov.br/documents/362998/22795340/aldir%20blanc%20final%202.pdf/52d9debc-f876-40e6-ff95-1d3f9d5a9673
		Mato Grosso do Sul	www.instagram.com/fundacaodeculturams/ Plano Estadual de Desenvolvimento da Economia Criativa: www.setesc.ms.gov.br/wp-content/uploads/2024/08/Plano-Estadual-de-Economia-Criativa-MS.pdf Projetos de Extensão – Audiovisual: faalc.ufms.br/projetos-de-extensao-audiovisual
	NORDESTE	Alagoas	Site Institucional: www.secult.al.gov.br Redes Sociais: www.instagram.com/secultal Festival Alagoanes - 100 anos de audiovisual em Alagoas: www.festivalalagoanes.com.br/wp-content/uploads/2022/11/Festival-Alagoanes-100-anos-de-Audiovisual-em-Alagoas-1-1-2-2.pdf A economia criativa do audiovisual em Alagoas no pós-pandemia - perspectivas, desafios e oportunidades: sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/AL/Anexos/Relat%c3%b3rio%20Economia%20Criativa%20do%20Audiovisual_Elder%20Maia%20Alves.pdf
		Bahia	Site Institucional: www.ba.gov.br/cultura/ Redes Sociais: www.instagram.com/secultba www.facebook.com/secultba www.youtube.com/plugcultura www.flickr.com/photos/secultba LEI Nº 12.365: leisestaduais.com.br/ba/lei-ordinaria-n-12365-2011-bahia-dispoe-sobre-a-politica-estadual-de-cultura-institui-o-sistema-estadual-de-cultura-e-da-outras-providencias LEI Nº 14.877: leisestaduais.com.br/ba/lei-ordinaria-n-14877-2025-bahia-autoriza-o-poder-executivo-a-instituir-a-bahia-filmes-companhia-de-audiovisual-do-estado-da-bahia-e-da-outras-providencias?origin=instituicao
		Ceará	Site Institucional: www.secult.ce.gov.br/ Redes Sociais: instagram.com/secultceara Desempenho do Setor Audiovisual Cearense - 2010 a 2022: www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2024/06/ipece_informe_247_28Jun2024.pdf
		Maranhão	Site Institucional: www.cultura.ma.gov.br/ Redes Sociais: www.instagram.com/cultura.maranhao/
		Paraíba	Site Institucional: cultura.pb.gov.br Redes Sociais: www.instagram.com/secultpb Streaming AruandaPlay: www.aruandaplay.com.br



CONNE Grupo A	NORDESTE	Pernambuco	Site Institucional: www.cultura.pe.gov.br/ Redes Sociais: www.instagram.com/culturape www.youtube.com/@secultpe Publicações da Secretaria de Cultura: www.cultura.pe.gov.br/pagina/publicacoes/ Panorama da Lei Aldir Blanc: gplanculturape.shinyapps.io/Lei_aldir_blanc/ Panorama da Lei Paulo Gustavo: secultpe-oblc.shinyapps.io/leipaulogustavo/ Panorama da Política Nacional Aldir Blanc: secultpe-oblc.shinyapps.io/pnab/
		Piauí	Site Institucional: http://www.cultura.pi.gov.br/ Redes Sociais: www.instagram.com/cultura_pi Estudo da Aplicação Financeira e dos Impactos Culturais do conjunto de Editais da Lei Paulo Gustavo no estado do Piauí: http://www.cultura.pi.gov.br/wp-content/uploads/2025/08/Estudo-da-Aplicac%C3%A7%C3%A3o-Financeira-e-dos-Impactos-Culturais-do-conjunto-de-Editais-da-Lei-Paulo-Gustavo-no-estado-do-Piaui%C3%81-23_05-1-1.pdf
		Rio Grande do Norte	Site Institucional: www.secult.rn.gov.br Redes Sociais: www.instagram.com/secultrn/
		Sergipe	Site Institucional: www.se.gov.br/FUNCAP Redes Sociais: www.instagram.com/funcapse
	NORTE	Acre	Site Institucional: www.femcultura.ac.gov.br Redes Sociais: www.instagram.com/femculturaac
		Amapá	
		Amazonas	Site Institucional: cultura.am.gov.br/ Redes Sociais: www.instagram.com/culturadoam
		Pará	Site Institucional: www.secult.pa.gov.br Redes Sociais: www.instagram.com/secultpara Cultura, sustentabilidade e mudanças climáticas: das ideias à ação: secult.pa.gov.br/download/124/cultura-sustentabilidade-e-mudancas-climaticas
		Roraima	Site Institucional: secult.rr.gov.br
		Tocantins	Site Institucional: www.to.gov.br/secult Redes Sociais: www.instagram.com/culturato www.youtube.com/@cultura_to



FAMES Grupo B	SUDESTE	Espírito Santo	<p>Site Institucional: secult.es.gov.br/</p> <p>Redes Sociais: www.instagram.com/secult.es/</p> <p>Rotas Estratégicas para o Futuro do Espírito Santo: findes.com.br/wp-content/uploads/2025/02/rota_economia_criativa_2035-1.pdf</p> <p>Economia Criativa (publicações e boletins): economiacriativa.org/mirante-criativo/#</p> <p>ijsn.es.gov.br/publicacoes/boletins/economia-criativa</p> <p>Análise Executiva do Funcultura Espírito Santo: ijsn.es.gov.br/publicacoes/relatorios/analise-executiva-do-funcultura-espirito-santo</p> <p>Programa ES+Criativo - Segmento: Audiovisual: ijsn.es.gov.br/publicacoes/sumarios/programa-es-criativo</p> <p>PIB da Economia da Cultura e das Indústrias Criativas (Ecic): www.fundacaoitau.org.br/observatorio/biblioteca/pib-da-economia-da-cultura-e-das-industrias-criativas-ecic-espirito-santo</p>
		Minas Gerais	<p>Site Institucional: http://emc.mg.gov.br/institucional/</p> <p>Redes Sociais: www.instagram.com/redeminastv?igsh=Nml0c2o3djZrcGp4</p> <p>Diagnóstico Socioeconômico do Audiovisual Mineiro: ongcontato.org/wp-content/uploads/2025/07/12321-Diagnostico-do-Audiovisual-Mineiro-16-07-25.pdf</p> <p>Minas Film Commission: http://www.minasfilmcommission.mg.gov.br/</p>
	SUL	Paraná	<p>Site Institucional: www.cultura.pr.gov.br</p> <p>Redes Sociais: www.instagram.com/cultura_parana</p> <p>Streaming PR Cultura: www.prcultura.pr.gov.br/</p> <p>Decreto PR Film Commission: www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.do?action=exibir&codAto=302712&codItemAto=1917866#1917866</p>
		Rio Grande do Sul	<p>Site Institucional: cultura.rs.gov.br</p> <p>Redes Sociais: www.instagram.com/sedac_rs</p> <p>Festival Cinema Negro www.instagram.com/cinenegroemacao</p> <p>Sector audiovisual no Rio Grande do Sul - estrutura, conjuntura e perspectivas: estado.rs.gov.br/upload/arquivos/nota-tecnica-47-setor-audiovisual.pdf</p>
		Santa Catarina	<p>Site Institucional: www.cultura.sc.gov.br</p> <p>Redes Sociais: www.facebook.com/FundacaoCatarinensedaCultura www.instagram.com/fcc.cultura</p> <p>Retratos do Audiovisual Catarinense: www.cultura.sc.gov.br/publicacoes/retratos-do-audiovisual-catarinense</p> <p>Santa Catarina Film Commission: vemfilmarsc.com.br/</p>

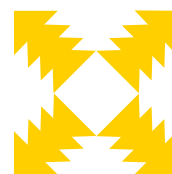
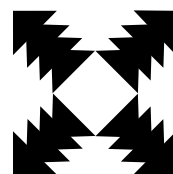
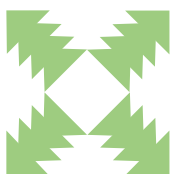
Fonte: dados declaratórios dos entes – inscrições Arranjos Regionais 2025.



QUADRO 63 INFORMAÇÕES ADICIONAIS (MUNICÍPIOS):

Grupo Regional	Região	Estado	Município	Documentos, links e referências
CONNE Grupo A	CENTRO-OESTE	Mato Grosso do Sul	Campo Grande	Site Institucional: www.campogrande.ms.gov.br
	NORDESTE	Alagoas	Maceió	Site Institucional: www.maceio.al.gov.br/secretarias-e-orgaos/semce Redes Sociais: www.instagram.com/semcemaceio/
		Bahia	Salvador	Site Institucional: www.fgm.salvador.ba.gov.br/ Redes Sociais: www.instagram.com/fgmoficial
		Ceará	Fortaleza	Site Institucional: www.fortaleza.ce.gov.br Redes Sociais: www.instagram.com/culturadefortaleza/
		Paraíba	João Pessoa	Redes Sociais: www.instagram.com/funjopeoficiall
		Pernambuco	Recife	Redes Sociais: www.instagram.com/culturadorecife Audiovisual no Recife: lookerstudio.google.com/reporting/474e01db-8a3b-4101-9b2e-85da2144370e/page/L7ZQF
		Rio Grande do Norte	Natal	Site Institucional: www.natal.rn.gov.br/funcarte
	NORTE	Amapá	Macapá	Site Institucional: www.fumcult.macapa.ap.gov.br
		Amazonas	Manaus	Site Institucional: www.concultura.manaus.am.gov.br Redes Sociais: www.instagram.com/conculturamao
		Roraima	Boa Vista	Site Institucional: boavista.rr.gov.br/cultura
		Tocantins	Palmas	Site Institucional: www.palmas.to.gov.br/estrutura/fundacao-cultural Redes Sociais: www.instagram.com/fcp.palmas
FAMES Grupo B	SUDESTE	Minas Gerais	Belo Horizonte	Site Institucional: www.prefeitura.pbh.gov.br/cultura Redes Sociais: www.instagram.com/fmcbh www.instagram.com/bhfilmcommission www.instagram.com/cinesantateresa www.instagram.com/museudaimagemedososmbh Observatório do Audiovisual: app.powerbi.com/
	SUL	Paraná	Curitiba	Site Institucional: www.fundacaoculturaldecuritiba.com.br Redes Sociais: www.instagram.com/fcccuritiba www.youtube.com/@fcccuritibaoficial www.tiktok.com/@fcccuritiba Editais Paulo Gustavo em Curitiba: www.fundacaoculturaldecuritiba.com.br/pub/file/multimedia/pdf/1476-4405-ed092_23_errata.pdf www.fundacaoculturaldecuritiba.com.br/pub/file/multimedia/pdf/1539-4648-ed_030_2024.pdf
			Londrina	Site Institucional: www.portal.londrina.pr.gov.br Redes Sociais: www.instagram.com/secretariadeculturalondrina Festival Kinoarte de Cinema: kinoarte.org/promic20/ LAVI: www.economiacriativallondrina.com.br/ Londrina Cultura: www.londrinacultura.londrina.pr.gov.br/historico/##(agent:(areas:(9)),global:(enabled:(agent:(t)),filterEntity:agent))
			Maringá	Site Institucional: www3.maringa.pr.gov.br/cultura Redes Sociais: www.instagram.com/secretariadeculturalondrina Diagnóstico do Desenvolvimento da Cultura em Maringá: http://www3.maringa.pr.gov.br/cultura/?cod=sismuc/15
		Rio Grande do Sul	Porto Alegre	Site Institucional: www.prefeitura.poa.br/smc Redes Sociais: www.instagram.com/prefpoa www.instagram.com/cultura_poa
			Novo Hamburgo	Site Institucional: www.novohamburgo.rs.gov.br/smc Redes Sociais: www.instagram.com/seculnh

Fonte: dados declaratórios dos entes – inscrições Arranjos Regionais 2025.



CONCLUSÃO

O Panorama do Ecossistema Audiovisual – Arranjos Regionais 2025 é um marco relevante na sistematização de informações territoriais sobre a estruturação da política audiovisual no Brasil. Consolidar, de forma comparada, dados declaratórios fornecidos por estados, Distrito Federal e municípios participantes da Linha de Arranjos Regionais 2025 permite a visualização, em escala nacional, do grau de institucionalização da governança cultural, da diversidade de mecanismos de fomento existentes e da distribuição desigual das capacidades estatais voltadas ao desenvolvimento do audiovisual.

Os dados evidenciam que, embora haja ampla adesão dos entes federativos às políticas federais estruturantes (como a Lei Paulo Gustavo e a Política Nacional Aldir Blanc), persistem assimetrias quanto à existência de instrumentos permanentes de planejamento, financiamento e participação social. A presença de Conselhos de Cultura, Planos de Cultura e Fundos de Cultura ou Audiovisual não se distribui de forma homogênea, refletindo diferentes níveis de consolidação institucional e capacidade de coordenação das políticas públicas no território.

No campo do fomento, observa-se que parte expressiva dos estados e municípios desenvolveu mecanismos próprios de apoio ao audiovisual, especialmente nas regiões Sudeste, Sul e em segmentos do Nordeste. Em contrapartida, grande parcela dos entes permanece dependente dos recursos federais para viabilizar ações no setor. Essa configuração reforça o papel estratégico da Linha de Arranjos Regionais como instrumento de indução, capaz de estimular investimentos locais, fortalecer capacidades institucionais e ampliar a sustentabilidade das políticas audiovisuais em contextos historicamente menos estruturados.

A análise integrada das Etapas 1, 2 e 3 indica que a consolidação do ecossistema audiovisual está fortemente associada à articulação entre governança institucional, instrumentos de fomento e infraestrutura cultural. Territórios que apresentam maior grau de estruturação nesses três eixos tendem a demonstrar maior continuidade de políticas, diversidade de iniciativas e capacidade de planejamento setorial.



Nesse sentido, o panorama aqui apresentado deve ser compreendido como uma fotografia de um momento específico do processo de fortalecimento do audiovisual brasileiro em sua dimensão territorial. Mais do que um diagnóstico fechado, trata-se de uma base informacional estratégica, que poderá subsidiar futuras ações de monitoramento, avaliação e aperfeiçoamento da Linha de Arranjos Regionais e de outras políticas públicas voltadas ao setor. Portanto, deve ser periodicamente revisada e aprimorada para que possa se constituir como parâmetro comparativo de monitoramento e avaliação ao longo do desenvolvimento da linha.

A Secretaria do Audiovisual considera que a continuidade desse esforço de levantamento e análise comparada contribui para o aprimoramento do desenho das políticas de fomento, para o fortalecimento do pacto federativo e para a ampliação da diversidade regional do audiovisual brasileiro, promovendo maior equidade territorial, sustentabilidade institucional e impacto cultural, econômico e simbólico das ações implementadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. MINC, Ministério da Cultura. Secretaria do Audiovisual. 31 anos de fomento federal à produção de curtas-metragens: 1993-2023. Brasília: Ministério da Cultura, 2023. Disponível em: www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/noticias/minc-divulga-estudo-sobre-fomento-federal-a-producao-de-curtas-metragens. Acesso em: Set. 2025.

ROCHA, Renata; LIMA, Carmen; COSTA, Leonardo. Políticas para a descentralização do audiovisual no Brasil: alcance, resultados e repercussões de dois programas de fomento na Macrorregião CONNE. Salvador: UFBA, 2024. 167 p. ISBN 978-65-5631-131-9.



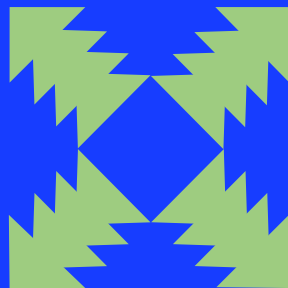
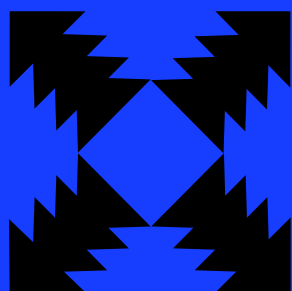


APÊNDICE I

DADOS DETALHADOS

Os entes federativos participantes foram convidados a apresentar informações complementares sobre a execução de suas políticas e iniciativas no campo do audiovisual, oferecendo um registro qualitativo que aprofunda a compreensão das dinâmicas locais.

Essas contribuições incluem a descrição das ações realizadas por meio da Lei Paulo Gustavo e da Política Nacional Aldir Blanc, os editais e programas e mecanismos de apoio financiados com recursos próprios, além de ações voltadas à difusão e à preservação audiovisual, à internacionalização do setor, a iniciativas relacionadas a games e inovações, ao desenvolvimento e à formação em games, ao empreendedorismo e ao desenvolvimento de negócios, entre outras. Todo o material encontra-se, na íntegra, organizado e detalhado no apêndice, o que assegura transparência, rastreabilidade e pleno acesso às informações fornecidas pelos estados e municípios.



LEI PAULO GUSTAVO

Com o objetivo de compreender como os entes públicos estruturam a aplicação dos recursos destinados ao audiovisual, os gestores foram convidados a descrever de que forma os recursos da Lei Paulo Gustavo foram utilizados em seus estados e municípios.

Todos os estados, o Distrito Federal e os municípios participantes declararam ter aplicado recursos provenientes da Lei Paulo Gustavo (LPG) no setor audiovisual, permitindo identificar a diversidade de estratégias adotadas e os tipos de ações priorizadas em cada território.

ESTADOS

DISTRITO FEDERAL

O Distrito Federal, âmbito da LPG, investiu R\$ 33.472.678,50 no setor audiovisual através do Edital nº 21/2023. Foram pagos 110 projetos em 15 categorias, com aplicação de cotas para negros, indígenas, mulheres e pessoas com deficiência (PcD).

Categoria	Investimento Total	Projetos e Público (Ampla Concorrência / Cotas)
Longa-Metragem	R\$ 15.920.695	5 Ampla (R\$ 8,8mi); 3 Negros (R\$ 5,3mi); 1 Mulheres (R\$ 1,7mi)
Obra Seriada	R\$ 6.520.240	6 Ampla (R\$ 5,5mi); 1 Negros (R\$ 950k)
Curta-Metragem	R\$ 3.233.029	14 Ampla (R\$ 2mi); 4 PcD (R\$ 587k); 4 Negros (R\$ 587k)
Games	R\$ 1.145.605	7 Ampla (R\$ 667k); 2 PcD (R\$ 191k); 2 Negros (R\$ 191k); 1 Indígena (R\$ 95k)
Complementação Longa	R\$ 1.568.407	4 Ampla (R\$ 1mi); 1 Mulheres (R\$ 261k); 1 Negros (R\$ 261k)
Mostras e Festivais	R\$ 1.625.860	4 Ampla (R\$ 914k); 2 Mulheres (R\$ 463k); 1 Negros (R\$ 248k)
Projetos Livres	R\$ 900.000	7 Ampla (R\$ 700k); 1 Indígena (R\$ 200k)
Cineclubes	R\$ 429.517	4 Ampla (R\$ 244k); 1 PcD (R\$ 61k); 1 Negros (R\$ 61k); 1 Indígena (R\$ 61k)
Desenvolvimento Longa	R\$ 461.000	6 Ampla (R\$ 395k); 1 Negros (R\$ 66k)
Exclusivo Mulheres	R\$ 600.000	6 projetos selecionados
Capacitação	R\$ 409.540	5 projetos selecionados
Distribuição (Longa)	R\$ 401.329	2 projetos selecionados
Pesquisa e Catálogo	R\$ 160.000	2 projetos selecionados
Desenv. Curta	R\$ 77.613	8 projetos selecionados
Distribuição (Curta)	R\$ 19.840	1 projeto selecionado

Em 2023, o estado de Goiás investiu um total de R\$ 50.601.600,00 no setor audiovisual através da Lei Paulo Gustavo. A estratégia utilizou 9 editais específicos para alcançar diferentes linguagens e fortalecer o setor em todo o território goiano.

Edital Audiovisual	Finalidade / Categoria	Valor Inicial Previsto
Nº 01/2023	Produção de Longa-Metragem (Ficção ou Animação)	R\$ 7.550.000,00
Nº 02/2023	Produção de Longa-Metragem (Documental)	R\$ 4.800.000,00
Nº 03/2023	Curta, Séries e Telefilmes (Ficção ou Animação)	R\$ 7.710.000,00
Nº 04/2023	Curta, Séries, Telefilmes, Doc e Mini-doc	R\$ 6.400.000,00
Nº 05/2023	Videoclipes, Videodanças e Games	R\$ 1.750.000,00
Nº 06/2023	Desenvolvimento e Finalização de obras	R\$ 3.350.000,00
Nº 07/2023	Dinamização de Salas de Cinema (Públicas e Privadas)	R\$ 4.000.000,00
Nº 08/2023	Formação e Difusão Audiovisual	R\$ 3.750.000,00
Nº 09/2023	Apoio a Empresas do Setor Audiovisual	R\$ 5.640.000,00

RESUMO DOS RESULTADOS:

- » Projetos Selecionados: 583 aprovados por mérito e 161 suplentes.
- » Projetos Pagos: 422 projetos receberam o recurso.
- » Desistências: 4 projetos.
- » Total Efetivamente Pago: R\$ 50.601.600,00.

Esta estrutura fortaleceu a cadeia produtiva local, abrangendo desde a criação e roteiro até o apoio direto às empresas e salas de exibição.

MATO GROSSO

O estado investiu o total destinado ao audiovisual com 100% de execução financeira, pagando 119 projetos através da LPG. Devido à baixa procura em alguns editais, o governo remanejou o dinheiro para categorias com mais candidatos aptos.

Edital / Categoria	Valor Total	Detalhes de Valores e Vagas	Projetos (Previstos > Pagos)
Produção Audiovisual	R\$ 13.000.000	5 Longas de R\$ 2 milhões cada.	8 > 10
Apoio a Espaços	R\$ 3.686.790	Reforma e manutenção de cinemas.	14 > 5
Licenciamento	R\$ 2.761.750	105 Curtas (R\$ 8,7k/cada), 10 Médias (R\$ 45k/cada), 10 Longas (R\$ 62,5k/cada) e 6 Séries (R\$ 128k/cada).	131 > 57
Diretor(a) Estreante	R\$ 1.500.000	Projetos de R\$ 150 mil cada.	10 > 17
Formação	R\$ 1.203.000	Oficinas, roteiro, direção e montagem.	6 > 7
Doc. Temático	R\$ 900.000	Populações tradicionais (R\$ 150 mil/cada).	6 > 13
Desenv. Roteiro	R\$ 725.000	Pesquisa, narrativa e planejamento.	10 > 3
Acervo/Publicação	R\$ 610.000	Digitalização (R\$ 60k/cada) e Pesquisa (R\$ 50k/cada).	12 > 7

PERFIL DE QUEM RECEBEU O RECURSO:

- » **Tipo de Proponente:** 152 Pessoas Físicas, 193 Empresas (com fins lucrativos) e 47 Organizações sem fins lucrativos.
- » **Diversidade de Gênero:** 249 homens, 233 mulheres, 7 não binários, 2 "outros", 3 mulheres trans/travestis e 1 homem trans.
- » **Raça/Cor:** 308 brancos, 109 pardos, 60 pretos, 17 indígenas e 1 amarelo.
- » **Inclusão:** 29 pessoas com deficiência (PcD).
- » **Alcance:** Projetos de **37 municípios** (Mato Grosso possui 142 municípios no total).

MATO GROSSO DO SUL

O estado executou **98,68%** dos recursos da Lei Paulo Gustavo, totalizando **R\$ 20.010.557,63** investidos no audiovisual. A execução ocorreu por meio de dois editais principais lançados em outubro de 2023.

1. DETALHAMENTO DOS INVESTIMENTOS POR EDITAL

Edital	Público e Foco	Valor Total	Categorias e Projetos
Fomento a Ações do Audiovisual	Pessoas Físicas e Jurídicas	R\$ 6.975.000,00	Curtas-metragens, festivais, mostras, vídeos experimentais, cineclubes, formação e jogos eletrônicos.
Pessoas Jurídicas (FCMS nº 10/2023)	Empresas de audiovisual sediadas no MS	R\$ 9.040.000,00	Foco em Longas-metragens e Séries (veja detalhamento abaixo).

2. DETALHAMENTO TÉCNICO (EDITAL PARA EMPRESAS - FCMS 10/2023)

Categoria	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
Longa-Metragem Documental	4	R\$ 510.000,00	R\$ 2.040.000,00
Longa-Metragem de Ficção	4	R\$ 1.000.000,00	R\$ 4.000.000,00
Série Documental	2	R\$ 500.000,00	R\$ 1.000.000,00
Série de Ficção	2	R\$ 1.000.000,00	R\$ 2.000.000,00

3. RESULTADOS GERAIS E DIVERSIDADE

- » **Total de Projetos Pagos:** 167 no total (145 de menor porte e 22 de maior porte).
- » **Valores das Propostas:** Variaram entre R\$ 250 mil e R\$ 1 milhão por projeto.
- » **Inclusão e Cotas:** Foram aplicadas ações afirmativas garantindo vagas para **pessoas negras, indígenas e pessoas com deficiência (PcD)**.
- » **Abrangência:** O fomento cobriu todas as etapas, desde a formação e produção (ficção, doc, animação e games) até a exibição (festivais e cineclubes).

ALAGOAS

Em Alagoas, a Lei Paulo Gustavo investiu um total de **R\$ 29.006.982,00**, contemplando **266 projetos**. O estado dividiu as ações em 7 editais temáticos para cobrir desde a produção de grandes filmes até o apoio a cinemas de bairro e empresas do setor.

1. DETALHAMENTO DOS EDITAIS

Edital (Nº/Nome)	Foco Principal	Vagas Pagas	Valor Total Investido
30/2023 – “Casamento é Negócio?”	Produção de Longas-metragens e Séries.	10	R\$ 10.200.000,00
31/2023 – “Um Bravo do Nordeste”	Curtas-metragens, Games e novos formatos.	90	R\$ 5.930.000,00
32/2023 – “A Volta pela Estrada da Violência”	Finalização de obras e desenvolvimento de novos projetos.	53	R\$ 5.235.000,00
33/2023 – “Cineteatro Delícia”	Reforma e modernização de Salas de Cinema.	10	R\$ 2.220.000,00
34/2023 – “Imanoel Caldas”	Formação, Pesquisa, Cineclubes e Festivais.	36	R\$ 2.220.000,00
35/2023 – “José Wanderley Lopes”	Prêmios para Micro e Pequenas empresas do setor.	18	R\$ 1.800.000,00
36/2023 – “Pedro Onofre”	Distribuição e licenciamento de obras locais.	49	R\$ 1.441.982,00

2. RESUMO DA EXECUÇÃO POR META LEGAL (ART. 6º)

Além dos editais, o estado organizou os gastos seguindo as divisões exigidas pela lei (metas):

- » **Meta 01 (Produção):** Reúne os editais 30, 31 e 32. Total de 153 projetos e **R\$ 21.365.000,00**.
- » **Meta 02 (Salas de Cinema):** Vinculada ao edital 33. Investimento de **R\$ 3.715.167,98**.
- » **Meta 03 (Formação/Difusão):** Vinculada ao edital 34. Investimento de **R\$ 2.220.000,00**.
- » **Meta 04 (Mercado/Empresas):** Reúne os editais 35 e 36. Investimento de **R\$ 3.241.982,00**.

O QUE CADA EDITAL FEZ NA PRÁTICA:

- » **Grandes Obras:** O edital 30 permitiu que equipes locais criassem filmes e séries para competir em mercados nacionais.
- » **Novos Talentos:** O edital 31 abriu as portas para jovens e novos formatos (como games).
- » **Finalização:** O edital 32 ajudou quem já tinha um filme começado a terminar a edição e som.
- » **Infraestrutura:** O edital 33 focou em abrir e reformar salas de cinema em todo o estado.
- » **Conhecimento:** O edital 34 financiou cursos, oficinas e garantiu que festivais locais continuassem existindo.
- » **Negócios e Alcance:** Os editais 35 e 36 deram fôlego financeiro para as produtoras e ajudaram os filmes alagoanos a chegar a plataformas de streaming e TV.

BAHIA

A Secretaria de Cultura da Bahia (SECULT-BA) investiu **R\$ 112.830.500,00** para fortalecer toda a cadeia produtiva do audiovisual por meio da Lei Paulo Gustavo. A execução foi completa: **783 projetos pagos** em todos os 27 territórios de identidade do estado.

1. QUADRO GERAL DE INVESTIMENTOS E PROJETOS

Edital	Valor Total Investido	Nº de Projetos	Foco Principal da Ação
Produção Audiovisual	R\$ 60.100.000,00	192	Roteiro, produção, games e finalização.
Produção Web	R\$ 14.560.000,00	254	Videoclipes, web canais e webséries.
Cinemas e Salas Públicas	R\$ 8.000.000,00	4	Obras e melhorias em cinemas estaduais.
Distribuição, Licenc. e VOD	R\$ 5.790.500,00	73	Streaming, TVs e circulação comercial.
Cineclubes, Mostras e Festivais	R\$ 5.780.000,00	79	Eventos, formação de público e difusão.
Exibição Cinematográfica	R\$ 7.050.000,00	20	Manutenção de salas fixas e itinerantes.
Micro e Pequenas Empresas	R\$ 3.690.000,00	82	Sustentabilidade de pequenos negócios.
Trajetórias no Cinema e Audiovisual (Premiação)	R\$ 2.960.000,00	43	Reconhecimento de mestres e profissionais.
Formação, Pesquisa e Memória	R\$ 2.900.000,00	32	Cursos, acervos, livros e pesquisas.
Cinematecas	R\$ 2.000.000,00	4	Digitalização e preservação de acervos.

2. DETALHAMENTO DE LOCALIZAÇÃO E COTAS (EM %)

Este quadro mostra o esforço de descentralização (Capital vs. Interior) e o cumprimento das cotas sociais.

Edital	Localização (Capital / Interior)	Cotas (Ampla / Negros / Indígenas)	Tipo de Proponente (PF / PJ Lucrativa / PJ Sem Fins Lucrativos)
Produção	47,4% / 52,6%	40,6% / 54,7% / 4,7%	45,8% / 47,4% / 6,8%
Web	31,9% / 68,1%	40,2% / 56,7% / 3,1%	76% / 21,3% / 2,8%
Exibição	25% / 75%	50% / 50% / 0%	60% / 40% / 0%
Salas Públicas	75% / 25%	100% Ampla	0% / 75% / 25%
Formação/Memória	40,6% / 59,4%	43,8% / 53,1% / 3,1%	59,4% / 34,4% / 6,3%
Cineclubes/Eventos	34,2% / 65,8%	41,8% / 55,7% / 2,5%	58,2% / 25,3% / 16,5%
Distribuição/VOD	72,6% / 27,4%	61,6% / 38,4% / 0%	17,8% / 82,2% / 0%
Pequenas Empresas	75,6% / 24,4%	43,9% / 56,1% / 0%	0% / 100% / 0%
Cinematecas	100% Capital	25% / 75% / 0%	0% / 100% / 0%
Trajetórias	48,8% / 51,2%	55,8% / 44,2% / 0%	81,4% / 18,6%* / 0%

3. INCLUSÃO E DIVERSIDADE

Além do investimento financeiro, a Bahia garantiu que o recurso chegasse a diversos grupos sociais. Foram aplicadas as seguintes regras:

- » **Cotas Mínimas:** 50% para pessoas negras e 10% para indígenas.
- » **Públicos Prioritários:** Mulheres, LGBTQIAPN+, povos tradicionais, pessoas com deficiência (PcD), jovens, idosos e pessoas em situação de rua.

CEARÁ

O estado do Ceará investiu um total de **R\$ 71.452.562,46** (valor que inclui os rendimentos) para fortalecer o setor audiovisual com recursos da Lei Paulo Gustavo. No total, **413 projetos** foram selecionados e pagos, abrangendo pessoas físicas, empresas e organizações sem fins lucrativos.

1. DETALHAMENTO DOS EDITAIS E INVESTIMENTOS

Nome do Edital	O que foi financiado (Categorias)	Valor Executado
Apoio ao Audiovisual – Produções	Longas, curtas, séries, roteiros, videoclipes, videodanças e games.	R\$ 46.526.918,60
Difusão, Formação e Pesquisa	Manutenção de salas de cinema públicas, cursos, cineclubes, festivais, rodadas de negócios e pesquisas.	R\$ 9.771.000,00
Exibição, Preservação e Empresas	Cinema itinerante, salas multiuso, cineclubes, acervos e apoio a micro e pequenas empresas.	R\$ 7.180.000,00
Parceria com Organização Social	Gestão de cinemas públicos estaduais e operação de plataforma de streaming.	R\$ 5.972.143,86
Licenciamento para TVs Públicas	Licenciamento de longas, curtas, médias e séries para exibição (parceria com a EBC).	R\$ 2.002.500,00

2. O QUE CADA INICIATIVA REALIZOU NA PRÁTICA:

- » **Produção:** Focou no desenvolvimento e criação de novas obras em diversos formatos, desde o cinema tradicional até novas mídias e jogos eletrônicos.
- » **Formação e Difusão:** Garantiu a qualificação de profissionais e o fortalecimento de espaços de exibição e debate (como cineclubes e festivais).
- » **Infraestrutura e Mercado:** Apoiou a manutenção de salas de cinema (fixas e itinerantes), a preservação da memória (acervos) e deu suporte financeiro para a sustentabilidade de empresas locais.
- » **Acesso Digital e Público:** Ampliou o alcance das obras cearenses através do licenciamento para emissoras de TV públicas e da manutenção de uma plataforma de streaming própria.

MARANHÃO

No Maranhão, os recursos da Lei Paulo Gustavo foram aplicados em **12 editais**, cobrindo desde grandes produções de cinema até conteúdos digitais, games e cinemas itinerantes.

DETALHAMENTO DOS INVESTIMENTOS POR EDITAL

Edital (Nº / Ano)	Categoria / Foco	Projetos	Valor por Projeto	Investimento Total
07/2024	Produção de Longa-Metragem	13	R\$ 1.000.000,00	R\$ 13.000.000,00
08/2024	Média-Metragem e Animação	27	R\$ 500.000,00	R\$ 13.500.000,00
04/2024	Produção de Curta-Metragem	60	R\$ 100.000,00	R\$ 6.000.000,00
20/2025	Apoio a Empresas (Premiação)	46	R\$ 125.000,00	R\$ 5.750.000,00
18/2024	Festivais e Mostras	18	10 (R\$ 300k) / 8 (R\$ 100k)	R\$ 3.800.000,00
05/2024	Webdocumentário	178	R\$ 20.000,00	R\$ 3.560.000,00
09/2024	Desenvolvimento de Roteiro	35	R\$ 100.000,00	R\$ 3.500.000,00
23/2024	Salas e Cinemas Itinerantes	19	18 (R\$ 190k) / 1 (R\$ 400k)	R\$ 3.420.000,00*
21/2024	Games e Vídeo Mapping	14	R\$ 200.000,00	R\$ 2.800.000,00
22/2024	Capacitação e Formação	13	R\$ 150.000,00	R\$ 1.950.000,00
10/2024	Produção de Videoclipe	50	R\$ 30.000,00	R\$ 1.500.000,00

*O valor de R\$ 3,42 milhões refere-se ao investimento nos 18 projetos itinerantes descritos no edital.

A execução dos recursos consolidou uma política abrangente, apoiando criação, desenvolvimento, formação, difusão, circulação e estruturação do audiovisual maranhense. O conjunto de editais garantiu apoio a agentes culturais, empresas e espaços de exibição, ampliando o impacto social, econômico e cultural do setor em todo o estado.

PARAÍBA

A Paraíba adotou um modelo de fomento **descentralizado**, dividindo o estado em **12 Regionais de Cultura**. No total, foram investidos **R\$ 34.021.390,80** no setor audiovisual, no âmbito da Lei Paulo Gustavo, garantindo que o recurso chegasse a todas as regiões do estado de forma equilibrada.

1. DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS POR CATEGORIA

Área de Investimento	Porcentagem	Foco da Ação
Produção Audiovisual	37,79%	Criação de filmes, séries e novos formatos.
Economia Criativa e Circulação	31,95%	Espaços culturais e organizações comunitárias.
Salas de Cinema	13,42%	Reforma, manutenção e cinemas itinerantes.
Licenciamento e Distribuição	10,07%	Levar a produção paraibana ao público.
Capacitação e Formação	6,74%	Cursos, festivais, cineclubes e pesquisas.

2. INVESTIMENTO POR REGIONAL DE CULTURA E EDITAIS

O estado lançou 12 editais regionais (com regras idênticas entre si) e 1 edital exclusivo para Longas-metragens.

Regional / Edital	Valor Investido	Regional / Edital	Valor Investido
1ª Regional (Ed. 005)	R\$ 9.744.589,37	8ª Regional (Ed. 012)	R\$ 771.548,79
2ª Regional (Ed. 006)	R\$ 2.313.264,95	9ª Regional (Ed. 013)	R\$ 1.133.792,93
3ª Regional (Ed. 007)	R\$ 4.954.146,45	10ª Regional (Ed. 014)	R\$ 1.119.376,23
4ª Regional (Ed. 008)	R\$ 714.837,86	11ª Regional (Ed. 015)	R\$ 748.856,57
5ª Regional (Ed. 009)	R\$ 884.211,18	12ª Regional (Ed. 016)	R\$ 1.481.915,00
6ª Regional (Ed. 010)	R\$ 1.226.656,92	Edital Longas (Ed. 020)	R\$ 8.000.000,00
7ª Regional (Ed. 011)	R\$ 928.194,55	TOTAL EXECUTADO	R\$ 34.021.390,80

3. VALORES POR TIPO DE PROJETO

Abaixo, os valores fixos que cada projeto selecionado recebeu:

Tipo de Projeto	Valor por Proposta
Longas-metragens	R\$ 250 mil / R\$ 500 mil / R\$ 750 mil / R\$ 1,5 milhão
Obras Seriadas (Produção/Finalização)	R\$ 400.000,00
Salas de Cinema Fixas	R\$ 200.000,00
Curtas-metragens (Produção/Finalização)	R\$ 100.000,00
Produção de Games	R\$ 100.000,00
Roteiro de Longa e Finalização de Longa	R\$ 100.000,00
Distribuição de Longas	R\$ 100.000,00
Cinema de Rua ou Itinerante (Instalação/Reforma)	R\$ 100.000,00
Capacitação e Festivais	R\$ 150 mil / R\$ 100 mil / R\$ 50 mil
Curtas Diretor Estreante e Videoclipes	R\$ 50.000,00
Finalização de Curtas ou Médias	R\$ 50.000,00
Pesquisas e Publicações	R\$ 50.000,00
Cineclubes	R\$ 35.000,00
Licenciamento	R\$ 10.000,00 (Curta) / R\$ 20.000,00 (Longa)
Apoio a Micro e Pequenas Empresas	R\$ 10.000,00

4. RESUMO DE PROJETOS SELECIONADOS

- » **Artigo 6º (Geral):** 373 projetos.
- » **Longas-metragens:** 10 projetos.
- » **Suplentes Convocados:** 27 novos projetos acrescentados posteriormente.
- » **Público:** Atendimento a artistas, coletivos e empresas (Pessoas Físicas e Jurídicas).

A execução da Lei Paulo Gustavo na Paraíba consolidou um **modelo de fomento descentralizado e abrangente**, permitindo que todos os territórios culturais fossem contemplados e ampliando significativamente o acesso de agentes audiovisuais de diferentes perfis aos recursos públicos. A política resultou no fortalecimento da produção, formação, memória, circulação e infraestrutura do setor, assegurando impacto cultural e social em todo o estado.

PERNAMBUCO

Pernambuco investiu um total de **R\$ 67.473.033,00** no audiovisual através da Lei Paulo Gustavo. O recurso foi dividido em **4 editais principais** e em **obras de restauro** em dois cinemas históricos. Ao todo, **536 projetos** foram pagos.

1. RESUMO GERAL DOS INVESTIMENTOS

Iniciativa	Valor Total	O que foi feito
Edital Ações Criativas	R\$ 49.204.941,92	16 categorias relacionadas a diferentes etapas da produção e formação.
Edital Salas de Cinema	R\$ 7.100.000,00	Reformas e manutenção de salas de cinema públicas e privadas, incluindo cinemas de rua e itinerantes.
Edital Cadeia Produtiva	R\$ 6.299.919,99	Apoio a empresas e distribuição de filmes.
Edital Licenciamento	R\$ 2.040.000,00	Direitos para exibição em TVs Públicas.
Obras e Equipamentos	R\$ 3.533.068,63*	Restauro e tecnologia nos Cinemas São Luiz e Guarany.

*Valor apenas da parte custeada pela LPG.

2. INVESTIMENTOS DIRETOS EM CINEMAS HISTÓRICOS (OBRAS)

Local	Serviço Realizado	Valor Total da Obra	Parte paga pela LPG
Cinema São Luiz	Restauro do forro de gesso decorado.	R\$ 1.390.465,09	(Integral)
Cinema São Luiz	Requalificação arquitetônica e engenharia.	R\$ 1.951.397,52	R\$ 759.533,97
Cinema São Luiz	Equipamentos (Projetor 4K, som e nobreak).	R\$ 272.120,00	(Integral)
Theatro Cinema Guarany	Requalificação e acessibilidade.	R\$ 196.168,03	R\$ 51.949,22
Theatro Cinema Guarany	Novo sistema de projeção de cinema.	R\$ 1.059.000,35	(Integral)

3. DETALHAMENTO DAS AÇÕES

Categoria	Quem recebeu	Projetos	Valor Total
Longas-Metragens	Empresas (PJ), exceto MEI	18	R\$ 16.331.177,00
Curtas e Médias	Pessoa Física (PF) / PJ / Coletivo	152	R\$ 13.017.288,00
Obras Seriadas	Empresas (PJ), exceto MEI	7	R\$ 6.907.759,00
Telefilmes	Empresas (PJ), exceto MEI	9	R\$ 1.797.800,00
Finalização e Pós-produção	Geral	10	R\$ 1.936.001,00
Games (Criação e Prod.)	Pessoa Física (PF) e PJ	7	R\$ 1.247.450,00
Mestres Cultura Popular	Pessoa Física (PF) e PJ	17	R\$ 1.128.065,00
Memória, Preservação e Digitalização	PF e PJ (Faixas 1, 2 e 3)	10	R\$ 1.346.309,00
Apoio a pesquisa	Geral	10	R\$ 417.217,00
Desenvolvimento Roteiro	PF e PJ (Longas e Séries)	33	R\$ 1.799.460,00
Formação e Cineclubes	PF, PJ e Coletivos (Faixas 1, 2 e 3)	55	R\$ 3.102.866,00
Videoclipes e Outros	PF, PJ e Coletivos (Faixas 1 e 2)	18	R\$ 619.461,00
Webséries e Webcanais	Pessoa Física (PF) e PJ	6	R\$ 176.199,00

4. CADEIA PRODUTIVA, SALAS E LICENCIAMENTO

- » **Apoio a Empresas:** 87 micro e pequenas empresas receberam um total de **R\$ 7.035.683,00**.
- » **Distribuição de Filmes:** 6 projetos apoiados com **R\$ 779.313,00**.
- » **Salas de Cinema:**
 - o 11 cinemas privados (fora de grandes redes): **R\$ 2.728.797,00**.
 - o 4 cinemas públicos: **R\$ 1.596.200,00**.
- » **Licenciamento (TVs Públicas):**

- 22 Longas-metragens: R\$ 869.000,00.
- 9 Produtos para TV: R\$ 270.000,00.
- 10 Curtas e Médias: R\$ 200.000,00.
- Videoclipes e outros: R\$ 50.000,00.

5. AÇÕES AFIRMATIVAS E COTAS

O estado garantiu que o recurso fosse distribuído com foco em diversidade:

- » **Ampla Concorrência:** 313 projetos.
- » **Pessoas Negras:** 203 projetos.
- » **Povos Indígenas:** 20 projetos.

PIAUÍ

A Secretaria de Estado da Cultura do Piauí (SECULT) investiu mais de **R\$ 45 milhões**, atingindo **99,8% de execução** dos recursos da Lei Paulo Gustavo. No total, foram **283 projetos pagos** entre 762 inscritos.

1. EDITAL 01/2023 – TORQUATO NETO (PRODUÇÃO E DIFUSÃO)

Este edital foi o maior, com foco direto na produção audiovisual e formação. Investimento total: **R\$ 27.977.289,80**.

Categoria	Quantidade	Valor por Projeto
Longa-Metragem	2	R\$ 1.500.000,00
Longa-Metragem	2	R\$ 1.000.000,00
Longa e/ou Média-Metragem	4	R\$ 500.000,00
Média-Metragem	10	R\$ 250.000,00
Série	2	R\$ 500.000,00
Série	2	R\$ 250.000,00
Telefilme	2	R\$ 500.000,00
Curta-Metragem	20	R\$ 100.000,00
Websérie	10	R\$ 100.000,00
Desenvolvimento de roteiro, núcleos criativos, produção de games, videoclipes, finalização, pós-produção e novas mídias	109	Variando de R\$ 20 mil a R\$ 200 mil
Capacitação, formação, qualificação, cineclubes, festivais, rodadas de negócios, preservação de acervos, pesquisas e cidades de locação	27	Variando de R\$ 23,5 mil a R\$ 200 mil
Micro e pequenas empresas, serviços independentes de VoD, licenciamento e distribuição de obras	58	Variando de R\$ 30 mil a R\$ 300 mil

Diversidade: 187 pessoas negras, 74 mulheres cis e 31 pessoas com deficiência (PcD).

2. EDITAL 02/2023 – JOSÉ MEDEIROS (SALAS DE CINEMA)

Focado em infraestrutura de exibição. Investimento total: **R\$ 1.602.942,87**.

Tipo de Cinema	Projetos	Valor por Projeto
Privado	4	R\$ 22.942,87
De Rua	10	R\$ 40.000,00
Itinerante	1	R\$ 300.000,00
Itinerante	2	R\$ 200.000,00

Diversidade: 15 negros, 8 mulheres cis, 4 homens cis e 2 PcD.

3. EDITAL 03/2023 – DOGNO IÇAIANO (BOLSAS CULTURAIS)

Destinado à formação e pesquisa científica. Investimento total: **R\$ 206.000,00**.

Tipo de Bolsa	Quantidade	Valor da Bolsa
Pesquisa Científica em Audiovisual	50	R\$ 2.000,00
Capacitação em eventos no Piauí	30	R\$ 1.500,00
Capacitação no Brasil	25	R\$ 8.000,00
Ações no Exterior	5	R\$ 18.000,00

Diversidade: 16 negros, 12 homens cis e 9 mulheres cis.

4. EDITAL 07/2023 – JOSÉ ELIAS ARÊA LEÃO (SALAS PÚBLICAS)

Apoio exclusivo para salas públicas de cinema. Investimento total: **R\$ 2.400.000,00**.

- » **Projetos selecionados:** 8 propostas.
- » **Valor por projeto:** R\$ 300.000,00.
- » **Uso do recurso:** Requalificação, manutenção e aquisição de equipamentos necessários para o funcionamento por 6 meses.

RESUMO GERAL PIAUÍ

- » **Total de Projetos Selecionados:** 283.
- » **Total de Inscrições:** 762.
- » **Impacto:** Fortalecimento da produção, formação acadêmica/técnica e infraestrutura de salas fixas e móveis.



RIO GRANDE DO NORTE

O Governo do Rio Grande do Norte, pela Secretaria de Estado da Cultura (Secult RN), investiu um total de **R\$ 41,19 milhões** (incluindo rendimentos) por meio da Lei Paulo Gustavo. No setor audiovisual, a execução foi estruturada em dois editais principais, contemplando **408 propostas** no total.

1. EDITAL DE SELEÇÃO DE PROJETOS DE AUDIOVISUAL

Este edital investiu **R\$ 29.047.000,00** em diversos elos da cadeia.

DETALHAMENTO POR CATEGORIA:

Categoria de Projeto	Quantidade de Propostas
Desenvolvimento de Roteiros	174
Produção de Curtas-Metragens	63
Cinemas Itinerantes	31
Festivais e Mostras Audiovisuais	27
Formação e Qualificação	26
Apoio a Micro e Pequenas Empresas	19
Cineclubes	18
Preservação e Pesquisa	13
Séries e Webséries	11
Longas-Metragens	9
Distribuição de Produções Nacionais	3
Cinemas de Rua	2
TOTAL DE PROJETOS PAGOS	396

Participantes: 574 Pessoas Físicas e 470 Pessoas Jurídicas inscritas.

2. PRÊMIO PARA LICENCIAMENTO DE OBRAS AUDIOVISUAIS

Destinado a exibir produções potiguaras na Rede Nacional de Comunicação Pública (RNCP).

- » **Projetos selecionados:** 12 obras (curtas, médias, longas e séries).
- » **Investimento total:** R\$ 141.076,00.



GESTÃO DE SALDOS E REMANEJAMENTO:

Como algumas vagas não foram preenchidas, o estado gerou um saldo de R\$ 516.240,00, que foi usado da seguinte forma:

- » **R\$ 263.200,00:** Convocação de suplentes (próximos da lista).
- » **R\$ 253.040,00:** Transferidos para o Edital de Seleção de Projetos (reforçando as áreas de Qualificação, Difusão, Memória, Apoio a Empresas e Distribuição).

3. REGRAS DE INCLUSÃO E TERRITÓRIO

- » **Políticas Afirmativas (Cotas):** Vagas de cotas não preenchidas foram passadas para outras cotas e, por fim, para a ampla concorrência.
 - o Projetos de cotas com notas altas foram movidos para a ampla concorrência para abrir espaço para mais pessoas contempladas pelas cotas.
- » **Distribuição pelo Estado:** A meta buscou dividir as vagas de forma equilibrada: **50% para a Região Metropolitana e 50% para os demais municípios.**

RESUMO GERAL RIO GRANDE DO NORTE

- » **Total de Propostas Contempladas :** 824.
- » **Total Audiovisual:** 408 projetos (396 de produção + 12 licenciamentos).
- » **Impacto:** Descentralização da cultura e fortalecimento de toda a cadeia, do roteiro à exibição.

SERGIPE

Sergipe investiu **100% dos recursos** da Lei Paulo Gustavo no setor audiovisual através do Edital Tarcísio Duarte. O plano foi construído em conjunto com o Fórum do Audiovisual e o Conselho de Cultura do estado. Até dezembro de 2024, **222 projetos** foram selecionados e pagos em 26 categorias.

1. APOIO À PRODUÇÃO AUDIOVISUAL

Esta linha financiou a criação de novos conteúdos, desde grandes filmes até videoclipes.

Categoria de Produção	Projetos	Valor por Projeto
Série I	5	R\$ 1.000.000,00
Longa-Metragem Ficção	3	R\$ 1.006.345,97
Longa-Metragem Documentário	4	R\$ 600.000,00
Telefilme	2	R\$ 500.000,00
Série II	9	R\$ 300.000,00
Animação	5	R\$ 180.000,00
Curta-Metragem (Ficção ou Doc)	29	R\$ 100.000,00
Desenvolvimento (Longa, Série, Game)	12	R\$ 100.000,00
Formatos Híbridos	25	R\$ 30.000,00
Videoclipes	37	R\$ 30.000,00

2. SALAS DE CINEMA E CINEMA ITINERANTE

Recursos destinados à infraestrutura e para levar o cinema a locais sem salas fixas.

Ação de Infraestrutura	Projetos	Valor do Investimento
Digitalização de Sala de Cinema	1	R\$ 336.000,00
Reforma de Sala de Cinema	1	R\$ 204.835,81
Manutenção de Sala de Cinema	1	R\$ 170.000,00
Cinema Itinerante	8	R\$ 144.000,00 (cada)

3. FORMAÇÃO, DIFUSÃO E MEMÓRIA

Ações voltadas para o ensino, eventos e preservação da história do audiovisual sergipano.

Categoria	Projetos	Valor por Projeto
Festivais e Mostras (Faixa I)	3	R\$ 170.000,00
Festivais e Mostras (Faixa II)	7	R\$ 74.318,00
Festivais e Mostras (Faixa III)	5	R\$ 40.000,00
Preservação de Acervo	1	R\$ 87.159,00
Observatórios, Pesquisas e Publicações	8	R\$ 40.000,00
Cineclubes	8	R\$ 30.000,00
Cursos e Oficinas (40h)	12	R\$ 15.000,00
Cursos e Oficinas (20h)	11	R\$ 5.000,00

4. MERCADO, LICENCIAMENTO E EMPRESAS

Foco na circulação das obras já prontas e no apoio aos pequenos negócios do setor.

Categoria de Mercado	Projetos	Valor por Unidade
Licenciamento Longa e Série	4	R\$ 50.000,00
Licenciamento Média-Metragem	9	R\$ 30.000,00
Licenciamento Curta-Metragem	7	R\$ 10.000,00
Apoio a Micro e Pequenas Empresas	4	R\$ 55.243,66

QUEM PÔDE PARTICIPAR?

- » **Empresas (CNPJ):** Obrigatório para Longas, Séries e Telefilmes, com registro na ANCINE.
- » **Pessoas Físicas e Coletivos:** Puderam concorrer em categorias como Curtas, Videoclipes, Festivais, Cineclubes e cursos de formação.

ACRE

A execução da Lei Paulo Gustavo no Acre foi planejada em conjunto com a sociedade civil e o Fórum Setorial do Audiovisual. No total, a Fundação Elias Mansour (FEM) investiu **R\$ 15.699.819,34** para fortalecer o setor no estado.

1. DETALHAMENTO FINANCEIRO POR CATEGORIA

Categoria de Apoio	Valor Investido
Produção de Curtas-Metragens	R\$ 4.577.142,60
Produção de Longas-Metragens (Ficção)	R\$ 3.600.000,00
Produção de Longas-Metragens (Documentário)	R\$ 2.250.000,00
Cinema Itinerante	R\$ 662.250,00
Festivais	R\$ 520.770,00
Apoio a Empresas	R\$ 311.206,65
Desenvolvimento de Projetos	R\$ 300.891,89
Produção de Games	R\$ 300.000,00
Formação	R\$ 270.000,00
Videoclipes	R\$ 270.000,00
Pesquisa	R\$ 182.750,00
Cineclubes	R\$ 156.003,46
Distribuição de Obras	R\$ 150.000,00

2. PERFIL DOS PROJETOS E PROPONENTES (GÊNERO E TIPO)

Este quadro detalha a quantidade de projetos pagos e o perfil de quem recebeu o recurso.

Categoria	Projetos Pagos	Perfil de Gênero / Tipo de Proponente
Desenvolvimento	4	2 Longas ficção, 1 Série, 1 Game (Todos homens)
Longas (Ficção)	3	Empresas independentes com registro ANCINE (Todos homens)
Longas (Documentário)	3	Empresas independentes (2 Mulheres, 1 Homem)
Curtas	45	Pessoas Físicas, MEIs e PJs (39 Homens, 6 Mulheres)
Videoclipes	9	Todos homens

Games	1	Homem
Cinema Itinerante	2	Todos homens
Cineclubes	3	2 Homens, 1 Mulher
Festivais	3	Todos homens
Formação	6	2 Empresas, 4 PF/MEI (2 Mulheres, 4 Homens)
Preservação / Acervo	2	1 Homem, 1 Mulher
Pesquisa	2	1 Homem, 1 Mulher
Apoio a Empresas	6	Empresas (Todos homens)
Distribuição	3	2 Mulheres (empresas), 1 Homem (empresa)

AMAPÁ

No Amapá, a Lei Paulo Gustavo financiou 362 projetos, todos pagos integralmente. O investimento cobriu desde a criação de filmes e jogos até a reforma de cinemas e o apoio a empresas locais.

1. APOIO À PRODUÇÃO AUDIOVISUAL

Esta linha financiou a criação de novos conteúdos em diversos formatos.

Categoria de Produção	Projetos	Investimento Total
Videoclipes, Videoartes e Experimentais	206	R\$ 5.150.000,00
Longa-Metragem (Doc) ou Séries (3 eps)	6	R\$ 2.400.000,00
Curta-Metragem (Documentário)	21	R\$ 2.100.000,00
Webséries	11	R\$ 550.000,00
Curta-Metragem (Animação)	2	R\$ 300.000,00
Telefilmes	1	R\$ 300.000,00
Curta-Metragem (Ficção)	10	R\$ 200.000,00
Desenvolvimento de Roteiro (Longa/Série)	4	R\$ 200.000,00
Protótipos de Jogos (Games)	2	R\$ 100.000,00

2. INFRAESTRUTURA E SALAS DE CINEMA

Recursos destinados à melhoria física de espaços de exibição.

Tipo de Espaço	Projetos	Investimento Total
Sala de Cinema (Registro ANCINE)	1	R\$ 800.000,00
Espaços Vocacionados (Exibição Regular)	7	R\$ 350.000,00
Cinemas de Rua e Itinerantes	12	R\$ 300.000,00

3. CAPACITAÇÃO, FESTIVAIS E CINECLUBES

Ações voltadas para o ensino, eventos e formação de público.

Categoria	Projetos	Investimento Total
Oficinas, Cursos e Workshops (60h total)	36	R\$ 900.000,00
Cineclubes (mínimo 10 sessões gratuitas)	18	R\$ 360.000,00
Festivais, Feiras e Rodadas de Negócios	2	R\$ 320.000,00
Festivais e Mostras (mínimo 3 dias)	2	R\$ 16.000,00

4. MERCADO, EMPRESAS E DIGITAL

Foco na sustentabilidade de empresas e na distribuição de obras locais.

Categoria	Projetos	Investimento Total
Micro e Pequenas Empresas Audiovisuais	17	R\$ 680.000,00
Distribuição de Obras Audiovisuais	18	R\$ 360.000,00
Plataformas de Streaming (80% catálogo local)	2	R\$ 230.000,00

DESTAQUES DA EXECUÇÃO:

- » **Grande Adesão:** A categoria de videoclipes e vídeos experimentais foi a que mais recebeu projetos (206), demonstrando a força da produção de curta duração no estado.
- » **Modernização:** O investimento de R\$ 800 mil em uma sala de cinema permitiu reformas estruturais importantes (modernização e restauro).
- » **Fomento Local:** As plataformas de streaming apoiadas devem obrigatoriamente manter a maioria de seu catálogo (80%) com obras produzidas no Amapá.

AMAZONAS

O Amazonas investiu os recursos da Lei Paulo Gustavo em três editais complementares. O foco foi fortalecer a produção local e garantir que grupos que antes não tinham apoio — como pessoas trans, indígenas e profissionais do interior — pudessem acessar os recursos.

1. RESUMO GERAL DOS EDITAIS E INVESTIMENTOS

Edital	Foco da Ação	Vagas (Previstas > Pagas)	Investimento (Previsto > Pago)
Edital Audiovisual	Produção, formação, festivais e licenciamento.	233 > 236	R\$ 36.168.200,00 > R\$ 36.965.350,00
LPG 2024	Fomento complementar e novos perfis.	42 > 42	R\$ 2.696.784,80 (Integral)
Apoio a Micro e Pequenas Empresas	Sustentabilidade de produtoras locais.	13 > 6	R\$ 1.300.000,00 > R\$ 599.822,00

2. DETALHAMENTO POR EIXO DE ATUAÇÃO

EDITAL AUDIOVISUAL (O PRINCIPAL)

Este edital superou as metas iniciais e financiou a maior parte das atividades do estado. As categorias atendidas foram:

- » **Produção de Obras:** Filmes de longa-metragem (ficção, documentário e animação), curtas-metragens e obras seriadas.
- » **Novas Mídias e Inovação:** Videoclipes e desenvolvimento de jogos eletrônicos (games).
- » **Etapas Iniciais e Finais:** Desenvolvimento de roteiros, finalização de obras e licenciamento para exibição.
- » **Difusão e Ensino:** Realização de festivais de cinema e cursos de capacitação técnica.

EDITAL DE APOIO A EMPRESAS

- » **Objetivo:** Garantir que as produtoras do Amazonas tivessem dinheiro em caixa para manter suas atividades e gerar empregos.
- » **Resultado:** Embora tenham sido pagas 6 vagas (menos que as 13 previstas), o edital foi essencial para a saúde financeira dos pequenos negócios do setor.



EDITAL LPG 2024 (COMPLEMENTAR)

- » **Objetivo:** Atender projetos que ficaram de fora dos primeiros editais e ampliar a presença de profissionais do interior do estado.
- » **Resultado:** Execução total das 42 vagas previstas, garantindo mais diversidade de histórias e narrativas.

3. INCLUSÃO E DIVERSIDADE

Pela primeira vez na história do estado, mecanismos específicos de fomento garantiram o acesso de:

- » Pessoas trans e travestis.
- » Povos indígenas.
- » Jovens realizadores.
- » Profissionais que vivem e trabalham no interior do Amazonas.

PARÁ

O estado do Pará investiu um total de **R\$ 64.445.000,00** no setor audiovisual por meio da Lei Paulo Gustavo. A estratégia contou com **7 editais públicos** que cobriram desde a criação de filmes até a reforma de salas de cinema e o licenciamento de obras.

1. RESUMO DA PARTICIPAÇÃO

- » **Vagas ofertadas:** 475.
- » **Inscrições recebidas:** 1.276.
- » **Propostas selecionadas:** 369.

2. DETALHAMENTO DOS EDITAIS E INVESTIMENTOS

Edital	Finalidade / Categoria	Valor Investido
23/2023	Produção Audiovisual (longas, curtas, séries, animação e digital).	R\$ 43.060.000,00
12/2023	Salas de Cinema (manutenção, reforma, restauro e modernização).	R\$ 5.250.000,00
08/2024	Formação Audiovisual (capacitação técnica e criativa).	R\$ 3.000.000,00
13/2023	Formação, Mostras e Festivais (qualificação e circulação).	R\$ 2.450.000,00
11/2023	Cinemas de Rua, Itinerantes e Cineclubes (acesso comunitário).	R\$ 2.250.000,00
10/2024	Licenciamento de obras para exibição (canais públicos).	R\$ 1.875.000,00
09/2024	Apoio à Produção Audiovisual (continuidade de projetos).	R\$ 1.000.000,00
TOTAL		R\$ 64.445.000,00

RORAIMA

O estado de Roraima aplicou os recursos da Lei Paulo Gustavo por meio de dois editais principais, garantindo apoio a todas as propostas que foram habilitadas no setor audiovisual.

1. RESUMO DOS EDITAIS

Edital	Público-Alvo	Projetos / Estrutura
001/2024	Audiovisual	4 categorias e 21 lotes (Todos os habilitados pagos).
002/2024	Demais Áreas Culturais	418 projetos contemplados.

2. DETALHAMENTO DO EDITAL AUDIOVISUAL (Nº 001/2024)

O investimento total no setor foi de **R\$ 13.011.118,00**. O recurso foi dividido em 21 lotes para cobrir todas as etapas da cadeia produtiva.

Eixo de Atuação	O que foi financiado (Categorias e Lotes)
Criação e Produção	Núcleos criativos (séries e longas de ficção), produção de longas e médias-metragens, webséries e curtas (ficção, doc e animação).
Novas Linguagens	Videoartes, vídeos experimentais, videocliques e desenvolvimento de jogos eletrônicos (games)
Novos Talentos	Lotes específicos para estimular novos realizadores locais.
Formação	Oficinas de audiovisual (Níveis 1 e 2) e oficinas de mídias portáteis e redes sociais.
Difusão	Apoio a cineclubes, realização de mostras e festivais de cinema (incluindo grandes eventos).
Infraestrutura	Reforma e manutenção de salas de cinema registradas na ANCINE (que não sejam de redes comerciais).
Distribuição e Licenciamento	Distribuição de curtas e longas-metragens e licenciamento de obras para TVs públicas.

TOCANTINS

O estado do Tocantins recebeu um total de **R\$ 25.681.441,21** pela Lei Paulo Gustavo. Desse valor, **R\$ 18.893.836,29** foram reservados exclusivamente para o audiovisual. Com os rendimentos da conta, o valor total aplicado subiu para **R\$ 20.372.905,20**, atingindo uma execução de **99,57%**.

1. RESUMO DOS SELECIONADOS

- » **Total de Projetos:** 87 selecionados.
- » **Perfil dos Proponentes:** 49 Pessoas Jurídicas (empresas) e 38 Pessoas Físicas (indivíduos).

2. DETALHAMENTO POR CATEGORIAS E MÓDULOS

Categoria 1: Produção Audiovisual (46 projetos)

Focada na criação de filmes, séries e conteúdos digitais.

Módulo	Tipo de Obra	Projetos	Valor por Projeto
I	Longas, Telefilmes e Séries (>26 min) – Empresas com registro na Ancine	6	R\$ 1.300.000,00
II	Obras >50 min, Reality Shows e Núcleos Criativos	7	R\$ 750.000,00
III	Webséries, Curtas, Médias e Finalização	8	R\$ 150.000,00
IV	Webséries, Games, Desenvolvimento e Pós-produção	9	R\$ 100.000,00
V	Curtas, Médias, Documentários e Animações	5	R\$ 50.000,00
VI	Desenvolvimento de Roteiro, Curtas e Videoclipes	11	R\$ 30.000,00

CATEGORIA 2: SALAS DE CINEMA E EXIBIÇÃO (7 PROJETOS)

Recursos para reforma e funcionamento de cinemas públicos, privados e itinerantes.

Módulo	Finalidade	Projetos	Valor por Projeto
I	Reforma de Sala de Cinema com registro na Ancine	1	R\$ 500.000,00
II	Aquisição de Equipamentos e Manutenção	2	R\$ 73.000,00
III	Intervenções de Menor Porte	4	R\$ 22.750,00

CATEGORIA 3: FORMAÇÃO, DIFUSÃO E MEMÓRIA (24 PROJETOS)*

Ações voltadas para o ensino, eventos e preservação.

Módulo	Finalidade	Projetos	Valor por Projeto
I	Festivais e Mostras de Cinema	6	R\$ 150.000,00
II	Formação, Eventos e Qualificação	13	R\$ 22.750,00
III	Cineclubes, Publicações e Preservação	7	R\$ 22.750,00

CATEGORIA 4: EMPRESAS E DISTRIBUIÇÃO (10 PROJETOS)

Fortalecimento de micro/pequenas empresas e lançamento de obras.

Módulo	Finalidade	Projetos	Valor por Projeto
I	Equipamentos, Circulação e Lançamento	9	R\$ 130.000,00
II	Fortalecimento Empresarial e Distribuição	1	R\$ 50.000,00
III	Sem propostas aptas	0	-

- » A divisão entre empresas (49) e criadores independentes (38) permitiu que tanto o mercado industrial quanto os talentos individuais fossem apoiados.
- » **Critérios Sociais:** A política incluiu regras de regionalização e ações afirmativas, garantindo que o recurso fosse descentralizado e atendesse a grupos sub-representados em todo o Tocantins.
- » **Foco em Infraestrutura:** Além de produzir novos filmes, o estado investiu na reforma física de cinemas (até R\$ 500 mil por sala), garantindo locais adequados para a população assistir às obras.

ESPÍRITO SANTO

A Secretaria da Cultura do Espírito Santo (Secult/ES) investiu um total de **R\$ 46.123.554,63** na cultura, sendo que **R\$ 45.220.743,82** foram repassados diretamente aos projetos selecionados. O orçamento foi 100% executado, unindo recursos federais e estaduais (via Funcultura).

1. RESUMO FINANCEIRO GERAL

Origem do Recurso	Valor Investido
Repasse Federal (LPG)	R\$ 43.641.173,47
Tesouro Estadual (Funcultura)	R\$ 2.482.381,16
TOTAL EXECUTADO	R\$ 46.123.554,63

2. DETALHAMENTO POR EIXOS (ARTIGO 6º - AUDIOVISUAL)

Esta tabela detalha como o dinheiro foi usado para fortalecer o cinema e o vídeo no estado.

Editais / Categoria	Projetos Selecionados	Valor Total Pago	Prêmios Individuais / Observações
Longas e Séries	14	R\$ 13.556.000,00	Ficção/Anim: R\$ 1,5 mi; Doc: R\$ 614 mil; Séries TV: R\$ 720 mil.
Conteúdos Digitais	68	R\$ 3.400.000,00	Recebeu 256 inscrições.
Curta, Média e Complementação	35	R\$ 3.500.000,00	Apoio a obras de menor duração.
Jogos Eletrônicos (Games)	17	R\$ 2.650.000,00	Foco em inovação.
Núcleos Criativos	5	R\$ 1.600.000,00	R\$ 320.000,00 por projeto.
Salas de Cinema	9	R\$ 2.249.934,56	Reforma e modernização de cinemas fixos e itinerantes.
Licenciamento de Obras	165	R\$ 2.121.000,00	181 inscrições para 195 vagas ofertadas.
Cinema em Toda Parte	2	R\$ 1.048.877,34	Difusão audiovisual.
Distribuição e Comercialização	5	R\$ 620.000,00	Valor previsto para os 5 projetos.
Trilhas da Cultura (Formação)	1	R\$ 500.000,00	Organização Social (OSC) focada em ensino.
Memória e Preservação	3	R\$ 450.000,00	Foco no acervo capixaba.
Prêmio Cineclube Capixaba	20	R\$ 400.000,00	R\$ 20.000,00 por cineclube.

3. OUTRAS ÁREAS CULTURAIS (ARTIGO 8º)

Além do audiovisual, a Lei Paulo Gustavo atendeu diversas outras expressões artísticas no Espírito Santo:

- » **Projetos Contemplados:** 242 projetos selecionados entre 798 inscritos.
- » **Valor Executado: R\$ 13.642.742,73** (o valor inicial previsto era de R\$ 10,7 milhões).

4. ESTATÍSTICAS DE PARTICIPAÇÃO E RESULTADO FINAL

Ao final de todos os editais, o Espírito Santo alcançou os seguintes números:

- » **Total de Inscrições:** 1.490.
- » **Total de Projetos Selecionados:** 586.
- » **Perfil de quem recebeu:**
 - **Pessoas Jurídicas (Empresas/Associações):** 448 projetos.
 - **Pessoas Físicas (Cidadãos):** 138 projetos.

MINAS GERAIS

Minas Gerais destinou um total de **R\$ 129.717.000,00** ao setor audiovisual por meio da Lei Paulo Gustavo. A execução foi ampla, resultando em **980 projetos pagos** em diversas áreas, desde a criação de roteiros até a reforma de cinemas.

1. RESUMO DOS INVESTIMENTOS POR EDITAL

Edital (LPG 2023)	Área de Atuação	Valor Investido	O que foi financiado
Nº 02 – Produção	Criação de obras	R\$ 88.480.000,00	Longas, curtas, médias, séries, animações, games, roteiros e núcleos criativos.
Nº 03 – Exibição	Salas de cinema	R\$ 17.180.000,00	Reformas, manutenção de cinemas de rua e projetos de cinema itinerante.
Nº 04 – Formação e Memória	Conhecimento e Preservação	R\$ 10.175.000,00	Cursos, festivais, cineclubes, pesquisas, publicações e digitalização de acervos.
Nº 05 – Distribuição	Acesso ao público	R\$ 10.210.000,00	Distribuição, comercialização, lançamento, streaming/VOD nacional e licenciamento para TVs públicas.
Nº 06 – Premiação	Valorização	R\$ 3.672.000,00	Prêmios para curtas, médias e fortalecimento de empresas mineiras do setor.

2. DETALHAMENTO DAS AÇÕES (O QUE FOI FEITO NA PRÁTICA):

- » **Criação e Inovação (Edital 02):** Foco total no desenvolvimento de novos conteúdos, incluindo formatos modernos como jogos eletrônicos e projetos experimentais.
- » **Infraestrutura (Edital 03):** Dinheiro voltado para melhorar a parte física dos cinemas mineiros (obras e equipamentos) e garantir que o cinema chegue ao interior através de exposições itinerantes.
- » **Educação e História (Edital 04):** Investimento para preparar profissionais para o mercado e garantir que os filmes antigos do estado sejam recuperados e digitalizados.
- » **Mercado e Tecnologia (Edital 05):** Ajuda para que os filmes de Minas Gerais cheguem às telas de TV e plataformas de internet, facilitando a venda e a circulação das obras.
- » **Reconhecimento (Edital 06):** Prêmios em dinheiro para reconhecer a qualidade técnica e artística de quem já produz e gere empresas de audiovisual no estado.

PARANÁ

O estado do Paraná investiu um total de **R\$ 72.239.515,51** no setor audiovisual através da Lei Paulo Gustavo. Todos os **204 projetos selecionados** foram pagos, abrangendo desde a criação de roteiros até exhibições de cinema ao ar livre em centenas de cidades.

1. DETALHAMENTO DOS INVESTIMENTOS POR EDITAL

EDITAL: PRODUÇÃO AUDIOVISUAL E DESENVOLVIMENTO DE ROTEIROS (R\$ 49.018.503,71)

Este edital focou na criação de novos conteúdos e no desenvolvimento de histórias.

Categoria de Projeto	Valor Máximo por Proposta
Séries de Ficção ou Animação	R\$ 4.000.000,00
Longas de Ficção ou Animação	R\$ 2.500.000,00
Obras Seriadas Documentais	R\$ 1.500.000,00
Longas Documentais	R\$ 1.000.000,00
Episódios-piloto (Séries Ficção/Anim)	R\$ 750.000,00
Curtas-Metragens	R\$ 300.000,00
Desenvolvimento: Séries (Ficção/Anim)	R\$ 150.000,00
Finalização de Longas-Metragens	R\$ 150.000,00
Desenvolvimento: Longas (Ficção/Anim)	R\$ 100.000,00
Núcleos de Desenvolvimento de Roteiro	R\$ 200.000,00
Desenvolvimento: Longas Documentais	R\$ 50.000,00
Produção de Videoclipes	R\$ 30.000,00

EDITAL: QUALIFICAÇÃO, DIGITALIZAÇÃO DE OBRAS, PRODUÇÃO INTELECTUAL, CINECLUBES E FESTIVAIS (R\$ 5.632.455,70)

Focado no ensino, preservação da memória e eventos.

Iniciativa	Faixa de Valor
Festivais e Mostras (Não Inéditos)	Até R\$ 250.000,00
Festivais e Mostras (Inéditos)	Até R\$ 125.000,00
Digitalização de Obras ou Acervos	Até R\$ 150.000,00
Cursos Presenciais (8 cidades)	R\$ 88.000,00 a R\$ 130.000,00
Cursos EAD (Online)	R\$ 95.400,00 a R\$ 350.000,00
Apoio a Cineclubes	Até R\$ 40.000,00
Produções Intelectuais Inéditas	R\$ 3.500,00

EDITAL: CIRCULAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E LICENCIAMENTO (R\$ 6.907.553,77)

Levar os filmes prontos ao público em cinemas e festivais.

Tipo de Circulação / Distribuição	Valor Máximo por Proposta
Lançamento em 10 Salas (Longas)	R\$ 200.000,00
Lançamento em 5 Salas (Longas)	R\$ 100.000,00
Circulação em Festivais (Nacional/Int.)	R\$ 150.000,00
Lançamento Digital (Longas e Séries)	R\$ 40.000,00
Licenciamento (TVs Públicas PR)	R\$ 10.000,00 por obra

EDITAL: INFRAESTRUTURA E SALAS DE CINEMA (R\$ 4.818.723,69)

Obras e melhorias em espaços de exibição.

- » **Restauros:** Até R\$ 1.500.000,00.
- » **Manutenção e Funcionamento:** Até R\$ 1.300.000,00.
- » **Reformas:** Até R\$ 1.000.000,00.

EDITAL: CINEMA NA PRAÇA (R\$ 4.250.000,00)

Exibições gratuitas ao ar livre em 144 municípios das 8 macrorregiões do estado. Foram pagos dois projetos: um de R\$ 2.238.333,07 e outro de R\$ 2.011.666,43.

2. PERFIL DE QUEM RECEBEU O RECURSO (PROPONENTES)

Os dados da CELEPAR traçam o perfil social de quem executou os projetos:

- » **Tipo de Proponente:** 54,49% Empresas (PJ) e 45,51% Pessoas Físicas (PF).
- » **Gênero (PF):** 53,1% Mulheres e 46,9% Homens.
- » **Raça/Cor:** 50,6% Brancos, 35,8% Pretos ou Pardos, 6,2% Indígenas e 1,2% Amarelos.
- » **Orientação Sexual:** 46,9% Hetero, 23,5% Bissexuais, 13,6% Homossexuais e 16% Não responderam.
- » **Escolaridade:** 85,2% possuem Ensino Superior Completo.

3. DISTRIBUIÇÃO PELO TERRITÓRIO

A política alcançou **42 municípios** paranaenses. As cidades com mais projetos selecionados foram:

- » **Curitiba:** 119 projetos.
 - » **Londrina:** 12 projetos.
 - » **Maringá:** 11 projetos.
 - » **Ponta Grossa:** 6 projetos.
 - » **Foz do Iguaçu:** 5 projetos.
- As demais cidades tiveram entre 1 e 2 projetos cada.

RIO GRANDE DO SUL

O Rio Grande do Sul investiu um total de **R\$ 69.133.817,73** no setor audiovisual por meio da Lei Paulo Gustavo. A estratégia foi dividida em quatro editais principais que cobriram todas as etapas da cadeia produtiva. Ao todo, **125 projetos** foram aprovados e pagos integralmente.

1. RESUMO DOS INVESTIMENTOS POR EDITAL

Edital (SEDAC/LPG)	Área de Atuação	Valor Investido	Foco da Ação
Nº 16/2023	Produção Audiovisual	R\$ 49.511.095,78*	Criação, desenvolvimento e coprodução de obras.
Nº 13/2023	Mercado e Empresas	R\$ 7.621.209,57	Apoio a micro e pequenas empresas, VoD independentes, licenciamento e distribuição.
Nº 15/2023	Salas de Cinema	R\$ 6.896.308,36	Reformas, melhorias e cinemas itinerantes.
Nº 14/2023	Formação e Festivais	R\$ 5.105.204,02	Cursos, pesquisas, capacitação e eventos.

*Soma do valor inicial (R\$ 44,4 mi) com o aporte adicional (R\$ 5,09 mi).

2. DETALHAMENTO DAS CATEGORIAS DE PRODUÇÃO (EDITAL Nº 16/2023)

Este edital financiou o desenvolvimento e a realização de filmes e jogos em diversos níveis:

- » **Desenvolvimento:** Escrita de roteiros para longas-metragens, criação de argumentos e formatos para séries, e criação de protótipos de jogos eletrônicos (**Games**).
- » **Produção de Obras:** Filmes de longa-metragem (ficção, animação e documentário), telefilmes, minisséries e obras seriadas (temporada única ou múltiplas).
- » **Coprodução Internacional:** Parcerias entre produtoras gaúchas e empresas estrangeiras.
- » **Complementação e Curtas:** Dinheiro para finalizar filmes que já tinham 50% do orçamento e produção de curtas-metragens (5 a 25 minutos).

SANTA CATARINA

O estado de Santa Catarina investiu um montante efetivo de **R\$ 47.895.932,65** no audiovisual (superando a previsão inicial de R\$ 38,7 milhões) através da LPG. Todos os **168 projetos selecionados** foram contratados e pagos.

1. PERFIL DOS PROPONENTES E DIVERSIDADE

- » **Tipo de Proponente:** 127 Pessoas Jurídicas (empresas) e 41 Pessoas Físicas.
- » **Recortes Sociais:** 19% de pessoas negras e 4% de pessoas indígenas.
- » **Outros:** 77% dos inscritos referem-se ao Art. 17.

2. MÓDULO I: PRODUÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Este módulo focou na criação de novas obras e no desenvolvimento de projetos audiovisuais.

Categoria de Projeto	Projetos	Valor por Unidade	Investimento Total
Longa-Metragem Ficção A	1	R\$ 3.265.932,56	R\$ 3.265.932,56
Longa-Metragem Ficção B	4	R\$ 2.000.000,00	R\$ 8.000.000,00
Obra Seriada	2	R\$ 3.000.000,00	R\$ 6.000.000,00
Curta e Média-Metragem	29	R\$ 200.000,00	R\$ 5.800.000,00
Longa Documental	5	R\$ 500.000,00	R\$ 2.500.000,00
Desenvolvimento (Longa/Série)	13	R\$ 150.000,00	R\$ 1.950.000,00
Novos Realizadores	18	R\$ 100.000,00	R\$ 1.800.000,00
Complementação (Longa/Série)	5	R\$ 250.000,00	R\$ 1.250.000,00
Infantojuvenil	4	R\$ 200.000,00	R\$ 800.000,00
Games (Versão Demo)	3	R\$ 100.000,00	R\$ 300.000,00
Produção em Vídeo	4	R\$ 20.000,00	R\$ 80.000,00

3. MÓDULO II: FORMAÇÃO, DIFUSÃO E PRESERVAÇÃO

Ações voltadas para o ensino, eventos de cinema e preservação da memória.

Categoria de Ação	Projetos	Valor por Unidade	Investimento Total
Festival ou Mostra B	10	R\$ 200.000,00	R\$ 2.000.000,00
Festival ou Mostra A	3	R\$ 600.000,00	R\$ 1.800.000,00
Cineclubes	27	R\$ 50.000,00	R\$ 1.350.000,00
Circuito Regional	10	R\$ 50.000,00	R\$ 500.000,00
Novo Festival ou Mostra	4	R\$ 100.000,00	R\$ 400.000,00
Eventos de Mercado	1	R\$ 300.000,00	R\$ 300.000,00
Restauração e Digitalização	2	R\$ 150.000,00	R\$ 300.000,00
Circuito Nacional	1	R\$ 120.000,00	R\$ 120.000,00
Circuito Estadual	1	R\$ 80.000,00	R\$ 80.000,00
Projetos Técnicos (Preservação)	2	R\$ 50.000,00	R\$ 100.000,00
Projetos Técnicos (Restauração)	2	R\$ 50.000,00	R\$ 100.000,00

MUNICÍPIOS

CAMPO GRANDE

A Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (Sectur) de Campo Grande investiu os recursos da Lei Paulo Gustavo através de dois editais principais. No total, **73 projetos** foram selecionados e pagos em diversas etapas da cadeia audiovisual.

1. DETALHAMENTO DOS EDITAIS E VALORES

Edital (Nº/2023)	Objetivo Principal	Valor Investido
Nº 13/2023	Seleção de projetos para fomento direto (produção).	R\$ 4,517,286.43
Nº 14/2023	Premiação para trajetórias e iniciativas.	R\$ 300,000.00

2. PROJETOS PAGOS POR CATEGORIA

Esta tabela mostra como os 73 projetos foram distribuídos:

Categoria de Apoio	Quantidade de Projetos
Curta-Metragem (Produção)	48
Premiação (Iniciativas e Trajetórias)	15
Longa-Metragem (Finalização)	3
Cineclubes	5
Formação e Qualificação Técnica	5
TOTAL	73

MACEIÓ

A Prefeitura de Maceió executou os recursos da Lei Paulo Gustavo por meio de um único edital, planejado para atender todas as etapas do setor audiovisual. No total, foram investidos **R\$ 6.057.518,38**, contemplando **131 projetos** que foram pagos integralmente.

1. O QUE FOI FINANCIADO (CATEGORIAS DE APOIO)

O edital cobriu 11 áreas diferentes para fortalecer o cinema e o vídeo na capital alagoana:

Eixo de Atuação	Categorias Contempladas
Produção de Obras	Produção de Curtas-metragens; Produção de Outros Formatos; Complementação de Filmes e de Curtas.
Desenvolvimento	Desenvolvimento de Longa-metragem; Desenvolvimento de Série; Desenvolvimento de Game.
Difusão e Acesso	Apoio a Cineclubes; Realização de Festivais de Cinema; Apoio a Salas de Cinema.
Conhecimento	Projetos de Pesquisa; Capacitação e Formação Técnica.

2. PERFIL DOS SELECIONADOS E DIVERSIDADE

A seleção garantiu que o recurso chegasse a diferentes tipos de profissionais e respeitasse as cotas legais.

- » **Total de Proponentes Pagos:** 131.
- » **Perfil Jurídico:** Empresas (PJ), MEIs, Coletivos Culturais e, em sua maioria, Pessoas Físicas (PF).
- » **Ações Afirmativas (Cotas):** O edital selecionou e pagou projetos apresentados por:
 - o Pessoas Negras;
 - o Povos Indígenas;
 - o Pessoas com Deficiência (PcD);
 - o Povos Tradicionais.

SALVADOR

A Prefeitura de Salvador estruturou sua política audiovisual em três frentes principais (Incisos I, II e III), garantindo que todas as etapas exigidas pela LPG fossem cumpridas. O investimento total somou recursos federais e municipais.

1. RESUMO DOS INVESTIMENTOS POR CATEGORIA

Categoria (LPG)	Ação Realizada	Valor Investido
Inciso I (Produção)	Edital Salcine Ano I: Produção, roteiro, festivais e cineclubes.	R\$ 18.950.000,00*
Inciso II (Salas)	Apoio a 2 circuitos de cinema de rua (com ações para escolas).	R\$ 1.200.000,00
Inciso III (Pesquisa)	Pesquisa para diagnóstico do setor audiovisual na cidade.	R\$ 170.000,00

*Soma de R\$ 13.950.000,00 (LPG) + R\$ 5.000.000,00 (Recursos próprios da Prefeitura).

2. DETALHAMENTO DO EDITAL SALCINE (INCISO I)

O edital superou a meta inicial de 66 projetos, selecionando e pagando **68 projetos** no total, com valores que variaram de **R\$ 50 mil a R\$ 2 milhões** por proposta.

- » **Eixos contemplados:** Produção, Desenvolvimento (roteiros), Festivais e Cineclubes.
- » **Formatos apoiados:** Curtas, longas-metragens, obras seriadas, videoclipes e games.
- » **Destaque:** Longas para “Novos Realizadores” e festivais (calendarizados e não calendarizados).

3. PARTICIPAÇÃO E DIVERSIDADE (IMPACTO SOCIAL)

A execução em Salvador destacou-se pela forte presença de pessoas negras e mulheres, ocupando a maior parte do orçamento executado.

DADOS DAS INSCRIÇÕES (644 TOTAL):

- » **MEIs:** 314 inscritos.
- » **Empresas (PJ):** 319 inscritos.
- » **Instituições sem fins lucrativos:** 11 inscritos.
- » **Perfil:** 277 cotistas negros e 367 ampla concorrência.



PERFIL DOS 68 PROJETOS APROVADOS:

- » **Pessoas Negras:** 42 projetos.
- » **Liderados por Mulheres:** 34 projetos (receberam **66,85%** de todo o recurso).
- » **Mulheres Negras:** 19 projetos (receberam **43,32%** de todo o recurso).
- » **Exclusivamente Femininos:** 8 projetos.
- **Novos Realizadores (Longas):** Dos 3 projetos selecionados, 2 são dirigidos por mulheres.

4. APOIO TÉCNICO E TRANSPARÊNCIA

Para ajudar os artistas na inscrição e na prestação de contas, a Fundação Gregório de Mattos (FGM) promoveu oficinas online pelo YouTube:

- » **Oficina de Leitura do Edital:** 985 visualizações.
- » **Oficina de Prestação de Contas:** 456 visualizações.

FORTALEZA

A Prefeitura de Fortaleza estruturou a Lei Paulo Gustavo por meio de um edital central para o audiovisual e outras cinco chamadas públicas complementares, garantindo o apoio a diversos perfis de artistas e produtores.

1. EDITAL 9395 – AUDIOVISUAL LPG 2023

Este foi o principal instrumento para o setor, com investimento total de **R\$ 14.806.782,64**. O recurso foi dividido em três linhas de ação:

Linha de Investimento	Valor Destinado	O que foi financiado
Produção Audiovisual	R\$ 11.029.662,88	Apoio a produções audiovisuais.
Salas de Cinema	R\$ 2.521.126,60	Reforma, restauro, manutenção e funcionamento de salas.
Formação e Difusão	R\$ 1.265.767,84	Cursos, cineclubes, festivais, pesquisas e rodadas de negócios.

PROJETOS PAGOS NO AUDIOVISUAL (91 TOTAL):

- » **Pessoas Físicas:** 49
- » **Pessoas Jurídicas (PJ):** 27
- » **Coletivos (via Pessoa Física):** 8
- » **MEIs:** 7

2. CHAMADAS PÚBLICAS COMPLEMENTARES

Além do edital específico, Fortaleza lançou outras seleções que também utilizaram recursos da Lei Paulo Gustavo para ampliar o alcance cultural:

Edital / Chamada	Valor Total Pago	Projetos Selecionados	Perfil dos Proponentes
Para as Artes	R\$ 5.919.587,90	331	244 PF, 35 MEIs, 31 Coletivos, 21 PJ.
LGBTQIAPN+	R\$ 240.000,00	21	15 PF, 2 Coletivos, 2 MEIs, 1 PJ.
Microprojetos	R\$ 200.000,00	20	15 Individuais, 5 Coletivos.
Pareceristas	Conforme demanda	-	Avaliadores técnicos para as seleções.

JOÃO PESSOA

A Prefeitura de João Pessoa executou a Lei Paulo Gustavo por meio do edital **“O Novíssimo Cinema Parahybano”** e do investimento em um novo equipamento público de exibição. No total, **51 projetos** foram selecionados, contratados e pagos integralmente.

1. DETALHAMENTO DO EDITAL: O NOVÍSSIMO CINEMA PARAHYBANO

Este edital reuniu todas as etapas da cadeia produtiva do audiovisual em um único instrumento de fomento.

Linha de Apoio	O que foi financiado
Produção	Criação de novos filmes de Longa-metragem e Curta-metragem.
Desenvolvimento	Escrita e planejamento de roteiros para Longa-metragem ou Séries.
Difusão	Realização de Festivais, Mostras de cinema e apoio a Cineclubes.
Mercado	Apoio para que realizadores locais participem de feiras e rodadas de negócios.
Formação e Pesquisa	Cursos de qualificação e uma pesquisa inédita sobre a política do setor.

2. NOVO EQUIPAMENTO PÚBLICO: ESPAÇO CINEMA PASSEIO

Parte dos recursos foi destinada à criação de um cinema público moderno e totalmente acessível.

FICHA TÉCNICA DO EQUIPAMENTO:

- » **Tecnologia:** Projeção digital 2K e sistema de som 7.1.
- » **Capacidade:** 50 poltronas.
- » **Estrutura:** Bilheteria, café/lanchonete, recepção e fraldário.
- » **Espaços Extras:** Área para feiras criativas, bicicletário e jardim.
- » **Acessibilidade:** Plena em todos os ambientes.

3. INCLUSÃO E AÇÕES AFIRMATIVAS

O processo de seleção em João Pessoa garantiu que o recurso chegasse a grupos diversos, superando as cotas mínimas:

- » **65% dos projetos selecionados** foram liderados por profissionais **negros, mulheres (cis ou trans) ou indígenas**.
- » **Perfil dos Proponentes:** Foram contemplados artistas individuais (pessoas físicas), empresas e coletivos culturais.

RECIFE

O município de Recife investiu **R\$ 7.469.376,36** exclusivamente no setor audiovisual através da Lei Paulo Gustavo. O recurso foi operacionalizado pelo **Edital Geraldo Pinho**, que buscou equilibrar a criação de novas obras com a preservação da memória e a formação de público.

1. ÁREAS DE INVESTIMENTO E LINHAS DE APOIO

O edital foi estruturado para atender todas as etapas da cadeia produtiva:

Eixo de Atuação	Categorias Contempladas
Cinema (Longas)	Desenvolvimento, produção, finalização e distribuição.
Produtos para TV	Desenvolvimento, obras seriadas, telefilmes e interprogramas.
Curtas e Médias	Todas as fases de produção (do roteiro à finalização).
Novas Mídias	Games, webséries e webcanais.
Música e Visual	Videoclipes e álbuns visuais.
Difusão	Festivais, mostras, cineclubes e iniciativas de exibição não comercial.
Conhecimento	Formação profissional, pesquisa e preservação de acervos.

2. DIAGNÓSTICO DOS INSCRITOS (PERFIL SOCIAL)

O edital recebeu **684 inscrições**. A análise desses dados revelou desigualdades no acesso ao fomento cultural na cidade, destacando a importância de futuras ações afirmativas.

PERFIL RACIAL E DE GÊNERO DOS PROPONENTES:

Perfil Social	Porcentagem dos Inscritos
Pessoas Brancas	56,4%
Pessoas Negras (Pretas e Pardas)	38,3%
Outros grupos (Indígenas, Amarelos)	6,4%
Cisgênero	93,0%

CRUZAMENTO DE DADOS (INTERSECCIONALIDADE):

- » **Homens Cis Brancos:** 28,8% do total de inscritos.
- » **Mulheres Cis Brancas:** 25,0% do total de inscritos.

3. CONCLUSÕES E PRÓXIMOS PASSOS

O diagnóstico realizado pela prefeitura reforçou que editais abertos, por si só, não resolvem desigualdades históricas. Como resultado desta execução, a política cultural de Recife destaca:

- » **Necessidade de Cotas:** Reforço em políticas de indução e pontuações diferenciadas para grupos sub-representados.
- » **Capacitação Direcionada:** Foco em treinamento técnico para quem está fora dos grandes circuitos.
- » **Preservação e Memória:** Garantia de que obras de grupos historicamente invisibilizados sejam guardadas e difundidas em espaços públicos.

NATAL

O município de Natal executou os recursos da Lei Paulo Gustavo dentro dos prazos, com a maioria dos pagamentos realizados em dezembro de 2023. Em 2024, a execução continuou focada na compra de equipamentos e na parte administrativa da nova sala de cinema pública da cidade.

1. RESUMO DOS INVESTIMENTOS E PROJETOS

Seleção Pública / Ação	Valor Investido	Projetos / Impacto
Produção, Formação e Difusão (Incisos I e III)	R\$ 1.412.000,00	115 projetos: filmes, roteiros, cursos, festivais e pesquisas.
Implantação da Sala Luiz de Barros (Inciso II)	R\$ 1.030.000,00	Reforma, restauro e equipamentos para novo cinema público.
Salas de Rua e Itinerantes (Inciso II)	R\$ 170.000,00	2 projetos: Apoio a cinemas (R\$ 100k) e itinerantes (R\$ 70k).
Economia Criativa e Artes (Artigo 8º)	Conforme Edital de Emergência Cultural 025/2023	Apoio a microempreendedores e espaços afetados pela pandemia.

2. DESTAQUE ESTRUTURAL: SALA DE CINEMA LUIZ DE BARROS

Um dos grandes marcos da LPG em Natal é a criação desta sala pública. O projeto envolve uma parceria com uma Organização Social (OS) para a gestão da obra e compra de tecnologia.

- » **Localização:** Imóvel tombado pelo Iphan (receberá também recursos da Lei Rouanet e emendas federais).
- » **Capacidade:** 60 pessoas.
- » **Estrutura:** Café, memorial, área de convivência e plena acessibilidade.

3. O QUE FOI REALIZADO:

- » **Incentivo à Pesquisa:** Natal incluiu uma linha específica para pesquisa em audiovisual, algo raro em editais públicos, permitindo o estudo técnico do setor.
- » **Apoio a Novos Criadores:** O investimento de **R\$ 1,4 milhão** atendeu desde profissionais experientes até jovens que estão começando na área.

- » **Recuperação Pós-Pandemia:** A Seleção 025/2023 focou diretamente no fortalecimento de instituições comunitárias e agentes culturais que tiveram suas atividades interrompidas pelo isolamento social.
- » **Cinema Itinerante:** Garantiu que a exibição de filmes não ficasse presa apenas às salas fixas, apoiando projetos que levam o cinema aos bairros.

4. SITUAÇÃO DOS PAGAMENTOS

- » **Agentes Culturais:** Pagos majoritariamente em dezembro de 2023.
- » **Nova Sala de Cinema:** Recursos em execução ao longo de 2024 (obras e equipamentos).

MACAPÁ

O município de Macapá utilizou os recursos da Lei Paulo Gustavo para financiar **108 projetos** audiovisuais. O investimento total foi de **R\$ 1.150.000,00**, cobrindo diversas frentes, desde a criação de filmes até a preservação de acervos históricos.

1. RESUMO DA EXECUÇÃO

Indicador	Informação
Total de Projetos Seleccionados	108
Investimento Total Realizado	R\$ 1.150.000,00

2. ÁREAS E CATEGORIAS CONTEMPLADAS

O edital foi planejado para atender toda a cadeia produtiva, dividida nos seguintes eixos:

» **Produção e Criação:**

- o Curtas e médias-metragens.
- o Produtos para televisão.
- o Jogos eletrônicos (Games).
- o Webséries e webcanais.
- o Videoclipes, vídeo-arte e vídeos experimentais.
- o Curta-memória.

» **Difusão e Infraestrutura:**

- o Ações voltadas para **salas de cinema**.
- o Fortalecimento do **cinclubismo**.
- o Projetos de difusão cultural.

» **Conhecimento e Memória:**

- o Formação e qualificação profissional.
- o **Pesquisas** especializadas no setor.
- o Preservação e **digitalização de acervos**.

MANAUS

A Prefeitura de Manaus utilizou o edital nº 04/2023 “**Concurso-Prêmio Manaus Identidade Cultural – Audiovisual**” para investir um total de **R\$ 11.710.000,00** no setor através da LPG. O recurso foi dividido em três grandes eixos para atender desde a criação de filmes até a melhoria física dos cinemas.

1. DIVISÃO DOS INVESTIMENTOS POR EIXO

Eixo de Investimento	Valor Aplicado	O que foi financiado
Produção Audiovisual	R\$ 9.150.000,00	Apoio a produções audiovisuais em diversos formatos e etapas.
Salas de Cinema	R\$ 1.500.000,00	Reformas, restauros, manutenção e funcionamento de salas de exibição.
Formação, Difusão e Memória	R\$ 1.060.000,00	Cursos, cineclubes, festivais, pesquisas e preservação de acervos.

2. DETALHAMENTO DAS AÇÕES (O QUE FOI FEITO NA PRÁTICA)

O investimento de **R\$ 1,06 milhão** no terceiro eixo foi especialmente diverso, cobrindo:

- » **Ensino e Qualificação:** Cursos de capacitação e formação profissional para o setor.
- » **Eventos e Acesso:** Realização de festivais, mostras de cinema e fortalecimento de cineclubes.
- » **História e Tecnologia:** Ações de memória, preservação e digitalização de acervos audiovisuais.
- » **Pesquisa e Infraestrutura:** Estudos especializados e projetos para desenvolver Manaus como uma “**cidade de locação**” (preparada para receber grandes filmagens).

BOA VISTA

O município de Boa Vista executou a Lei Paulo Gustavo por meio de um edital de premiação exclusivo para o setor audiovisual (Edital Prêmio nº 006/2023). Graças aos rendimentos financeiros da conta, a prefeitura conseguiu superar a meta inicial de vagas e premiar mais artistas.

1. RESUMO DA EXECUÇÃO E VAGAS

Indicador	Números da Execução
Vagas Previstas Inicialmente	71
Vagas Efetivamente Pagas	81
Total de Inscrições Recebidas	199

2. ÁREAS CONTEMPLADAS PELOS PROJETOS

Os 81 prêmios foram distribuídos entre iniciativas que cobrem diversas necessidades do setor:

- » **Produção:** Criação de filmes de curta-metragem.
- » **Formação:** Projetos de cursos e oficinas para qualificar profissionais.
- » **Difusão e Acesso:** Atividades de exibição de filmes para o público.
- » **Memória:** Propostas voltadas à preservação da história do audiovisual local.

PALMAS

A Prefeitura de Palmas aplicou os recursos da Lei Paulo Gustavo por meio de um edital exclusivo para o audiovisual, dividido em dois eixos principais: produção de filmes e ações de ensino. No total, **25 projetos** foram selecionados e pagos.

1. RESUMO DOS INVESTIMENTOS

Indicador	Informação
Investimento Total no Audiovisual	R\$ 1.582.623,32
Total de Projetos Pagos	25
Estrutura do Edital	2 Eixos (Produção e Formação)

2. DETALHAMENTO DOS PROJETOS CONTEMPLADOS

Os 25 projetos foram divididos entre criação de obras e atividades para o público:

Tipo de Iniciativa	Quantidade de Projetos
Produção de Curtas-Metragens	18
Oficinas de Capacitação Técnica	3
Cineclubes	2
Mostras Audiovisuais	2
TOTAL	25

BELO HORIZONTE

A Secretaria Municipal de Cultura de Belo Horizonte investiu um total de **R\$ 12.611.000,00** no setor audiovisual. O programa, chamado **BH nas Telas – Edição Paulo Gustavo**, selecionou e pagou **150 projetos**, abrangendo desde roteiros até a manutenção de cinemas.

1. RESUMO DOS INVESTIMENTOS POR EIXO

Eixo de Atuação	Valor Investido	Projetos Pagos	Principais Ações
Produção Audiovisual	R\$ 7.030.000,00	82	Filmes de diversos tamanhos e temas.
Desenvolvimento	R\$ 2.100.000,00	22	Escrita de roteiros e criação de projetos.
Salas de Cinema	R\$ 1.600.000,00	10	Cinemas de rua, itinerantes e convencionais.
Apoio e Difusão	+ R\$ 1.000.000,00*	30	Festivais, cineclubes, cursos e pesquisas.
Jogos Eletrônicos	R\$ 700.000,00	6	Protótipos e jogos completos.

*Valor aproximado.

2. DETALHAMENTO DAS CATEGORIAS

PRODUÇÃO (82 PROJETOS):

- » **Longas-metragens:** 5 projetos (3 documentais e 2 de ficção). Valores de até **R\$ 1 milhão**.
- » **Curtas ou Médias:** 28 projetos (documentários, ficção e animação).
- » **Comunitário e Formato Livre:** 49 projetos (R\$ 30 mil cada).

DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS (22 PROJETOS):

- » **Ficção e Documentário:** 11 roteiros de longa-metragem.
- » **Animação e Séries:** 3 longas de animação e 8 obras seriadas.

APOIO, DIFUSÃO E FORMAÇÃO (30 PROJETOS):



- » **Festivais e Mostras:** 11 projetos.
- » **Formação e Pesquisa:** 8 ações de ensino e 8 pesquisas/publicações.
- » **Cineclubes:** 3 projetos (R\$ 25 mil cada).

3. PERFIL DE QUEM RECEBEU O RECURSO

A política em Belo Horizonte garantiu a diversidade de proponentes e lideranças:

NATUREZA JURÍDICA:

- » **69% Pessoas Jurídicas** (103 empresas/associações).
- » **29% Pessoas Físicas** (44 indivíduos).
- » **2% Coletivos** (3 grupos sem CNPJ).

IDENTIDADE DE GÊNERO (LIDERANÇAS):

Gênero	Proporção
Homens Cis	50%
Mulheres Cis	43%
Pessoas Não Binárias	4%
Mulheres Trans	2%
Homens Trans	0,5%

RECORTE RACIAL:

- » **33% dos projetos** são liderados por **pessoas negras** (seja como pessoa física ou como sócios majoritários de empresas).

CURITIBA

A capital paranaense executou a Lei Paulo Gustavo por meio de dois editais específicos para o audiovisual. O segundo edital foi lançado para utilizar os recursos que sobraram do primeiro, garantindo que 100% do dinheiro fosse investido no setor.

1. RESUMO DOS EDITAIS E INVESTIMENTOS

Edital	Objetivo	Vagas	Valor Investido
1º Edital	Produção, formação, difusão e salas de cinema.	95	R\$ 9.666.229,17
2º Edital	Exclusivo para Produção Audiovisual.	6	R\$ 710.000,00
TOTAL		96 Projetos Pagos	R\$ 10.376.229,17

2. INCLUSÃO E DIVERSIDADE

A prefeitura aplicou regras de **cotas e ações afirmativas** em ambos os editais. O objetivo foi garantir que os projetos selecionados refletissem a diversidade da população e incluíssem grupos que historicamente têm menos acesso a recursos públicos.

LONDRINA

O município de Londrina realizou uma execução abrangente da Lei Paulo Gustavo, investindo em todas as etapas da cadeia audiovisual e em outras áreas culturais. No total, **51 projetos** foram selecionados e **100% dos recursos já foram pagos**.

1. PRODUÇÃO AUDIOVISUAL (R\$ 2.281.743,69)

Este eixo focou na criação de novos conteúdos, desde roteiros até filmes de longa duração.

Categoria de Apoio	Proponentes	Vagas	Valor por Projeto	Total da Linha
Curtas (PJ)	Empresas/Associações	12	R\$ 98.478,64	R\$ 1.181.743,69
Curtas (PF)	Pessoas Físicas e coletivos	6	R\$ 50.000,00	R\$ 300.000,00
Longa-Metragem	Empresa (PJ)	1	R\$ 300.000,00	R\$ 300.000,00
Vídeos/Outros	Pessoas Físicas e coletivos	15	R\$ 20.000,00	R\$ 300.000,00
Desenvolvimento	Pessoas Físicas e coletivos	5	R\$ 40.000,00	R\$ 200.000,00

2. EXIBIÇÃO, CIRCULAÇÃO E MEMÓRIA (R\$ 783.407,28)

Recursos destinados a levar o cinema ao público e preservar a história local.

Ação Realizada	Detalhamento	Valor Total
Salas de Cinema	2 projetos de manutenção e melhoria de salas fixas.	R\$ 260.000,00
Cinema Itinerante	5 projetos para levar o cinema aos bairros (PF/Coletivos).	R\$ 261.553,72
Acervos e Memória	3 projetos de digitalização, restauro e difusão de acervos.	R\$ 181.853,56
Cineclubes	2 projetos de exibição comunitária (PF/Coletivos).	R\$ 80.000,00

3. OUTRAS ÁREAS CULTURAIS E PREMIAÇÕES (R\$ 1.241.651,01)

Recursos do Artigo 8º voltados para economia criativa e reconhecimento de mestres.

» Economia Criativa (R\$ 701.651,01):

- **Feiras e Mostras:** 3 projetos de R\$ 100.550,34 cada.
- **Processos e Produtos:** 10 projetos de R\$ 25.000,00 cada.
- **Qualificação de Produtores:** 2 projetos de R\$ 75.000,00 cada.

- » **Premiações (R\$ 540.000,00):**
 - o **Estruturação de Espaços:** 8 prêmios de R\$ 50.000,00 para espaços culturais.
 - o **Mestres da Cultura:** 14 prêmios de R\$ 10.000,00 para artistas veteranos (PF).

4. O QUE FOI REALIZADO:

- » **Democratização:** Londrina conseguiu dividir o dinheiro entre empresas consolidadas (PJ) e artistas independentes (PF/Coletivos), garantindo que o fomento chegasse a diferentes níveis do setor.
- » **Acesso Público:** Com o forte investimento em **cinemas itinerantes** e **cineclubes**, o município garantiu que a produção audiovisual circule além das salas comerciais.
- » **Sustentabilidade:** A linha de "Qualificação de Produtores" e o apoio a "Feiras e Mostras" fortalecem o lado executivo e comercial da cultura, gerando mais empregos.
- » **Eficiência:** A cidade atingiu a marca de **100% de pagamentos efetuados**, demonstrando agilidade na gestão administrativa da lei.

MARINGÁ

O município de Maringá executou a Lei Paulo Gustavo por meio de um Chamamento Público focado no setor audiovisual. A política combinou o financiamento de obras inéditas com um forte investimento na qualificação técnica dos profissionais locais.

1. RESUMO GERAL DO INVESTIMENTO

Indicador	Detalhes da Execução
Total Executado (Pago)	R\$ 2.260.000,00
Total de Projetos Atendidos	29 projetos
Foco das Ações	Produção, roteiro, infraestrutura e formação técnica.

2. O QUE FOI FINANCIADO (CATEGORIAS)

Os projetos selecionados cobriram diversas fases da produção cinematográfica:

Eixo de Atuação	Tipos de Projetos Contemplados
Produção de Obras	Longas (Ficção e Doc), Médias, Curtas, Webséries (Ficção, Doc e Animação) e Videoclipes.
Desenvolvimento	Roteiros para Curtas e Longas-metragens de ficção.
Infraestrutura	Readequação e melhoria de salas de cinema (públicas ou privadas sem fins lucrativos).

3. EIXO FORMATIVO: QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Foram investidos **R\$ 100.000,00** em sete oficinas técnicas. Essas atividades foram essenciais para atualizar os trabalhadores do setor em áreas específicas:

- » **Técnicas de Imagem e Arte:** Direção de Fotografia e Introdução à Direção de Arte.
- » **Atuação:** Interpretação para Câmera e Técnicas de Atuação.
- » **Escrita e Negócios:** Estrutura de Roteiro, Distribuição e Marketing Audiovisual.
- » **Tecnologia:** Universo dos Efeitos Especiais (VFX).

4. O QUE FOI REALIZADO:

- » **Superação de Metas:** O plano inicial previa 27 iniciativas, mas a execução final alcançou **29 projetos**, garantindo que mais realizadores fossem beneficiados.
- » **Apoio à Exibição:** Além de produzir novos filmes, Maringá investiu na melhoria física das salas de cinema, garantindo espaços de qualidade para o público.
- » **Profissionalização:** As oficinas técnicas não foram apenas teóricas; elas focaram em demandas reais do mercado (como marketing e efeitos especiais), fortalecendo a economia criativa da cidade.
- » **Foco Setorial:** 100% dos proponentes selecionados já possuíam vínculo com o audiovisual, o que consolida o impacto direto na cadeia produtiva local.

PORTO ALEGRE

O município de Porto Alegre investiu um total de **R\$ 11.342.728,20** em cultura através da Lei Paulo Gustavo. A maior parte desse valor foi destinada ao setor audiovisual, que contou com dois editais estruturantes para fortalecer desde a produção de filmes até a manutenção de cinemas tradicionais da capital.

1. RESUMO GERAL DOS INVESTIMENTOS

Área de Atuação	Valor Investido
Audiovisual	R\$ 8.072.619,66
Multilinguagens	R\$ 3.270.108,54
TOTAL	R\$ 11.342.728,20

2. DETALHAMENTO DOS EDITAIS DO AUDIOVISUAL (74 PROJETOS)

A. EDITAL CINEMA (R\$ 6.380.000,00)

Este edital foi o principal motor de criação e ensino, selecionando 68 projetos. O valor foi dividido da seguinte forma:

- » **Produção e Games (R\$ 5.720.000,00):**
 - o Desenvolvimento de longas-metragens, séries e jogos eletrônicos (games).
 - o Produção de longas documentais e curtas-metragens (para empresas e novos realizadores).
 - o Criação de videoclipes, vídeo-arte, videocasts e finalização de filmes.
- » **Formação e Mercado (R\$ 660.000,00):**
 - o Cursos de capacitação e criação de cineclubes.
 - o Ações para promover Porto Alegre como “**cidade de locações**”.
 - o Apoio para produtoras locais participarem de mercados internacionais.

B. PROGRAMA DE APOIO ÀS SALAS DE CINEMA (R\$ 1.325.000,00)

Recurso destinado a manter abertas as salas de cinema de rua e apoiar projetos itinerantes. Foram contempladas 7 propostas, incluindo 5 cinemas icônicos da cidade:

1. Cinemateca Capitólio.
2. Cinemateca Paulo Amorim.
3. Cinebancários.
4. Cult Cinema Victoria.
5. Espaço de Cinema Sul.
6. Projeto Itinerante: Festival de Filmes Teixeira.

3. O QUE FOI REALIZADO:

- » **Diálogo com o Setor:** O Edital Cinema foi construído junto com o Comitê Setorial do Audiovisual, garantindo que o dinheiro atendesse às reais necessidades dos artistas.
- » **Territórios Diversificados:** Além das salas fixas no centro, o apoio ao Festival Teixeira levou o cinema para diferentes bairros de forma itinerante.
- » **Internacionalização:** A prefeitura não focou apenas na produção, mas também em ajudar as empresas de Porto Alegre a venderem seus conteúdos fora do país.
- » **Eficiência nos Pagamentos:** Todos os recursos foram pagos até março de 2024, garantindo a execução integral do que foi planejado.

NOVO HAMBURGO

O município de Novo Hamburgo executou os recursos da Lei Paulo Gustavo por meio de quatro chamamentos públicos (três deles exclusivos para o audiovisual). No total, **26 projetos** foram selecionados e pagos, somando **R\$ 1.386.000,00** investidos diretamente no setor.

1. RESUMO DOS INVESTIMENTOS E EDITAIS

Edital / Chamamento	Objetivo e Categoria	Projetos Pagos	Valor Investido
Nº 02/2023	Produção (Curtas, clipes) e Roteiros (Séries/Longas).	6	R\$ 1.030.000,00
Nº 02/2024	Cinema Itinerante e Cineclubes.	5	R\$ 300.000,00
Nº 05/2024	Uso de saldos/rendimentos (Cineclube).	1	R\$ 20.000,00
TOTAL		26	R\$ 1.386.000,00

Nota sobre remanejamento: Os valores de 2023 que não tiveram inscritos (cinema itinerante e cineclubes) foram usados para pagar projetos suplentes de roteiros e curtas-metragens, garantindo o uso do recurso.

2. PERFIL DE QUEM RECEBEU O RECURSO

A seleção contemplou diferentes perfis de proponentes da cidade:

- » **Pessoas Jurídicas (PJ):** 13 projetos.
- » **Pessoas Físicas (PF):** 12 projetos.
- » **Coletivos (via Pessoa Física):** 1 projeto.
- » **Total:** 26 projetos.

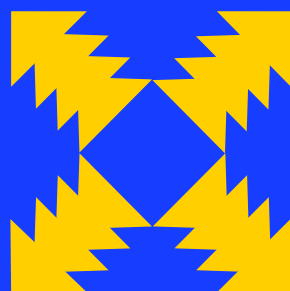
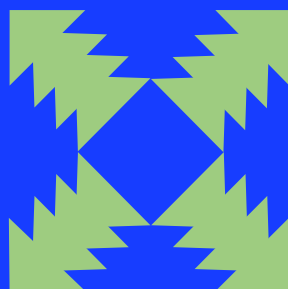
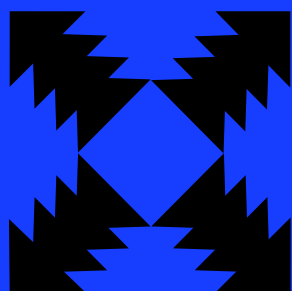
3. REGRAS DE LOCALIDADE E VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL

O município estabeleceu regras rígidas para garantir que o dinheiro beneficiasse os moradores da cidade:

- » **Residência:** Exigência de pelo menos 1 ano de moradia/sede na cidade (ou 3 meses para MEIs).
- » **Mão de Obra Local:** Pelo menos **60% da equipe técnica** de cada projeto deve morar em Novo Hamburgo.
- » **Pontuação Extra:** Projetos com **100% da equipe local** receberam bônus na avaliação.

4. O QUE FOI REALIZADO:

- » **Fomento à Escrita e Produção:** O maior volume de recursos foi para tirar filmes do papel, com foco em roteiros de obras longas e produção de curtas e videoclipes.
- » **Cinema nos Bairros:** Através do edital de 2024, a cidade garantiu a execução de um projeto de **cinema itinerante** e o fortalecimento de **4 cineclubes**.
- » **Uso de Rendimentos:** Novo Hamburgo aproveitou até os juros da conta (R\$ 82 mil disponíveis) para lançar um edital extra em 2024, conseguindo apoiar mais um cineclubes com o saldo.



POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC

Com o objetivo de compreender a integração da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB) às ações locais de fomento, os gestores foram convidados a descrever de que forma seus recursos estão sendo ou serão aplicados no setor audiovisual. Essa abordagem permite identificar como cada ente federativo estruturou o uso desses recursos, bem como as estratégias definidas para o fortalecimento do audiovisual em seus territórios.

Todos os estados, o Distrito Federal e os municípios participantes aderiram à Política Nacional Aldir Blanc, demonstrando sua ampla implementação no território nacional. Entretanto, nem todos destinaram recursos especificamente ao audiovisual, o que evidencia diferentes prioridades e níveis de estruturação das políticas locais. Serão apresentadas, a seguir, as ações descritas pelos entes federativos, permitindo visualizar de que forma os recursos foram aplicados — quando houve investimentos — e quais estratégias foram adotadas em cada localidade.

ESTADOS

DISTRITO FEDERAL

O Distrito Federal executou **98,8%** dos recursos federais recebidos pela PNAB na primeira fase. Ao todo, **203 projetos** de várias áreas artísticas foram beneficiados.

1. RESUMO FINANCEIRO GERAL

Indicador	Valores e Percentuais
Recurso Previsto	R\$ 36.550.102,14
Recurso Aplicado	R\$ 36.249.936,87
Projetos Atendidos (Total)	203 iniciativas
Índice de Execução	98,8%

2. FOMENTO AO SETOR AUDIOVISUAL

Dentro da PNAB, o audiovisual recebeu um investimento de aproximadamente **R\$ 10 milhões**, focados exclusivamente em filmes de longa duração e na renovação de talentos.

Modalidade de Apoio	Projetos	Valor Total Investido
Longas-metragens (Ampla Concorrência)	3	R\$ 5.990.000,00
Longas-metragens (Periferias e Zonas Rurais)	1	R\$ 1.990.000,00
"Meu Primeiro Filme" (Novos Realizadores)	2	R\$ 2.000.000,00*
TOTAL AUDIOVISUAL	6	R\$ 9.991.123,43

*Sendo R\$ 1 milhão para ampla concorrência e R\$ 1 milhão para regiões periféricas.

3. O QUE FOI REALIZADO:

- » **Descentralização Territorial:** Além dos editais abertos para toda a cidade, houve linhas exclusivas para garantir que produtores das **regiões periféricas e áreas rurais** do DF tivessem verba garantida para seus filmes.
- » **Novos Talentos:** A linha "Meu Primeiro Filme" foi criada para que novos cineastas pudessem estrear no mercado com um orçamento robusto (R\$ 1 milhão por projeto), reduzindo as barreiras de entrada no setor.

- » **Diversidade de Gêneros:** O apoio contemplou diferentes formatos, como ficção, documentário e docudrama (mistura de documentário com dramatização).

4. SITUAÇÃO ATUAL

- » **Pagamentos:** 100% concluídos.
- » **Status:** Todos os 6 projetos audiovisuais já receberam o dinheiro e estão em fase de produção/execução.

GOIÁS

O estado de Goiás destinou um total de **R\$ 2.500.000,00** para o setor audiovisual por meio da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB). O investimento foi focado em quatro áreas essenciais para a criação e circulação de obras no estado (Edital nº 03/2024).

1. RESUMO DOS INVESTIMENTOS POR CATEGORIA

Categoria de Apoio	Valor Destinado	Objetivo
Produção de Curtas-Metragens	R\$ 960.000,00	Produção de curta duração.
Desenvolvimento de Roteiros	R\$ 720.000,00	Escrita e planejamento inicial de novos projetos.
Cineclubes	R\$ 480.000,00	Apoio a espaços de exibição e formação de público.
Videoclipes	R\$ 340.000,00	Produção de obras audiovisuais musicais.
TOTAL	R\$ 2.500.000,00	

MATO GROSSO

O estado de Mato Grosso investiu um total de **R\$ 1.400.000,00** no setor audiovisual através da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB). O foco deste edital (Edital nº 23/2024) foi a inovação tecnológica no mercado de jogos e o fortalecimento da exibição comunitária de filmes.

1. RESUMO DOS INVESTIMENTOS POR CATEGORIA

Categoria de Apoio	Quantidade de Projetos	Valor por Projeto	Investimento Total
Games (Jogo Completo)	5	R\$ 100.000,00	R\$ 500.000,00
Games (Demo Jogável)	10	R\$ 50.000,00	R\$ 500.000,00
Cineclubes	8	R\$ 50.000,00	R\$ 400.000,00
TOTAL	23		R\$ 1.400.000,00



MATO GROSSO DO SUL

O estado de Mato Grosso do Sul investiu um total de **R\$ 3.500.000,00** no setor audiovisual por meio da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB). O recurso foi distribuído em três editais que focaram em produção, inclusão de mulheres e estruturação do mercado local.

1. RESUMO DOS EDITAIS E INVESTIMENTOS

Edital / Programa	Foco Principal	Valor Investido
Nº 15/2025 – Rota Cine MS	Ações estruturantes, Film Commission e Museu.	R\$ 2.000.000,00
Nº 22/2024 – Geral	Produção, finalização e difusão.	R\$ 900.000,00
Nº 18/2024 – Mulheres	Projetos dirigidos por mulheres (cis ou trans).	R\$ 600.000,00
TOTAL		R\$ 3.500.000,00

2. DETALHAMENTO DAS AÇÕES

EIXO DE PRODUÇÃO E DIFUSÃO (EDITAIS 18 E 22)

Estes editais financiaram a parte prática da criação e exibição:

- » **Criação:** Produção de curtas-metragens (ficção, doc, animação ou experimental).
- » **Pós-Produção:** Dinheiro para finalizar ou complementar filmes de curta e longa-metragem.
- » **Acesso:** Realização de mostras, festivais de cinema e apoio a cineclubes.
- » **Inclusão:** O edital nº 18/2024 foi exclusivo para garantir que **mulheres cis e transgênero** ocupassem o posto de direção dos projetos.

EIXO ESTRUTURANTE (PROGRAMA ROTA CINE MS)

Este programa foca no futuro do setor no estado, com ações que vão além de fazer filmes:

- » **Film Commission:** Criação de assessoria técnica para atrair e apoiar filmagens no estado.
- » **Circuito de Exibição:** Criação de uma rede estadual para mostrar os filmes produzidos com a PNAB.
- » **Museu da Imagem e do Som (MIS):** Organização e ocupação cultural do museu.
- » **Qualificação:** Agenda pública para melhorar a produção técnica (som e imagem) no estado.

ALAGOAS

O estado de Alagoas investiu um total de **R\$ 2.000.000,00** no setor audiovisual através da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB). A execução foi dividida em dois editais (Editais 07 e 08/2024) que cobriram desde a criação de roteiros até a realização de grandes festivais.

1. EDITAL 07/2024: DESENVOLVIMENTO E DISTRIBUIÇÃO (R\$ 900.000,00)

Este edital focou em preparar os projetos para o mercado e garantir que os filmes prontos cheguem ao público. Ao todo, **39 projetos** foram selecionados.

Categoria	Tipo de Obra	Projetos	Valor por Projeto	Total
Desenvolvimento	Curtas-metragens	15	R\$ 10.000,00	R\$ 150.000,00
Desenvolvimento	Longas, Séries e Telefilmes	6	R\$ 50.000,00	R\$ 300.000,00
Desenvolvimento	Jogos Eletrônicos (Games)	4	R\$ 37.500,00	R\$ 150.000,00
Distribuição	Curtas-metragens	10	R\$ 10.000,00	R\$ 100.000,00
Distribuição	Longas ou Telefilmes	4	R\$ 50.000,00	R\$ 200.000,00

2. EDITAL 08/2024: FESTIVAIS E CAPACITAÇÃO (R\$ 1.100.000,00)

Este edital foi destinado à formação de profissionais e à exibição das obras em eventos culturais. Foram **16 iniciativas** contempladas.

Eixo de Atuação	Categoria	Projetos	Valor por Projeto	Total
Festivais	Festivais A (Grande porte)	4	R\$ 100.000,00	R\$ 400.000,00
Festivais	Festivais B (Médio porte)	4	R\$ 50.000,00	R\$ 200.000,00
Capacitação	Cursos A (Maior carga/recurso)	4	R\$ 100.000,00	R\$ 400.000,00
Capacitação	Cursos B (Menor carga/recurso)	4	R\$ 25.000,00	R\$ 100.000,00

3. SITUAÇÃO ATUAL

- » **Vagas:** 100% das vagas previstas foram preenchidas.
- » **Pagamentos:** Todos os **55 projetos** (39 do edital 07 e 16 do edital 08) foram integralmente pagos em dezembro de 2024.

BAHIA

O Governo da Bahia investiu um total de **R\$ 7.172.738,36** por meio da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB). O recurso foi distribuído entre dez categorias que cobrem desde a criação de roteiros até a preservação da história do cinema baiano. Ao todo, **68 projetos** foram selecionados e pagos integralmente.

1. RESUMO DOS INVESTIMENTOS POR CATEGORIA

Abaixo, os valores e o foco de cada linha de apoio:

Categoria	Valor Investido	Projetos	O que financia?
Finalização de Longa	R\$ 1.250.000,00	5	Pós-produção (cor, som, efeitos e acessibilidade).
Produção de Curta	R\$ 1.298.900,00	13	Produção completa de filmes de 15 a 30 minutos.
Distribuição de Longa	R\$ 1.000.000,00	5	Lançamento em cinemas, TV, streaming e festivais.
Desenvolvimento de Roteiro	R\$ 891.613,23	6	Escrita de roteiros inéditos para longas-metragens.
Cineclubes	R\$ 595.374,13	15	Reativação e manutenção de espaços comunitários.
Laboratório de Games	R\$ 500.000,00	5	Criação de protótipos de softwares e tecnologias.
Memória e Preservação	R\$ 500.000,00	5	Preservação, digitalização e disponibilização de acervos audiovisuais.
Formação em Games	R\$ 499.914,00	5	Cursos de programação, design e arte digital.
Pesquisa e Publicação	R\$ 476.937,00	5	Estudos e mapeamentos inéditos sobre o setor.
Exibição em Espaços Culturais	R\$ 160.000,00	4	Programação e licenciamento de obras em salas.
TOTAL	R\$ 7.172.738,36	68	

2. DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA E PERFIL DOS PROPONENTES

O edital buscou equilibrar o recurso entre a capital e o interior, além de garantir a participação de diferentes perfis jurídicos.

Categoria	Capital	Interior	Proponentes
Formação em Games	0	5	3 PF / 2 PJ
Laboratório de Games	2	3	2 PF / 3 PJ
Cineclubes	8	7	12 PF / 3 PJ
Exibição em Espaços	2	2	2 PF / 2 PJ
Desenvolvimento Roteiro	1	5	6 PF
Finalização de Longa	2	3	1 PF / 4 PJ
Distribuição de Longa	5	0	5 PJ
Produção de Curta	6	7	11 PF / 2 PJ
Pesquisa e Publicação	3	2	5 PF
Memória e Preservação	4	1	3 PF / 2 PJ

3. INCLUSÃO SOCIAL E AÇÕES AFIRMATIVAS

A execução na Bahia destacou-se pelo cumprimento das cotas e pela representatividade nos projetos aprovados:

- » **Pessoas Negras:** Lideraram a maioria das categorias, com destaque para **Cineclubes** (13 dos 15 projetos) e **Produção de Curta** (7 dos 13 projetos).
- » **Povos Indígenas:** Projetos selecionados em categorias estratégicas como Roteiro, Finalização e Produção de Curta.
- » **Pessoas com Deficiência (PcD):** Contempladas na categoria de Produção de Curta-metragem.
- » **Descentralização:** Categorias como “Formação em Games” foram destinadas **100% ao interior do estado**, fortalecendo a economia criativa fora de Salvador.

CEARÁ

O Governo do Estado do Ceará realizou um investimento massivo de **R\$ 17.400.000,00** no setor de audiovisual e mídias digitais por meio da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB). O recurso foi dividido entre o tradicional edital de cinema do estado e um programa inovador focado exclusivamente em jogos eletrônicos.

1. RESUMO GERAL DO INVESTIMENTO

Instrumento de Fomento	Valor Investido	Foco das Ações
15º Edital Ceará de Cinema e Audiovisual	R\$ 15.900.000,00	Produção de filmes, roteiros e cineclubes.
Programa Hub de Jogos do Ceará	R\$ 1.500.000,00	Desenvolvimento de games e negócios digitais.
TOTAL	R\$ 17.400.000,00	

2. DETALHAMENTO DAS AÇÕES

A. 15º EDITAL CEARÁ DE CINEMA E AUDIOVISUAL (R\$ 15,9 MILHÕES)

Este edital cobriu todas as etapas fundamentais da produção cinematográfica:

- » **Criação e Roteiro:** Apoio ao desenvolvimento de novos roteiros.
- » **Produção:** Recursos para filmagem de longas-metragens e curtas-metragens.
- » **Pós-Produção:** Verba para finalização de longas-metragens, curtas e séries.
- » **Mercado e Difusão:** Licenciamento de obras para plataformas de **streaming** e apoio à manutenção ou criação de **cineclubes**.

B. PROGRAMA HUB DE JOGOS DO CEARÁ (R\$ 1,5 MILHÃO)

Um programa estruturante voltado para transformar o Ceará em um polo de tecnologia e entretenimento:

- » **Laboratório e Criação:** Laboratórios de produção e bolsas de incentivo para criadores de jogos.
- » **Negócios:** Aceleradora de negócios criativos para empresas de games.
- » **Intercâmbio e Memória:** Ações de intercâmbio cultural e preservação do patrimônio digital.
- » **Tecnologia:** Implementação da **Plataforma Hub de Jogos do Ceará**.

MARANHÃO

O estado do Maranhão aplicou os recursos da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB) para fortalecer a circulação de obras e a realização de eventos culturais. O setor audiovisual foi contemplado dentro de editais (Editais 004 e 005/2025) voltados a festivais, mostras e exposições.

1. RESUMO DO INVESTIMENTO NO SETOR AUDIOVISUAL

Edital	Objetivo do Apoio	Projetos de Audiovisual	Valor por Projeto	Total Estimado (AV)
004/2025 – Festeja Maranhão	Festivais Culturais	6	R\$ 190.000,00	R\$ 1.140.000,00
005/2025 – Maranhão em Evidência	Mostras e Exposições	7	R\$ 140.000,00	R\$ 980.000,00
TOTAL		13		R\$ 2.120.000,00

2. DETALHAMENTO DAS AÇÕES

A. EDITAL FESTEJA MARANHÃO (APOIO A FESTIVAIS)

Este edital foi voltado para eventos de maior porte que celebram a cultura maranhense.

- » **Escopo Geral:** Atendeu 35 projetos de diversas linguagens (música, teatro, dança, etc.).
- » **Presença do Audiovisual:** Garantiu que **6 festivais exclusivos de cinema e audiovisual** recebessem o aporte de R\$ 190 mil cada para sua realização.

B. EDITAL MARANHÃO EM EVIDÊNCIA (MOSTRAS E EXPOSIÇÕES)

Focado em formatos de exibição e difusão de conteúdos multiculturais.

- » **Escopo Geral:** Selecionou 45 projetos no total.
- » **Presença do Audiovisual:** Contemplou **7 mostras audiovisuais**, cada uma com o valor de R\$ 140 mil, promovendo a circulação de filmes e produções locais.

PARAÍBA

Diferente de outros estados que já concluíram os pagamentos, a Paraíba estruturou a aplicação dos recursos do audiovisual para o seu **Ciclo 2** de execução. O plano já foi aprovado pelo Conselho Estadual de Cultura e submetido ao Ministério da Cultura.

1. RESUMO DO INVESTIMENTO PREVISTO

Indicador	Informação
Investimento Inicial (Edital Específico)	R\$ 2.000.000,00
Aporte Extra Possível	+ R\$ 760.000,00 (caso aprovado no Edital Arranjos Regionais)
Status Atual	Em fase de construção e diálogo com o setor.

2. O QUE SERÁ CONTEMPLADO

O edital está sendo desenhado para ser um dos mais modernos, unindo o cinema tradicional às novas tecnologias e à cultura digital.

SEGMENTOS ATENDIDOS:

- » Audiovisual (Cinema e Vídeo).
- » Mídias Interativas.
- » Arte e Cultura Digital.
- » Cultura Nerd.
- » Jogos Eletrônicos (Games).

ETAPAS FINANCIADAS:

O recurso poderá ser usado para todas as fases da cadeia produtiva:

- » **Criação e Produção:** Tirar o projeto do papel.
- » **Difusão e Circulação:** Levar as obras para o público.
- » **Formação e Pesquisa:** Cursos e estudos sobre o setor.
- » **Preservação e Acesso:** Cuidar da memória e garantir que todos possam assistir.

PERNAMBUCO

O Estado de Pernambuco investiu um total de **R\$ 2.870.000,00** no setor audiovisual por meio de diferentes editais da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB). No total, **65 projetos** foram selecionados, abrangendo desde o apoio individual a artistas até grandes festivais e rodadas de negócios.

1. RESUMO DOS INVESTIMENTOS POR EDITAL

Edital / Categoria	Projetos	Investimento Total	O que foi financiado
Multilinguagens	21	R\$ 1.190.000,00	Produção e projetos diversos em três faixas de valor.
Economia Criativa	22	R\$ 1.070.000,00	Compra de bens/serviços e rodadas de negócios.
Bolsas Artísticas	19	R\$ 390.000,00	Apoio direto a artistas (individuais e coletivos).
Festivais	3	R\$ 220.000,00	Realização de eventos de exibição e difusão.
TOTAL	65	R\$ 2.870.000,00	

2. DETALHAMENTO DE VALORES INVESTIDOS NO AUDIOVISUAL

Os editais foram divididos em faixas de preço para atender diferentes tamanhos de projetos:

Edital	Faixa	Projetos	Valor Unitário	Total da Faixa
Multilinguagens	Faixa 1	6	R\$ 30.000,00	R\$ 180.000,00
	Faixa 2	4	R\$ 60.000,00	R\$ 240.000,00
	Faixa 3	11	R\$ 70.000,00	R\$ 770.000,00
Economia Criativa	Faixa 1 (Bens)	11	R\$ 30.000,00	R\$ 330.000,00
	Faixa 2 (Bens)	9	R\$ 60.000,00	R\$ 540.000,00
	Feiras e Rodadas de Negócios	2	R\$ 100.000,00	R\$ 200.000,00
Bolsas Artísticas	Individual	18	R\$ 20.000,00	R\$ 360.000,00
	Coletivo	1	R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00
Festivais	Faixa 1	2	R\$ 60.000,00	R\$ 120.000,00
	Faixa 2	1	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00

3. DIVERSIDADE E AÇÕES AFIRMATIVAS

A execução em Pernambuco garantiu que a maior parte dos projetos selecionados pertencesse a grupos com cotas ou ações afirmativas, promovendo uma inclusão real:

- » **Pessoas Negras:** 14 projetos.
- » **Povos Indígenas:** 7 projetos.
- » **Pessoas com Deficiência (PcD):** 4 projetos.
- » **Ampla Concorrência com Cota:** 34 projetos.
- » **Ampla Concorrência:** 6 projetos.

PIAUÍ

No Piauí, a Política Nacional Aldir Blanc (PNAB) foi executada sem editais exclusivos para o audiovisual. No entanto, o setor demonstrou sua força ao conquistar espaço dentro das categorias gerais de cultura, garantindo o financiamento de diversas etapas da cadeia produtiva.

1. RESUMO DA PARTICIPAÇÃO DO AUDIOVISUAL

Indicador	Números da Execução
Total de Projetos Selecionados no Estado	227
Projetos do Setor Audiovisual	34
Representatividade	Aproximadamente 15% dos projetos totais.

2. ÁREAS CONTEMPLADAS

Mesmo concorrendo em categorias multiculturais, os proponentes do Piauí conseguiram aprovar projetos em áreas fundamentais:

- » **Criação e Roteiro:** Desenvolvimento de roteiros inéditos.
- » **Produção:** Realização de curtas-metragens e conteúdos para múltiplas plataformas.
- » **Difusão:** Realização de festivais de cinema.
- » **Exibição Comunitária:** Manutenção de cineclubes.

RIO GRANDE DO NORTE

O Governo do Rio Grande do Norte investiu um total de **R\$ 1.710.000,00** no setor de audiovisual e jogos eletrônicos através da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB). Os recursos foram distribuídos pelo **Edital nº 10/2024** (Ciclo I), selecionando **47 projetos** que fortalecem desde a produção até a exibição de filmes.

1. DETALHAMENTO DOS INVESTIMENTOS POR CATEGORIA

Os projetos foram divididos para atender diferentes tamanhos de produções e necessidades tecnológicas:

Categoria	Tipo de Projeto	Projetos	Valor Unitário	Total da Categoria
Audiovisual	Ações Culturais (Médio porte)	4	R\$ 100.000,00	R\$ 400.000,00
Audiovisual	Ações Culturais (Pequeno porte)	12	R\$ 40.000,00	R\$ 480.000,00
Audiovisual	Cinema Itinerante	4	R\$ 50.000,00	R\$ 200.000,00
Audiovisual	Cineclube	4	R\$ 25.000,00	R\$ 100.000,00
Audiovisual	Distribuição de Curtas	8	R\$ 10.000,00	R\$ 80.000,00
Jogos Eletrônicos	Desenvolvimento de Games	8	R\$ 50.000,00	R\$ 400.000,00
Formação	Ações de Qualificação	7	R\$ 20.000,00	R\$ 140.000,00
TOTAL		47		R\$ 1.800.000,00*

2. PRÓXIMOS PASSOS: CICLO II

O Rio Grande do Norte já iniciou o planejamento para a próxima fase da PNAB:

- » **Escutas Públicas:** Já foram realizadas reuniões com os artistas para entender as prioridades.
- » **Novos Editais:** A Secretaria de Cultura está elaborando as regras para o próximo ciclo de investimentos, mantendo o foco no audiovisual e na cultura digital.

SERGIPE

A execução da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB) em Sergipe começou em 2024 com uma decisão estratégica: garantir que o setor audiovisual recebesse uma fatia importante do orçamento, atendendo diretamente aos pedidos dos artistas locais feitos em reuniões públicas.

1. COMPROMISSO COM O SETOR (CICLO 1)

Durante as fases de escuta da sociedade, ficou decidido um percentual fixo de investimento para o audiovisual no estado.

- » **Reserva de Recurso:** Pelo menos **30% de todo o recurso da PNAB** em Sergipe é destinado ao setor audiovisual.
- » **Ações Realizadas:**
 - Pagamento de subsídios para manutenção de espaços culturais.
 - Apoio financeiro para a realização de **festivais e mostras de cinema**.
 - Fortalecimento da cadeia produtiva local através de editais multilinguagens.

2. PLANEJAMENTO PARA O FUTURO (CICLO 2)

O foco da próxima etapa de investimentos será garantir que os filmes produzidos não fiquem guardados, mas cheguem às telas e gerem lucro para os produtores.

- » **Novo Edital de Distribuição:** Está em construção um edital exclusivo para ajudar na venda e circulação das obras.
- » **Objetivo:** Ampliar o alcance dos filmes realizados com dinheiro da Lei Paulo Gustavo (LPG) e do primeiro ciclo da PNAB.
- » **Impacto Econômico:** Estimular a criação de novos negócios, gerar renda para os profissionais e colocar as produções de Sergipe no mercado nacional e internacional.

ACRE

No estado do Acre, a Política Nacional Aldir Blanc (PNAB) ainda não possui uma linha de financiamento exclusiva para o setor audiovisual. A estruturação das ações está em fase de planejamento.

1. SITUAÇÃO ATUAL

Indicador	Status
Linha Específica para Audiovisual	Não existente até o momento.
Processo de Construção	Realizado em diálogo com o segmento cultural.
Previsão de Implementação	Próximos anos.

2. ÁREAS DE APOIO EM PLANEJAMENTO

A futura política para o setor prevê a criação de linhas voltadas aos seguintes eixos:

- » **Produção:** Fomento à criação de novas obras.
- » **Difusão:** Apoio à circulação e exibição de conteúdos.
- » **Formação:** Capacitação e qualificação de profissionais.

AMAPÁ

No Amapá, os editais da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB 2) foram lançados em um formato abrangente, atendendo a diversos segmentos culturais ao mesmo tempo. Apesar de não haver um edital exclusivo para o audiovisual, o setor foi contemplado em quatro frentes diferentes.

1. PROJETOS SELECIONADOS POR EIXO

Eixo ou Edital	Projetos de Audiovisual Contemplados
Demanda Espontânea	21
Subsídios de Espaços, Ambientes e Iniciativas	12
Feiras, Festivais, Mostras e Rodadas de Negócio	4
Fomento à Formação na Área da Cultura	1
TOTAL	38

2. RESUMO DA ATUAÇÃO

- » **Fomento Direto:** A maior parte dos projetos audiovisuais foi atendida pela linha de **Demanda Espontânea**, que selecionou 21 propostas.
- » **Infraestrutura e Manutenção:** 12 iniciativas audiovisuais receberam recursos para manutenção de espaços e ambientes culturais.
- » **Eventos e Mercado:** O setor garantiu presença em feiras, festivais e rodadas de negócios com 4 projetos aprovados.
- » **Educação:** Houve o apoio a 1 projeto focado especificamente na formação técnica ou artística dentro da área cultural.

AMAZONAS

No Amazonas, os recursos da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB) para o audiovisual são executados por meio do Edital nº 09/2024 – Audiovisual, que apoia todas as etapas da cadeia produtiva. O edital disponibiliza **R\$ 2.000.000,00** e prevê a seleção de, no mínimo, **38 projetos**.

1. DETALHAMENTO DOS INVESTIMENTOS POR CATEGORIA

Os recursos foram divididos para cobrir as diferentes necessidades dos profissionais e das obras:

Categoria	Finalidade	Valor por Projeto	Total da Linha
Formação (Bolsas)	Pesquisas nacionais/internacionais em arte, técnica e gestão cultural.	R\$ 50.000,00	R\$ 750.000,00
Produção	Filmes de curta-metragem (8 a 25 min) de ficção, doc ou animação.	R\$ 100.000,00	R\$ 500.000,00
Capacitação	Oficinas, treinamentos e workshops técnicos.	R\$ 50.000,00	R\$ 400.000,00
Desenvolvimento	Roteiros e modelos de negócio para longas ou jogos eletrônicos.	R\$ 50.000,00	R\$ 250.000,00
Distribuição	Lançamento comercial e divulgação de longas amazonenses.	R\$ 20.000,00	R\$ 100.000,00
TOTAL			R\$ 2.000.000,00

2. O QUE AS AÇÕES ABRANGEM NA PRÁTICA

- » **Educação e Pesquisa:** O maior volume de recursos (**R\$ 750 mil**) é focado em bolsas de estudo, incentivando a pesquisa acadêmica e técnica sobre o patrimônio e a gestão cultural.
- » **Novas Obras:** O edital garante verba para produção de curtas-metragens e para a fase de "papel" (roteiro e planejamento) de longas e games inéditos.
- » **Mercado:** A categoria de **Distribuição** foca em tirar o filme da prateleira, financiando a compra de mídia e propaganda para obras independentes do estado.
- » **Qualificação:** Através da modalidade de Capacitação, o estado financia a troca de conhecimentos técnicos e criativos entre os profissionais.

PARÁ

O estado do Pará estruturou a aplicação dos recursos da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB) em três frentes principais: **Formação, Criação e Circulação**. O investimento total detalhado nestas chamadas públicas soma mais de **R\$ 3,1 milhões**, abrangendo todas as etapas da cadeia audiovisual.

1. RESUMO DAS CHAMADAS PÚBLICAS

Chamada Pública	Objetivo	Investimento Total
Ações de Criação	Produção de novas obras (filmes e séries).	R\$ 1.547.599,10
Ações de Circulação	Levar as obras ao público e preservar acervos.	R\$ 1.299.459,60
Ações de Formação	Qualificação técnica e pesquisa.	R\$ 331.418,98
TOTAL		R\$ 3.178.477,68

2. DETALHAMENTO POR CATEGORIA

A. CRIAÇÃO (11 PROJETOS):

Focada em tirar projetos do papel e transformá-los em imagem e som.

- » **Longas-metragens (Documentário):** 2 projetos de R\$ 301.000,00 cada.
- » **Obras Seriadas (3 episódios):** 3 projetos de R\$ 150.899,70 cada.
- » **Curtas-metragens (Ficção, Doc ou Animação):** 6 projetos de R\$ 82.150,00 cada.

B. CIRCULAÇÃO (10 PROJETOS DETALHADOS):

Focada em garantir que o conteúdo seja visto e que a memória seja preservada.

- » **Plataformas, Streaming e Festivais:** 4 projetos de R\$ 150.000,00 cada.
- » **Bibliotecas de Acervos Locais Antigos:** 3 projetos de R\$ 150.000,00 cada.
- » **Plataformas Digitais de Educação e Pesquisa:** 3 projetos de R\$ 83.153,20 cada.

C. FORMAÇÃO (10 PROJETOS):

Focada em preparar profissionais através de ensino a distância (EAD) e grupos de estudo.

- » **Qualificação EAD (60 horas):** 2 projetos de R\$ 60.000,00 cada.
- » **Formação EAD (40 horas):** 4 projetos de R\$ 32.000,00 cada.
- » **Grupos de Pesquisa (Presencial):** 4 projetos de R\$ 20.854,74 cada.



RORAIMA

No estado de Roraima, a Política Nacional Aldir Blanc (PNAB) foi executada através de cinco editais principais. O destaque para o setor audiovisual ocorreu no **Edital de Fomento nº 001/2025 (Ciclo 1)**, que reservou um montante específico para diversas etapas da produção e qualificação profissional.

1. RESUMO DO INVESTIMENTO NO AUDIOVISUAL

Indicador	Detalhes da Execução
Valor Total Destinado	R\$ 2.160.000,00
Edital Principal	Edital de Chamamento Público nº 001/2025 – Fomento

2. SEGMENTOS CONTEMPLADOS

O recurso de R\$ 2,16 milhões foi distribuído entre as seguintes frentes de atuação:

- » **Novos Realizadores:** Produção de obras em mídia alternativa.
- » **Curtas-Metragens:** Projetos de ficção, animação e documentário.
- » **Obras Seriadas:** Curtas seriados em qualquer linguagem.
- » **Desenvolvimento:** Escrita de roteiros para filmes de longa-metragem.
- » **Formação Profissional:** Oficinas de aperfeiçoamento em áreas técnicas específicas.

3. ÁREAS TÉCNICAS DE FORMAÇÃO

As oficinas de capacitação profissional focaram em funções essenciais do set de filmagem, preparando trabalhadores para atuar em:

- » Direção de elenco.
- » Direção de produção.
- » Direção de fotografia.
- » Assistência de direção.

4. O QUE FOI REALIZADO:

- » **Incentivo à Renovação:** Com uma linha exclusiva para "mídia alternativa", o estado estimula a entrada de novos talentos no mercado local.
- » **Diversidade de Formatos:** O apoio abrange desde o cinema tradicional (curtas) até modelos modernos de consumo (séries e mídias alternativas).
- » **Qualificação da Mão de Obra:** O investimento em oficinas técnicas visa aumentar o nível profissional das produções realizadas em Roraima, focando em funções de liderança técnica.

TOCANTINS

O estado do Tocantins adotou uma estratégia de **descentralização e territorialização** para aplicar os recursos da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB). O objetivo foi garantir que o fomento chegasse a todas as regiões do estado, dividindo as oportunidades entre a capital e o interior.

1. EDITAIS TERRITORIAIS (REGIÕES NORTE, SUL, CENTRAL E PALMAS)

Por meio dos editais nº 22, 23, 24 e 25/2024, o audiovisual foi incluído como uma área prioritária, dividida em cinco módulos de investimento:

Módulo	Tipo de Iniciativa	Valor por Projeto
Módulo 1	Formação e oficinas técnicas.	R\$ 15.000,00
Módulo 2	Cineclubes, roteiros, preservação e rodadas de negócio.	R\$ 25.000,00
Módulo 3	Produção de Jogos Eletrônicos (Games).	R\$ 30.000,00
Módulo 4	Produção de curtas e webséries (mínimo 3 episódios).	R\$ 50.000,00
Módulo 5	Realização de mostras audiovisuais*.	R\$ 70.000,00

*Regra de Exibição: Para as mostras de audiovisual, o estado exigiu a realização de pelo menos uma exibição em Palmas e outras três em diferentes municípios, incentivando a circulação das obras.

2. APOIO A ESPAÇOS E INFRAESTRUTURA

Além do fomento direto a projetos, o Tocantins investiu na base física do setor (produtoras e cineclubes) para garantir a sustentabilidade dos negócios culturais.

A. EDITAL Nº 27/2024 – INFRAESTRUTURA CULTURAL:

- » **Investimento:** R\$ 237.000,00.
- » **Foco:** Fortalecimento de espaços culturais e produtoras audiovisuais para melhorar as condições de trabalho e equipamentos.

B. EDITAL Nº 30/2024 – SUBSÍDIO A ESPAÇOS CULTURAIS:

Este edital garantiu um repasse fixo de R\$ 80.000,00 por projeto para a manutenção de cineclubes e produtoras.

Região	Projetos Atendidos
Palmas	14
Norte	12
Central	12
Sul	12
TOTAL	50 projetos

3. O QUE FOI REALIZADO:

- » **Equilíbrio Regional:** Ao dividir os editais por macrorregiões, o estado evitou que os recursos ficassem concentrados apenas na capital, permitindo que realizadores do interior também fossem contemplados.
- » **Fomento à Cadeia Completa:** A estrutura de módulos permitiu apoiar desde o início (roteiro e formação) até o fim do processo (mostras e rodadas de negócio).
- » **Manutenção de Negócios:** Os subsídios de R\$ 80 mil foram fundamentais para que as produtoras e cineclubes mantivessem suas portas abertas e equipes contratadas.
- » **Cultura Digital:** A reserva de recursos para **games e webséries** mostra um alinhamento com as novas tecnologias e tendências de consumo de mídia.

ESPÍRITO SANTO

No Espírito Santo, os recursos da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB) foram aplicados via **Funcultura**, com foco em três editais que atendem desde a criação de filmes até a venda e circulação das obras. O investimento total soma **R\$ 7.300.000,00**.

1. EDITAL DE PRODUÇÃO AUDIOVISUAL (R\$ 5.600.000,00)

Este edital focou na criação física de obras, oferecendo suporte financeiro robusto para curtas e longas-metragens.

Categoria	Tipo de Obra	Vagas	Valor por Projeto	Total da Linha
Linha 1	Curtas (Ficção, Animação ou Doc)	14	R\$ 100.000,00	R\$ 1.400.000,00
Linha 2	Longas (Ficção e Animação)	2	R\$ 1.500.000,00	R\$ 3.000.000,00
Linha 3	Longas (Documentários)	2	R\$ 600.000,00	R\$ 1.200.000,00

2. EDITAL DE DIFUSÃO AUDIOVISUAL (R\$ 1.300.000,00)

Recursos destinados a levar o cinema capixaba ao público e garantir que as obras circulem no mercado comercial.

- » **Cineclubismo (Linha 1):** R\$ 360.000,00 para **12 iniciativas** de exibição comunitária (R\$ 30.000,00 cada).
- » **Projetos Livres (Linha 2):** R\$ 640.000,00 distribuídos entre:
 - o 10 projetos de R\$ 40.000,00.
 - o 4 projetos de R\$ 60.000,00.
- » Mercado e Comercialização (Linha 3):
 - o **Distribuição:** 2 projetos de R\$ 100.000,00 cada.
 - o **Comercialização:** 2 projetos de R\$ 50.000,00 cada.

3. EDITAL DE CULTURA DIGITAL (R\$ 400.000,00)

Este eixo foi voltado para novas mídias e formatos seriados na internet.

- » **Webséries:** Apoio a **10 projetos** com prêmios individuais de **R\$ 40.000,00**.

4. O QUE FOI REALIZADO:

- » **Apoio ao Cinema de Grande Porte:** O estado garantiu um investimento significativo de **R\$ 1,5 milhão** por filme para dois longas-metragens de ficção ou animação, permitindo produções com alto nível de qualidade técnica.
- » **Foco na Circulação:** Diferente de muitos estados que focam apenas em "fazer o filme", o Espírito Santo destinou verbas específicas para **Distribuição e Comercialização**, ajudando os produtores a venderem seus filmes.
- » **Presença Comunitária:** Com o apoio a 12 cineclubes, a política garante que o cinema chegue aos bairros e comunidades, fortalecendo a formação de público local.
- » **Inovação Digital:** O investimento em webséries reconhece a importância da internet como janela de exibição e incentiva novos formatos narrativos.

MINAS GERAIS

O estado de Minas Gerais estruturou um dos modelos de fomento mais robustos do país, investindo em todas as etapas do setor, desde a ideia inicial até a preservação de filmes antigos. Entre 2024 e 2025, o investimento total aprovado para o audiovisual soma **R\$ 12.595.000,00** por meio da PNAB.

1. CICLO 1 (2024): FOCO EM REGIONALIZAÇÃO E PERIFERIAS

No primeiro ano, o estado destinou **R\$ 7.380.000,00**. A demanda foi altíssima: **1.239 inscritos** para **182 projetos selecionados**.

Edital	Objetivo do Apoio	Projetos	Valor Individual	Total
08 – Cidadania	Audiovisual em periferias e coletivos.	39	R\$ 60.000,00	R\$ 2.340.000,00
11 – Difusão	Mostras e Festivais de cinema.	13	R\$ 120.000,00	R\$ 1.560.000,00
05 – Capacitação	Formação para desenvolver projetos.	26	R\$ 40.000,00	R\$ 1.040.000,00
06 – Produção	Videoclipes e vídeos para rede.	65	R\$ 12.000,00	R\$ 780.000,00
09 – Manutenção	Salas e cineclubes (cidades < 50 mil hab).	7	R\$ 110.000,00	R\$ 770.000,00
08 – Games	Jogos eletrônicos ambientados em MG.	26	R\$ 25.000,00	R\$ 650.000,00
02 – Raízes de Minas	Trajetória de cineclubes (pequenas cidades).	6	R\$ 40.000,00	R\$ 240.000,00

2. CICLO 2 (2025): FORTALECIMENTO DA CADEIA PRODUTIVA

Para o segundo ciclo, o investimento aprovado é de **R\$ 5.215.000,00**, com foco em obras de maior envergadura (longas e séries) e na preservação da memória.

DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS (R\$ 1.990.000,00):

- » **Longas (9 projetos):** 3 de animação (R\$ 150 mil cada), 3 documentários (R\$ 100 mil) e 3 ficções (R\$ 100 mil).
- » **Séries (6 projetos):** 2 de animação (R\$ 200 mil cada), 2 documentais (R\$ 120 mil) e 2 ficções (R\$ 150 mil).

OUTRAS ÁREAS (R\$ 3.225.000,00):

- » **Mostras e Festivais:** R\$ 1.675.000,00 (13 eventos tradicionais e 4 veteranos).
- » **Distribuição:** R\$ 750.000,00 (5 projetos de R\$ 150 mil para lançar filmes no mercado).
- » **Preservação:** R\$ 450.000,00 (3 projetos de R\$ 150 mil para cuidar de acervos).
- » **Cineclubes:** R\$ 350.000,00 (7 iniciativas de R\$ 50 mil).

3. O QUE FOI REALIZADO:

- » **Interiorização:** Minas Gerais criou regras específicas para cidades com menos de 50 mil habitantes (Editais 02 e 09), garantindo que o cinema chegue ao interior.
- » **Inovação Digital:** O apoio a **26 jogos eletrônicos** ambientados no estado valoriza a cultura mineira dentro da tecnologia.
- » **Cidadania Audiovisual:** O maior investimento do Ciclo 1 foi para as **periferias**, reconhecendo a produção cultural de grupos que historicamente têm menos acesso.
- » **Continuidade:** Ao apoiar festivais com diferentes "idades" (Edital 11 e Ciclo 2), o estado garante que tanto eventos novos quanto os tradicionais sobrevivam.
- » **Economia e Emprego:** O alto número de inscritos reforça que o audiovisual em Minas é um setor estratégico que gera trabalho e renda em diversas regiões.

PARANÁ

No Paraná, a Política Nacional Aldir Blanc (PNAB) focou na qualificação técnica dos profissionais e na descentralização da cultura, levando o cinema para o interior e para comunidades tradicionais por meio de editais estratégicos.

1. RESUMO DOS INVESTIMENTOS DIRETOS NO AUDIOVISUAL

Edital	Objetivo Principal	Valor Total
Cinema na Praça – Clássicos	Circulação e exibição de filmes clássicos no interior.	R\$ 1.499.999,84
Qualifica Paraná	Capacitação técnica e profissional em diversas áreas.	R\$ 8.272.000,00

2. EIXO DE FORMAÇÃO: QUALIFICA PARANÁ

Este edital estruturou uma das maiores ofertas de cursos técnicos do setor, focando em funções essenciais para o mercado audiovisual:

- » **Técnica e Imagem:** Operação de câmera, Assistência de câmera, Técnico de Imagem Digital (TID) e Gerenciador de Mídia Audiovisual (GMA).
- » **Som e Elétrica:** Técnico de som, Elétrica avançada para cinema e Maquinaria para cinema.
- » **Pós-Produção:** Colorização e Finalização.
- » **Gestão:** Produção audiovisual.

3. PROJETOS DESCENTRALIZADOS (MULTIARTES E VIVA CULTURA)

Estes editais atendem a múltiplas linguagens artísticas, incluindo o audiovisual, com foco em territórios específicos:

- » **Alcance Geográfico:** Atendimento às **8 macrorregiões** histórico-culturais do Paraná.
- » **Foco Social (Viva Cultura):** Projetos realizados em comunidades periféricas e territórios de povos e comunidades tradicionais.
- » **Dinâmica Financeira:** Como são editais multilinguagens, o valor final investido no audiovisual será definido conforme o número de propostas selecionadas em cada região.

4. O QUE FOI REALIZADO:

- » **Interiorização:** O programa **Cinema na Praça** garante que populações de cidades pequenas tenham acesso gratuito a sessões de cinema, fortalecendo a formação de público fora da capital.
- » **Profissionalização:** Ao investir mais de **R\$ 8 milhões em qualificação**, o estado prepara a mão de obra local para trabalhar em grandes produções, aumentando a competitividade do audiovisual paranaense.
- » **Inclusão Territorial:** A divisão por macrorregiões garante que o recurso não fique concentrado em Curitiba, permitindo que artistas de todo o estado acessem o fomento.

RIO GRANDE DO SUL

No Rio Grande do Sul, a estratégia para a Política Nacional Aldir Blanc (PNAB) não incluiu a criação de um edital exclusivo para o audiovisual. Essa decisão foi tomada devido à execução recente de recursos da Lei Paulo Gustavo (LPG) e à expectativa de implementação dos Arranjos Regionais. Entretanto, o setor pode participar de editais mais amplos.

1. ESTRUTURA DOS EDITAIS DISPONÍVEIS

Embora não haja uma linha única para o audiovisual, o setor está inserido em editais que atendem a diversas linguagens artísticas ao mesmo tempo.

Modalidade de Edital	Quantidade	Possibilidade para o Audiovisual
Editais Setoriais	6	Projetos podem ser inscritos conforme a área de atuação.
Editais Transversais	2	Linhas abrangentes que permitem propostas de audiovisual.

2. POR QUE NÃO HOVE EDITAL ESPECÍFICO?

- » A gestão cultural do estado fundamentou essa organização em dois pontos principais:
- » **Lei Paulo Gustavo (LPG):** Como o estado acabou de executar um grande volume de recursos específicos para o audiovisual via LPG, a PNAB foi usada para equilibrar outras áreas da cultura.
- » **Arranjos Regionais:** Expectativa de implementação do edital federal de Arranjos Regionais, que poderá introduzir novos formatos de investimento e articulação regional para o setor audiovisual.

3. O QUE FOI REALIZADO NA PRÁTICA:

- » **Acesso por Transversalidade:** Produtores e realizadores audiovisuais gaúchos não ficaram excluídos; eles devem buscar as linhas dos editais "Transversais" e "Setoriais" que aceitam projetos de múltiplas linguagens.
- » **Continuidade do Fomento:** A estratégia garante que o fluxo de recursos para a cultura não pare, integrando o audiovisual dentro de um ecossistema cultural maior, em vez de isolá-lo em um edital único neste ciclo.

SANTA CATARINA

Em Santa Catarina, os recursos da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB) para o audiovisual foram aplicados através do edital **Circuito Catarinense de Cultura**. O investimento total soma **R\$ 3.000.000,00**, distribuídos entre 75 projetos aprovados.

1. RESUMO DOS INVESTIMENTOS POR MODALIDADE

O edital separou os proponentes em duas categorias: **Classe I** (Pessoas Físicas, MEI, EI e SLU) e **Classe II** (Empresas e entidades maiores).

Modalidade	Classe	Projetos	Valor Unitário	Total
Festivais e Mostras (1.1.1)	II	14	R\$ 100.000,00	R\$ 1.400.000,00
Evento Cultural/Apresentações (1.1.2)	II	2	R\$ 40.000,00	R\$ 80.000,00
	I	8	R\$ 20.000,00	R\$ 160.000,00
Formação e Qualificação (1.1.3)	II	6	R\$ 40.000,00	R\$ 240.000,00
	I	16	R\$ 20.000,00	R\$ 320.000,00
Ações Culturais (1.1.4)	II	11	R\$ 40.000,00	R\$ 440.000,00
	I	18	R\$ 20.000,00	R\$ 360.000,00
TOTAL GERAL		75		R\$ 3.000.000,00

2. DEFINIÇÃO DAS CLASSES DE PROPONENTES

Para facilitar a organização, o edital definiu quem poderia se inscrever em cada faixa de valor:

- » **Classe I:** Voltada a propostas menores e profissionais individuais (CPF, MEI, EI e SLU). Receberam prêmios de **R\$ 20.000,00**.
- » **Classe II:** Voltada a empresas e coletivos de maior porte (CNPJ, exceto MEI, EI e SLU). Receberam prêmios de **R\$ 40.000,00** ou **R\$ 100.000,00** (no caso de festivais).

3. O QUE FOI REALIZADO:

- » **Apoio a Eventos de Grande Porte:** A maior fatia do recurso (**R\$ 1,4 milhão**) foi destinada exclusivamente para a realização de 14 festivais e mostras de cinema, garantindo a exibição de filmes em todo o estado.
- » **Fomento ao Pequeno Produtor:** Com 42 projetos aprovados na **Classe I**, o estado garantiu que uma grande quantidade de pequenos realizadores e trabalhadores individuais recebesse fomento direto.
- » **Educação Audiovisual:** Foram selecionados 22 projetos focados apenas em **Formação e Qualificação**, ajudando a treinar novos profissionais para o mercado catarinense.
- » **Diversidade de Ações:** A categoria de "Ações Culturais" permitiu que 29 projetos diversos, que não se encaixavam em cursos ou festivais, também recebessem investimento para suas atividades.

CAMPO GRANDE

No município de Campo Grande, os recursos da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB) foram aplicados de forma focada no fortalecimento da produção local. O investimento foi realizado por meio de um edital específico que contemplou as principais etapas de criação de um filme.

1. RESUMO DO INVESTIMENTO MUNICIPAL

Indicador	Detalhes da Execução
Edital	nº 14/2024-06
Valor Total Destinado	R\$ 480.689,93
Projetos Selecionados	12

2. ÁREAS CONTEMPLADAS

Os 12 projetos selecionados foram distribuídos entre quatro pilares fundamentais do setor audiovisual:

- » **Produção de Curtas-Metragens:** Recursos para a filmagem de novas obras de curta duração.
- » **Finalização:** Verba para concluir filmes que já foram gravados (edição, som e cor).
- » **Ações de Difusão:** Projetos para levar os filmes ao público (exibições e mostras).
- » **Iniciativas de Formação:** Cursos e oficinas para capacitar profissionais no município.

3. O QUE FOI REALIZADO NA PRÁTICA:

- » **Cadeia Completa:** Ao apoiar desde a produção até a finalização e a difusão, o município garante que o ciclo de vida do filme seja completado, evitando que projetos fiquem parados por falta de recursos técnicos.

- » **Qualificação Local:** O investimento em formação assegura que novos talentos surjam e que os profissionais atuais se atualizem tecnicamente.
- » **Acesso à Cultura:** As ações de difusão permitem que o público de Campo Grande tenha contato direto com a produção cinematográfica feita na própria cidade.

MACEIÓ

No município de Maceió, a Política Nacional Aldir Blanc (PNAB) foi aplicada para fortalecer a base da produção audiovisual local. O investimento total de **R\$ 225.000,00** foi dividido para atender a criação de roteiros, a finalização de obras e o ensino técnico (Edital nº 04/2024).

1. RESUMO DO INVESTIMENTO POR CATEGORIA

Ao todo, **21 propostas** foram contempladas, distribuídas da seguinte forma:

Categoria	Projetos	Valor por Projeto	Total da Linha
Complementação de Curta e Games	8	R\$ 10.375,00	R\$ 83.000,00
Desenvolvimento de Curta-metragem	8	R\$ 10.250,00	R\$ 82.000,00
Oficinas	5	R\$ 12.000,00	R\$ 60.000,00
TOTAL	21		R\$ 225.000,00

2. O QUE FOI REALIZADO:

- » **Fomento ao Roteiro:** Com 8 projetos de **Desenvolvimento**, o município incentiva a fase inicial da criação, garantindo que novas histórias sejam escritas e planejadas para futuras filmagens.
- » **Inovação e Tecnologia:** A inclusão de **Games** na categoria de complementação mostra a abertura da prefeitura para o setor de entretenimento digital e novas mídias.
- » **Finalização de Obras:** A verba de **Complementação** ajuda produtores que já possuem material gravado a concluírem seus filmes, cobrindo custos de edição, som e cor.
- » **Qualificação Profissional:** As 5 **Oficinas** selecionadas promovem a capacitação técnica dos agentes culturais de Maceió, melhorando a qualidade das produções locais.

SALVADOR

Na capital baiana, a aplicação dos recursos da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB) foi distribuída em editais que focam na descentralização cultural, no fortalecimento de grupos tradicionais e na circulação internacional de artistas.

1. RESUMO DOS INVESTIMENTOS POR EDITAL

O audiovisual foi contemplado tanto em editais exclusivos quanto em chamadas multilinguagens:

Edital	Foco da Ação	Projetos	Valores Individuais
Salvador Circula	Mobilidade, feiras e intercâmbios.	15	R\$ 5.000,00 a R\$ 30.000,00
Gregórios IV	Festivais e fortalecimento de grupos.	6	R\$ 100.000,00 a R\$ 300.000,00
Territórios Criativos II	Pequeno porte em áreas periféricas e quilombos.	5	R\$ 50.000,00

2. DETALHAMENTO DAS AÇÕES

A. EDITAL TERRITÓRIOS CRIATIVOS II (FOCO LOCAL)

Este edital garantiu que o recurso chegasse às comunidades mais afastadas do centro comercial.

- » **Público:** Artistas de regiões administrativas, Centro Histórico e Comunidades Quilombolas.
- » **O que financia:** Mostras de cinema, produção de curtas-metragens e cursos de formação.
- » **Investimento Total no Setor:** R\$ 250.000,00 (5 projetos de R\$ 50 mil).

B. EDITAL GREGÓRIOS IV (EVENTOS E GRUPOS)

Voltado para iniciativas que já possuem um calendário ou que mantêm espaços culturais na cidade.

- » **Destaque:** Embora houvesse 4 vagas reservadas, o setor ocupou **6 vagas**.
- » **O que financia:** Festivais tradicionais e produção de curtas-metragens.
- » **Impacto:** Os valores mais altos (até R\$ 300 mil) permitem a realização de eventos de grande alcance.

C. EDITAL SALVADOR CIRCULA (MOBILIDADE E EXPORTAÇÃO)

Focado em levar o talento de Salvador para outros lugares do mundo.

- » **Ações:** Participação em mercados, rodadas de negócios, festivais internacionais e residências artísticas.
- » **Alcance:** 15 bolsas destinadas ao audiovisual para difusão e formação técnica.

3. O QUE FOI REALIZADO:

- » **Internacionalização:** Através do "Salvador Circula", agentes do audiovisual soteropolitano puderam levar suas obras para mercados e festivais nacionais e internacionais, gerando novos negócios.
- » **Justiça Territorial:** O edital "Territórios Criativos II" priorizou comunidades quilombolas e periféricas, garantindo que o audiovisual seja uma ferramenta de expressão nessas regiões.
- » **Sustentabilidade de Festivais:** O "Gregórios IV" assegurou que festivais que já fazem parte da identidade da cidade tivessem recursos para se manter e crescer.
- » **Inclusão:** A diversidade de temas (LGBTQIAPN+, Afro-brasileira e Culturas Populares) dentro dos editais reflete a identidade multicultural de Salvador aplicada ao cinema e vídeo.

FORTALEZA

No município de Fortaleza, os recursos da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB) foram direcionados para apoiar novos talentos e fortalecer a televisão pública local. O investimento foca na produção de telefilmes independentes.

1. RESUMO DO INVESTIMENTO MUNICIPAL

Indicador	Detalhes da Execução
Edital	nº 025/2024 – Novos Realizadores
Valor Total Destinado	R\$ 1.155.000,00
Público-Alvo	Novos realizadores (diretores e produtores iniciantes).
Objetivo Principal	Produção e licenciamento de telefilmes.

2. FOCO DO EDITAL: TV TERRA DO SOL

O diferencial da aplicação da PNAB em Fortaleza é a integração direta com a rede de comunicação pública do município:

- » **Janela de Exibição:** As obras produzidas serão destinadas prioritariamente à TV Terra do Sol.
- » **Rede de Difusão:** Além da emissora principal, os filmes também poderão ser exibidos em emissoras comunitárias e educativas de Fortaleza.
- » **Formato:** O apoio é específico para telefilmes, que são obras audiovisuais produzidas diretamente para o formato de televisão.

3. O QUE FOI REALIZADO:

- » **Renovação do Setor:** Ao focar em “Novos Realizadores”, o edital abre as portas para profissionais que ainda não têm um longo histórico no mercado, garantindo oxigenação na produção cearense.
- » **Fortalecimento da TV Pública:** O investimento garante conteúdo inédito e regional para a grade de programação das emissoras educativas e comunitárias.

- » **Independência Criativa:** O recurso permite a produção independente, o que significa que os novos realizadores têm liberdade para criar suas obras antes de licenciá-las para a TV.
- » **Acesso ao Mercado:** Com um aporte de mais de **R\$ 1,1 milhão**, Fortaleza cria uma ponte entre a formação acadêmica/técnica e o mercado profissional de televisão.

JOÃO PESSOA

O município de João Pessoa adotou uma estratégia de distribuição **equânime**, ou seja, os recursos da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB) foram divididos de forma igualitária entre todos os segmentos artísticos e culturais. Por isso, o setor audiovisual não possui um edital exclusivo, mas pode concorrer em todas as chamadas públicas da cidade.

1. CANAIS DE ACESSO AO RECURSO

O setor audiovisual em João Pessoa pode ser contemplado por meio de **nove editais de chamamento público**, divididos em quatro modalidades principais:

Modalidade de Apoio	O que pode ser financiado no Audiovisual?
Fomento a Projetos	Realização de filmes, roteiros, mostras e festivais.
Premiação	Reconhecimento de trajetórias de pessoas, grupos e iniciativas.
Subsídio a Espaços	Manutenção de salas de cinema, cineclubes e ambientes culturais.
Bolsas Culturais	Apoio para formação, pesquisa e desenvolvimento artístico.
Grupos e Iniciativas Culturais	Apoio a coletivos, associações e iniciativas culturais organizadas

2. REDE DE PONTOS DE CULTURA (PNCV)

Além dos editais da PNAB, o segmento também conta com o apoio da **Política Nacional de Cultura Viva (PNCV)**:

- » **Público:** Pontos e Pontões de Cultura que já desenvolvem atividades ligadas ao audiovisual.
- » **Foco:** Projetos de impacto comunitário e social através do cinema e da vídeo-produção.

3. O QUE FOI REALIZADO:

- » **Acesso Amplo:** Diferente de modelos que isolam o audiovisual em uma única categoria, o modelo de João Pessoa permite que um produtor se inscreva tanto para ganhar um prêmio por sua história quanto para pedir fomento para um novo projeto.

- » **Manutenção de Bases:** O **Subsídio a Espaços** é fundamental para que cineclubes e estúdios comunitários mantenham suas estruturas físicas e paguem contas de manutenção.
- » **Inclusão pela Premiação:** A modalidade de Premiação facilita o acesso de mestres e realizadores que já possuem um trabalho consolidado, mas que têm dificuldade em escrever projetos técnicos complexos.

RECIFE

No Recife, os recursos da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB) são aplicados através do **Edital Multilinguagens – Recife Criativo**. O setor audiovisual concorre junto a outras linguagens por um montante total de **R\$ 4.747.853,30**, com regras específicas para garantir a produção e a chegada dos filmes ao público.

1. ESTRUTURA DE FAIXAS DE APOIO

Os projetos podem ser inscritos em três faixas de valores, dependendo do porte da proposta:

Categoria	Valor Máximo por Projeto
Faixa 1	Até R\$ 20.000,00
Faixa 2	Até R\$ 60.000,00
Faixa 3	Até R\$ 125.000,00

2. LINHAS DE APOIO AO AUDIOVISUAL

O edital detalha o que pode ser feito em cada etapa da produção e o que o proponente precisa apresentar:

Modalidade	O que financia?	Requisito Obrigatório
Produção	Curtas e média-metragens (Ficção, Doc ou Animação).	Apresentação de roteiro ou argumento.
Finalização	Pós-produção de longas-metragens (edição, cor, som).	Comprovação de material bruto gravado.
Distribuição	Lançamento em cinemas, TV, streaming e festivais.	Apresentação do filme completo.

Nota: O edital garante a seleção de, pelo menos, um projeto de audiovisual, com possibilidade de remanejamento de verbas entre as faixas.

3. INCLUSÃO E AÇÕES AFIRMATIVAS

Recife estabeleceu metas rígidas para garantir a diversidade entre os selecionados:

- » **Pessoas Negras:** Mínimo de **30%** das vagas.
- » **Povos Indígenas:** Mínimo de **10%** das vagas.
- » **Pessoas com Deficiência (PcD):** Mínimo de **5%** das vagas.

4. O QUE FOI REALIZADO:

- » **Segurança para o Setor:** Ao garantir no mínimo um projeto audiovisual, a prefeitura assegura que a linguagem terá presença garantida, independentemente da concorrência com outras áreas.
- » **Fomento à Cadeia Completa:** O edital cobre desde o início (produção de curtas) até a entrega final ao consumidor (distribuição de longas), fortalecendo o mercado local.
- » **Critério Técnico:** A exigência de roteiros ou filmes prontos (para distribuição) garante que o recurso seja aplicado em projetos com viabilidade real de execução.
- » **Representatividade:** As cotas étnico-raciais e para PcD buscam tornar o cinema recifense mais diverso e inclusivo, refletindo melhor a sociedade.

NATAL

Em **Natal**, a aplicação da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB) foi influenciada pelo calendário de outras leis de incentivo, como a Lei Paulo Gustavo (LPG). O município focou o primeiro ciclo em nichos específicos e agora discute um investimento maior para a cadeia produtiva no segundo ciclo.

1. CICLO 1: FOCO EM PESQUISA E VIDEOCLIPES

No primeiro ciclo, o audiovisual em Natal foi atendido principalmente em duas frentes. Isso ocorreu porque o setor já havia recebido recursos significativos da LPG municipal (concluída em 2023) e da LPG estadual (executada ao longo de 2024).

Área de Atuação	Objetivo
Pesquisa	Investigação e desenvolvimento de estudos sobre o setor.
Videoclipes	Apoio à produção de obras audiovisuais musicais.

2. CICLO 2: PLANEJAMENTO E DEMANDAS (2025/2026)

Em 13 de agosto de 2025, a Fundação Cultural Capitania das Artes (FUNCARTE) realizou uma oitiva (escuta pública) com o setor audiovisual para definir o destino dos novos recursos.

- » **Demanda do Setor:** Realizadores locais solicitaram que **R\$ 1.500.000,00** sejam destinados exclusivamente ao audiovisual no Ciclo 2.
- » **Status:** A proposta está em análise pela gestão municipal.
- » **Desafio:** A prefeitura busca equilibrar o alto custo de produção da indústria audiovisual com a necessidade de financiar outras áreas culturais que possuem menos fontes de recursos.

3. APOIO CONTINUADO: CINE NATAL

Apesar dos recursos extraordinários das leis federais (PNAB e LPG), Natal mantém um mecanismo próprio de fomento:

- » **Cine Natal:** Destaca-se como um dos poucos programas de apoio contínuo ao audiovisual na cidade, suprimindo a carência de um orçamento estadual fixo para o setor nos últimos anos.

4. O QUE FOI REALIZADO:

- » **Gestão de Recursos:** A estratégia de Natal no Ciclo 1 permitiu que, enquanto o audiovisual finalizava seus projetos da Lei Paulo Gustavo, outros segmentos culturais (como artes visuais ou teatro) tivessem mais espaço nos editais da PNAB.
- » **Diálogo Setorial:** A oitiva de 2025 reforçou a organização dos produtores locais, que apresentaram uma proposta orçamentária clara (**R\$ 1,5 milhão**) para profissionalizar ainda mais a produção natalense.
- » **Visão Industrial:** O debate atual reconhece o audiovisual não apenas como arte, mas como uma indústria que gera empregos e exige investimentos compatíveis com seu porte.

MACAPÁ

No município de Macapá, a aplicação dos recursos da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB) foi realizada por meio de um edital de **multilinguagens**. Esse formato permitiu que o setor audiovisual concorresse em conjunto com outras áreas artísticas, garantindo o fomento a projetos locais.

1. RESUMO DO INVESTIMENTO

Indicador	Detalhes
Formato do Edital	Multilinguagens.
Projetos Contemplados	7 projetos audiovisuais.
Investimento Total	Aproximadamente R\$ 100.000,00.

MANAUS

Em Manaus, os recursos da PNAB destinados ao audiovisual somaram **R\$ 558.685,70**, aplicados em três frentes principais de apoio.

1. RESUMO DO INVESTIMENTO

Categoria	Vagas/Projetos	Valor Total
Produção de Curta-metragem	1	R\$ 100.000,00
Formação e Capacitação	10	R\$ 300.000,00
Bolsas de Pesquisa Audiovisual	10	R\$ 158.685,70
TOTAL		R\$ 558.685,70

2. DETALHAMENTO DAS AÇÕES

- » **Produção:** Apoio a um projeto de curta-metragem no valor de R\$ 100.000,00.
- » **Capacitação:** 10 vagas destinadas a ações de formação e qualificação técnica.
- » **Pesquisa:** 10 bolsas de incentivo voltadas especificamente para a pesquisa no setor audiovisual.

BOA VISTA

Em Boa Vista, a Fundação de Educação, Turismo, Esporte e Cultura (FETEC) coordena a aplicação dos recursos da PNAB por meio de três editais que contemplam o setor audiovisual.

1. RESUMO DOS EDITAIS E INVESTIMENTOS

Edital	Finalidade	Investimento
Prêmio nº 004/2025	Fomento a Projetos Culturais (Produção, difusão e oficinas).	R\$ 190.000,00
nº 005/2025	Rede Municipal de Pontos de Cultura (Projetos comunitários).	R\$ 450.000,00
nº 006/2025	Rede Municipal de Pontões de Cultura (Articulação, formação e difusão).	R\$ 472.868,00

2. DETALHAMENTO DAS AÇÕES

- » **Fomento Direto (Edital 004/2025):** Destinado especificamente a iniciativas de produção, difusão, oficinas e outras ações do setor audiovisual.
- » **Ações Comunitárias (Edital 005/2025):** Apoio a projetos culturais em comunidades, nos quais o audiovisual pode ser incluído.
- » **Articulação e Redes (Edital 006/2025):** Focado em redes temáticas e comunitárias para ações de formação, difusão e articulação cultural envolvendo o audiovisual.

PALMAS

Em Palmas, a execução do Ciclo 1 da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB) garantiu um espaço exclusivo para o setor audiovisual dentro do conjunto de ações do município.

1. RESUMO DA CATEGORIA

Indicador	Detalhes
Categoria Específica	Produção Audiovisual.
Objetivo	Garantir espaço próprio para o setor nas ações apoiadas.

2. INFORMAÇÕES GERAIS

- » **Segmento:** Audiovisual.
- » **Foco da Categoria:** Produção audiovisual.
- » **Estratégia Municipal:** Criação de linha específica para assegurar o atendimento à área dentro das políticas culturais da cidade.

BELO HORIZONTE

Em Belo Horizonte, a Política Nacional Aldir Blanc (PNAB) foi organizada em eixos estratégicos para atender agentes culturais que não costumam acessar a Lei Municipal de Incentivo. A estrutura priorizou o reconhecimento de trajetórias e o fortalecimento de redes comunitárias.

1. EIXOS ESTRATÉGICOS DE ATUAÇÃO

Eixo	Tipo de Apoio	Público e Foco
Eixo 1	Premiação de Agentes	Culturas populares (Carnaval, festejos juninos, cultura negra) e espaços menos atendidos.
Eixo 2	Cultura Viva (PNCV)	Fortalecimento e ampliação de Pontos e Pontões de Cultura.
Eixo 3	Projetos Culturais	Categorias de Formação, Difusão, Circulação e Criação Artística (Multilinguagens).

2. RECORTE DO AUDIOVISUAL (EIXO 3)

Embora o edital de projetos não tenha dividido as vagas por linguagens artísticas, o setor audiovisual garantiu a seleção de **4 propostas**:

Categoria de Projeto	Quantidade Seleccionada
Festivais de Audiovisual	2
Formação na Área	2
TOTAL	4

3. CARACTERÍSTICAS DA EXECUÇÃO

- » **Acesso Ampliado:** O modelo buscou agentes que historicamente ficavam de fora dos mecanismos tradicionais de fomento municipal.
- » **Diversidade de Setores:** Ao não adotar uma divisão rígida por linguagem no Eixo 3, o município permitiu que diferentes segmentos competissem de forma aberta, garantindo a diversidade dos contemplados.
- » **Foco em Formação e Difusão:** No audiovisual, os projetos aprovados concentram-se na qualificação de profissionais e na exibição de obras através de festivais.

CURITIBA

Em Curitiba, a Política Nacional Aldir Blanc (PNAB) foi integrada às ações locais por meio de dois editais distintos, voltados ao fomento direto e à rede de cultura comunitária.

1. RESUMO DOS INVESTIMENTOS NO AUDIOVISUAL

Edital	Eixo / Finalidade	Projetos Selecionados	Valor Total
nº 032/2024	Fomento Aldir Blanc (Produção).	44	R\$ 1.604.728,50
nº 031/2024	Cultura Viva (Premiação de Pontos/Pontões).	5	R\$ 150.000,00
TOTAL		49	R\$ 1.754.728,50

2. DETALHAMENTO DAS FRENTES DE APOIO

- » **Fomento à Produção:** O edital **Fomento Aldir Blanc – Curitiba 2024** destinou recursos para o apoio direto de produções audiovisuais na cidade.
- » **Programa Nacional de Cultura Viva (PNCV):** O chamamento público para a **Rede Municipal de Pontos e Pontões de Cultura** premiou iniciativas audiovisuais vinculadas à cultura comunitária.

LONDRINA

O município de Londrina recebeu o repasse de **R\$ 3.505.089,75** para a execução da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB). As diretrizes foram estabelecidas em conjunto com o Conselho Municipal de Política Cultural e debates abertos à comunidade.

1. DISTRIBUIÇÃO GERAL DOS RECURSOS

Eixo de Investimento	Finalidade	Valor Total
Editais de Fomento	Apoio direto a projetos de criação e circulação.	R\$ 1.600.000,00
Infraestrutura Cultural	Restauro do Museu de Arte de Londrina.	R\$ 1.027.089,75
Cultura Viva	Fortalecimento da Rede de Pontos de Cultura.	R\$ 878.000,00
TOTAL GERAL		R\$ 3.505.089,75

2. DETALHAMENTO: CULTURA VIVA (PNCV)

Os recursos deste eixo visam fortalecer a atuação territorial e a diversidade nas comunidades.

Categoria	Quantidade	Valor Individual
Pessoas Jurídicas	8	R\$ 91.000,00
Coletivos	5	R\$ 30.000,00

3. DETALHAMENTO: EDITAIS DE FOMENTO

O investimento de R\$ 1,6 milhão foi dividido para contemplar diferentes perfis de proponentes:

Proponente	Quantidade	Valor Individual
PJ sem fins lucrativos	2	R\$ 150.000,00
PJ sem fins lucrativos	3	R\$ 100.000,00
PJ com fins lucrativos	2	R\$ 100.000,00
Pessoas Físicas	20	(Valor global compartilhado)

4. IMPACTOS E DIRETRIZES PRÁTICAS

- » **Infraestrutura:** Garantia de preservação do patrimônio histórico por meio do restauro do **Museu de Arte de Londrina**.
- » **Territorialidade:** Atuação das **Vilas Culturais** como pontos de ancoragem e criação cultural nas comunidades.
- » **Diversidade:** Integração de linguagens diversas e garantia do direito à formação e articulação de agentes culturais.
- » **Economia Criativa:** Estímulo ao desenvolvimento econômico local através do incentivo à criação e circulação artística.

MARINGÁ

No município de Maringá, embora tenha ocorrido a adesão à Política Nacional Aldir Blanc (PNAB), não houve a criação de linhas de fomento exclusivas para o setor audiovisual.

1. RESUMO DA SITUAÇÃO ATUAL

Indicador	Status
Adesão à PNAB	Realizada pelo município.
Editais Específicos para Audiovisual	Não estabelecidos.
Linhas de Apoio ao Setor	Inexistentes até o momento.

PORTO ALEGRE

A capital gaúcha estabeleceu uma estrutura de governança participativa para gerir o repasse anual de aproximadamente **R\$ 8,5 milhões** (previstos por 5 anos) provenientes da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB).

1. PLANEJAMENTO FINANCEIRO E GOVERNANÇA

Indicador	Detalhes da Execução
Repasse Previsto	~ R\$ 8,5 milhões (ciclo de 5 anos).
Base Legal	Decreto nº 22.843 (06/08/2024).
Instâncias Deliberativas	Fórum PNAB e Comitê Setorial dos Pontos de Cultura.
Foco Estratégico	Cadeia econômica da cultura e Política Cultura Viva.

2. RESULTADOS DO SETOR AUDIOVISUAL (2024)

No edital de fomento de 2024, o setor audiovisual garantiu a seleção de **7 projetos**, distribuídos da seguinte forma:

Categoria de Projeto	Quantidade Seleccionada
Produção Audiovisual	3
Atividades Formativas e Oficinas	2
Mostras e Festivais	2
TOTAL	7

3. ESTRUTURA DE PARTICIPAÇÃO

- » **Fórum PNAB:** Instância composta pela sociedade civil e Secretaria Municipal da Cultura para acompanhar a aplicação dos recursos. O audiovisual possui cadeira garantida e participa da construção das chamadas públicas.
- » **Comitê Setorial:** Criado especificamente para fortalecer os Pontos de Cultura e elaborar mecanismos de fomento para a Rede Cultura Viva no território.
- » **Continuidade:** As reuniões periódicas orientam futuras premiações e ações de fomento para o cenário cultural local.

NOVO HAMBURGO

Em Novo Hamburgo, a implementação da Política Nacional Aldir Blanc resultou na realização de **8 editais**, dos quais 3 foram relançados para contemplar o mesmo objeto de chamadas anteriores que não tiveram todas as vagas preenchidas.

FOMENTO VIA PNAB EM NOVO HAMBURGO (2024)

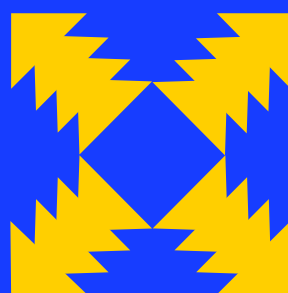
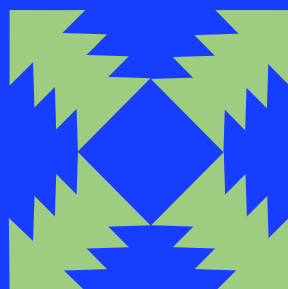
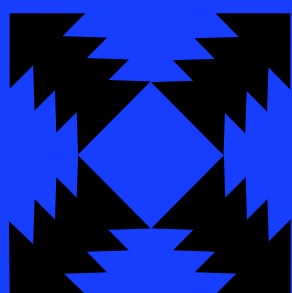
Instrumento	Categoria	Relação com Audiovisual
Chamamento Público Cultural nº 06/2024	Fomento à Execução de Ações Culturais (PNAB)	Atendimento indireto ao setor

PROJETOS CONTEMPLADOS NO SETOR AUDIOVISUAL

- » **Videoclipe:** "Videoclipe Bem te viu", de Carlos Alexandre Rasch.
- » **Iniciativa Formativa:** "Oficina de Cinema Independente para os Jovens de Novo Hamburgo", de Nathan Schein Lopes.
- » **Curta-metragem:** "GEORGE 8,46", de Fernanda Maria da Costa.

DETALHES DA IMPLEMENTAÇÃO

- » **Total de Editais:** 8 editais realizados por meio da Política Nacional Aldir Blanc.
- » **Relançamentos:** 3 editais foram repetidos para preencher vagas remanescentes de chamadas anteriores.
- » **Exclusividade:** Nenhum edital foi destinado exclusivamente ao setor audiovisual.



EDITAIS, PROGRAMAS E MECANISMOS DE APOIO

O conjunto de editais, programas e mecanismos de apoio apresentados a seguir oferece um panorama das iniciativas desenvolvidas pelos entes locais ao longo dos últimos anos (2010-2024), evidenciando diferentes estratégias de fomento adotadas para fortalecer a produção, a circulação e a formação no campo audiovisual. Esses instrumentos revelam como cada território mobilizou seus recursos e estruturou ações voltadas ao desenvolvimento do setor.

ESTADOS

DISTRITO FEDERAL

No Distrito Federal, o fomento ao audiovisual é realizado principalmente pelo **Fundo de Apoio à Cultura (FAC)**. Entre 2010 e 2024, os editais cobriram desde a criação de roteiros até a preservação de acervos, incluindo cinema, TV, jogos e novas mídias.

1. RESUMO DE INVESTIMENTOS POR EDITAL

Ano	Edital / Programa	Investimento Total
2013	Edital nº 02/2013	R\$ 7.335.000,00
2014	Edital nº 07/2014 – Arranjo Regional	R\$ 16.210.000,00
2016	Edital nº 01/2016 – Arranjo Regional – FAC	R\$ 17.075.000,00
2017	Edital nº 02/2017 – Arranjo Regional – FAC	R\$ 7.610.000,00
2018	Edital nº 16/2018 – FAC Audiovisual	R\$ 22.746.000,00
2019	Edital nº 05/2019 – FAC Mais Cultural	R\$ 510.000,00
2020	Edital nº 02/2020 (Digital) + nº 14/2020 (Periférico)	R\$ 9.185.000,00
2021	Edital nº 06/2021 – FAC Multicultural I	R\$ 4.330.000,00
2023	Edital nº 04/2023 – FAC Multicultural I	R\$ 1.900.000,00

2. DETALHAMENTO DAS CATEGORIAS (2013-2023)

CICLO DE PRODUÇÃO E DESENVOLVIMENTO (2013-2018)

- » **2013 (R\$ 7,3M):** Longas (Ficção/Animação: R\$ 3M; Doc: R\$ 1,05M); Curtas (Produção: R\$ 1,68M; HD: R\$ 160k; Finalização: R\$ 825k); Séries TV (R\$ 200k); Desenvolvimento (R\$ 420k).
- » **2014 (R\$ 16,2M):** Longas Ficção (R\$ 14,55M); Longas Doc (R\$ 640k); DOCTV (R\$ 720k); Complementação (R\$ 300k).
- » **2016 (R\$ 17M):** Longas Ficção e Produção (R\$ 14,47M); Complementação (R\$ 1,4M); Comercialização/Distribuição (R\$ 1,2M).
- » **2017 (R\$ 7,6M):** Longas (R\$ 2,01M); Obras Seriadas TV (R\$ 3,2M); Complementação (R\$ 2,1M); Distribuição (R\$ 300k).
- » **2018 (R\$ 22,7M):** Produção de Longas (R\$ 15M); Obras Seriadas/Telefilmes (R\$ 1,8M); Núcleos Criativos (R\$ 1,05M); Desenvolvimento (R\$ 900k); Finalização/Complementação (R\$ 3,99M).

ADAPTAÇÃO DIGITAL E INCLUSÃO (2019-2023)

- » **2019 (R\$ 510k):** Produção (R\$ 200k); Mostras/Festivais (R\$ 140k); Formação (R\$ 80k); Projetos Livres (R\$ 90k).
- » **2020 (R\$ 9,1M):** * Eixo Digital: Webséries (R\$ 200k); Festivais Online (R\$ 100k); Formação (R\$ 45k).
 - o *Visual Periférico:* Longas/Seriados (R\$ 4,48M); Finalização/Distribuição (R\$ 720k); Cineclubismo (R\$ 175k); Formação/Pesquisa (R\$ 850k); Preservação/Publicações (R\$ 525k).
- » **2021 (R\$ 4,3M):** Longas (R\$ 1,2M); Seriados/Telefilmes (R\$ 900k); Jogos Eletrônicos (R\$ 200k); Webséries (R\$ 120k); Finalização (R\$ 530k); Desenvolvimento/Cineclubismo (R\$ 320k); Projetos Livres/PCD (R\$ 560k).
- » **2023 (R\$ 1,9M):** Projetos Livres (R\$ 1,1M); Audiovisual, Cultura Digital e Radiodifusão (R\$ 800k).

3. OBSERVAÇÕES ESTRATÉGICAS

- » **Arranjos Regionais:** Entre 2014 e 2017, o FAC focou em grandes investimentos de produção via Arranjos Regionais, com aportes que superaram R\$ 16 milhões anuais.
- » **Diversificação:** A partir de 2020, o fomento incluiu categorias como **Jogos Eletrônicos, Webséries, Cineclubismo e Restauração de Acervos.**
- » **Políticas Afirmativas:** Os editais mais recentes (FAC Multicultural e Visual Periférico) incluíram recortes para **PCD, Meu 1º FAC e Produção Periférica.**

GOIÁS

O estado de Goiás utiliza dois mecanismos principais de fomento para financiar o audiovisual: o **Programa Goyazes** (incentivo fiscal via ICMS) e o **Fundo de Arte e Cultura (FAC)** (repasse direto).

1. LEI GOYAZES (INCENTIVO FISCAL)

Este programa permite que empresas paguem parte do imposto ICMS diretamente em projetos culturais. Os valores abaixo referem-se às Instruções Normativas (IN) mais recentes:

Base Legal (Instrução Normativa)	Ano de Referência	Valor Destinado
IN Intersecretarial nº 02/2023	2023	R\$ 4.574.000,00
IN nº 01/2024 e nº 02/2024	2024	R\$ 2.841.869,77
IN nº 01/2025	2025	R\$ 1.759.938,74
TOTAL RECENTE		R\$ 9.175.808,51

2. FUNDO DE ARTE E CULTURA (FAC)

O FAC funciona por meio de editais de seleção (concursos) com repasse direto de recursos do estado.

Ano	Edital / Finalidade	Valor Investido
2013	Fomento ao Audiovisual	R\$ 2.000.000,00
2015	Fomento ao Audiovisual	R\$ 2.000.000,00
2016	Fomento ao Audiovisual	R\$ 2.000.000,00
2017	Fomento ao Audiovisual (R\$ 3,3M) + Festivais (R\$ 1,2M)	R\$ 4.500.000,00
2018	Fomento ao Audiovisual (R\$ 2M) + Festivais (R\$ 1M)	R\$ 3.000.000,00
2021	Edital nº 01/2021 – Projetos de Espaços de Cultura	R\$ 2.000.000,00
2023	Edital nº 04/2023 – Fomento ao Audiovisual	R\$ 1.200.000,00
TOTAL FAC		R\$ 16.700.000,00

3. CARACTERÍSTICAS DOS MECANISMOS

- » **Modelo Híbrido:** Goiás combina o incentivo fiscal (onde o produtor busca patrocínio com empresas) e o fundo público (onde o estado seleciona e paga diretamente).
- » **Foco em Festivais:** Entre 2017 e 2018, houve uma reserva específica de **R\$ 2,2 milhões** apenas para festivais de cinema, separada do fomento à produção.
- » **Espaços Culturais:** Em 2021, o foco foi ampliado para apoiar a infraestrutura e a manutenção de espaços culturais no estado.

MATO GROSSO

Em Mato Grosso, o fomento ao setor audiovisual e de jogos eletrônicos é realizado por meio de editais de seleção pública coordenados pela Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer (SECEL/MT). Os investimentos focam na produção, desenvolvimento e difusão de obras.

1. RESUMO DE INVESTIMENTOS (2016-2021)

Ano	Edital / Programa	Objetivo	Valor Total
2016	Edital SEC/MT nº 04/2016	Produção de obras audiovisuais.	R\$ 4.500.000,00
2017	Edital nº 01/2017/SEC-MT	Seleção de projetos audiovisuais.	R\$ 5.400.000,00
2021	Edital nº 10/2021 – Produção Audiovisual	Curtas, videocliques e videoarte.	R\$ 3.000.000,00
2021	Edital nº 09/2021 – Games	Desenvolvimento e produção de jogos.	R\$ 1.000.000,00
2021	Edital nº 01/2021 – Movimentar Cultura	Projetos de demanda livre.	R\$ 60.000,00

2. DETALHAMENTO DO EDITAL “PRODUÇÃO AUDIOVISUAL” (2021)

Este edital (nº 10/2021) foi o mais detalhado do período, distribuindo **R\$ 3 milhões** entre diversas linguagens:

Categoria	Projetos	Valor Individual	Total da Categoria
Curta-metragem (Ficção)	10	R\$ 150.000,00	R\$ 1.500.000,00
Curta-metragem (Documentário)	10	R\$ 100.000,00	R\$ 1.000.000,00
Videoclipe	8	R\$ 30.000,00	R\$ 240.000,00
Animação	2	R\$ 80.000,00	R\$ 160.000,00
Videodança	2	R\$ 25.000,00	R\$ 50.000,00
Videoarte	2	R\$ 25.000,00	R\$ 50.000,00

3. INVESTIMENTOS EM GAMES E INOVAÇÃO

- » **Jogos Eletrônicos (Edital 09/2021):** Destinou **R\$ 1 milhão** para apoiar 10 projetos (5 de tema livre e 5 com foco educacional), com repasse de R\$ 70.000,00 por iniciativa.
- » **Movimentar Cultura (Edital 01/2021):** Focado em demandas rápidas e livres, contemplou 15 projetos audiovisuais com bolsas de R\$ 4.000,00 cada.

4. O QUE FOI REALIZADO:

- » **Diversidade de Formatos:** O estado não limitou o apoio apenas ao cinema tradicional, incluindo linguagens híbridas como **videodança** e **videoarte**.
- » **Fomento Educacional:** Metade do recurso destinado aos jogos eletrônicos foi reservada para temas pedagógicos, integrando cultura e educação.
- » **Cadeia Completa:** Os editais abrangeram desde o desenvolvimento inicial (games e roteiros) até a produção final de obras complexas como curtas de ficção e animação.

MATO GROSSO DO SUL

O fomento ao audiovisual em Mato Grosso do Sul é realizado pela **Fundação de Cultura (FCMS)**, principalmente por meio do **Fundo de Investimentos Culturais (FIC/MS)** e de editais específicos do **Museu da Imagem e do Som (MIS)**.

1. TABELA DE INVESTIMENTOS (2010–2022)

Abaixo, os valores e modalidades aplicados ao setor audiovisual conforme os editais publicados:

Ano	Editais / Instrumento	Finalidade Principal	Valor Destinado
2010	FIC/MS (Diário nº 7.850)	Apoio a produções audiovisuais.	R\$ 70.000,00
2011	Edital nº 007/2011	Curtas-metragens inéditos.	R\$ 100.000,00
2013	Edital Seleção nº 001/2013	Curtas-metragens inéditos.	R\$ 120.000,00
2014	Edital nº 013/2014	Produções audiovisuais inéditas.	R\$ 160.000,00
2015	Edital nº 005/2015	Curtas-metragens inéditos.	R\$ 160.000,00
2018	Edital nº 003/2018	Curtas-metragens inéditos.	R\$ 150.000,00
2020	FIC/MS (Diário nº 10.323)	Produção, circulação, difusão e formação.	R\$ 582.370,50
2021	FIC/MS (Diário nº 10.950)	Produção, circulação, difusão e formação.	R\$ 1.014.026,56
2022	FIC/MS (Diário nº 11.301)	Produção, circulação, difusão e formação.	R\$ 275.606,00

Nota sobre anos sem valores explícitos: Em **2012**, houve reforço na continuidade do incentivo via FIC/MS; em **2017**, o foco foi a produção de telefilmes e a difusão regional no 14º Festival América do Sul Pantanal.

2. DETALHAMENTO DAS FRENTES DE APOIO

- » **Foco em Curtas-Metragens:** Entre 2011 e 2018, a principal estratégia foi o lançamento de editais frequentes para obras inéditas de ficção ou documentário, com valores variando entre R\$ 100 mil e R\$ 160 mil por edital.
- » **Diversificação em 2017:** O estado expandiu o apoio para o formato de **telefilmes** e utilizou festivais (Festival América do Sul Pantanal) como vitrine para a difusão da produção regional.
- » **Amadurecimento via FIC/MS:** Nos anos recentes (2020-2022), o Fundo de Investimentos Culturais passou a concentrar aportes maiores, abrangendo toda a cadeia: **produção, circulação, difusão e formação**.

3. ESTRUTURA DE GESTÃO

- » **FCMS:** Órgão centralizador das políticas públicas de cultura.
- » **MIS (Museu da Imagem e do Som):** Unidade vinculada que executa editais técnicos e de preservação.
- » **FIC/MS:** Fundo que permite a inscrição de projetos de diferentes segmentos, garantindo a descentralização do recurso.

ALAGOAS

O estado de Alagoas executa suas políticas de fomento ao audiovisual por meio da Secretaria de Estado da Cultura (SECULT/AL) e do **Fundo de Desenvolvimento de Ações Culturais (FDAC)**, com destaque para o **Prêmio Pedro da Rocha**.

1. EDITAL Nº 16/2022 – V PRÊMIO PEDRO DA ROCHA

Este edital selecionou projetos de produção audiovisual independente com recursos do programa FICA (Fomento de Incentivo à Cultura Alagoana).

- » **Investimento Total: R\$ 5.080.000,00**
- » **Total de Projetos Contemplados: 80**

Categoria	Projetos	Valores Individuais	Total da Categoria
Longa-metragem	1	R\$ 1.520.000,00	R\$ 1.520.000,00
Curta-metragem	16	8 de R\$ 80.000 8 de R\$ 110.000	R\$ 1.520.000,00
Capacitação	17	5 de R\$ 90.000 12 de R\$ 45.000	R\$ 990.000,00
Festivais e Mostras	14	3 de R\$ 130k 3 de R\$ 70k 8 de R\$ 50k	R\$ 1.000.000,00
Desenvolvimento	9	6 de R\$ 30.000 3 de R\$ 100.000	R\$ 480.000,00
Finalização e Distribuição	3	R\$ 100.000,00 (cada)	R\$ 300.000,00
Cineclubes	14	R\$ 15.000,00 (cada)	R\$ 210.000,00
Pesquisa	6	R\$ 10.000,00 (cada)	R\$ 60.000,00

2. INVESTIMENTOS CONTÍNUOS (FESTIVAIS)

Além do edital principal, o estado realiza aportes diretos para a co-realização e apoio a festivais de cinema consolidados:

Iniciativa	Ano (Referência)	Valor do Aporte
Festival de Cinema de Penedo	2024	R\$ 400.000,00
Festival de Curtas-Metragens de Pilar	2024	R\$ 100.000,00

3. ABRANGÊNCIA DAS AÇÕES

O fomento em Alagoas cobre diversos elos da cadeia produtiva, incluindo:

- » **Produção e Finalização:** Apoio a obras de longa, média e curta-metragem.
- » **Formação e Base:** Investimentos expressivos em ações de capacitação, pesquisa e cineclubismo.
- » **Difusão:** Manutenção de festivais e mostras em diferentes regiões do estado.

BAHIA

Na Bahia, as ações de fomento são coordenadas pela Secretaria de Cultura (SECULT), via Fundação Cultural (FUNCEB) e Diretoria de Audiovisual (DIMAS). O estado utiliza recursos próprios (**Fundo de Cultura da Bahia - FCBA**) e parcerias federais (ANCINE e Fundo Setorial do Audiovisual - FSA).

1. HISTÓRICO DE INVESTIMENTOS (2010–2023)

Ano	Editais / Iniciativa	Investimento no Audiovisual
2010	Cine Mais Cultura e Crítica Cinematográfica	R\$ 906.500,00
2011	XIV Festival Nacional 5 Minutos	R\$ 30.000,00
2012	Setorial Audiovisual e XV Festival 5 Minutos	R\$ 6.530.000,00
2013	Setorial Audiovisual 2014 e XVI Festival 5 Minutos	R\$ 6.532.000,00
2016	Setorial 2016 (Arranjos Regionais ANCINE/FSA)	R\$ 14.500.000,00
2019	Setorial 2019 (Arranjos Regionais 2018)	R\$ 19.905.000,00
2020	Calendário das Artes (8ª Edição)	R\$ 72.500,00
2023	Mobilidade Cultural e Eventos Calendarizados	R\$ 4.531.932,50

2. DESTAQUES DOS EDITAIS RECENTES

EDITAL SETORIAL 2019 (ARRANJOS REGIONAIS):

Investimento de R\$ 19,9 milhões, contemplando as categorias:

- » Desenvolvimento de roteiro, curta-metragem (ficção, doc e animação), formação, memória, pesquisa, games, cineclube e festivais.
- » **Inovação:** Inclusão de indutores de diversidade étnica, de gênero e territorialização.

EVENTOS CULTURAIS CALENDARIZADOS (CICLO 2024-2027):

Destinação de R\$ 4,2 milhões (R\$ 1,05 milhão/ano) para projetos como:

- » **Panorama Internacional Coisa de Cinema:** R\$ 400 mil/ano.
- » **Mostra de Cinemas Africanos:** R\$ 300 mil/ano.
- » **Animaí – Festival de Animação e Games:** R\$ 200 mil/ano.
- » **Fórum Audiovisual dos Interiores da Bahia:** R\$ 150 mil/ano.

3. INOVAÇÃO INSTITUCIONAL: BAHIA FILMES

Em 2025, foi criada a **Bahia Filmes (Companhia de Audiovisual do Estado da Bahia)**:

- » **Natureza:** Primeira empresa pública estadual do Brasil dedicada exclusivamente ao audiovisual.
- » **Orçamento:** Previsão de investimento anual de **R\$ 22 milhões**.
- » **Status:** Em fase de implantação.

4. EXPERIÊNCIA EM ARRANJOS REGIONAIS

O estado consolidou sua atuação através da articulação com o Governo Federal:

- » **2016:** R\$ 6,5 milhões (Estado) + R\$ 8 milhões (FSA/ANCINE).
- » **2019:** R\$ 4,9 milhões (Estado) + R\$ 15 milhões (FSA/ANCINE).

CEARÁ

No Ceará, o fomento ao audiovisual é realizado de forma contínua pela Secretaria da Cultura (SECULT) através dos **Editais Ceará de Cinema e Vídeo**, com recursos do **Fundo Estadual da Cultura (FEC)**.

1. HISTÓRICO DE INVESTIMENTOS (2011–2022)

Abaixo, a evolução dos valores destinados ao setor ao longo das edições do edital:

Ano	Edição do Edital	Valor Investido
2011	IX Edital Ceará de Cinema e Vídeo	R\$ 2.021.268,00
2012	X Edital Ceará de Cinema e Vídeo	R\$ 4.252.302,55
2014	XI Edital Ceará de Cinema e Vídeo	R\$ 7.442.683,00
2015	XII Edital Ceará de Cinema e Vídeo	R\$ 9.345.922,44
2016	XIII Edital Ceará de Cinema e Vídeo	R\$ 12.920.078,87
2022	XIV Edital (Produção, Difusão, Formação e Pesquisa)	R\$ 9.846.135,00

2. DETALHAMENTO DA EXECUÇÃO EM 2022

No ano de 2022, o XIV Edital foi dividido em duas frentes para atender a **79 projetos** selecionados:

- » **Eixo Produções:** Voltado diretamente para a criação de obras audiovisuais.
- » **Eixo Difusão, Formação e Pesquisa:** Voltado para a circulação de conteúdos, capacitação de profissionais e desenvolvimento de estudos na área.

3. CARACTERÍSTICAS DA POLÍTICA ESTADUAL

- » **Regularidade:** A manutenção dos editais desde 2011 demonstra uma política de Estado consolidada para o setor.
- » **Crescimento Orçamentário:** Entre 2011 e 2016, houve um aumento progressivo e significativo nos recursos aplicados, atingindo o pico de R\$ 12,9 milhões no XIII Edital.
- » **Abrangência:** O modelo de fomento cobre desde a produção técnica até a pesquisa acadêmica e a formação de público.

MARANHÃO

O estado do Maranhão executou suas principais ações de fomento ao audiovisual por meio da Secretaria de Estado da Cultura em parceria com a Agência Nacional do Cinema (ANCINE), utilizando a linha de **Arranjos Regionais**.

1. RESUMO DOS INVESTIMENTOS (ARRANJOS REGIONAIS)

O foco dessas iniciativas foi fortalecer a produção independente local por meio da cooperação entre o governo estadual e o federal.

Ano	Edição do Programa	Origem do Recurso	Valor Total
2017	Arranjo Regional 2017	Parceria Estado/ ANCINE	R\$ 6.000.000,00
2019	Arranjo Regional 2019	R\$ 1M (Estado) + R\$ 5M (FSA/ANCINE)	R\$ 6.000.000,00
TOTAL			R\$ 12.000.000,00

2. DETALHAMENTO DA EXECUÇÃO

- » **Objetivo:** Fomentar o setor audiovisual maranhense e fortalecer a produção de obras independentes no estado.
- » **Composição do Recurso (2019):** No segundo arranjo, o investimento foi composto por **R\$ 1.000.000,00** do Tesouro Estadual e **R\$ 5.000.000,00** do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA).

3. O QUE FOI REALIZADO NA PRÁTICA:

- » **Parceria Federativa:** O uso dos Arranjos Regionais permitiu ao Maranhão alavancar recursos federais (FSA) em uma proporção de 5 para 1 em relação ao investimento estadual em 2019.
- » **Estímulo à Independência:** As ações foram voltadas especificamente para consolidar o mercado de produtoras independentes dentro do território maranhense.

PARAÍBA

O Estado da Paraíba mantém uma política contínua de apoio ao audiovisual, com foco na produção regional, na manutenção de festivais e na internacionalização de seus realizadores.

1. RESUMO DE INVESTIMENTOS (2015–2024)

Abaixo, o panorama dos principais editais e ações realizados pelo governo estadual:

Ano	Edital / Iniciativa	Finalidade	Valor Investido
2015	Edital Linduarte Noronha	Produção Audiovisual (Arranjos Regionais).	R\$ 1.500.000,00
2019	I Edital de Mostras e Festivais	Realização de eventos em diversos municípios.	R\$ 600.000,00
2023	II Edital de Mostras e Festivais	Continuidade do apoio a eventos.	R\$ 600.000,00
2023	Edital Curta Banguê	Licenciamento de 20 curtas (Cine Banguê).	R\$ 30.000,00
2024	Edital Curta Banguê	Licenciamento de 20 curtas (Cine Banguê).	R\$ 30.000,00
2024	III Edital Vladimir Carvalho	Mostras e Festivais (Cagepa + Estado).	R\$ 1.200.000,00

2. JANELAS DE EXIBIÇÃO E FORMAÇÃO

CINE BANGUÊ (FUNESC)

A sala pública administrada pelo Governo do Estado utiliza o edital Curta Banguê para selecionar obras paraibanas e inseri-las na grade de programação:

- » **Formato:** Seleção de 20 curtas-metragens por ano.
- » **Investimento:** R\$ 30.000,00 anuais para pagamento de direitos de exibição.

INTERNACIONALIZAÇÃO (2025)

No âmbito da Temporada Brasil-França 2025, o estado promoveu a formação de alto nível:

- » **Ação:** Residência em Cinema Direto nos Ateliers Varan, em Paris.
- » **Participantes:** 5 realizadores paraibanos selecionados para intercâmbio técnico entre maio e junho de 2025.



3. ESTRUTURA E PARCERIAS

- » **Regularidade:** A criação de editais seriados para Mostras e Festivais (I, II e III) garante que o calendário cultural do estado seja mantido em diversos municípios.
- » **Parcerias Estratégicas:** O Edital Vladimir Carvalho (2024) dobrou o valor de investimento em relação aos anteriores, utilizando recursos da Companhia de Água e Esgoto da Paraíba (Cagepa).
- » **Fomento à Base:** O apoio foca tanto no topo da cadeia (produção de novos filmes) quanto na ponta final (exibição em salas públicas e festivais).

PERNAMBUCO

O Estado de Pernambuco possui uma política consolidada por meio do **Programa de Fomento à Produção Audiovisual – Funcultura**. A gestão utiliza recursos do Fundo Pernambucano de Incentivo à Cultura (Funcultura) e, frequentemente, aportes do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA).

1. HISTÓRICO DE INVESTIMENTOS (EDITAIS 5º AO 19º)

O gráfico de investimentos mostra a variação orçamentária e a composição dos recursos entre o fundo estadual e o federal.

Edital / Ciclo	Valor Funcultura	Valor FSA	Valor Total
5º, 6º e 7º (2011-2014)	(Não detalhado)	(Não detalhado)	R\$ 11.500.000,00 (cada edital)
8º (2014/2015)	R\$ 11.500.000,00	R\$ 8.550.000,00	R\$ 20.050.000,00
9º (2015/2016)	R\$ 10.000.000,00	R\$ 9.980.000,00	R\$ 19.980.000,00
10º (2016/2017)	R\$ 10.150.000,00	R\$ 10.000.000,00	R\$ 20.150.000,00
11º (2017/2018)	R\$ 10.440.000,00	R\$ 15.000.000,00	R\$ 25.440.000,00
12º e 13º (2018-2020)	(Não detalhado)	(Não detalhado)	R\$ 9.280.000,00 (cada)
14º (2020/2021)	R\$ 3.000.000,00	R\$ 5.000.000,00	R\$ 8.000.000,00
15º (2020/2021)	(Não detalhado)	(Não detalhado)	R\$ 6.280.000,00
16º, 17º e 18º	(Não detalhado)	(Não detalhado)	R\$ 9.280.000,00 (cada)
19º (2024/2025)	(Com acréscimo)	(Não detalhado)	R\$ 11.310.000,00

2. ATUALIZAÇÕES DO 19º EDITAL (2024/2025)

A edição mais recente apresentou um aumento de **R\$ 2.030.000,00** no orçamento total e revisou os tetos de financiamento:

Categoria	Teto Anterior	Novo Teto (19º Edital)
Longa-metragem (Ficção/Animação)	(Não informado)	R\$ 1.000.000,00
Longa-metragem (Documentário)	R\$ 400.000,00	R\$ 600.000,00

- » **Procura:** As inscrições subiram de 446 para 520 projetos.
- » **Resultados:** 103 projetos foram aprovados em 2024.

3. CATEGORIAS CONTEMPLADAS E DIFUSÃO

O Funcultura Audiovisual abrange toda a cadeia produtiva:

- » **Produção:** Longa, média e curta-metragem, webséries e produtos para TV.
- » **Desenvolvimento:** Roteiros e novos projetos.
- » **Formação e Base:** Ações de formação, pesquisa, cineclubismo e preservação.
- » **Tecnologia:** Games.

4. FESTIVAL DE CINEMA DE TRIUNFO

Iniciativa anual realizada no **Theatro Cinema Guarany** e outros espaços de Triunfo/PE.

- » **Foco:** Filmes brasileiros e pernambucanos (curta, média e longa-metragem).
- » **Investimento (2024):** R\$ 517.837,27 destinados à execução do edital do festival.

No Piauí, a Secretaria de Estado da Cultura (Secult-PI) coordena o apoio ao setor audiovisual por meio de dois instrumentos principais: **editais diretos** e o **sistema de incentivo fiscal permanente**.

1. RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE FOMENTO

Instrumento	Modelo de Execução	Detalhes
Editais da Cultura (2022)	Fomento Direto	14 editais e 48 linhas de apoio em diversos segmentos.
SIEC (Sistema de Incentivo)	Incentivo Fiscal / Permanente	Categoria permanente de apoio em sua 10ª edição.

2. INVESTIMENTOS E ABRANGÊNCIA

- » **Recursos Globais do SIEC:** O Sistema de Incentivo Estadual à Cultura opera com uma média de **R\$ 13.000.000,00** por temporada, atendendo a diversas áreas, incluindo o audiovisual.
- » **Foco dos Editais (2022):** As linhas de apoio foram estruturadas para contemplar a **produção, difusão e formação** no setor.
- » **Continuidade:** O SIEC garante o financiamento da produção audiovisual independente de forma ininterrupta há 10 temporadas.

RIO GRANDE DO NORTE

No Rio Grande do Norte, o fomento ao setor é coordenado pela Fundação José Augusto (FJA) e pela Secretaria Extraordinária de Cultura, tendo como principal instrumento recente o **Editais Estadual de Fomento ao Audiovisual Potiguar 2023**.

1. EDITAL ESTADUAL DE FOMENTO AO AUDIOVISUAL POTIGUAR 2023

O edital destinou o valor total de **R\$ 1.000.000,00** para a seleção de **14 iniciativas** artístico-culturais.

Categoria	Projetos	Valor Individual	Total da Categoria
Produção de Curtas-metragens	4	R\$ 85.000,00	R\$ 340.000,00
Roteiro (Longas e Séries)	4	R\$ 70.000,00	R\$ 280.000,00
Curtas-metragens (Iniciantes)	4	R\$ 55.000,00	R\$ 220.000,00
Pilotos de Série	2*	R\$ 80.000,00	R\$ 160.000,00
TOTAL	14		R\$ 1.000.000,00

2. DETALHAMENTO DAS LINHAS DE APOIO

- » **Criação e Roteiro:** Foco no desenvolvimento de textos para obras de maior envergadura, como longas-metragens e séries (R\$ 280 mil).
- » **Estímulo a Novos Realizadores:** Reserva de R\$ 220 mil especificamente para a produção de curtas-metragens feitos por iniciantes.
- » **Produção de Conteúdo:** Apoio à realização de curtas-metragens (R\$ 340 mil) e de episódios pilotos para futuras séries (R\$ 160 mil).

SERGIPE

O Estado de Sergipe estruturou suas ações de fomento ao audiovisual entre 2011 e 2014 por meio de **editais específicos** voltados à produção de obras de curta e média-metragem.

1. RESUMO DOS INVESTIMENTOS (2011–2014)

Ano	Edital / Prêmio	Finalidade	Valor Investido
2011	I Edital – Projeto Orlando Vieira 80 Anos	Curtas-metragens audiovisuais digitais.	R\$ 150.000,00
2012	II Edital – Prêmio Wilson Silva	Curtas-metragens.	R\$ 150.000,00
2014	Prêmio Wilson Silva (Tesouro + FSA)	Curtas e médias-metragens digitais.	R\$ 450.000,00
TOTAL			R\$ 750.000,00

2. CARACTERÍSTICAS DAS AÇÕES

- » **Foco em Formatos Curtos:** Os editais priorizaram a produção de curtas e médias-metragens, incentivando a produção independente no estado.
- » **Homenagens Culturais:** Os mecanismos de fomento utilizaram nomes de figuras importantes da cultura local (Orlando Vieira e Wilson Silva) para identificar as premiações.
- » **Composição de Recursos:** Em 2014, o estado ampliou o investimento ao integrar recursos do Tesouro Estadual com o Fundo Setorial do Audiovisual (FSA).

O Estado do Amapá tem fortalecido o setor audiovisual por meio de **editais de incentivo** à produção independente e, mais recentemente, pela criação de **janelas de exibição** em eventos oficiais do estado.

1. HISTÓRICO DE INVESTIMENTO EM PRODUÇÃO

Ano	Edital	Objetivo	Valor Total
2017	I Edital do Audiovisual do Amapá	Incentivo à produção independente.	R\$ 1.000.000,00

2. FOMENTO À EXIBIÇÃO (EXPOFEIRA)

A partir de 2023, o estado instituiu editais específicos para a seleção e exibição de obras audiovisuais locais durante a Expofeira.

Ano	Edital	Obras Selecionadas	Valor por Obra	Investimento Total
2023	Edital Expofeira – Exibição	8	R\$ 1.000,00	R\$ 8.000,00
2024	Edital Expofeira – Exibição	12	R\$ 2.000,00	R\$ 24.000,00
2025	Edital Expofeira – Exibição	15	R\$ 2.500,00	R\$ 37.500,00

3. EXECUÇÃO DA POLÍTICA

- » **Produção Independente:** O marco inicial ocorreu em 2017 com um aporte de R\$ 1 milhão voltado exclusivamente para a criação de novas obras no estado.
- » **Janelas de Difusão:** A política de fomento foi ampliada para incluir a circulação de conteúdos. A Expofeira tornou-se o principal canal de exibição, com aumento progressivo tanto no número de vagas quanto nos valores pagos aos realizadores entre 2023 e 2025.
- » **Valorização da Obra:** O valor destinado a cada obra selecionada para exibição cresceu 150% no período de três anos (de R\$ 1.000,00 para R\$ 2.500,00).

PARÁ

O Estado do Pará consolida suas políticas para o audiovisual por meio de **prêmios e editais** que focam na experimentação, difusão e ocupação de equipamentos culturais.

1. RESUMO DOS INVESTIMENTOS (2020–2023)

Ano	Edital / Prêmio	Projetos	Valor Individual	Valor Total
2020	Prêmio Rede Virtual de Arte e Cultura	6	R\$ 5.000,00	R\$ 30.000,00
2021	Prêmio Vicente Salles	3	R\$ 15.000,00	R\$ 45.000,00
2023	Prêmio Mergulho FCP	15	(Não informado)	(Não informado)

2. DETALHAMENTO DAS AÇÕES

- » **Prêmio Rede Virtual (2020):** Focado em propostas inéditas para o formato digital. Contemplou categorias diversas como ficção, documentário, animação, videoarte, videoinstalação e videoclipe.
- » **Prêmio Vicente Salles (2021):** Voltado para a experimentação artística e processos contemporâneos. O incentivo focou em aspectos técnicos, formais e conceituais do audiovisual em diferentes regiões paraenses.
- » **Prêmio Mergulho FCP (2023):** Uniu a produção audiovisual a ações educativas e à ocupação da **Casa das Artes** como equipamento cultural. O fomento abrangeu as diferentes regiões do território da Amazônia paraense.

3. CARACTERÍSTICAS DA EXECUÇÃO

- » **Inovação Digital:** Adaptação ao formato virtual com apoio a linguagens híbridas (videoinstalação e videoarte).
- » **Descentralização:** Ênfase na valorização das produções realizadas nas diversas regiões do território paraense.
- » **Integração Educativa:** O modelo mais recente (2023) vincula a produção artística ao papel pedagógico e à utilização de espaços públicos de cultura.

TOCANTINS

Em 2011, o Estado do Tocantins utilizou o Fundo Estadual de Cultura (FEC) para lançar o **Edital nº 008/2011 – Prêmio Cacá Diegues**, focado no apoio à produção audiovisual regionalizada.

1. RESUMO DO INVESTIMENTO (2011)

Indicador	Detalhes
Investimento Total	R\$ 494.000,00
Total de Projetos	29 contemplados
Categorias de Apoio	Curta-metragem (Ficcional, Documental e Livre), Videoclipe ou Animação, Vídeo de Bolso e Roteiro de Longa-metragem.

2. MÓDULOS DE PREMIAÇÃO

Módulo	Valor Individual
Módulo I	R\$ 60.000,00
Módulo II	R\$ 40.000,00
Módulo III	R\$ 30.000,00
Módulo IV	R\$ 15.000,00
Módulo V	R\$ 14.000,00
Módulo VI	R\$ 7.000,00

3. DISTRIBUIÇÃO DOS PRÊMIOS POR REGIÃO

Região	Categorias Contempladas	Projetos	Valor Unitário	Total Região
Estadual	Curta Ficcional	1	R\$ 60.000,00	R\$ 60.000,00
	Curta Documental	1	R\$ 40.000,00	R\$ 40.000,00
	Videoclipe ou Animação	2	R\$ 15.000,00	R\$ 30.000,00
	Roteiro de Longa	4	R\$ 14.000,00	R\$ 56.000,00
Norte	Curta Livre	2	R\$ 30.000,00	R\$ 60.000,00
	Vídeo de Bolso	4	R\$ 7.000,00	R\$ 28.000,00
Sul	Curta Livre	2	R\$ 30.000,00	R\$ 60.000,00
	Vídeo de Bolso	4	R\$ 7.000,00	R\$ 28.000,00

Central	Curta Livre	3	R\$ 30.000,00	R\$ 90.000,00
	Video de Bolso	6	R\$ 7.000,00	R\$ 42.000,00
TOTAL		29		R\$ 494.000,00

4. ESTRATÉGIA DE EXECUÇÃO

- » **Regionalização:** O edital dividiu os recursos entre a Região Estadual (ampla) e as regiões Norte, Sul e Central do estado, garantindo a descentralização do fomento.
- » **Diversidade de Formatos:** O incentivo abrangeu desde formatos curtos e inovadores (Video de Bolso) até o desenvolvimento de projetos mais complexos (Roteiros de Longa-metragem).

ESPÍRITO SANTO

O fomento ao audiovisual no Espírito Santo ocorre por meio de editais do **Fundo de Cultura do Espírito Santo (Funcultura)** e parcerias com o Fundo Setorial do Audiovisual (FSA).

1. INVESTIMENTOS DIRETOS (2010 – 2014)

Ano	Categoria / Finalidade	Valor
2010	Finalização de filmes em película	R\$ 180.000,00
	Curta de animação	R\$ 120.000,00
	Curta de ficção	R\$ 160.000,00
	Documentário	R\$ 180.000,00
	Registro e memória audiovisual de música	R\$ 175.000,00
	Total	R\$ 815.000,00
2011	Desenvolvimento de roteiros	R\$ 30.000,00
	Finalização	R\$ 90.000,00
	Curta de ficção	R\$ 160.000,00
	Documentário	R\$ 180.000,00
	Longa-metragem	R\$ 500.000,00
	Total	R\$ 960.000,00
2012	Desenvolvimento de roteiros	R\$ 30.000,00
	Cineclubismo	R\$ 140.000,00
	Finalização	R\$ 90.000,00
	Curta de ficção	R\$ 320.000,00
	Documentário	R\$ 200.000,00
	Longa-metragem	R\$ 700.000,00
	Total	R\$ 1.480.000,00
2013	Desenvolvimento de roteiros	R\$ 30.000,00
	Cineclubismo	R\$ 300.000,00
	Distribuição de curta-metragem	R\$ 20.000,00
	Distribuição de média-metragem	R\$ 20.000,00
	Finalização	R\$ 90.000,00

	Curta de ficção	R\$ 360.000,00
	Documentário	R\$ 300.000,00
	Longa-metragem	R\$ 1.000.000,00
	Total	R\$ 2.120.000,00
2014	Desenvolvimento de roteiros	R\$ 60.000,00
	Cineclubismo	R\$ 300.000,00
	Finalização	R\$ 120.000,00
	Curta de ficção	R\$ 360.000,00
	Documentário	R\$ 300.000,00
	Total	R\$ 1.140.000,00

2. INVESTIMENTOS E ARRANJOS REGIONAIS (2015 – 2017)

Ano	Editais / Fonte	Detalhes da Categoria	Valor
2015	Editais Funcultura	Desenvolvimento de longa-metragem	R\$ 144.000,00
		Finalização	R\$ 130.000,00
		Curta de ficção	R\$ 465.000,00
		Documentário (2 projetos)	R\$ 136.000,00 e R\$ 272.000,00
	Cineclubismo	Criação (50k), Formação (30k), Manutenção (180k), Org. (25k)	R\$ 285.000,00
	Arranjos FSA	Produção longa ficção e documentário (R\$ 500k Fun / R\$ 750k FSA)	R\$ 1.250.000,00
		Total	R\$ 2.682.000,00
2016	Editais Funcultura	Desenvolvimento de longa-metragem	R\$ 144.000,00
		Finalização	R\$ 80.000,00
		Curta de ficção	R\$ 453.000,00
		Documentários	R\$ 152.000,00 e R\$ 248.000,00
	Cineclubismo	Criação (30k), Formação (40k), Manutenção (195k), Org. (20k)	R\$ 285.000,00
	Arranjos FSA	Distribuição em salas (R\$ 50k Fun/R\$ 75k FSA)	R\$ 125.000,00
		Produção longa ficção (R\$ 400k Fun/R\$ 600k FSA)	R\$ 1.000.000,00
		Longa documentário (R\$ 120k Fun/R\$ 180k FSA)	R\$ 300.000,00

		Total	R\$ 2.787.000,00
2017	Editais Funcultura	Comercialização de longa-metragem	R\$ 67.000,00
		Curta de ficção	R\$ 632.000,00
		Média documentário (2 projetos)	R\$ 160.000,00 e R\$ 268.000,00
		Finalização	R\$ 73.000,00
		Cineclubismo	R\$ 300.000,00
		Longa-metragem	R\$ 192.000,00
	Arranjos FSA	Longa ficção (Integral FSA)	R\$ 1.800.000,00
		Longa documentário (R\$ 240k Fun / R\$ 360k FSA)	R\$ 600.000,00
		Total	R\$ 4.092.000,00

3. CICLO DE INVESTIMENTOS 2019

Fonte	Linha de Apoio / Categoria	Valor
Funcultura	Desenvolvimento de Projetos Audiovisuais	R\$ 320.000,00
	Cineclubismo	R\$ 420.000,00
	Finalização	R\$ 110.850,00
	Curta Animação	R\$ 120.000,00
	Curta Ficção	R\$ 560.000,00
	Documentário	R\$ 440.000,00
	Setoriais de Audiovisual	R\$ 420.000,00
Arranjos FSA	Comercialização de Longas-Metragens	R\$ 363.000,00
	Desenvolvimento de Projetos para Televisão	R\$ 720.000,00
	Núcleos de Desenvolvimento Audiovisual	R\$ 1.200.000,00
	Produção de Longas de Ficção	R\$ 3.450.000,00
	Produção de Longas Documentários	R\$ 1.200.000,00
	Séries Documentais para TV	R\$ 1.050.000,00
	Séries de Ficção e Animação para TV	R\$ 1.580.400,00
TOTAL 2019	Estado: R\$ 2.390.850,00 FSA: R\$ 9.563.400,00	R\$ 11.954.250,00

4. INVESTIMENTOS RECENTES (2020 – 2023)

Ano	Categoria / Finalidade	Valor
2020	Curtas e médias de ficção e animação	R\$ 560.000,00
	Documentários	R\$ 640.000,00
	Telefilmes de longa ficção	R\$ 460.000,00
	Desenvolvimento de projetos audiovisuais	R\$ 160.000,00
	Finalização	R\$ 80.000,00
	Cineclubismo	R\$ 240.000,00
	Setoriais de audiovisual	R\$ 255.000,00
	Total	R\$ 2.395.000,00
2021	Curtas e médias de ficção e animação	R\$ 640.000,00
	Documentários	R\$ 690.000,00
	Longa-metragem	R\$ 900.000,00
	Desenvolvimento de projetos de audiovisual	R\$ 160.000,00
	Finalização	R\$ 80.000,00
	Cineclubismo	R\$ 400.000,00
	Setorial de audiovisual	R\$ 360.000,00
	Total	R\$ 3.230.000,00
2022	Curtas e médias de ficção e animação	R\$ 640.000,00
	Curtas e telefilmes documentários (2 projetos)	R\$ 300.000,00 e R\$ 390.000,00
	Longa de ficção ou animação	R\$ 900.000,00
	Longa-metragem	R\$ 160.000,00
	Finalização	R\$ 100.000,00
	Cineclubismo	R\$ 600.000,00
	Projetos de difusão (2 projetos)	R\$ 240.000,00 e R\$ 160.000,00
	Total	R\$ 3.490.000,00
2023	Cineclubismo	R\$ 600.000,00
	Projetos de difusão audiovisual (2 projetos)	R\$ 300.000,00 e R\$ 250.000,00
	Total	R\$ 1.150.000,00

MINAS GERAIS

O Estado de Minas Gerais realiza o fomento ao setor audiovisual por meio do Fundo Estadual de Cultura (FEC) e de programas de incentivo.

1. EDITAL FILME EM MINAS

Ano	Edição	Finalidade	Valor Total
2011	5ª Edição	Apoio à produção audiovisual	R\$ 4.500.000,00
2013	6ª Edição	Apoio à produção audiovisual	R\$ 4.500.000,00
2014	7ª Edição	Apoio à produção audiovisual	R\$ 7.150.000,00

2. EDITAIS FEC E PRÊMIOS (2020 – 2024)

Ano	Editais	Público / Categoria	Valor Total
2020	FEC 04/2020 – Arte Salva Exibe Minas	Premiação de pessoas físicas	R\$ 2.068.965,52
2021	FEC 03/2021	Produção de curtas-metragens (doc e ficção)	R\$ 1.005.720,00
2021	FEC 04/2021 – Minas dos Contos e Lendas	Produção de curtas de animação (pessoas físicas)	R\$ 480.000,00
2022	FEC 01/2022 – Exibe Minas	Premiações a pessoas físicas	R\$ 2.600.000,00
2022	Prêmio de Exibição de Curtas do Interior	Exibição de curtas-metragens	R\$ 60.000,00
2024	Prêmio de Exibição EMC	Exibição audiovisual	R\$ 690.000,00
2024	FEC 11/2024 – Circula Minas Audiovisual	Fomento individual de pessoas físicas	R\$ 1.020.000,00

DETALHES ADICIONAIS DOS INSTRUMENTOS:

- » **Pessoas Físicas:** Os editais Arte Salva Exibe Minas (2020), Minas dos Contos e Lendas (2021), Exibe Minas (2022) e Circula Minas Audiovisual (2024) foram direcionados especificamente a este público.
- » **Gêneros:** O edital FEC 03/2021 contemplou documentário e ficção, enquanto o FEC 04/2021 foi exclusivo para animação.
- » **Foco Regional:** O edital de 2022 incluiu uma linha específica para exibição de curtas do interior.

PARANÁ

O fomento ao audiovisual no Paraná é realizado pelo **Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura (PROFICE)** e por **editais** complementares de produção, difusão e licenciamento.

1. INVESTIMENTOS E EDITAIS (2012 – 2023)

Ano / Período	Instrumento	Finalidade	Valor Total
2012	Prêmio Paraná de Cinema	Produção e difusão audiovisual	R\$ 1.540.000,00
2014 – 2015	PROFICE	Fomento ao setor audiovisual	R\$ 7.914.068,39
2017 – 2018	PROFICE	Fomento ao setor audiovisual	R\$ 3.838.543,00
2019	Edital nº 01/2019 (Arranjos Regionais)	Produção e desenvolvimento (inclui Jogos Eletrônicos)	R\$ 10.000.000,00
2020	Edital nº 01/2020 (Licenciamento)	Licenciamento para streaming e mídias sociais	R\$ 200.000,00
2020 – 2021	PROFICE	Fomento à área audiovisual	R\$ 4.174.809,96
2022 – 2023	PROFICE	Fomento contínuo ao setor	R\$ 6.135.000,00

2. ABRANGÊNCIA DAS AÇÕES

As iniciativas do estado cobrem toda a cadeia do setor:

- » **Produção e Finalização:** Obras inéditas (curta, média e longa-metragem), pilotos de séries, programas para TV, webTV e mídias digitais.
- » **Distribuição e Difusão:** Distribuição de obras, realização de festivais, mostras, feiras e eventos.
- » **Preservação:** Restauração de filmes de relevância histórica e digitalização de acervos.
- » **Desenvolvimento e Outros:** Criação de jogos eletrônicos, publicação de roteiros e manutenção de grupos artísticos.
- » **Licenciamento:** Aquisição de direitos de obras prontas para exibição em canais do Governo do Estado.

RIO GRANDE DO SUL

O fomento ao audiovisual no Rio Grande do Sul é coordenado pela Secretaria de Estado da Cultura (SEDAC) por meio do **Pró-Cultura RS – Fundo de Apoio à Cultura (FAC)** e parcerias com o Fundo Setorial do Audiovisual (FSA).

1. INVESTIMENTOS E EDITAIS (2012 – 2024)

Ano	Editais / Iniciativa	Finalidade	Valor Total
2012	SEDAC nº 09/2012 – Polo Audiovisual	Fortalecimento das produções regionais	R\$ 1.260.000,00
2013	SEDAC nº 16/2013 – “Histórias do Sul”/ Pró-Cultura RS FAC	Narrativas e identidades regionais	R\$ 1.260.000,00
2013	SEDAC nº 39/2013 – Finalização de Longa	Pós-produção de longas-metragens	R\$ 1.000.000,00
2014	SEDAC nº 11/2014 – Produção em Longa	Produção de longas-metragens gaúchos	R\$ 5.000.000,00
2016	Edital SEDAC nº 07/2016	13º Prêmio IECine	R\$ 250.000,00
2019	Edital nº 05/2019 – FAC Audiovisual II (Arranjos Regionais)	Produção, finalização e desenvolvimento	R\$ 7.500.000,00
2019	SEDAC nº 13/2019 – Entre Fronteiras	Produção em parceria com Misiones (Argentina)	R\$ 200.000,00
2022	SEDAC nº 01/2022 – FAC Filma RS	Produção, finalização e desenvolvimento	R\$ 12.000.000,00
2024	SEDAC nº 17/2024 – Artista na Escola	Atividades pedagógicas (5 projetos)	R\$ 93.750,00

2. COMPOSIÇÃO DE RECURSOS E CATEGORIAS

- » Origem dos Recursos (FAC e FSA):
 - o **2014:** R\$ 2.000.000,00 (FAC) e R\$ 3.000.000,00 (FSA).
 - o **2019 (FAC II):** R\$ 1.500.000,00 (FAC) e R\$ 6.000.000,00 (FSA).
 - o **2022:** Valor total financiado pelo FAC e pelo FSA.
- » FAC Audiovisual Entre Fronteiras (2019):
 - o Exigência de dois profissionais residentes na Província de Misiones (Argentina).
 - o Temas: missões jesuíticas, cultura guarani, rios e culturas de fronteira.
 - o Duração mínima: 15 minutos.
- » Artista na Escola (2024):
 - o Ações em escolas públicas de educação infantil, ensino fundamental, médio e EJA.
 - o Atividades integradas ao Programa RS Seguro COMunidade.

SANTA CATARINA

O principal mecanismo de incentivo no estado é o **Editais Prêmio Catarinense de Cinema**, instituído pela Lei Estadual nº 15.746. O prêmio apoia projetos de diversos gêneros e formatos em todas as etapas, do desenvolvimento até a difusão.

1. INVESTIMENTOS (2019 – 2024)

Ano	Editais / Programa	Valor Total
2019	Editais Prêmio Catarinense de Cinema	R\$ 19.260.000,00
2020	Editais Prêmio Catarinense de Cinema	R\$ 5.000.000,00
2021	Editais Prêmio Catarinense de Cinema	R\$ 5.000.000,00
2022	Editais Prêmio Catarinense de Cinema	R\$ 8.000.000,00
2023	Editais Prêmio Catarinense de Cinema	R\$ 8.055.000,00
2024	Editais Prêmio Catarinense de Cinema	R\$ 8.450.000,00

2. INFORMAÇÕES GERAIS

- » **Trajetória:** O prêmio foi lançado pela primeira vez em 2001 e já realizou 16 edições.
- » **Abrangência:** Ações em toda a cadeia produtiva, incluindo desenvolvimento, produção e difusão.

ESTADOS SEM REGISTROS

Os estados do Acre, Amazonas e Roraima não informaram ou não registraram a execução de editais, programas e mecanismos de apoio ao setor audiovisual financiados com recursos próprios no período de 2010 a 2024.

CAMPO GRANDE

O município de Campo Grande realizou editais voltados ao fomento do setor audiovisual por meio do **Fundo Municipal de Investimentos Culturais (FMIC)** e de **prêmios** específicos.

FOMENTO AO SETOR AUDIOVISUAL EM CAMPO GRANDE

Ano	Edital	Projetos Aprovados	Valor Total
2019	Edital nº 16/2019 – FMIC	8	R\$ 762.965,00
2021	Edital nº 81/2021 – I Prêmio Ipê de Audiovisual	8	R\$ 160.000,00
2021	Edital nº 17/2021 – FMIC	6	R\$ 465.605,00
2024	Edital nº 09/2024 – FMIC	6	R\$ 520.250,00

DETALHAMENTO POR PERÍODO

- » **2019:** Realização do Edital nº 16/2019 pelo Fundo Municipal de Investimentos Culturais (FMIC).
- » **2021:** Realização de dois editais, sendo um prêmio específico (Ipê de Audiovisual) e um via FMIC.
- » **2024:** Realização do Edital nº 09/2024 pelo FMIC voltado à área do audiovisual.

SALVADOR

Salvador estruturou um **conjunto de políticas e instrumentos de fomento** ao setor audiovisual por meio de investimentos municipais e parcerias institucionais.

FOMENTO AO SETOR AUDIOVISUAL EM SALVADOR (2010-2025)

Ano	Programa/Instrumento	Origem do Recurso	Valor Total
2014	Arte na TV Ano I (Arranjos Regionais)	FGM (R\$ 500.000) e Ancine (R\$ 1.000.000)	R\$ 1.500.000,00
2017	Arte na TV Ano II	FGM (R\$ 750.000) e Ancine (R\$ 1.500.000)	R\$ 2.250.000,00
-	Arte Todo Dia (I a V)	FGM	R\$ 200.000,00
-	Lei Viva Cultura	FGM	R\$ 765.000,00
2022	Salvador Cine	Municipal	R\$ 750.000,00
2023	Programa Salcine	Municipal (SECULT)	R\$ 10.910.000,00
2023	Edital Salcine I	Municipal (SECULT)	R\$ 5.000.000,00

DETALHAMENTO DE PROJETOS E CATEGORIAS

Edital / Instrumento	Categoria de Projeto	Quantidade	Valor por Projeto
Arte na TV I	Ficção	1	R\$ 600.000,00
	Documentário	3	R\$ 300.000,00
Arte na TV II	Animação	2	R\$ 225.000,00
	Ficção Infantojuvenil	2	R\$ 391.500,00
	Documentário	3	R\$ 339.000,00
Arte Todo Dia	Documentário, Websérie e Festivais	10 total	-
Lei Viva Cultura	Longa-metragem Documental	1	R\$ 465.000,00
	Curta-metragem	1	R\$ 200.000,00
	Cineclube	1	R\$ 100.000,00
Salvador Cine	Curta-metragem	5	R\$ 100.000,00
	Finalização de Longa (baixo orçamento)	2	R\$ 50.000,00
	Desenvolvimento de Séries	3	R\$ 50.000,00

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E ESTRUTURA

- » **Arte na TV Ano I:** Séries com, no mínimo, quatro episódios de 26 minutos.
- » **Arte na TV Ano II:**
 - Animação: Oito episódios de três minutos.
 - Ficção Infantojuvenil: Cinco episódios de 13 minutos.
 - Documentário: Cinco episódios de 26 minutos.
- » **Arte Todo Dia:** Distribuição de recursos entre seis documentários, uma websérie e três festivais.
- » **Salvador Cine:** Projetos do edital de 2022 concluídos em dezembro de 2023.
- » **Programa Salcine:** Estruturado nos eixos de formação, financiamento, networking e negócios, infraestrutura e film commission.

FORTALEZA

Entre 2010 e 2024, o município de Fortaleza manteve política contínua de fomento ao setor audiovisual por meio do **Edital das Artes**, instrumento assegurado por lei e voltado ao apoio a diversas linguagens artísticas, incluindo o audiovisual.

INVESTIMENTO NO SETOR AUDIOVISUAL EM FORTALEZA (2010-2024)

Ano	Edital	Valor Destinado
2011	III Edital das Artes	R\$ 300.000,00
2013	IV Edital das Artes	R\$ 180.000,00
2015	V Edital das Artes	R\$ 660.000,00
2016	VI Edital das Artes	R\$ 300.000,00
2018	VII Edital das Artes	R\$ 358.000,00
2019	VIII Edital das Artes	R\$ 361.000,00
2022	IX Edital das Artes	R\$ 369.000,00
2024	X Edital das Artes	R\$ 394.552,27

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

- » **Instrumento:** Edital das Artes, assegurado por lei.
- » **Abrangência:** Apoio a diversas linguagens artísticas, incluindo o audiovisual.
- » **Período dos dados:** 2010 a 2024.

JOÃO PESSOA

João Pessoa desenvolveu uma política de fomento contínuo ao setor audiovisual por meio de **editais e programas** voltados à produção, desenvolvimento de projetos e formação profissional.

FOMENTO AO SETOR AUDIOVISUAL EM JOÃO PESSOA (2010-2024)

Ano	Instrumento	Valor Destinado
2012	Edital Walfredo Rodriguez de Produção Audiovisual	R\$ 1.000.000,00
2014	Edital Walfredo Rodriguez de Produção Audiovisual	R\$ 3.300.000,00
2016	Edital Walfredo Rodriguez de Produção Audiovisual	R\$ 3.600.000,00
2019	Edital Walfredo Rodriguez de Produção Audiovisual	R\$ 1.200.000,00

LABORATÓRIOS E PROGRAMAS DE APOIO

Ano	Programa / Laboratório	Valor
2019	Laboratório de Desenvolvimento de Projetos – W.R_Lab	R\$ 6.000,00
2021	Laboratório de Desenvolvimento de Projetos – W.R_Lab	R\$ 10.000,00
2021	Apoio à Participação no Ventana Sur	R\$ 30.000,00
2022	Laboratório de Produção Executiva Criativa (Festincine)	R\$ 30.000,00
2024	Apoio à Participação no Ventana Sur	R\$ 30.000,00
2024	Laboratório de Produção Executiva Criativa (Festincine)	R\$ 45.000,00

DETALHES DAS AÇÕES

- » **Finalidade:** Produção, desenvolvimento de projetos e formação profissional.
- » **W.R_Lab:** Focado no desenvolvimento de projetos audiovisuais.
- » **Ventana Sur:** Mercado Audiovisual com apoio à participação de profissionais.
- » **Festincine:** Festival Internacional de Cinema de João Pessoa, onde ocorrem os laboratórios de produção executiva criativa.

RECIFE

Em Recife, o audiovisual é fomentado por mecanismos próprios de incentivo cultural, com destaque para o **Sistema de Incentivo à Cultura (SIC)**.

FOMENTO AO SETOR AUDIOVISUAL EM RECIFE

Categoria	Detalhes
Mecanismo	Sistema de Incentivo à Cultura (SIC)
Período	2019 a 2024
Investimento Total	Aproximadamente R\$ 5 milhões
Público-alvo	Produtores independentes, coletivos e novas iniciativas

ETAPAS DA CADEIA PRODUTIVA CONTEMPLADAS

- » Desenvolvimento de roteiros.
- » Produção.
- » Finalização.
- » Difusão de obras em espaços culturais e festivais.

IMPACTOS RELACIONADOS

- » Promoção da diversidade de linguagens e formatos.
- » Fortalecimento da identidade cultural do município.
- » Geração de emprego e renda.
- » Circulação de obras.
- » Inserção de novos agentes no setor audiovisual.

NATAL

Em Natal, o fomento ao audiovisual é realizado por meio do **Projeto Cine Natal**, executado pela Fundação Cultural Capitania das Artes (Funcarte), como principal mecanismo municipal de apoio ao setor.

FOMENTO AO SETOR AUDIOVISUAL EM NATAL - PROJETO CINE NATAL

Categoria	Detalhe
Órgão Responsável	Fundação Cultural Capitania das Artes (Funcarte)
Período Relatado	2013 a 2022
Total de Edições	7
Total de Projetos Apoiados	65
Investimento Total (2013-2022)	R\$ 2.400.000,00

HISTÓRICO DE RECURSOS E PARCERIAS

Ano	Origem do Recurso / Parceria	Valor
2014	Parceria com Ancine / Fundo Setorial do Audiovisual (FSA)	-
2016	Parceria com Ancine / Fundo Setorial do Audiovisual (FSA)	-
2022	Recursos orçamentários próprios	R\$ 1.000.000,00

ATIVIDADES E OBJETIVOS

- » **Objetivo:** Fomentar o diálogo, o intercâmbio e a troca de experiências entre profissionais da área.
- » **Ações Realizadas:**
 - o Mostras de cinema.
 - o Seminários e debates.
 - o Laboratórios de roteiro.
 - o Rodas de conversa.

MACAPÁ

FOMENTO AO SETOR AUDIOVISUAL EM MACAPÁ

Ano	Edital	Valor Total
2022	Edital nº 002/2022 "Professora Creusa de Sousa Bordalo"	R\$ 1.050.000,00

DETALHES DO INVESTIMENTO

- » **Órgão Responsável:** Fundação Municipal de Cultura (FUMCULT).
- » **Objetivo:** Premiação de artistas para entrega de produções audiovisuais ao acervo da FUMCULT.
- » **Contexto:** Período pandêmico.

BOA VISTA

FOMENTO AO SETOR AUDIOVISUAL EM BOA VISTA

Ano	Edital	Valor Total
2015	Edital 001/2015 de Fomento para Produção Audiovisual/Cinema	R\$ 54.000,00

DETALHES DO INVESTIMENTO

- » **Objetivo:** Produção de obras audiovisuais no município de Boa Vista.

PALMAS

FOMENTO AO SETOR AUDIOVISUAL EM PALMAS

Ano	Edital / Instrumento	Valor
2013	PROMIC (Recursos próprios)	R\$ 344.000,00
2014	PROMIC (2ª edição)	R\$ 372.000,00
2019	Edital do Fundo Municipal de Apoio à Cultura	R\$ 30.000,00 (por projeto)
Posterior	Editais de emergência cultural	Valores reduzidos (auxílio financeiro)

HISTÓRICO E CONDIÇÕES

- » **2013:** Registro do maior número de inscritos até aquele período.
- » **2015:** Priorização dos Arranjos Regionais e suspensão do apoio com recursos próprios.
- » **2019:** Edital sem limitação de vagas e mediado pelo Conselho Municipal de Políticas Culturais.
- » **Aplicação Recente:** Ausência de investimentos próprios significativos após 2019, com foco em auxílios financeiros emergenciais reduzidos.

BELO HORIZONTE

Em Belo Horizonte, o fomento ao audiovisual é estruturado desde 2019 por meio do **programa BH nas Telas**, consolidando uma política municipal contínua de apoio ao setor.

FOMENTO AO SETOR AUDIOVISUAL EM BELO HORIZONTE (BH NAS TELAS)

Ano	Instrumento	Valor Destinado
2019	Edital BH nas Telas	R\$ 1.300.000,00
2020	Edital BH nas Telas	R\$ 1.565.000,00
2021	Edital BH nas Telas	R\$ 1.680.000,00
2022	Edital BH nas Telas	R\$ 1.680.000,00
2023	Edital BH nas Telas	R\$ 1.843.374,00
2024	Edital BH nas Telas	R\$ 1.900.000,00
Total	Investimento Próprio (2019-2024)	R\$ 9.968.374,00

ESTRUTURA E EIXOS DO PROGRAMA

- » **Programa:** BH nas Telas – Programa de Desenvolvimento do Audiovisual (criado em 2019).
- » **Órgão Gestor:** Fundação Municipal de Cultura (FMC).
- » **Eixos de Atuação:**
 - o Preservação do patrimônio audiovisual.
 - o Difusão de obras e acervos.
 - o Formação e capacitação técnica e artística.
 - o Fomento e investimento.
 - o Belo Horizonte Film Commission (apoio a produções na cidade).
- » **Outros Instrumentos:** Edital LMIC – Modalidade Incentivo Fiscal (destina parte do orçamento a projetos de audiovisual).

CURITIBA

Em Curitiba, o fomento ao audiovisual é realizado de forma continuada desde 2010 por meio de **editais municipais**, articulando **recursos próprios**, parcerias com o Fundo Setorial do Audiovisual e **mecanismos de renúncia fiscal**.

FOMENTO AO SETOR AUDIOVISUAL EM CURITIBA (2010-2024)

Ano	Edital	Vagas	Valor Total
2010	059/2010 - Curta-Metragem Digital (Iniciante)	6	R\$ 170.000,00
2010	060/2010 - Filme Digital (Não Iniciante)	4	R\$ 490.000,00
2011	055/2011 - Difusão de Obra de Longa-Metragem	2	R\$ 217.500,00
2011	078/2011 - Filme Digital (Não Iniciante)	5	R\$ 520.000,00
2014	055/2014 - Filme Digital (Iniciante)	4	R\$ 105.000,00
2015	094/2015 - Conteúdos para TV (FCC/FSA)	20	R\$ 2.500.000,00
2017	040/2017 - Produção Audiovisual (FCC/FSA)	17	R\$ 2.700.000,00
2019	012/2019 - Produção e Formação Audiovisual	19	R\$ 600.000,00
2021	078/2021 - Cinemateca de Curitiba (45 anos)	10	R\$ 251.750,00
2023	200/2023 - Cinemateca (Publicação e Pesquisa)	6	R\$ 150.000,00

DETALHAMENTO DE RECURSOS E OUTROS INSTRUMENTOS

- » **Composição do Edital 094/2015:** R\$ 1.000.000,00 do Fundo Municipal de Cultura (FMC) e R\$ 1.500.000,00 do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA).
- » **Composição do Edital 040/2017:** R\$ 1.200.000,00 do Fundo Municipal de Cultura (FMC) e R\$ 1.500.000,00 do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA).
- » **Mecenato Subsidiado (2019-2024):**
 - o Financiamento por meio de renúncia fiscal do município.
 - o Captação de recursos realizada pelos proponentes junto a empresas.
- » **Categorias de Filme Digital (Editais 060/2010, 078/2011 e 055/2014):** Ficção, Documentário e Animação.

LONDRINA

Em Londrina, o fomento ao audiovisual é estruturado de forma contínua por meio do **Programa Municipal de Incentivo à Cultura (PROMIC)**, articulado a fundos e instituições locais que sustentam uma trajetória histórica de apoio ao setor.

FOMENTO AO SETOR AUDIOVISUAL EM LONDRINA

Ano	Editais / Instrumento	Categoria / Finalidade	Valor Total
2011	Editais nº 007/2010	Cinema, Mídia (PROMIC)	R\$ 17.688,00
2011	Editais nº 007/2010	Produção de curta-metragem (PROMIC)	R\$ 92.500,00
2012	Editais nº 004/11	Projetos Culturais Independentes (PROMIC)	R\$ 68.985,60
2013	Editais nº 08/13	Londrina 80 anos (PROMIC)	R\$ 90.767,00
2013	Editais nº 003/13	Projetos Estratégicos III (PROMIC)	R\$ 100.000,00
2015	Editais nº 003/14	PROMIC Fomento Direto	R\$ 196.160,00
2016	Editais nº 02/15	Projetos Culturais Independentes (PROMIC)	R\$ 166.014,00
2019	Editais nº 006/2019	10 bolsas (Produção de Obras)	R\$ 400.000,00
2019	Editais nº 10/2019	Projetos Estratégicos (Capacitação)	R\$ 200.000,00
2019/20	Editais nº 008/2019	FSA Londrina Cidade Criativa: 85 anos – rumo ao ano 100	R\$ 4.000.000,00
2019/20	Editais nº 009/2019	Cinema e Videografia (FEIPC/PROMIC)	R\$ 2.473.000,00
2021	Editais nº 001/2021	Bolsas (Estudo, Pesquisa e Criação)	R\$ 20.000,00 e R\$ 40.000,00*
2022	Editais nº 003/2022	Bolsas (Projetos Independentes)	R\$ 20.000,00 e R\$ 40.000,00*

* Valores por unidade de bolsa.

INSTRUMENTOS E ESTRUTURA DE APOIO

- » **PROMIC (Programa Municipal de Incentivo à Cultura):** Criado em 2002. Realiza editais anuais para Projetos Independentes e Programas Estratégicos.
- » **FMIAA (Fundo Municipal de Incentivo à Atividade Audiovisual):** Criado pela Lei nº 13.114. Atua na produção, difusão, formação e infraestrutura. Utilizado para captação de recursos externos (FSA/Ancine).



- » **FEIPC (Fundo Especial de Incentivo a Projetos Culturais):** instrumento municipal de fomento à cultura, viabilizando o financiamento de projetos culturais por meio de recursos públicos destinados à produção, circulação e difusão de iniciativas artísticas.
- » **Kinoarte (Instituto de Cinema e Vídeo de Londrina):** Criado em 2003. Responsável pelo Festival Kinoarte de Cinema (26ª edição em 2025).

DETALHAMENTO DAS AÇÕES E HISTÓRICO

- » **Público do PROMIC:** Pessoas físicas e jurídicas sem fins lucrativos.
- » **Edital nº 009/2019:** Linhas específicas 2.3.16 (Cinema) e 2.3.17 (Videografia).
- » **Edital nº 001/2021:** Abrangeu áreas de Criação, Circulação, Formação e Preservação.
- » **Trajetória Setorial:**
 - o 1993: I Encontro de Cinema e Vídeo de Londrina.
 - o 1998: I Oficina de Realização em Cinema Super-8.
 - o 2003: Criação da primeira associação do setor na região (Kinoarte).

MARINGÁ

Os dois principais instrumentos de fomento ao audiovisual em Maringá foram o **Prêmio Aniceto Matti Audiovisual** e o **Festival Afro-Brasileiro** que, ao longo dos anos, destinaram recursos significativos para produção, formação, circulação e preservação de obras audiovisuais na cidade.

FOMENTO AO SETOR AUDIOVISUAL EM MARINGÁ - PRÊMIO ANICETO MATTI

Ano	Instrumento / Concurso	Categoria	Valor
2019	Concurso nº 08/2019-PMM	Audiovisual	R\$ 1.000.000,00
2021	Concurso nº 002/2021	Audiovisual	R\$ 240.000,00
2021	Concurso nº 010/21	Audiovisual	R\$ 280.000,00
2022	Concurso nº 06/2022	Audiovisual	R\$ 290.000,00
2023	Concurso nº 08/2023	Audiovisual	R\$ 322.000,00
2024	INEX nº 051/2025	Audiovisual	R\$ 344.000,00

INVESTIMENTO VIA FESTIVAL AFRO-BRASILEIRO

Ano	Concurso	Categoria	Valor
2020	Concurso nº 006/2020 (12º Festival)	Mini documentário ou curta-metragem	R\$ 10.500,00
2021	Concurso nº 05/2021	Produção audiovisual	R\$ 17.250,00
2022	Concurso nº 004/2022	Produção audiovisual	R\$ 17.250,00
2023	Concurso nº 05/2023	Produção audiovisual	R\$ 17.250,00
2024	Concurso nº 07/2024	Produção audiovisual	R\$ 6.000,00

DETALHES DAS AÇÕES

- » **Finalidades dos Recursos:** Produção, formação, circulação e preservação de obras audiovisuais.
- » **Formatos Contemplados (Festival):** Mini documentário e curta-metragem.

PORTO ALEGRE

FOMENTO AO SETOR AUDIOVISUAL EM PORTO ALEGRE

Ano	Instrumento	Projetos Contemplados	Valor por Projeto	Valor Total
2010	VII Concurso de Desenvolvimento de Projetos de Longa-Metragem	4	R\$ 50.000,00	R\$ 200.000,00

OBSERVAÇÕES

- » **Status do Instrumento:** O programa foi descontinuado após a realização da sétima edição.

NOVO HAMBURGO

FOMENTO AO SETOR AUDIOVISUAL EM NOVO HAMBURGO (2020)

Chamamento	Categoria	Projetos/Vagas	Valor
nº 07/2020	Realização de Festival	1 projeto (I Festival de Séries)	R\$ 300.000,00
nº 10/2020	Curso de Capacitação	Formação profissionalizante	R\$ 350.000,00
nº 11/2020	Desenvolvimento de Produção	14 projetos	R\$ 1.550.000,00
nº 12/2020	Fomento à Produção	8 projetos	R\$ 2.750.000,00
nº 13/2020	Produção de Jogos Eletrônicos	2 projetos (de 4 vagas)	R\$ 400.000,00
Total Geral	Parceria Secult NH e ANCINE/FSA	-	R\$ 5.350.000,00*

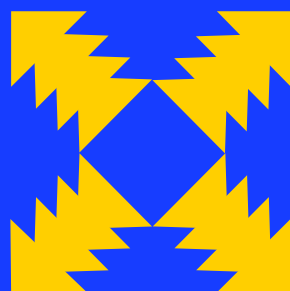
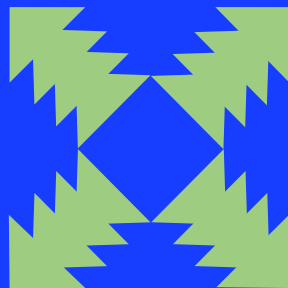
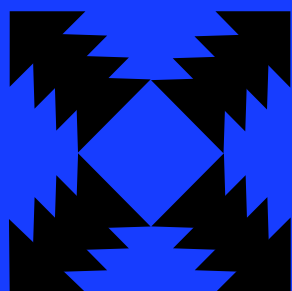
*O valor total previsto em edital era de R\$ 5.650.000,00, mas o Chamamento nº 13/2020 entregou R\$ 400.000,00 dos R\$ 700.000,00 oferecidos.

DETALHAMENTO DAS CATEGORIAS

- » **Desenvolvimento (Edital 11/2020):** 10 episódios-piloto de ficção, 3 longas-metragens ou animações seriadas e 1 documentário seriado.
- » **Produção (Edital 12/2020):** 3 longas-metragens de ficção e 5 curtas-metragens (ficção, animação ou documentário) para novos realizadores.
- » **Capacitação (Edital 10/2020):** Atendimento a pessoas acima de 16 anos, profissionais ou não.
- » **Objetivos:** Fortalecimento do setor, democratização do acesso, inovação e produção de memória.

MUNICÍPIOS SEM REGISTROS

Os municípios de **Maceió** e **Manaus** não informaram ou não registraram a execução de editais, programas e mecanismos de apoio ao setor audiovisual financiados com recursos próprios no período de 2010 a 2024.



DIFUSÃO AUDIOVISUAL

As iniciativas de difusão desempenham papel fundamental na ampliação do acesso às obras e práticas audiovisuais, articulando ações que envolvem exibição, circulação de conteúdos, formação de público e fortalecimento de circuitos locais. O conjunto de experiências reunidas neste tópico evidencia como os territórios têm estruturado estratégias para levar o audiovisual a diferentes comunidades e ampliar sua presença no cotidiano cultural.

ESTADOS

DISTRITO FEDERAL

O Distrito Federal abriga importantes iniciativas que fortalecem a difusão audiovisual. Entre elas, destaca-se o **Cine Brasília**, icônico cinema de rua projetado por Oscar Niemeyer e palco do **Festival de Brasília do Cinema Brasileiro**, o mais antigo do país. Além disso, o DF desenvolve iniciativas complementares de difusão audiovisual, como **projeções itinerantes e cineclubes periféricos** — práticas que concentram a democratização do acesso ao cinema para além do Plano Piloto. Esse conjunto de ações fortalece a presença do audiovisual como instrumento de formação de público e de valorização cultural na capital federal.

GOIÁS

O estado de Goiás mantém uma atuação consistente na difusão do audiovisual por meio de diferentes iniciativas. A Secretaria de Estado da Cultura realiza o **FICA – Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental**. Além disso, o estado promove editais voltados para o fortalecimento de **cineclubes**, financiados com recursos do **Fundo de Arte e Cultura de Goiás (FAC)**. No campo da exibição, destaca-se a manutenção de duas salas públicas de cinema: o **Cine Cultura**, em Goiânia, e o **Cine Teatro São Joaquim**, na Cidade de Goiás, que integram o circuito estadual de exibição e ampliam o acesso da população às produções audiovisuais.

MATO GROSSO DO SUL

O Mato Grosso do Sul apresenta um conjunto articulado de iniciativas voltadas à difusão audiovisual, com destaque para a atuação dos **cineclubes** distribuídos por todo o estado. Muitos desses coletivos foram **mapeados** pela **Pantanal Film**, a Film Commission de Mato Grosso do Sul, que abriu cadastro para identificar e fortalecer grupos tanto na capital quanto no interior. O **Museu da Imagem e do Som (MIS)** de Campo Grande atua como polo central dessas ações, sediando sessões e mostras em parceria com cineclubes locais, como o Cineclube A Boca Filmes. Eventos como a mostra “Pelos Direitos do Público” celebram o Dia Internacional de Cineclubes com exhibições gratuitas e debates realizados no MIS.

Entre os **circuitos itinerantes**, o **projeto Cinema em Movimento** promove sessões presenciais de filmes brasileiros em escolas públicas de diversos municípios, ampliando o acesso ao cinema nacional para estudantes do ensino fundamental e médio. As exhibições alcançam especialmente cidades sem salas de cinema, utilizando escolas e espaços públicos como locais de projeção. Além disso, editais recentes, como o **Chamamento Público nº 22/2024** da Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul (FCMS), destinam apoio financeiro à realização de mostras, festivais e atividades cineclubistas, bem como à produção e finalização de curtas e longas-metragens. Complementarmente, a **Pantanal Film** está organizando um **catálogo estadual do audiovisual**, reunindo informações sobre cineclubes, produtoras e profissionais, com o objetivo de fortalecer o planejamento de ações e políticas públicas voltadas à difusão audiovisual no estado.

ALAGOAS

O estado de Alagoas apresenta um conjunto diversificado de iniciativas voltadas à difusão do audiovisual, com destaque para a realização de mostras e festivais distribuídos por diferentes municípios. Em Maceió, concentram-se importantes eventos do calendário audiovisual alagoano, como a Mostra Sururu de Cinema Alagoano, a Mostra Quilombo de Cinema Negro e Indígena, a Mostra Que Desejo, a Mostra Mulheres+, a Mostra Tarrafa e o Festival Revoada de Cinema, que contribuem para dar visibilidade à produção local e promover o diálogo com diferentes temáticas e identidades culturais. No interior do estado, a difusão do cinema também se fortalece por meio de eventos regionais, como a Mostra Surubim, realizada em Piranhas, o Festival de Cinema de Arapiraca, o Festival de Curtas-Metragens de Pilar e o Circuito Penedo de Cinema, na cidade de mesmo nome, que se destaca por sua tradição e relevância no cenário audiovisual nordestino.

BAHIA

A Bahia desenvolve um conjunto estruturado de ações voltadas à difusão do audiovisual, articulando políticas de formação de público, democratização do acesso e fortalecimento da rede exibidora em todo o estado.

Lançado durante o Novembro das Artes Negras de 2018, em parceria com o projeto Escolas Culturais, o **Circuito Luiz Orlando de Exibição Audiovisual** é uma iniciativa da Diretoria de Audiovisual da Fundação Cultural do Estado (DIMAS/FUNCEB), criada com o objetivo de aproximar o cinema baiano de seu público. Com foco na formação, difusão e exibição, o **Circuito alcançou os 27 Territórios de Identidade da Bahia**,

atingindo **125 pontos de exibição em 102 municípios**. Nos três primeiros ciclos, a **parceria com o projeto Escolas Culturais** viabilizou sessões em 85 unidades educacionais com filmes selecionados pela curadoria do Circuito. Em 2022, com o objetivo de estimular as escolas públicas estaduais a se tornarem pontos permanentes de exibição, foram cadastradas 377 escolas. Nesse mesmo contexto, foi lançado o **Caderno de Cinema e Educação do Circuito Luiz Orlando**, material de apoio para professores sobre o uso dos filmes em sala de aula. A partir dessa experiência, está prevista a retomada do Circuito Luiz Orlando nas Escolas Públicas em 2026, no âmbito da PNAB ciclo 02, reforçando a política de acesso, formação de público e difusão do audiovisual baiano.

Outra iniciativa relevante é o gerenciamento da **Sala Walter da Silveira**, cinema público não comercial recentemente registrado na ANCINE. O espaço adota uma programação híbrida composta por duas frentes principais: a programação interna, com curadoria própria e parcerias com distribuidoras como Descoloniza Filmes, Taturana Cinema e Impacto Social, além de exibições de produções baianas e filmes do acervo da Cinemateca da Bahia; e a programação externa, que inclui mostras e festivais como o Prêmio Grande Otelo, Panorama Internacional Coisa de Cinema, Cine Horror e eventos em parceria com o Instituto Cervantes. A sala também cede pautas para estreias e pré-estreias de produções locais e exibe mostras beneficiadas por recursos públicos. Entre 2024 e 2025, **mais de 12 mil pessoas** participaram das atividades do equipamento.

Por meio do **Edital PG-05 – Cinemas e Salas Públicas Vocacionadas**, da **Lei Paulo Gustavo**, as **salas Walter da Silveira e Alexandre Robatto**, ambas geridas pela DIMAS/FUNCEB, receberam requalificação técnica. O projeto *Os Filmes que Eu Não Vi*, da Água Doce Produções, contemplado na linha de apoio “Salas de Cinema I”, com orçamento de R\$ 1,6 milhão, viabilizou a modernização técnica e a exibição cinematográfica nesses espaços, com a aquisição de projetores, computadores, caixas acústicas, mesas de som e itens de acessibilidade. Além disso, a rede exibidora do estado foi ampliada com a **instalação de equipamentos de projeção em 13 salas de Espaços Culturais** geridos pela SECULT, localizados em bairros periféricos de Salvador e no interior. O projeto *Filmes que Voam!*, da Borboletas Filmes e Pombagens, contemplado na linha “Equipamentos Vocacionados I”, com orçamento de R\$2 milhões, prevê a instalação de equipamentos no Cine Teatro Solar Boa Vista, Espaço Cultural Alagados, Centro Cultural Plataforma, Cine Teatro Lauro de Freitas e Casa da Música. Já o projeto *Cine Movimenta Centro*, contemplado na linha “Equipamentos Vocacionados III”, com orçamento de R\$2,4 milhões, destina-se aos Centros de Cultura ACM (Jequié), Adonias Filho (Itabuna), Camilo de Jesus Lima (Vitória da Conquista), de Guanambi e de Porto Seguro. Esses projetos, atualmente em execução, visam à modernização técnica e à consolidação de uma rede de difusão articulada pela SECULT, fortalecendo a exibição e a circulação do audiovisual em todo o território baiano.

CEARÁ

O Ceará desenvolve ações contínuas voltadas à difusão do audiovisual, integrando políticas de fomento, exibição e formação de público em todo o estado. Os **editais de fomento ao audiovisual** contemplam categorias específicas voltadas à criação e manutenção de cineclubes, reconhecendo essas iniciativas como importantes espaços de circulação de obras e de ampliação do acesso ao cinema. Além disso, a Secretaria da Cultura do Estado do Ceará executa editais de fomento destinados à realização de mostras e festivais calendarizados, fortalecendo a agenda cultural e promovendo a exibição regular de produções locais, nacionais e internacionais.

A Rede Pública de Equipamentos Culturais da Secult Ceará conta com dois cinemas públicos estaduais que desempenham papel central na difusão audiovisual: o Cinema do Dragão, localizado no Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, e o Cineteatro São Luiz. Ambos mantêm programações diversificadas, com exibições de filmes independentes, clássicos e contemporâneos, além de sessões especiais, mostras temáticas e festivais, consolidando-se como espaços estratégicos para a democratização do acesso ao cinema e o fortalecimento da produção audiovisual cearense.

MARANHÃO

O Maranhão desenvolve ações voltadas à difusão do audiovisual por meio de iniciativas formativas e de **cineclubismo** promovidas pela **Escola de Cinema do Maranhão**. Entre elas, destaca-se o projeto **Cineclube na Escola**, realizado em parceria com o IEMA, a SAEPI e a SEDUC. A iniciativa tem como objetivo proporcionar aos estudantes dos Centros Educa Mais o aprendizado sobre a linguagem audiovisual e sua história, aliando atividades de apreciação filmica, reflexão crítica e prática artística. A curadoria educativa prioriza produções maranhenses, especialmente curtas-metragens e videoclipes, e inclui encontros com realizadores locais. O projeto está atualmente em andamento em três Centros Educa Mais: CEM Padre José Braúlio, com 26 alunos participantes; CEM Dayse Galvão de Sousa, com 30 alunos; e CEM Professor Luís Alves Ferreira, com 26 alunos.

Outra iniciativa relevante é o **Cineclube para Todas as Idades**, desenvolvido em **parceria com o Centro de Cultura Negra (CCN)**. O projeto oferece uma programação diversificada que abrange a história e os fundamentos teóricos da linguagem audiovisual, a realização de sessões com foco na filmografia maranhense e oficinas voltadas à criação, produção e exibição de obras audiovisuais elaboradas pelos participantes.

PARAÍBA

A Paraíba desenvolve ações contínuas voltadas à difusão do audiovisual, com destaque para a **execução anual do edital de Mostras e Festivais de Cinema**, que incentiva a realização e circulação de produções em todo o estado. Além disso, o governo paraibano fomenta diretamente o **Festival Aruanda do Audiovisual Brasileiro**, que em 2025 chegou a sua 20ª edição. Outra iniciativa relevante é a plataforma de **streaming AruandaPlay**, criada durante a pandemia de Covid-19 e mantida até hoje por meio de parceria com o Governo do Estado. A plataforma funciona como uma importante janela de exibição para obras audiovisuais, ampliando o acesso do público e fortalecendo a difusão da produção audiovisual paraibana e nacional.

PERNAMBUCO

A difusão audiovisual em Pernambuco tem se consolidado como um dos pilares das políticas culturais do Estado, tanto pela abrangência das ações desenvolvidas quanto pela qualidade artística, pelo caráter social e pela capacidade de descentralizar o acesso ao cinema. O conjunto de iniciativas em curso evidencia um fazer político que reconhece o audiovisual como vetor de formação, democratização e transformação social, garantindo que a experiência cinematográfica alcance públicos diversos em diferentes territórios, linguagens e formatos. Entre os marcos dessa trajetória está o **Festival de Cinema de Triunfo**, criado em 2008 e realizado anualmente no **Theatro Cinema Guarany**. O evento promove um circuito de circulação de obras e de formação de novos públicos fora dos grandes centros urbanos, contribuindo para o fortalecimento de realizadores do interior do Estado. O festival consolidou-se também como espaço de encontro entre artistas e realizadores, onde o cinema atua como instrumento de diálogo intercultural, valorização da diversidade e fortalecimento das identidades locais.

Nesse mesmo sentido, o **Cinema São Luiz**, patrimônio histórico e cultural de Pernambuco, é um dos cinemas de rua mais importantes do país. Localizado no centro do Recife, às margens do rio Capibaribe, foi inaugurado em 1952 pelo Grupo Severiano Ribeiro e atualmente é gerido pelo Governo de Pernambuco, por meio da Fundarpe, com capacidade para 992 lugares. Entre 2023 e 2024, o equipamento passou por um amplo processo de reforma e restauro, com o objetivo de preservar sua arquitetura icônica, ampliar a acessibilidade e potencializar sua função como centro de referência do audiovisual. Entre novembro de 2024 e agosto de 2025, o Cinema São Luiz realizou 201 sessões regulares, reunindo 13.861 espectadores e gerando R\$50.607,00 em arrecadação bruta. No mesmo período, festivais como a **Janela Internacional de Cinema do Recife** e o **FINCAR – Festival Internacional de Cinema de Realizadoras**

atraíram 12.549 espectadores adicionais. Em abril de 2025, toda a programação foi dedicada a produções indígenas brasileiras, com o objetivo de ampliar o olhar do público para as cosmologias e narrativas dos povos originários, incluindo uma sessão infantil do **projeto Vídeo nas Aldeias**. Entre maio e junho de 2025, o cinema destacou temas como pluralidade, acessibilidade, compromisso ambiental e memória cultural, com projetos como **VerOuvindo Circula**. Já entre julho e agosto, reafirmou-se como espaço de resistência cultural, promovendo estreias, exhibições de diretores consagrados e debates sobre território, meio ambiente, juventude e saúde da mulher. **Sessões do Cineclube XHY 247** e produções independentes abordaram questões de gênero, desejo, juventude negra e experimentações narrativas, fortalecendo o papel do cinema como espaço de criação e transformação social.

A política de **descentralização da difusão audiovisual** está fortemente alinhada às ações de formação de público e encontra expressão no **Festival Pernambuco Meu País**, iniciado em 2024. O evento percorre municípios do interior levando mostras audiovisuais e debates com realizadores, especialmente junto a estudantes da rede pública. O polo **"País do Cinema"** promove exhibições em escolas, acompanhadas de discussões que colocam em destaque obras de realizadores do Sertão, de mulheres, pessoas negras e indígenas, com vistas a valorizar o cinema como instrumento de educação e cidadania. Além desses festivais e equipamentos, Pernambuco tem se estruturado por meio de ações contínuas de apoio à difusão audiovisual. A participação do Estado em eventos como o **Curta Taquary**, o **Cena Nordeste**, o **Cine PE** e o **Noronha2B** estimula intercâmbios, debates e articulações institucionais, além de parcerias com universidades, centros de pesquisa e movimentos sociais. Esse ecossistema é sustentado, de forma estrutural, pelo **Funcultura Audiovisual**, edital que garante a manutenção de cineclubes, mostras e festivais em todas as regiões do Estado. Linhas como Difusão e Desenvolvimento do Cineclubismo e Revelando os Pernambucos apoiam a circulação de filmes, a formação de público e a consolidação de cineclubes como espaços de experimentação e encontro. Ao fomentar eventos como o **Janela Internacional de Cinema do Recife**, o **Recifest**, o **FINCAR**, o **VerOuvindo** e o **Festival de Cinema de Caruaru**, o **Funcultura** possibilita a criação de uma rede de festivais e mostras que assegura vitalidade, continuidade e diversidade ao circuito de exibição pernambucano.

PIAUÍ

A difusão do audiovisual no Piauí vem sendo fortalecida por meio de ações que ampliam a visibilidade e a articulação entre agentes, espaços e iniciativas do setor. Nesse contexto, o **Mapa Cultural do Piauí**, plataforma colaborativa e interativa mantida pela Secretaria de Estado da Cultura (Secult-PI), desempenha papel estratégico ao **reunir informações sobre realizadores, produtoras, cineclubes, mostras, festivais e demais manifestações audiovisuais em todo o território piauiense**. A ferramenta facilita o mapeamento e a conexão entre os diferentes agentes do audiovisual, promovendo o acesso a informações e estimulando a circulação de produções locais. Ao integrar dados sobre quem faz e onde se faz audiovisual no estado, o Mapa Cultural contribui diretamente para a formulação de políticas públicas mais eficazes e para o fortalecimento da difusão e da valorização do cinema piauiense.

SERGIPE

Sergipe desenvolve iniciativas específicas voltadas para o fortalecimento da difusão audiovisual, com destaque para a atuação de cineclubes, mostras e festivais já consolidados no cenário cultural. Atualmente, dez cineclubes estão formalmente cadastrados no Conselho Nacional de Cineclubes, embora esse número não represente a totalidade das iniciativas em funcionamento no estado. O estímulo proporcionado pelos **editais da Lei Aldir Blanc e da Lei Paulo Gustavo** contribuiu para uma expansão significativa dessas ações, indicando a presença de um número maior de cineclubes ativos. Entre as iniciativas vinculadas ao **Curso de Cinema e Audiovisual da Universidade Federal de Sergipe (UFS)**, destacam-se o **Cineclube Sankofa**, o **Cineclube Entreato** e o **Cineclube Solberg**, que têm papel importante na formação de público e no fortalecimento da cultura cineclubista.

Além dos cineclubes, Sergipe conta com pelo menos onze ações regulares de exibição audiovisual, entre mostras temáticas e festivais que promovem a circulação de obras, o intercâmbio cultural e a valorização da produção independente. Entre os eventos mais representativos, destacam-se o **Festival Ibero-americano de Cinema de Sergipe – Curta-SE**, com 24 anos de trajetória e reconhecido como uma das iniciativas mais tradicionais da região; o **Festival Sercine**, com 12 anos de realização contínua, dedicado à promoção e premiação de produções locais e nacionais; a **Mostra de Cinema Negro – Egbé**, com 9 anos, voltada à valorização da produção audiovisual negra; a **Mostra Elas por Trás das Câmeras**, com 7 anos, dedicada à visibilidade das produções realizadas por mulheres; e o **Festival Internacional de Cinema de Itabaiana**, com 5 anos, realizado no interior do estado, que promove o intercâmbio cultural e a exibição de obras de diferentes países.

PARÁ

O Estado do Pará mantém um conjunto contínuo de ações voltadas à difusão e ao fortalecimento do audiovisual, destacando-se pela realização de sessões cineclubistas, formações e programas de fomento à produção e à criação artística.

Entre 2015 e 2023, o **Cineclube Alexandrino Moreira** consolidou-se como um importante espaço de exibição e debate cinematográfico, em **parceria com a Associação dos Críticos de Cinema do Pará (ACCPA)**. Nesse período, foram promovidas sessões de cinema seguidas de bate-papos, que contribuíram para o incentivo à reflexão crítica e à formação de público no estado.

A partir de 2024, o Cineclube Alexandrino Moreira passou a desenvolver o **projeto Roda de Cinema**, em **parceria com o Centro de Estudos Cinematográficos (CEC)**. A iniciativa configura-se como um espaço de troca de conhecimentos e experiências sobre cinema, fortalecendo o diálogo entre realizadores, pesquisadores e o público interessado na linguagem audiovisual. O projeto teve continuidade em 2025, reafirmando o compromisso do Estado com a ampliação dos espaços de difusão e formação audiovisual.

O **Programa Cultura: Fomento à Produção e Difusão Audiovisual** tem desempenhado papel estratégico na consolidação das políticas públicas para o setor. Inserido no objetivo de promover o reconhecimento das expressões artístico-culturais, o programa contempla diversas iniciativas de formação e capacitação, como o **Núcleo de Atuação Contemporânea para o Audiovisual (NACA)**, com os módulos Atuação para Linguagem Audiovisual I e II. Além disso, foram realizados workshops voltados à qualificação técnica e criativa, entre eles Direção de Fotografia para Curtas Documentários, Cine Lab – Cinema Documentário e Filme Etnográfico: o “Outro” sendo mostrado e CineLab – Criação de Videoclipes Musicais Independentes.

Essas ações evidenciam o compromisso do Estado do Pará com o fortalecimento do audiovisual, um campo artístico, educativo e cultural, promovendo a circulação de obras, o intercâmbio de saberes e a valorização da produção local.

TOCANTINS

No Tocantins, as ações de difusão audiovisual estão estruturadas por meio dos **editais da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB) e do Programa de Fortalecimento da Cadeia Produtiva do Audiovisual**. Com a PNAB, os editais nº 22, 23, 24 e 25/2024, voltados ao fomento cultural nas diferentes regiões do estado, contemplam categorias específicas para cineclubes, mostras de audiovisual e webséries, prevendo recursos de até R\$70.000,00 para a realização de mostras com exibições em diversos municípios e de R\$25.000,00 para projetos de cineclubes com, no mínimo, duas ações.



O edital nº 30/2024 – Subsídio a Espaços Culturais também apoiou cineclubes e coletivos audiovisuais, com aportes de R\$80.000,00 por espaço, fortalecendo a manutenção e a continuidade de espaços dedicados à exibição e à fruição audiovisual em todas as regiões do estado.

Já o Programa de Fortalecimento da Cadeia Produtiva do Audiovisual prevê apoio direto à criação e estruturação de redes de exibição comunitária, com foco em cineclubes, circuitos regionais e itinerantes, priorizando territórios de baixa oferta cultural, além de promover conteúdos locais e ações formativas em mediação cultural e curadoria.

ESPÍRITO SANTO

O Espírito Santo desenvolve diversas iniciativas voltadas ao fortalecimento da difusão e da cadeia produtiva do audiovisual, consolidando políticas públicas que ampliam o acesso, a circulação e a valorização das produções capixabas.

Entre as principais ações, destaca-se o **Prêmio Cineclubes**, que reconhece e premia cineclubes com atuação contínua há pelo menos cinco anos, valorizando espaços comunitários de exibição e formação de público. O **Edital de Comercialização e Distribuição Audiovisual** apoia a inserção de obras capixabas — de ficção, documentário e animação — em salas de cinema, plataformas de vídeo sob demanda (VOD) e outros mercados de distribuição.

Já o **Edital de Difusão Audiovisual** destina recursos voltados a projetos de cineclubes, circulação, formação e comercialização, incentivando a expansão do audiovisual em diferentes territórios do estado. O estado também oferece prêmios voltados tanto aos processos de produção quanto ao reconhecimento de iniciativas culturais, reforçando o estímulo à criatividade e à continuidade das atividades do setor.

Com foco na ampliação das janelas de exibição, o **Edital de Licenciamento de Obras Audiovisuais – Prêmio RNCP**, promovido pela Secult-ES com recursos da Lei Paulo Gustavo (nº 04/2023), tem como objetivo selecionar e premiar obras capixabas para exibição na **Rede Nacional de Comunicação Pública (RNCP)**, abrangendo TV educativa, vídeo sob demanda e emissoras afiliadas. Complementando essas ações, o **Edital de Apoio a Salas de Cinema**, também viabilizado pela Lei Paulo Gustavo, destina-se à reforma, manutenção e funcionamento de salas de cinema, inclusive em espaços culturais, priorizando a acessibilidade, a diversidade regional e a difusão de produções locais. Articuladas entre si, as iniciativas reforçam a presença do audiovisual capixaba no cenário nacional e ampliam as oportunidades de acesso e formação cultural em todo o estado.

MINAS GERAIS

Minas Gerais mantém o **Cine Humberto Mauro**, uma sala pública de cinema com 129 lugares, localizada na região central de Belo Horizonte. O espaço, referência na difusão audiovisual no estado, conta com uma programação contínua de exhibições cinematográficas e atividades formativas, promovendo o acesso ao cinema, a formação de público e o fortalecimento da cultura audiovisual mineira.

PARANÁ

O Estado do Paraná possui uma ampla rede de ações voltadas à ampliação do acesso do público às obras audiovisuais, à valorização da produção local e ao fortalecimento da circulação de conteúdos culturais, por meio de programas, editais e iniciativas públicas articuladas em diferentes frentes de **difusão** e formação.

A **TV Paraná Turismo** (antiga TV Paraná Educativa) é a emissora pública do Governo do Estado dedicada à promoção da cultura, do turismo e da identidade paranaense, atuando também como distribuidora de produtos audiovisuais. Nesse papel, a emissora seleciona, adquire e veicula produções independentes — como documentários, séries, programas e outros formatos — que tenham relação direta com o estado, sua diversidade cultural, seus destinos turísticos e sua produção criativa. Por meio de editais públicos e parcerias institucionais, a TV Paraná Turismo abre espaço para que realizadores e produtoras independentes insiram suas obras na programação, garantindo ampla difusão em sinal aberto, via satélite, TV por assinatura e plataformas digitais. Essa atuação envolve curadoria editorial, negociação de direitos, adequação técnica e legal (como classificação indicativa, direitos autorais e acessibilidade), além da promoção das obras em suas diferentes janelas de exibição. Distribuidora pública, a TV Paraná Turismo amplia o alcance das produções locais e regionais e fortalece o sistema produtivo do audiovisual no Paraná.

A **Plataforma Paraná Cultura (Streaming)**, lançada em 2020 pelo Governo do Estado, é uma plataforma pública, online e gratuita de exibição de conteúdos culturais. Atualmente, reúne mais de mil produções — entre obras audiovisuais e livros digitais —, configurando-se como um canal permanente de difusão da arte e da cultura paranaense. A iniciativa busca democratizar o acesso à produção local, permitindo que obras de diferentes regiões do estado sejam visualizadas em todo o território nacional e em outras localidades, ampliando a vida útil das produções e o alcance dos artistas e produtores paranaenses.

O **Programa Cinema na Praça**, criado em 2021 e atualmente em sua 5ª edição, realiza exhibições gratuitas de filmes em espaços públicos, priorizando cidades do interior e

regiões com pouca ou nenhuma oferta de salas de cinema. O programa tem como objetivo promover a circulação de filmes de relevância cultural, garantindo acesso gratuito à população e estimulando o encontro comunitário em torno do audiovisual.

O **Museu da Imagem e do Som do Paraná (MIS-PR)**, além de suas atribuições de preservação e documentação, atua como espaço permanente de difusão cinematográfica. O museu realiza sessões de cinema, cineclubes, mostras temáticas e eventos voltados ao audiovisual, abertos ao público. Ao integrar preservação e exibição, o MIS-PR cumpre papel fundamental na difusão do patrimônio audiovisual, permitindo que o acervo histórico e contemporâneo permaneça acessível e seja redescoberto por novas gerações de espectadores.

A **Biblioteca Pública do Paraná (BPP)** também desenvolve ações regulares voltadas à difusão cinematográfica e à inclusão cultural. O **Projeto Cine Pipoca** promove sessões gratuitas voltadas ao público infantil duas vezes por mês e, durante o período de férias escolares, uma vez por semana, proporcionando a experiência cinematográfica em um espaço aberto ao público e estimulando a formação de novos públicos desde a infância. Já o **Projeto Cine Inclusivo**, organizado pela Seção Braille da BPP, realiza sessões gratuitas destinadas a pessoas com deficiência visual, baixa visão e deficiência auditiva. As exibições contam com recursos de acessibilidade, como audiodescrição e janela de Libras, além de profissionais especializados em mediação e assistência ao público. As obras exibidas, nacionais e internacionais, possuem diferentes classificações indicativas, garantindo a democratização do acesso ao audiovisual e a efetivação do direito à fruição cultural.

Por fim, o **Programa Mobilidade Cultural**, lançado em 2024, tem como objetivo ampliar a difusão internacional e a capacitação de agentes culturais. Embora tenha um escopo abrangente, o programa beneficiou diretamente o setor audiovisual, concedendo bolsas de viagem para a participação de realizadores, produtores e gestores culturais em festivais, mostras e mercados de cinema no Brasil e no exterior. Na primeira edição, aproximadamente 9% dos projetos contemplados envolveram ações de internacionalização do audiovisual paranaense, fortalecendo sua inserção em circuitos culturais e profissionais de alcance global.

RIO GRANDE DO SUL

O Estado do Rio Grande do Sul desenvolve importantes ações voltadas à difusão e valorização do audiovisual, articulando equipamentos culturais, editais públicos e festivais de cinema que fortalecem a produção local, promovem o acesso democrático às obras e ampliam a formação de público em diferentes territórios.

A **Cinemateca Paulo Amorim**, localizada na Casa de Cultura Mario Quintana, em Porto Alegre, atua de forma ininterrupta desde os anos 1980 e é uma das instituições mais tradicionais do circuito exibidor de cinema de arte e produção independente no estado. Com três salas de exibição, mantém uma programação contínua voltada ao cinema autoral, nacional e internacional, fora do circuito comercial. Em mais de quatro décadas de atuação, consolidou-se como referência no circuito alternativo, com centenas de mostras especiais e expressiva contribuição para a produção local. Sua gestão é pública e vinculada ao **Instituto Estadual de Cinema (Iecine)** e à **Secretaria de Estado da Cultura (Sedac)**. A Cinemateca mantém parcerias com entidades culturais, como o Clube de Cinema de Porto Alegre, centros culturais internacionais, consulados e outras cinematecas brasileiras. Além das sessões regulares, realiza mostras temáticas, ciclos de cinema, sessões comentadas e atividades formativas, contribuindo para a **democratização do acesso ao audiovisual** e o fortalecimento da cinefilia no Rio Grande do Sul.

O **Editais Salas de Cinema nos Centros da Juventude**, promovido pela Sedac, é uma iniciativa voltada à instalação de equipamentos de projeção e à ativação de espaços culturais nos Centros da Juventude de Porto Alegre, Alvorada e Viamão. O edital seleciona seis projetos que garantem a realização de programações audiovisuais diversificadas, gratuitas e acessíveis às comunidades locais. Além de equipar os espaços com infraestrutura móvel de cinema, a ação reforça o compromisso com a valorização do audiovisual gaúcho e nacional, determinando que cada projeto realize ao menos duas sessões mensais, totalizando um mínimo de doze obras por semestre, priorizando produções regionais. As atividades incluem ainda oficinas, debates, rodas de conversa e visitas culturais, estimulando a formação de público, o pensamento crítico e a participação comunitária. Dessa forma, os Centros da Juventude tornam-se polos culturais dinâmicos, onde o audiovisual é vivenciado de forma integrada à vida social e cultural das comunidades.

A **Mostra Gaúcha do Festival de Cinema de Gramado** é um dos principais instrumentos de valorização da produção audiovisual do estado e acontece no âmbito do Festival de Cinema de Gramado, um dos mais importantes eventos do cinema brasileiro. Inserida na programação oficial do festival, a Mostra tem como objetivo promover o **reconhecimento e a difusão das produções gaúchas**, tanto em curtas quanto em longas-metragens. A premiação dos longas é promovida pela Sedac e pelo Iecine, por meio do Prêmio Sedac/Iecine, símbolo do apoio institucional ao cinema gaúcho e do reconhecimento à qualidade das obras apresentadas. Já a premiação dos curtas-metragens é realizada em noite dedicada exclusivamente a eles, sob promoção da Assembleia Legislativa do Estado. Essa iniciativa fortalece o incentivo à produção audiovisual regional e reconhece o talento dos realizadores que trabalham com formatos mais curtos, fundamentais para a formação de público, o desenvolvimento de

profissionais e o estímulo à experimentação narrativa. A mostra de longas-metragens é financiada pela Secretaria da Cultura, por meio do Iecine, e realizada em convênio com a autarquia municipal Gramadotur, responsável pela organização do festival.

Por fim, o **Festival Cinema Negro em Ação** consolida-se como uma importante iniciativa dedicada à **promoção da produção audiovisual de realizadores negros**. Em sua quinta edição, o festival constitui um espaço de visibilidade e valorização das narrativas que abordam a diversidade cultural e social da população negra, tanto no Rio Grande do Sul quanto em âmbito nacional. Ao reunir filmes, vídeos e outras produções que discutem identidade, memória e representatividade, o festival reafirma o papel do audiovisual como instrumento de inclusão, expressão e transformação social.

SANTA CATARINA

O Estado de Santa Catarina desenvolve diversas ações voltadas à difusão e valorização do audiovisual, promovendo o acesso democrático às obras e fortalecendo a produção local em diferentes regiões do estado. Entre as principais iniciativas está o **projeto Pontos do MIS**, uma ação do Governo Estadual, coordenada pelo Museu da Imagem e do Som de Santa Catarina (MIS) em parceria com a Fundação Catarinense de Cultura (FCC). O programa envolve atualmente **47 municípios** e tem como objetivo fortalecer e **ampliar a difusão do audiovisual catarinense** por meio de exposições públicas, formações, debates e atividades que aproximem o cinema das comunidades.

Além dessa **rede descentralizada**, o estado conta com espaços permanentes de exibição na capital. A **Sala de Cinema Gilberto Gerlach**, localizada no **Centro Integrado de Cultura (CIC)**, em Florianópolis, mantém uma programação regular de filmes, em sua maioria provenientes de políticas públicas de fomento ao audiovisual. O espaço atua como importante vitrine para a produção catarinense e nacional, contribuindo para a formação de público e a circulação de obras independentes.

Outro espaço de destaque é a **Sala Multimídia do MIS**, também situada no CIC, que realiza exposições de filmes com foco na produção resultante de editais e políticas públicas do setor. Esses espaços, articulados com os Pontos do MIS, integram um circuito de difusão audiovisual que reforça o compromisso do Governo de Santa Catarina com o acesso à cultura, a valorização da produção local e a consolidação de uma política pública contínua para o audiovisual no estado.

ESTADOS SEM REGISTROS

Os estados de **Mato Grosso, Rio Grande do Norte, Acre, Amapá, Amazonas e Roraima** não informaram ou não registraram ações específicas voltadas ao fortalecimento da difusão do audiovisual.

MUNICÍPIOS

SALVADOR

O município de Salvador desenvolve importantes ações voltadas ao fortalecimento da difusão do audiovisual por meio de iniciativas como o **Cineclube Boca de Brasa** e o **Cineclube Casa das Histórias**. O Cineclube Boca de Brasa, projeto da **Fundação Gregório de Mattos (FGM)**, realiza **sessões de cinema gratuitas** seguidas de debates com realizadores e agentes do setor audiovisual. Em 2017 e 2019, integrou o **Edital Espaços Boca de Brasa**, que selecionou sete Organizações da Sociedade Civil — três em 2017 e quatro em 2019 — para promover ações de dinamização cultural. Durante a pandemia, as exhibições ocorreram de forma virtual, mantendo a proposta de acesso e reflexão sobre o cinema. Em 2025, o projeto será retomado nos Espaços Boca de Brasa administrados pela FGM, localizados no subúrbio, em Valéria e Cajazeiras, com previsão de ampliação, em 2026, para os Espaços parceiros da Fundação que desenvolvem as Escolas Criativas Boca de Brasa.

Já o **Cineclube Casa das Histórias** é uma iniciativa do educativo da Casa das Histórias de Salvador, em **parceria com o SalCine e a Secretaria Municipal de Educação**, que visa incentivar a formação de público, ampliar o acesso à fruição artística e promover o diálogo entre estudantes e realizadores de obras contempladas em editais municipais de fomento. Em 2025, o projeto realizou cinco edições mensais, com média de 30 participantes por sessão, majoritariamente estudantes da rede pública municipal. Além das exhibições, a cada encontro houve um bate-papo com os realizadores, fortalecendo a troca de experiências e aproximando os jovens do universo da produção audiovisual local.

FORTALEZA

A **Rede Cuca**, política pública da Prefeitura de Fortaleza, desenvolve ações específicas voltadas ao fortalecimento da difusão do audiovisual por meio do **programa CINE CUCA**. Essa iniciativa promove a exibição regular de filmes de curta e longa-metragem em seus cinco centros localizados nas periferias da cidade, seguidas de rodas de conversa mediadas que estimulam o debate e a reflexão crítica sobre as obras. As **sessões são abertas ao público** e têm como objetivo ampliar o acesso da juventude ao cinema, formar novos públicos e incentivar a valorização da produção audiovisual. Ao integrar o audiovisual às práticas culturais, educativas e comunitárias dos **Centros Urbanos de Cultura, Arte, Ciência e Esporte (CUCAs)**, a Rede Cuca contribui para a **democratização do acesso** à cultura e para o fortalecimento da cadeia audiovisual local.



JOÃO PESSOA

O município de João Pessoa realiza o **Festival Internacional de Cinema de João Pessoa (FestincineJP)**, que chega à sua segunda edição consolidando-se como um importante espaço de difusão e valorização do audiovisual. O festival conta com três mostras competitivas: a **Mostra Parahyba**, dedicada a filmes de curta e longa-metragem produzidos no Estado da Paraíba; a **Mostra Nordeste**, que reúne produções da região nordestina; e a **Mostra Mundo**, que exhibe filmes nacionais e internacionais. **Todas as sessões são gratuitas e abertas ao público.** Nas duas edições já realizadas, o FestincineJP exibiu mais de 500 filmes provenientes de mais de 20 países, ampliando o intercâmbio cultural e o acesso ao cinema independente. Além disso, o município previa inaugurar, no segundo semestre de 2025, a **Sala de Cinema Municipal**, com programação voltada prioritariamente à difusão da produção audiovisual local, fortalecendo o circuito exibidor e promovendo a circulação de obras paraibanas.

BOA VISTA

A cidade de Boa Vista desenvolve ações voltadas ao fortalecimento da difusão do audiovisual por meio da realização de um **circuito de exibição de filmes** produzidos por **artistas locais**, promovido em diferentes bairros da cidade e em comunidades indígenas, ampliando o acesso à produção cultural e valorizando a diversidade de narrativas regionais. Além disso, o município mantém um **programa de exibição de filmes em festivais** realizados na cidade, incentivando a circulação de obras e o intercâmbio entre realizadores. Também apoia **mostras de cinema locais** que reúnem criadores de diferentes perfis e linguagens, contribuindo para o fortalecimento da cadeia produtiva do audiovisual e para a formação de público.

PALMAS

O município de Palmas, por meio da Fundação Cultural de Palmas, mantém em funcionamento regular a **Sala de Cinema Sinhozinho**, conhecida como **Cine Cultura**, com capacidade para 172 lugares. O espaço possui uma curadoria voltada prioritariamente à exibição de filmes nacionais, de festivais e lançamentos recentes, com **ingressos acessíveis ao público**, no valor de R\$16,00 (inteira) e R\$8,00 (meia-entrada). Além da programação regular, o Cine Cultura realiza mostras temáticas, como o especial do Oscar, sessões comemorativas e o projeto Cine Escola, voltado à formação de público entre estudantes. O espaço também acolhe projetos externos de mediação e debate cinematográfico, fortalecendo o diálogo entre realizadores, críticos e o público, e contribuindo para a difusão e valorização do audiovisual no município.



BELO HORIZONTE

As ações de difusão audiovisual em Belo Horizonte estão estruturadas no âmbito do **Programa de Desenvolvimento do Audiovisual – BH nas Telas**, coordenado pela Secretaria Municipal de Cultura e executado pela Fundação Municipal de Cultura (FMC). O programa tem entre suas diretrizes estratégicas a democratização do acesso às obras audiovisuais, a formação de público e o fomento à circulação da produção independente, alinhando-se aos princípios de descentralização, diversidade e valorização do cinema brasileiro.

As iniciativas abrangem desde **festivals, mostras e cineclubes** até a **manutenção de espaços culturais** públicos dedicados ao audiovisual. Entre os principais destaques está o **Cine Santa Tereza (CST)**, equipamento público municipal de referência. Localizado em uma região tradicional da cidade, o CST conta com uma sala digital com capacidade para 122 espectadores e oferece programação gratuita e regular, de terça a domingo, com retirada de ingressos presencialmente ou de forma eletrônica, 30 minutos antes de cada sessão.

Entre suas principais ações de difusão, destacam-se o **Circuito Cine Santê**, iniciativa vinculada ao **Circuito Municipal de Cultura**, que promove a exibição de obras da cinematografia contemporânea brasileira, seguida de debates com realizadores e convidados, fortalecendo o diálogo entre obra, artista e público. Também se destaca o apoio contínuo à realização de mostras, festivais e lançamentos de filmes de produtoras de Belo Horizonte e da Região Metropolitana, por meio de chamadas públicas, parcerias institucionais e editais de fomento.

Além disso, a **curadoria do Cine Santa Tereza é pautada pela valorização do cinema local e nacional, contemplando diversidade estética, temática e territorial**. Essas ações consolidam uma política pública de difusão cultural sólida, voltada à ampliação do acesso, ao fortalecimento da produção independente e à formação crítica de novas plateias.

CURITIBA

A cidade de Curitiba conta com uma ampla estrutura voltada à difusão do audiovisual, mantida pela **Fundação Cultural de Curitiba (FCC)**, que administra seis salas públicas de cinema: o **Cine Passeio, com três salas**; o **Teatro da Vila**; o **Cinema Guarani**; e a **Cinemateca de Curitiba**, que destaca-se como um importante polo de exibição, formação e preservação audiovisual, abrigando diversos **cineclubes**, selecionados por meio de edital do Fundo Municipal da Cultura.

Entre os principais cineclubes em atividade na cidade, destacam-se o **Cineclube SESI**, o **Cineclube Espoletta**, o **Clube de Cinema da UTFPR**, o **Cineclube Manjerição** e os **cineclubes sediados na Cinemateca de Curitiba**, que promovem sessões regulares, debates e atividades formativas, fortalecendo a circulação de obras e a formação de público para o cinema independente e autoral.

LONDRINA

O município de Londrina possui um circuito de difusão audiovisual alternativo consolidado e dinâmico, que fortalece o acesso à produção independente e a formação de público. Além do fomento direto a projetos de cineclubes por meio de editais municipais, a cidade abriga iniciativas regulares e reconhecidas, como o **Cine Cequinha**, vinculado à Universidade Estadual de Londrina (UEL); a **Sessão Kinopus**, realizada em parceria com o Sesi e o Villa Rica; e o **CineSesc**, promovido no Sesc Cadeião Cultural. Essas ações asseguram a exibição de filmes fora do circuito comercial e contribuem para a ampliação da fruição cultural e o fortalecimento da cena audiovisual local.

PORTO ALEGRE

O município de Porto Alegre mantém, há uma década, a **Cinemateca Capitólio**, espaço reconhecido nacionalmente como referência na difusão de filmes brasileiros e de clássicos do cinema mundial. A Cinemateca atua como importante polo de exibição, formação e preservação audiovisual, com programação contínua e diversa. O local também sedia **mostras e festivais independentes**, como o **Fantaspoo – Festival de Cinema Fantástico de Porto Alegre**, o **Cine Esquema Novo** e a **Tela Indígena**, além de abrigar sessões de **cineclubes** consolidados, como o Clube de Cinema de Porto Alegre, a Academia das Musas e o Cineclube Terror. A gestão do espaço é realizada pela Coordenação de Cinema e Audiovisual, responsável também pela administração dos recursos voltados ao fomento e fortalecimento do segmento audiovisual no município.

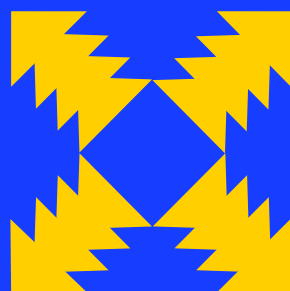
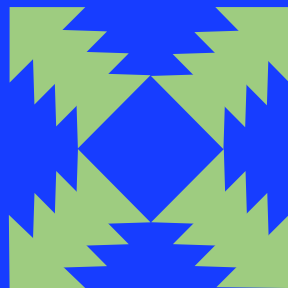
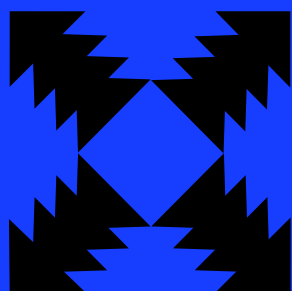
NOVO HAMBURGO

O município de Novo Hamburgo desenvolve importantes ações voltadas ao fortalecimento da difusão audiovisual. Além dos **cineclubes** fomentados com recursos da **Lei Paulo Gustavo**, destaca-se o **Cinemóvel**, estrutura pertencente ao município e mantida pela Secretaria da Cultura (SMC), que percorre diferentes bairros — especialmente os periféricos — promovendo **exibições gratuitas** de filmes e ampliando

o acesso da população à produção cinematográfica. Em 2025, a SMC também promoveu atividades vinculadas à **Mostra de Filmes Finalistas do Grande Prêmio do Cinema Brasileiro – Prêmio Grande Otelo 2025**, organizada pela Academia Brasileira de Cinema e realizada com apoio do município. As exhibições ocorreram na Casa das Artes de Novo Hamburgo, equipamento público municipal, e tiveram como objetivo aproximar o público das produções nacionais mais recentes, fortalecendo o cenário do audiovisual independente e estimulando a formação de novos públicos.

MUNICÍPIOS SEM REGISTROS

Os municípios de **Maceió, Natal, Recife, Macapá, Manaus e Maringá não informaram ou não registraram** ações específicas voltadas ao fortalecimento da difusão do audiovisual.



PRESERVAÇÃO AUDIOVISUAL

A preservação de acervos e registros audiovisuais constitui uma dimensão essencial para a salvaguarda da memória cultural e para a continuidade das políticas do setor, envolvendo ações de conservação, restauração, digitalização e disponibilização pública de conteúdos. As iniciativas reunidas neste tópico evidenciam como diferentes territórios têm estruturado esforços para proteger seus patrimônios audiovisuais e garantir o acesso às futuras gerações.

ESTADOS

MATO GROSSO DO SUL

O **Museu da Imagem e do Som de Mato Grosso do Sul (MIS/MS)**, unidade vinculada à Fundação de Cultura do Estado, tem como **missão preservar, difundir e valorizar a memória visual e sonora sul-mato-grossense**. Seu acervo reúne mais de 100 mil itens, entre filmes, vídeos, fotografias, cartazes, discos de vinil, objetos e registros sonoros, constituindo um importante patrimônio cultural para o estado, no qual destacam-se cerca de 5 mil registros de filmes em diversos formatos — VHS, película e DVD —, incluindo aproximadamente 1.500 películas em 35mm, 16mm e 8mm, que documentam a trajetória do audiovisual e da comunicação regional ao longo das décadas.

O museu conta com uma reserva técnica moderna, equipada com sistemas de controle de temperatura e umidade, mobiliário apropriado e procedimentos rigorosos de higienização e armazenamento, que seguem padrões internacionais de preservação. Essas ações asseguram a integridade física e a longevidade do acervo, permitindo que ele continue servindo como fonte de pesquisa, formação e difusão cultural.

ALAGOAS

O Estado de Alagoas mantém, por meio do **Museu da Imagem e do Som de Alagoas (MISA)**, a **preservação e o armazenamento do acervo histórico audiovisual alagoano**. O museu reúne e conserva registros em diferentes formatos — filmes, vídeos, fotografias e documentos sonoros — que compõem a memória cultural e artística do estado. O trabalho desenvolvido pelo MISA garante a salvaguarda desse patrimônio, assegurando sua preservação e disponibilização para pesquisa, difusão e ações educativas voltadas ao fortalecimento da identidade audiovisual de Alagoas.

BAHIA

A **Cinemateca da Bahia** é um espaço **dedicado à preservação, restauração e salvaguarda do patrimônio audiovisual do estado**, além de promover reflexões sobre o setor e debates acerca de sua legislação. Integrada às ações da Fundação Cultural do Estado da Bahia (FUNCEB), por meio da Diretoria de Audiovisual (DIMAS), a Cinemateca fortalece a difusão do cinema e a articulação com a sociedade civil. Criada a partir do **acervo do Núcleo de Memória da DIMAS**, tem como objetivos centrais conservar a

memória do audiovisual baiano, estimular a pesquisa e ampliar o acesso do público à história e às imagens em movimento.

Atualmente, reúne o mais relevante acervo audiovisual do estado, com cerca de 10 mil itens. O acervo inclui aproximadamente 1.500 itens em VHS e SVHS, 86 em U-Matic, 114 em Betacam (30 e 90), 25 em DVCam, 5.000 em DVD, 35 em Blu-ray, 777 registros de programas e festivais como Cinco Minutos, Quartas Baianas e Programadora Brasil, além de 1.027 itens bibliográficos, 1.171 periódicos, 1.090 cartazes e cerca de 5 mil fotografias. Integram também o acervo, documentários sobre a cultura baiana produzidos no início do século XX, registros de espetáculos de dança, teatro e música, matérias jornalísticas e uma ampla coleção de cartazes, postais, fotografias e revistas nacionais e internacionais, que reforçam a riqueza e a singularidade do conjunto documental.

A estrutura da Cinemateca da Bahia é composta por **Reserva Técnica de Película, Reserva Técnica de Suporte em Papel, Reserva Técnica de Acervo Videográfico (higienizados), Reserva Técnica de Acervo Videográfico e Sala Compartilhada**. Entre os serviços oferecidos estão empréstimo de filmes, análise técnica de películas, pesquisa e visitas guiadas, além de atividades permanentes de pesquisa, organização, revisão, limpeza e verificação do acervo. Entre 2019 e 2022, a Cinemateca realizou visitas guiadas, **ciclos de oficinas formativas voltadas à capacitação de seus profissionais e cursos especializados**, como o “Gestão de Acervos Audiovisuais: Como preservar nosso patrimônio de imagens em movimento”. Foram também promovidas oficinas e palestras em municípios do estado, como Cachoeira, Trancoso e Andorinhas, e o curso de higienização e acondicionamento para acervos em suporte de papel, em parceria com o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural (IPAC) e a Fundação Pedro Calmon (FPC). Com foco na preservação e difusão da filmografia baiana e brasileira, a Cinemateca realizou três edições da Sessão Cinemateca da Bahia, em parceria com a TVE, TV Kirimurê e Rede TVT.

Em 2020, foi criado o **Grupo de Trabalho em Políticas de Memória e Preservação Audiovisual da Bahia**, reunindo universidades como UESB, UFRB, UNEB e UFBA, instituições culturais como o MAM-BA/IPAC, DIPAT/IPAC, IPHAN, Arquivo Público do Estado e Fundação Pedro Calmon, além de associações como a ABI e a APAN, pesquisadores independentes e representantes de acervos particulares, com o objetivo de qualificar e institucionalizar as ações da Cinemateca. Também merece destaque o trabalho voltado ao acervo digital do cineasta baiano Glauber Rocha. Em 2020, o Governo do Estado adquiriu os direitos autorais de seu acervo, e, desde então, a DIMAS e a Cinemateca têm coordenado um processo de curadoria, pesquisa, digitalização e disponibilização online dos materiais, incluindo textos curatoriais, análises técnicas e preparação das matrizes digitais para publicação.

Em 2023, por meio do **Edital PG 07 – Cinematecas, apoiado pela Lei Paulo Gustavo**, quatro projetos foram contemplados, totalizando R\$2 milhões em investimentos voltados à preservação do acervo público da Cinemateca da Bahia. O projeto “Memória e Preservação – Acervo Público: As Imagens em Movimento da Bahia”, contemplado na linha Preservação I – Vídeo, com o valor de R\$600 mil, garantiu a preservação, digitalização, catalogação e difusão de itens em diversos formatos videográficos. O projeto “Gestão e Conservação do Acervo de Películas da Cinemateca da Bahia”, contemplado na linha Preservação II – Películas, com o valor de R\$600 mil, possibilitou a preservação, organização e documentação do acervo de películas. Já o projeto “Acervo Gráfico Documental”, contemplado na linha Preservação III – Acervo Gráfico, com o valor de R\$300 mil, viabilizou a preservação, digitalização, licenciamento e difusão do acervo gráfico, documental e fotográfico da instituição.

Essas ações consolidam a Cinemateca da Bahia como uma das principais referências regionais em preservação e difusão do patrimônio audiovisual brasileiro, fortalecendo o compromisso do estado com a memória, a formação e a valorização do cinema nacional.

CEARÁ

No Ceará, as ações voltadas à preservação audiovisual estão sob a responsabilidade do **Museu da Imagem e do Som do Ceará (MIS-CE)**, integrante da Rede Pública de Equipamentos Culturais da Secretaria da Cultura do Estado (Secult Ceará). O MIS desempenha papel central na **conservação, catalogação e difusão do patrimônio audiovisual cearense**, atuando de forma alinhada às diretrizes estabelecidas pela Coordenadoria de Patrimônio e Memória (COPAM) da Secult.

PERNAMBUCO

O **Museu da Imagem e do Som de Pernambuco (MISPE)**, equipamento vinculado à Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE), é **responsável pela preservação de um expressivo acervo** composto por cerca de 12 mil itens tombados, que reúnem registros em áudio e vídeo da cultura e da história pernambucana, além de outros suportes, como cordéis, partituras e fotografias. Desde 2008, em razão de problemas estruturais no casarão que originalmente o abrigava, o MISPE funciona como reserva técnica na Casa da Cultura.

Com a reforma do **Cinema São Luiz**, foi concebido um novo espaço para exposição pública de parte do acervo, ampliando o acesso da população a esse patrimônio. O acervo do MISPE inclui raridades em películas cinematográficas que passaram por

processo de digitalização, totalizando 675 minutos de material restaurado, que integrarão a expografia permanente. Entre os conteúdos estão produções da Cinema 1, produtora pernambucana das décadas de 1970 e 1980, além de registros do telejornal da TV Universitária da UFPE, como a inauguração do prédio da Sudene, a abertura da Avenida Dantas Barreto e as imagens da grande cheia de 1975, que inundou 80% da área urbana do Recife. Também integram o acervo áudios da década de 1970 com depoimentos e performances de Lula Cardoso Ayres, Cícero Dias, Luiz Gonzaga, Ana das Carrancas e Capiba, compondo um valioso conjunto que devolve ao público a memória viva da história e da cultura pernambucanas.

Além disso, o **Edital Funcultura Audiovisual** contempla a **categoria Pesquisa e Preservação**, que incentiva projetos voltados ao tratamento, restauro e requalificação de acervos audiovisuais, assegurando o acesso público ao patrimônio. Nessa linha, os realizadores podem propor ações de conservação, organização, catalogação, informatização e criação de bases de dados, fortalecendo as políticas de preservação e difusão do audiovisual no estado.

PIAUI

O Estado do Piauí tem desenvolvido ações voltadas à preservação da memória e do patrimônio audiovisual, com destaque para iniciativas de requalificação de espaços históricos ligados ao cinema. Atualmente, o **Cine Rex**, antigo cinema público de Teresina, encontra-se em processo de **revitalização**. O imóvel, que anteriormente pertencia ao setor privado, foi adquirido pelo Governo do Estado do Piauí e está na etapa final de elaboração do projeto arquitetônico, que servirá de base para a fase de licitação. A requalificação do espaço integra as ações de preservação e valorização do patrimônio audiovisual na capital, reafirmando o compromisso do Estado com a memória cinematográfica e com a retomada de equipamentos culturais voltados à difusão e salvaguarda do cinema piauiense.

SERGIPE

O estado de Sergipe conta com algumas iniciativas voltadas à preservação do patrimônio audiovisual, embora parte delas tenha sido descontinuada ao longo do tempo. Entre os projetos não concretizados, destacam-se o Museu da Imagem e do Som, idealizado pela Sociedade Semear, bem como propostas de criação de um museu semelhante a partir da preservação da memória audiovisual da TV Aperipê. Apesar da descontinuidade desses projetos, a Fundação Aperipê mantém uma sala com itens de relevância histórica, como televisores antigos, câmeras fotográficas, projetores, fitas

U-matic e Betacam, DVDs e documentos sobre a programação da emissora — especialmente das décadas de 1980 e 1990. No entanto, esse acervo ainda não foi catalogado e permanece indisponível para consulta pública.

Atualmente, a iniciativa mais consistente na área de preservação audiovisual em Sergipe é desenvolvida pelo **coletivo Arcazul**, responsável pelo **projeto Cinemáquina**, idealizado pela pesquisadora Moema Pascoini. Contemplado em 2019 pelo **Programa Rumos Itaú Cultural**, o projeto teve como objetivo criar uma **máquina de telecinagem de baixo custo** para a digitalização de filmes em super-8, formato amplamente utilizado nas décadas de 1970 e 1980, período de grande efervescência do movimento super-8 no estado. A proposta buscou **democratizar o acesso à digitalização no Nordeste**, descentralizando um processo até então concentrado no eixo Rio-São Paulo e tornando as memórias locais acessíveis ao público. O projeto também disponibilizou manuais de construção da máquina, incentivando sua replicação por outras instituições no país.

Com o apoio de **editais da Lei Paulo Gustavo**, o coletivo Arcazul vem desenvolvendo novas **ações de prospecção, catalogação e digitalização de acervos**, com destaque para o resgate de filmes produzidos em Sergipe e para a organização do acervo da cineasta Ilma Fontes, importante referência do audiovisual local. Essas iniciativas demonstram que há esforços significativos, tanto da sociedade civil quanto de instituições públicas, voltados à preservação e valorização da memória audiovisual em Sergipe.

ACRE

No estado do Acre, a preservação da memória audiovisual é assegurada por duas importantes instituições: a **Filмотeca da Biblioteca Pública** e a **Filмотeca Acreana**. Ambas são responsáveis pela **salvaguarda de acervos audiovisuais e pela manutenção da memória cinematográfica do estado**, contribuindo para a conservação e o acesso ao patrimônio audiovisual acreano e para a valorização da história do cinema local.

AMAPÁ

No estado do Amapá, a **preservação do patrimônio audiovisual** é realizada por meio do **Museu da Imagem e do Som (MIS)**, que mantém um acervo imagético e audiovisual voltado à memória histórica do ex-Território e do Estado do Amapá. Esse acervo reúne registros que documentam a trajetória política, social e cultural da região, contribuindo para a salvaguarda e difusão da identidade audiovisual amapaense.

PARÁ

No estado do Pará, o **Museu da Imagem e do Som (MIS-PA)** é responsável pela **preservação e manutenção de seu acervo audiovisual**, desenvolvendo ações voltadas à conservação e difusão de registros históricos, artísticos e culturais. Por meio desse trabalho contínuo, o MIS-PA assegura a salvaguarda da memória audiovisual paraense, fortalecendo o patrimônio cultural do estado.

TOCANTINS

No estado do Tocantins, as ações voltadas à **preservação audiovisual** estão contempladas tanto em editais recentes com **recursos da PNAB** quanto no **Plano Estadual de Cultura**. Os Editais nº 22, 23, 24 e 25/2024 incluíram, na Área 2 – Audiovisual, a possibilidade de apoio a projetos de preservação de acervos audiovisuais, com financiamento de até R\$25.000,00 por proposta. Essa linha de fomento viabiliza iniciativas como digitalização, catalogação e conservação de acervos mantidos por espaços culturais, cineclubes, coletivos e instituições locais.

O Plano Estadual de Cultura, por sua vez, estabelece como **meta até 2033 a criação do Museu da Imagem e do Som e do Arquivo Histórico Cultural do Tocantins**, com ações específicas voltadas à digitalização e disponibilização do acervo fotográfico, fonográfico e audiovisual do estado, além da estruturação de um arquivo físico e digital destinado à preservação e difusão da memória cultural tocantinense.

ESPÍRITO SANTO

No estado do Espírito Santo, a **preservação e a difusão do patrimônio audiovisual** são fortalecidas por uma série de iniciativas estruturantes promovidas pela Secretaria da Cultura. O **Edital de Acervos – Midiateca Capixaba** tem como objetivo selecionar e apoiar projetos voltados à preservação e difusão de acervos locais, que são disponibilizados principalmente na Midiateca Capixaba, plataforma digital que reúne documentos, fotografias, vídeos e obras culturais do estado, ampliando o acesso público e a valorização da memória capixaba.

Outra iniciativa relevante é o **Chamamento Público Memória e Patrimônio**, que visa selecionar Organizações da Sociedade Civil para executar ações de pesquisa, inventário, registro audiovisual, conservação, restauração e digitalização de bens materiais e imateriais do estado, contribuindo para a salvaguarda do patrimônio histórico e cultural capixaba.

Complementando essas ações, o **Edital de Seleção de Projetos de Memória e Preservação Audiovisual**, realizado com recursos do Funcultura e da Lei Paulo Gustavo, apoia pesquisas e inventários de acervos audiovisuais, além de iniciativas de digitalização, restauração e conservação de conteúdos históricos em vídeo, áudio e multimídia. O edital também incentiva a difusão dessas memórias por meio de plataformas públicas e ações educativas, assegurando a preservação e o acesso à memória audiovisual do Espírito Santo.

MINAS GERAIS

Em Minas Gerais, a **preservação do acervo audiovisual** é realizada pelo **Arquivo Público Mineiro (APM)**, instituição responsável por salvaguardar registros relacionados à história do estado. O APM também atua como depósito legal de obras audiovisuais mineiras, garantindo a conservação e o acesso público a produções que compõem a memória histórica e cultural de Minas Gerais.

PARANÁ

O **Museu da Imagem e do Som do Paraná (MIS-PR)** desempenha papel central na **preservação, conservação e pesquisa de um acervo audiovisual** e documental de grande relevância histórica e cultural, composto por aproximadamente três milhões de itens. As ações de preservação são conduzidas pelo **Núcleo de Acervo e Conservação**, enquanto as atividades de pesquisa e disponibilização ao público são realizadas pelo **Núcleo Biblioteca e Pesquisa**.

A partir de 2025, a antiga estrutura do Setor de Acervo e Pesquisa foi reconfigurada, dando origem a departamentos distintos e complementares, com o objetivo de otimizar e especializar as funções de preservação, conservação, catalogação e difusão. Desde 2017, quando passou a ocupar sua sede definitiva, o MIS-PR mantém um programa permanente de conservação e gestão do acervo, coordenado pelo **Departamento de Acervo**. Esse programa compreende atividades de guarda e manutenção preventiva, recebimento e registro de novos materiais, catalogação, classificação e arquivamento, além da execução de procedimentos de conservação, preservação, reprodução, digitalização e restauração em múltiplos suportes, sempre observando rigorosamente as normas técnicas de manipulação e armazenamento.

Para além das ações estruturantes do MIS-PR, o Estado do Paraná também contempla a preservação audiovisual em suas políticas de fomento. **Editais de incentivo**, como os do PROFICE (Programa de Fomento e Incentivo à Cultura do Estado do Paraná) e os lançados com recursos da **Lei Paulo Gustavo (LPG)**, incluem categorias específicas

voltadas a projetos de preservação, assegurando a continuidade das ações de salvaguarda do patrimônio audiovisual paranaense. Essas iniciativas fortalecem a memória coletiva do estado, estimulam a atuação de diferentes agentes culturais e consolidam uma política pública permanente de preservação da memória audiovisual.

RIO GRANDE DO SUL

No Rio Grande do Sul, as ações de preservação audiovisual estão fortemente associadas à atuação da **Cinemateca Paulo Amorim**, instituição vinculada à Casa de Cultura Mario Quintana. Como parte das iniciativas voltadas à valorização, preservação e registro da produção audiovisual gaúcha, foi desenvolvido o **Portal do Cinema Gaúcho**, um banco de dados que reúne e sistematiza informações sobre filmes produzidos no estado.

O projeto começou a se consolidar durante a criação do **Núcleo de Pesquisa, Informação e Memória do IECINE – Instituto Estadual de Cinema do Rio Grande do Sul**, no final de 2019, a partir de um processo colaborativo que envolveu discussões sobre critérios de seleção, catalogação e organização das obras, além de reflexões sobre os próprios limites e definições do que é o cinema contemporâneo.

Lançado oficialmente em 26 de maio de 2023, o portal reúne 778 longas-metragens com suas respectivas fichas técnicas, constituindo um acervo digital de referência sobre a produção audiovisual gaúcha. Essa iniciativa representa um avanço significativo na preservação, pesquisa e difusão da memória do cinema do Rio Grande do Sul, ampliando o acesso público e fortalecendo o reconhecimento da identidade cultural e artística do estado.

SANTA CATARINA

Em Santa Catarina, as ações voltadas à **preservação do patrimônio audiovisual** têm como destaque o projeto desenvolvido no **Museu da Imagem e do Som de Santa Catarina (MIS-SC)**, equipamento vinculado ao Governo do Estado. Em parceria com a iniciativa privada e viabilizado por meio da **Lei Rouanet**, o projeto teve como objetivo inventariar, realizar o tratamento técnico e disponibilizar em meio digital todo o acervo cultural audiovisual catarinense.

A iniciativa representa um passo fundamental na organização, conservação e difusão da memória audiovisual do estado, assegurando que o acervo do MIS-SC — composto por registros que documentam a história, a cultura e as expressões artísticas de Santa Catarina — esteja acessível ao público, pesquisadores e profissionais do setor. Essa ação reforça o compromisso do estado com a preservação do patrimônio audiovisual e com a valorização da identidade cultural catarinense.

ESTADOS SEM REGISTROS

Os estados do **Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Maranhão, Paraíba, Rio Grande do Norte, Amazonas e Roraima** não informaram ou não registraram iniciativas específicas voltadas para a preservação audiovisual.

MUNICÍPIOS

FORTALEZA

Em Fortaleza, as ações voltadas à **preservação da memória audiovisual** são promovidas pela **Escola de Audiovisual do Complexo Cultural Vila das Artes**, equipamento da Prefeitura Municipal. A instituição oferece cursos voltados à preservação audiovisual, com foco na formação técnica e na capacitação de profissionais para atuarem em atividades de conservação, restauração e gestão de acervos audiovisuais.

Essas iniciativas contribuem para o fortalecimento das políticas locais de memória e para a valorização do patrimônio audiovisual da cidade, garantindo a transmissão de conhecimentos especializados e estimulando a preservação das produções culturais e cinematográficas.

PALMAS

Em Palmas, as ações voltadas à preservação audiovisual são desenvolvidas pela **Biblioteca Municipal Jaime Câmara**, vinculada à Fundação Cultural de Palmas. O espaço conta com uma sala dedicada exclusivamente às produções audiovisuais, destinada ao arquivamento e à preservação das obras locais, bem como de produções fílmicas doadas ao acervo.

Essa iniciativa tem como objetivo salvaguardar a memória audiovisual do município, assegurando a conservação e a difusão das produções que registram a história, a cultura e as expressões artísticas de Palmas e de seus realizadores.

BELO HORIZONTE

Em Belo Horizonte, as ações voltadas à **preservação da memória e do patrimônio audiovisual** são conduzidas pelo **Museu da Imagem e do Som de Belo Horizonte (MIS BH)**, equipamento cultural da Fundação Municipal de Cultura. A instituição é referência na **salvaguarda e democratização do acesso aos acervos audiovisuais** produzidos na capital mineira, compondo o eixo de Memória e Preservação do Programa BH nas Telas.

O MIS BH mantém sob sua guarda mais de 90 mil itens, entre cartazes, fotografias, documentos textuais, gravações sonoras, fitas magnéticas e películas cinematográficas

nos formatos 35mm, 16mm, 8mm e Super-8, além de objetos tridimensionais ligados à história do audiovisual. Esses acervos são armazenados em reservas técnicas climatizadas e com monitoramento 24 horas, assegurando condições adequadas de conservação. O museu conta com uma **equipe multidisciplinar**, formada por **especialistas em conservação, sociologia, artes visuais e cinema**, que atua na **catalogação, tratamento técnico e pesquisa dos materiais**.

A atuação do MIS vai além da preservação física do acervo. A instituição desenvolve projetos voltados ao acesso e à difusão, por meio de cineclubes, sessões comentadas, mostras de filmes, oficinas, exposições e seminários. As pesquisas ao acervo são constantemente realizadas por estudantes, pesquisadores e realizadores, servindo de base para produções acadêmicas, escolares e cinematográficas.

Entre os destaques da programação, está a exposição "Cinema, coleções e outras sensações", que apresenta o universo das coleções cinematográficas a partir de acervos de museus, estúdios e colecionadores. A mostra inclui parte do acervo do cineasta e colecionador mineiro Armando Sábato, cuja coleção dedicada ao gênero faroeste integra hoje o patrimônio do MIS BH. A exposição também convida outros colecionadores a compartilharem suas coleções, abordando diferentes gêneros do cinema, como terror, animação e western.

No ambiente virtual, o MIS realiza exposições como "TV Itacolomi – A pioneira de Minas", que resgata a trajetória da primeira emissora de televisão do estado, e "Cinejornais em Belo Horizonte", que discute a linguagem e a função dos cinejornais ao longo da história, com foco em temas como o carnaval, os rios urbanos e as representações da ausência na cidade.

Além disso, o MIS contribui para a formação e o aperfeiçoamento de profissionais da área. Ao conjugar conservação, pesquisa, educação patrimonial e apoio à produção contemporânea, o MIS BH se consolida como um espaço fundamental para a preservação e a renovação da memória audiovisual de Belo Horizonte.

A instituição também integra, como uma das fundadoras, o **Fórum Brasileiro de Museus da Imagem e do Som**, rede nacional de cooperação e intercâmbio entre museus, arquivos e cinematecas dedicados à preservação audiovisual no Brasil.

CURITIBA

Em Curitiba, as ações voltadas à **preservação da memória audiovisual** são conduzidas pela **Cinemateca de Curitiba**, instituição que há 50 anos se dedica à conservação, pesquisa e difusão do patrimônio audiovisual do município e do estado.

O acervo da Cinemateca é armazenado em ambiente climatizado, garantindo as condições adequadas para a preservação de películas em diversos formatos, bem como de registros digitais e documentais. Atualmente, o acervo é composto por cerca de 4 mil entradas em película, nas bitolas 35mm, 16mm e 8mm, e aproximadamente 1,5 mil entradas em material digital, abrangendo DVD, Blu-ray, Betacam Digital, U-matic, VHS e HDS, entre outros formatos.

Além das obras audiovisuais, a Cinemateca de Curitiba mantém diversos equipamentos museológicos de cinema, como projetores, câmeras e acessórios, que documentam a evolução técnica e estética da produção cinematográfica ao longo das décadas. Integra também o acervo um Centro de Documentação, composto por cartazes, livros, fotografias, propagandas de filmes e outros materiais relacionados à história do cinema, constituindo importante fonte de pesquisa para estudantes, pesquisadores e realizadores.

Todos os materiais encontram-se registrados no sistema PERGAMUM, assegurando sua catalogação técnica e o controle de acesso às informações. Dessa forma, a Cinemateca de Curitiba reafirma seu papel como instituição fundamental para a preservação, valorização e difusão da memória audiovisual paranaense, contribuindo para a formação cultural e o fortalecimento da identidade cinematográfica regional.

LONDRINA

Em Londrina, as ações voltadas à **preservação da memória audiovisual** têm sido fortalecidas por meio de **políticas públicas e instrumentos de fomento**. Embora o município ainda não possua uma cinemateca própria, iniciativas relevantes são apoiadas pelo **Programa Municipal de Incentivo à Cultura (PROMIC)** que, historicamente, contempla projetos voltados à preservação e restauração de filmes, reafirmando o compromisso da cidade com a salvaguarda de seu patrimônio cultural.

A atenção ao setor foi ampliada com a **Lei Paulo Gustavo**, que no município incluiu uma linha específica destinada à digitalização, recuperação, restauração e organização de acervos audiovisuais, assegurando apoio financeiro para ações técnicas e de conservação. Um dos projetos de destaque é a restauração e preservação dos materiais audiovisuais do cineasta Udihara, que completou 90 anos em 2022. A iniciativa promoveu a remasterização inédita de quatro títulos de seu acervo cinematográfico, totalizando cerca de 25 minutos de imagens em suporte digital, com resolução Full HD ou superior, utilizando recursos técnicos e estéticos que garantem a integridade e a qualidade das obras originais.

Além dessas ações, Londrina conta com o **Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural (COMPAC)**, composto por 15 órgãos e entidades representativas, que atua na formulação e acompanhamento de políticas voltadas à preservação do patrimônio cultural da cidade, incluindo o audiovisual. Essas iniciativas demonstram o esforço contínuo do município em preservar sua memória cinematográfica e valorizar a produção audiovisual local como parte fundamental da identidade cultural londrinense.

MARINGÁ

Em Maringá, as ações voltadas à **preservação do patrimônio audiovisual** concentram-se no **Setor de Patrimônio Histórico do município**, que mantém um acervo de filmagens representativo da memória local, reunindo registros de eventos, manifestações culturais e transformações urbanas ao longo dos anos. Além do **acervo institucional**, o município também conta com **iniciativas particulares** dedicadas à preservação de filmes e materiais audiovisuais históricos, que contribuem para a salvaguarda e difusão da memória cinematográfica maringaense.

PORTO ALEGRE

Porto Alegre, desde 2015, conta com um importante equipamento público voltado à **preservação e difusão da memória audiovisual**: a **Cinemateca Capitólio**, sediada em um cinema quase centenário, inaugurado em 1928 e totalmente restaurado. Com **gestão da Coordenação de Cinema e Audiovisual da Secretaria Municipal da Cultura**, a Cinemateca tem como missão preservar, restaurar e difundir o patrimônio cinematográfico do Rio Grande do Sul, reunindo um dos mais significativos acervos dedicados ao cinema gaúcho e brasileiro.

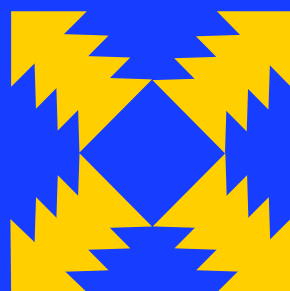
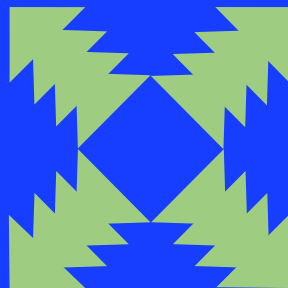
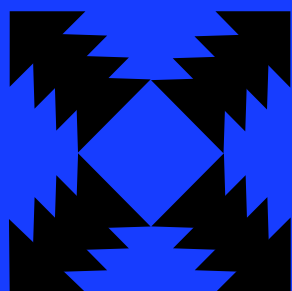
O espaço abriga uma sala de cinema com 164 lugares, biblioteca, duas salas de pesquisa, uma sala multimídia, galeria de exposições e um prédio anexo de quatro andares, onde estão armazenados filmes e materiais relacionados à história do cinema, como roteiros, cartazes e fotografias. A programação da sala é regular, com sessões diárias e ingressos a preços populares, privilegiando produções independentes, retrospectivas e mostras históricas.

A Cinemateca Capitólio também atua de forma ativa na **preservação técnica e restauração de obras** cinematográficas. Até o momento, realizou a restauração digital em 4K de cinco curtas-metragens e um longa-metragem gaúcho, o filme *Um é Pouco, Dois é Bom* (1970), de Odilon Lopez. Atualmente, está em andamento a restauração digital em 4K de *Vento Norte* (1951), de Salomão Scliar, considerado o primeiro longa-metragem de ficção sonoro produzido no Rio Grande do Sul.

Com sua estrutura técnica, acervo e programação contínua, a Cinemateca Capitólio consolida-se como referência regional na preservação da memória cinematográfica e como um espaço de formação, pesquisa e fruição cultural.

MUNICÍPIOS SEM REGISTROS

Os municípios de **Campo Grande, João Pessoa, Maceió, Natal, Recife, Salvador, Boa Vista, Macapá, Manaus e Novo Hamburgo** não informaram ou não registraram iniciativas específicas voltadas para a preservação audiovisual.



INTERNACIONALIZAÇÃO

A presença de ações voltadas à internacionalização reflete a capacidade dos territórios de projetar suas produções, profissionais e iniciativas em circuitos globais, fortalecendo conexões culturais, criativas e econômicas para além do país. Para compreender esse cenário, os gestores foram convidados a descrever iniciativas existentes em seus estados ou municípios destinadas a promover a circulação internacional de obras, estimular a participação em mercados e festivais e ampliar oportunidades de cooperação. Essas informações permitem observar como os entes públicos têm buscado inserir o setor em redes e espaços internacionais, contribuindo para sua visibilidade e competitividade.

ESTADOS

DISTRITO FEDERAL

O Distrito Federal ainda não conta com programas estruturados de internacionalização do audiovisual, como mecanismos de *cash rebate* ou editais voltados à exportação, mas possui iniciativas estratégicas que contribuem para a inserção global do setor. A **Brasília Film Commission** (BFC), criada pelo Decreto nº 39.343/2018, oferece **suporte logístico e institucional** para produções audiovisuais, incluindo o licenciamento de filmagens e o acesso a espaços públicos, o que torna Brasília um destino atrativo para produções nacionais e internacionais.

O **Festival de Brasília do Cinema Brasileiro** também desempenha um papel importante na promoção do audiovisual em âmbito internacional, por meio de sua seção de mercado, que inclui rodadas de negócios, sessões de pitching e encontros entre realizadores e players nacionais e estrangeiros. Em 2023, a **parceria entre o festival e a ApexBrasil** resultou na realização do **programa Exporta Mais Brasil**, que promoveu a aproximação entre produtores brasileiros e compradores de seis países, ampliando as oportunidades de internacionalização das obras nacionais.

Assim, mesmo sem um programa formal de internacionalização, o conjunto dessas ações — a atuação da BFC, o ambiente de negócios do Festival de Brasília e as parcerias com instituições de fomento ao comércio exterior — tem contribuído para fortalecer a presença do audiovisual brasiliense no cenário internacional, ampliando sua visibilidade e criando novas possibilidades de inserção no mercado global.

GOIÁS

O Estado de Goiás vem desenvolvendo importantes ações voltadas à internacionalização do setor audiovisual, tanto por meio de editais específicos quanto pela estruturação institucional de novas políticas. A Secretaria de Estado da Cultura (Secult-GO) está **em fase de criação da Film Commission Estadual**, iniciativa que visa atrair produções estrangeiras, facilitar processos de filmagem e promover Goiás como destino para o audiovisual internacional. Nesse contexto, foi lançada uma consulta pública para subsidiar a implantação da Film Commission, em articulação com o setor produtivo e demais agentes da cadeia audiovisual.

Entre as ações voltadas à internacionalização, destaca-se o **Edital PNAB 14 – Goiás Mundo Afora**, que contempla diferentes categorias de fomento internacional. Na

Categoria E – **Bolsa de Formação Internacional**, foi apoiado o projeto Audiovisual | Reino Unido, voltado à qualificação de profissionais goianos no exterior. Outras iniciativas do mesmo edital incluem a **Representação do Audiovisual Goiano no Festival de Cinema de Cannes** e o **projeto Conexão Lanterna Mágica no MIFA: a representatividade da mulher negra na animação mundial**, com participação prevista no MIFA/Annecy Festival 2025, um dos principais eventos de animação do mundo.

Além dessas ações, a Secult-GO prevê para agosto de 2025 o lançamento de um **edital de apoio** à participação de empresas do setor audiovisual no **Ventana Sur 2025**, um dos maiores mercados de cinema da América Latina.

Essas iniciativas consolidam a estratégia de Goiás de fortalecer a presença internacional do audiovisual produzido no estado, articulando formação, representação institucional e inserção em importantes mercados e festivais globais.

MATO GROSSO DO SUL

No Mato Grosso do Sul, a internacionalização do setor audiovisual vem sendo articulada no âmbito da economia criativa. **A Superintendência de Economia Criativa do Estado, em parceria com o Sebrae/MS e a ApexBrasil, desenvolve ações voltadas à inserção de produtos culturais e criativos em mercados internacionais.** Entre essas iniciativas, destacam-se encontros e programas que discutem estratégias de internacionalização, exportação e presença do audiovisual sul-mato-grossense em circuitos e mercados estrangeiros, fortalecendo o posicionamento do estado no cenário global e promovendo novas oportunidades de negócios e cooperação internacional para o setor.

BAHIA

O Governo do Estado da Bahia reconhece a **internacionalização como um eixo estratégico** para o fortalecimento e o desenvolvimento do setor audiovisual, atuando em três frentes principais: a **conquista de novos mercados**, o **intercâmbio** de experiências entre agentes e empresas do setor e a **inserção do estado na rota internacional** de prestação de serviços audiovisuais, por meio da **Bahia Film Commission**. Em estágio inicial, as ações da Bahia Film Commission e do **Edital de Mobilidade Cultural** têm desempenhado papel fundamental nesse processo.

O Edital de Mobilidade Cultural 2023/2024, executado pela Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (Secult) com recursos do Fundo de Cultura da Bahia (FCBA), destinou apoio à circulação de agentes culturais e projetos em eventos internacionais, com o objetivo de promover o aprimoramento técnico, a qualificação profissional e o

fortalecimento das redes de cooperação. No campo do audiovisual, foram contempladas 13 propostas específicas, com um total de recursos distribuídos de R\$331.932,50. As propostas apoiadas foram: Missão de Intercâmbio: BIND na Gamescom LATAM – R\$68.310,00 (Salvador – São Paulo Expo - Vila Água Funda); Brasil-Cabo Verde-Bissau pela memória de Cabral – R\$22.600,00 (Salvador – Cabo Verde/Guiné-Bissau); Flores de Iroko e o Baobá – R\$30.240,00 (Lauro de Freitas – Maputo); Workshop Prático de Cinema Documentário Criativo – R\$8.040,00 (Salvador – Cuba); Liberdade do Corpo Negro – R\$30.240,00 (Salvador – São Tomé e Príncipe); Workshop de Cinema de Férias de 6 Semanas na NYFA – R\$16.500,00 (Salvador – New York Film Academy); Sopro Ancestral: Websérie – R\$31.374,00 (Alagoinhas – Maputo, Moçambique); 4ª Autêntica Mostra Cinemas do Brasil – R\$7.260,00 (Nazaré – Quinta Los Pinos, Nicarágua); Estranho Familiar no FICCLAB 2025 – R\$34.740,00 (Salvador – San Antonio de Los Baños, Cuba); Estudo Avançado em Roteiro de Cinema, TV e Internet – R\$12.068,50 (Salvador – San Antonio de Los Baños, Cuba); Cartografia Audiovisual Baiana: Uma Mirada Espiral – R\$30.240,00 (Salvador – Universidade de Xangai); MOSC – Diálogos Transatlânticos Bahia-Cabo Verde – R\$40.320,00 (Conceição do Almeida – Ilha de Santiago); Filme TMAP – Intercâmbio para Desenvolvimento – R\$8.400,00 (Salvador – SAPCINE FICCalí, Valle del Cauca).

Em continuidade a essas ações, a chamada para o Edital de Mobilidade Cultural 2025/2026 foi lançada em junho de 2025, com valor global de R\$5.000.000,00 destinado aos anos de 2025 e 2026. O edital, em formato de fluxo contínuo, estabelece que todos os projetos aprovados deverão incluir uma atividade de contrapartida obrigatória, em formato presencial e gratuito, na Bahia, com o objetivo de compartilhar com o público local as experiências e conhecimentos adquiridos nas atividades internacionais.

Dessa forma, tanto o Edital de Mobilidade Cultural quanto a atuação da Bahia Film Commission configuram-se como instrumentos fundamentais para a consolidação da presença do audiovisual baiano no cenário internacional, fortalecendo sua competitividade, ampliando oportunidades de cooperação e promovendo o reconhecimento da produção do estado no circuito global do setor.

CEARÁ

A Secretaria da Cultura do Estado do Ceará (Secult Ceará) desenvolve um conjunto de ações voltadas à internacionalização do setor audiovisual, reforçando a presença do estado em circuitos e mercados internacionais. Atualmente, três projetos se destacam nesse processo: **“Directors’ Factory Ceará Brasil”, “Porto MIS CinéFabrique” e “Produire au Sud”**, todos resultantes das articulações e encontros realizados no âmbito do **Festival de Cannes** de 2024, que consolidaram a expansão das parcerias internacionais e o fortalecimento das políticas de intercâmbio audiovisual do Ceará.



Desde 2024, o projeto **Directors' Factory Ceará Brasil** seleciona cineastas emergentes com projetos de primeiro ou segundo longa-metragem para coescrever e codirigir, em duplas, quatro curtas-metragens, exibidos na abertura da Quinzena dos Realizadores, durante o Festival de Cannes. Na primeira edição, lançada em julho de 2024 e direcionada a cineastas das regiões Norte e Nordeste do Brasil, foram recebidas mais de 60 inscrições. A Quinzena dos Realizadores e a equipe da Directors' Factory, em conjunto com o júri local, selecionaram quatro realizadores brasileiros — dois do Ceará, um de Alagoas e um do Amazonas —, que foram pareados com diretores estrangeiros. Em maio de 2025, os filmes resultantes foram apresentados na Quinzena e os cineastas tiveram a oportunidade de participar do **Marché du Film**, apresentando seus projetos de longa-metragem a produtores, agentes de vendas, representantes de laboratórios e festivais internacionais. O projeto é uma iniciativa da Secretaria da Cultura do Ceará, em parceria com o Instituto Mirante de Cultura e Arte, o Instituto Dragão do Mar e o Festival de Cannes.

O **projeto Porto MIS CinéFabrique** promove a realização de dois curtas-metragens de ficção por meio de uma parceria entre o Museu da Imagem e do Som do Ceará (MIS), a Escola Porto Iracema das Artes e o programa internacional "Cine Nomad School", da CinéFabrique, escola de cinema localizada em Lyon, na França. A iniciativa reúne estudantes do segundo ano da graduação em cinema da CinéFabrique e alunos de cinema e audiovisual do Ceará, que produzem conjuntamente dois curtas-metragens, priorizando o aprendizado coletivo, o compartilhamento de perspectivas culturais e a experimentação técnica e artística.

O **projeto Produire au Sud** é um programa de formação profissional voltado para produtores e realizadores da África, América Latina e Ásia, com foco nas dinâmicas e desafios da coprodução internacional. A parceria entre a Secult Ceará, por meio da Escola Porto Iracema das Artes, e o Festival des 3 Continents, de Nantes, na França, viabiliza a troca de experiências e a qualificação técnica de profissionais cearenses, ampliando o alcance internacional da produção audiovisual do estado.

Além desses três projetos estruturantes, a Secult Ceará também patrocinou o longa-metragem "Motel Destino", selecionado para a mostra competitiva do Festival de Cannes de 2024, o que representa um marco simbólico e estratégico na consolidação da presença do audiovisual cearense no cenário internacional.

PARAÍBA

O Estado da Paraíba, em 2025, promoveu uma importante **ação de internacionalização** do setor audiovisual ao realizar a seleção de realizadores para participarem de uma **residência em Cinema Direto no Ateliers Varan**, em Paris, França. A iniciativa integrou a carteira de projetos da Paraíba na Temporada Brasil-França 2025, fortalecendo a inserção do audiovisual paraibano em um contexto de intercâmbio cultural e formativo internacional. Ao todo, cinco realizadores audiovisuais paraibanos foram selecionados para participar da residência, que ocorreu entre os meses de maio e junho de 2025, possibilitando o aperfeiçoamento técnico e artístico em uma das instituições de maior prestígio mundial na formação em cinema documental. A ação contribuiu para ampliar a visibilidade da produção paraibana, estabelecer redes de cooperação internacional e promover o diálogo entre profissionais brasileiros e franceses no campo do audiovisual.

MINAS GERAIS

O Estado de Minas Gerais tem promovido o fortalecimento da **internacionalização** do setor audiovisual por meio do **fomento à circulação de obras e projetos mineiros em eventos internacionais**, assegurado por editais de circulação lançados em 2024 e 2025. Essas iniciativas têm como objetivo ampliar a presença de realizadores e produções do estado em festivais, mostras e mercados estrangeiros, estimulando a difusão do audiovisual mineiro e o intercâmbio cultural com outros países.

PARANÁ

O Estado do Paraná desenvolve ações estruturadas voltadas à **internacionalização do setor audiovisual**, com destaque para **iniciativas de fomento, circulação e promoção em mercados estrangeiros**. A **PR Film Commission** atua na atração de produções nacionais e internacionais, promovendo o estado como polo estratégico de recepção de filmagens e como destino competitivo no cenário audiovisual global. Em 2025, a comissão representou o Paraná no **Marché du Film**, evento de mercado do Festival de Cinema de Cannes, ampliando a visibilidade do setor paranaense no exterior.

O **Programa Mobilidade Cultural**, lançado em 2024, tem como objetivo conceder bolsas a agentes culturais para participação em festivais, mostras, eventos culturais e de mercado no Brasil e no exterior, fomentando intercâmbios e a projeção internacional das produções locais. Em sua primeira edição, aproximadamente 9% dos projetos contemplados previam ações específicas de internacionalização do audiovisual paranaense.

Outra iniciativa relevante é o **Mercado do Cinema Independente (MECI)**, evento de mercado financiado pelo Estado do Paraná, por meio da Secretaria de Estado da Cultura, e realizado durante o 14º Olhar de Cinema – Festival Internacional de Curitiba (2025). O MECI tem como propósito ampliar oportunidades de coprodução, estabelecer parcerias estratégicas e impulsionar negócios que fortaleçam o cinema paranaense em níveis nacional e internacional.

O **Programa Paraná Festivais**, criado em 2024, complementa esse conjunto de ações ao promover o desenvolvimento dos festivais de cultura do estado, oferecendo apoio institucional e técnico, consultorias e mentorias voltadas à qualificação e à projeção dos eventos culturais paranaenses em âmbito nacional e internacional.

RIO GRANDE DO SUL

O Estado do Rio Grande do Sul desenvolve ações estratégicas para a **internacionalização do setor audiovisual**, articulando **mecanismos de fomento, mobilidade e co-operação transfronteiriça** que fortalecem a presença e a competitividade das produções gaúchas em circuitos internacionais.

A Secretaria de Estado da Cultura (Sedac) lançará em breve o **Editais Sedac – Mobilidade**, voltado à concessão de bolsas culturais para participação em eventos, festivais, feiras e outras atividades culturais no Brasil e no exterior. O edital terá caráter de fluxo contínuo e contará com um valor total de R\$2.500.000,00, destinado a apoiar a circulação e a presença de artistas e profissionais da cultura gaúcha em espaços de relevância nacional e internacional. No campo do audiovisual, a iniciativa representa uma oportunidade significativa para realizadores, produtores, técnicos e demais agentes ampliarem suas redes de contato, promoverem seus trabalhos e se inserirem em circuitos estratégicos de mercado e formação. As bolsas culturais contemplarão valores diferenciados para deslocamentos estaduais, nacionais e internacionais, cobrindo despesas como transporte, hospedagem e permanência. Além de impulsionar trajetórias individuais e coletivas, o edital reafirma o compromisso do Estado com a difusão e a valorização do cinema e do audiovisual produzidos no Rio Grande do Sul, fortalecendo a presença qualificada de seus profissionais em eventos internacionais.

Outra ação relevante é a **Linha de Fomento à Coprodução Internacional, prevista no Edital Sedac/LPG nº 16/2023 – Audiovisual Inciso I**, que oferece apoio financeiro a projetos que estabelecem parcerias entre produtoras locais e internacionais. Essa linha destina recursos para o financiamento de até três projetos, cada um no valor máximo de R\$1.000.000,00, incentivando a circulação das produções gaúchas no mercado global e ampliando sua visibilidade e competitividade. O fomento contribui diretamente para fortalecer a integração cultural e econômica com outros países,

além de consolidar o Rio Grande do Sul como um polo ativo na cooperação audiovisual internacional.

Complementando essas iniciativas, o **Mercado Audiovisual Entre Fronteiras (MAEF)** consolida-se como um evento anual voltado ao fomento de coproduções, intercâmbio e fortalecimento da indústria audiovisual da região Sul do Brasil (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná) e dos países vizinhos, como Argentina, Paraguai e Uruguai (país convidado). O MAEF constitui um espaço estratégico para produtores, realizadores e instituições compartilharem experiências, negociarem coproduções e estabelecerem parcerias transfronteiriças. Sua programação inclui rodadas de negócios, painéis, oficinas e exposições, promovendo o desenvolvimento do audiovisual regional e estimulando a economia criativa local.

Desde sua retomada após o período pandêmico, o evento vem se consolidando como um dos principais encontros do setor na região Sul, reunindo agentes nacionais e internacionais em torno do fortalecimento das redes de colaboração e da promoção de produções locais em novos mercados. Em sua quinta edição, realizada na região das Missões e organizada pela Sedac, por meio do IECINE, o MAEF ganhou destaque especial ao integrar um território de grande relevância histórica e cultural, reforçando a identidade e a diversidade do audiovisual regional. A iniciativa reafirma o compromisso do Estado com o desenvolvimento sustentável do setor e com a ampliação das oportunidades de inserção internacional do audiovisual gaúcho.

ESTADOS SEM REGISTROS

Os estados de **Mato Grosso, Alagoas, Maranhão, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Roraima, Tocantins, Espírito Santo e Santa Catarina não informaram ou não registraram** iniciativas específicas voltadas à internacionalização do setor audiovisual.

SALVADOR

O município de Salvador deu início à estruturação de uma política de **internacionalização do setor audiovisual**, tendo como marco o **Editai Salvador Circula**, lançado em 2024. Em duas chamadas públicas, o edital selecionou propostas para o recebimento de bolsas culturais destinadas à mobilidade e intercâmbio de agentes culturais, grupos artístico-culturais e suas obras, em território estadual, nacional e internacional. As bolsas foram concedidas com o objetivo de custear, total ou parcialmente, despesas de transporte, alimentação e hospedagem, incentivando a circulação de artistas e produções soteropolitanas em diferentes contextos.

As propostas inscritas puderam abranger quaisquer segmentos artístico-culturais — como Audiovisual, Artes Visuais, Circo, Dança, Literatura, Música, Teatro, Culturas Populares, Moda, Gastronomia, Cultura Afro-brasileira. No campo do audiovisual, foram selecionados 15 projetos voltados a atividades de mobilidade cultural, difusão e formação, com bolsas que variaram entre R\$5.000,00 e R\$30.000,00. Entre os destaques, houve **apoio para participações em eventos de grande relevância internacional**, como a Berlinale, o Festival SXSW 2025 (Texas, EUA), o FICCLAB da EICTV (Cuba), a 48ª Mostra Internacional de Cinema de São Paulo, a 11ª Mostra de Cinema de Gostoso, o FRAPA 2024, a New York Film Academy (Los Angeles), o MIP Cancun e projetos de intercâmbio entre cineclubes do Brasil e da Nigéria.

Ainda em 2025, está prevista uma **nova edição do Editai Salvador Circula**, com o objetivo de consolidar a iniciativa como política permanente de fomento à mobilidade e internacionalização cultural.

Paralelamente, foi firmado um **protocolo de parceria entre a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (SECULT) e o Sebrae-Bahia**, voltado ao fortalecimento da economia criativa por meio de missões nacionais e internacionais. Essas missões têm como propósito promover a produção, a difusão e o reconhecimento das linguagens artísticas de Salvador em diferentes contextos geográficos e culturais, fortalecendo a identidade local e ampliando o alcance global da produção criativa.

No primeiro ciclo das missões (2025–2026), o foco recairá sobre os setores de audiovisual, música e games, considerados estratégicos por seu potencial de impacto na cadeia produtiva. Os eventos internacionais definidos como prioritários incluem **o SXSW, o Marché du Film (Festival de Cannes) e o Ventana Sur (Buenos Aires)**. A ação prevê a formação de uma delegação de 10 realizadores, que participam de um

processo formativo preparatório voltado ao aprimoramento de habilidades práticas e estratégicas para atuação em mercados internacionais — incluindo apresentações de projetos, negociações, captação de recursos e estabelecimento de parcerias.

Após o retorno das missões, os participantes devem apresentar relatórios sobre suas experiências e conexões realizadas. Além disso, há monitoramento por um período de seis meses para avaliar o impacto das viagens em seus projetos e trajetórias profissionais. A iniciativa se encerra com um evento público de compartilhamento de experiências, com o intuito de sensibilizar novos agentes culturais, ampliar as redes de cooperação e consolidar Salvador como um polo ativo na internacionalização do audiovisual brasileiro.

FORTALEZA

O município de Fortaleza encontra-se em **processo de implementação da Fortaleza Film Commission**, iniciativa estratégica voltada à promoção da cidade como destino de produções audiovisuais nacionais e internacionais e ao fortalecimento do setor local. O decreto de criação da Film Commission foi encaminhado à Procuradoria Geral do Município para avaliação, emissão de parecer e posterior assinatura pelo prefeito. Paralelamente, foi contratada uma agente cultural com experiência no setor audiovisual para conduzir as etapas iniciais de implantação e articulação institucional.

Além disso, com **recursos da Lei Paulo Gustavo (LPG)**, foi contratada uma consultoria técnica especializada para apoiar a estruturação da Film Commission, cujos trabalhos encontram-se em andamento. Essa consultoria tem como objetivo estabelecer diretrizes operacionais, fluxos de atendimento e estratégias de atuação que garantam à futura Fortaleza Film Commission uma inserção eficiente nas redes de film commissions nacionais e internacionais, consolidando o município como polo competitivo de produção e circulação audiovisual.

JOÃO PESSOA

O município de João Pessoa tem desenvolvido ações voltadas à **internacionalização do setor audiovisual**, com destaque para a realização de duas edições do **Programa de Apoio à Participação de Profissionais do Setor Audiovisual no Ventana Sur – Mercado Audiovisual**. O programa concede apoio logístico e financeiro para viabilizar a presença de representantes legais de empresas produtoras sediadas na capital paraibana no Ventana Sur, um dos principais mercados audiovisuais da América Latina, realizado anualmente em Buenos Aires.



Além disso, o município executou a linha de **Participação em Ambiente de Mercado**, integrante do **Edital “O Novíssimo Cinema Parahybano”**, financiado com **recursos da Lei Paulo Gustavo (LPG)**. Essa linha de apoio tem como objetivo incentivar a inserção de produtores e realizadores locais em espaços estratégicos de mercado, ampliando oportunidades de coprodução, distribuição e difusão das obras paraibanas no cenário internacional.

BELO HORIZONTE

A **internacionalização do setor audiovisual** em Belo Horizonte representa um passo estratégico para consolidar a cidade como um polo relevante da economia criativa no Brasil. Inserir a produção local em circuitos globais de coprodução, distribuição e difusão cultural significa ampliar o alcance do cinema belo-horizontino e fortalecer suas conexões com o mercado internacional. As coproduções internacionais permitem o desenvolvimento de projetos com maior robustez técnica, financeira e artística, além de promoverem o intercâmbio de conhecimentos e práticas entre profissionais, ampliando a qualificação e o repertório do setor.

Nesse contexto, Belo Horizonte participou pela primeira vez do **Marché du Film 2025**, o principal mercado de cinema do mundo, integrando a delegação brasileira a convite do Ministério da Cultura (MinC) e da Secretaria do Audiovisual (SAv). A presença no evento representou um marco para a projeção do audiovisual da cidade em escala global, possibilitando o estabelecimento de conexões estratégicas com agentes, distribuidoras e investidores internacionais, e abrindo novas perspectivas para cooperação e coprodução.

Como desdobramento dessa participação, foi criado um eixo de internacionalização dentro da estrutura de planejamento da política cultural do município, com o objetivo de desenvolver ações estruturantes voltadas à presença internacional do setor audiovisual e à consolidação de Belo Horizonte como uma cidade global criativa.

Esse movimento se apoia em iniciativas já consolidadas, como o patrocínio da **BH Film Commission**, pelo terceiro ano consecutivo, ao **CineMundi**, principal evento de coprodução internacional sediado na capital. O CineMundi tem se firmado como uma plataforma estratégica de articulação entre projetos brasileiros e profissionais do mercado audiovisual mundial, funcionando como um espaço de negócios, formação e difusão cultural que atrai atenção internacional para a produção local.

Além disso, a estratégia de internacionalização de Belo Horizonte contempla o **fortalecimento de políticas de incentivo, a celebração de parcerias institucionais e comerciais e o estímulo à atração de investimentos estrangeiros** por meio da film

commission e de **instrumentos voltados à produção e circulação**. Essas ações geram efeitos diretos na economia urbana, estimulando o turismo cinematográfico, a geração de emprego e renda, e a movimentação de diversos setores produtivos.

CURITIBA

A cidade de Curitiba vem consolidando sua inserção no cenário internacional do audiovisual por meio da articulação entre o setor produtivo, o poder público e entidades representativas. Um dos espaços de destaque nesse processo é o **Seminário de Negócios Internacionais do Paraná**, organizado pela Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep), por meio de sua gerência de Relações Internacionais, em parceria com o World Trade Center Curitiba. O evento promove debates sobre as perspectivas e oportunidades dos negócios internacionais no estado, reunindo agentes econômicos, produtores culturais e representantes do setor audiovisual. O SIAPAR – Sindicato da Indústria Audiovisual do Paraná participa ativamente dessas ações, fortalecendo o diálogo entre o audiovisual paranaense e o mercado global.

Além disso, produtoras independentes de Curitiba e de outras regiões do estado têm participado do **programa Brazilian Content**, uma iniciativa realizada em **parceria com a ApexBrasil**, que tem como objetivo fomentar a exportação de conteúdo brasileiro e ampliar a presença das produções nacionais em mercados internacionais.

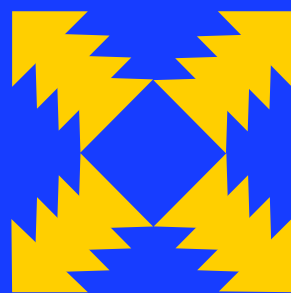
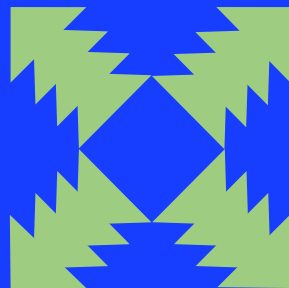
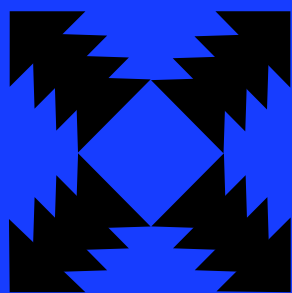
PORTO ALEGRE

A Coordenação de Cinema e Audiovisual da Secretaria Municipal da Cultura de Porto Alegre realizou, em 2023, a primeira edição do **Encontro de Festivais Internacionais de Cinema (EFIC)**, iniciativa inédita voltada ao fortalecimento da inserção internacional do setor audiovisual. O evento reuniu representantes de diversos festivais de cinema internacionais, promovendo um espaço de diálogo, troca de experiências e construção de parcerias entre agentes culturais, realizadores e gestores de eventos cinematográficos.

O EFIC tem como principal objetivo **estimular o intercâmbio entre festivais** e instituições do audiovisual, ampliando as **oportunidades de cooperação cultural** e de **circulação de obras brasileiras no exterior**. A proposta é consolidar o evento como um fórum permanente de articulação internacional, fortalecendo Porto Alegre como um polo estratégico do audiovisual latino-americano.

MUNICÍPIOS SEM REGISTROS

Os municípios de **Campo Grande, Maceió, Natal, Recife, Boa Vista, Macapá, Manaus, Palmas, Londrina, Maringá e Novo Hamburgo** não informaram ou não registraram iniciativas específicas voltadas à internacionalização do setor audiovisual.



SETOR DE GAMES E INOVAÇÃO AUDIOVISUAL

A incorporação de ações voltadas ao setor de games e a outras inovações no campo audiovisual evidencia o quanto os territórios têm acompanhado transformações tecnológicas e criativas que remodelam o ecossistema contemporâneo. Com esse propósito, os gestores foram convidados a descrever iniciativas existentes em seus estados ou municípios relacionadas ao desenvolvimento de jogos digitais, laboratórios de experimentação, tecnologias imersivas ou outras frentes inovadoras. As informações reunidas permitem observar em que medida os entes públicos têm buscado diversificar suas políticas, apoiando segmentos emergentes e ampliando as possibilidades de atuação e crescimento do setor.

ESTADOS

DISTRITO FEDERAL

O Distrito Federal, por meio do **Fundo de Apoio à Cultura (FAC)**, desenvolve iniciativas específicas para o fortalecimento do setor de games e das inovações audiovisuais. Entre 2018 e 2024, foram lançadas **chamadas públicas** que incluíram linhas de apoio exclusivas para o desenvolvimento e a produção de jogos eletrônicos, viabilizando projetos de criação, prototipagem, experimentação e difusão.

Essas iniciativas se destacam por promover a inserção do DF no mercado de jogos digitais, incentivar novas linguagens e estimular a convergência entre audiovisual, tecnologia e cultura digital. Os editais também têm buscado alinhar-se a ações afirmativas, ampliando a participação de mulheres, pessoas negras, indígenas e pessoas com deficiência, nesse campo inovador.

Em 2018, o **edital FAC Audiovisual destinou R\$810.000,00** à produção de jogos eletrônicos, apoiando 10 projetos. Em 2021, o **FAC Multicultural** previu recursos exclusivos para a área, distribuídos em dois módulos de produção de jogos, **totalizando R\$200.000,00** e apoiando 2 projetos. Mais recentemente, o **FAC II 2024** fortaleceu o segmento com linhas de desenvolvimento de jogos digitais, **destinando R\$2.000.000,00** para o apoio a 8 projetos.

Esse histórico demonstra que o DF não apenas reconhece os jogos digitais como parte integrante do setor audiovisual, mas também assegura sua inclusão em editais recorrentes de fomento, estimulando inovação, experimentação e a consolidação de um ecossistema criativo local voltado ao campo dos games.

GOIÁS

O Estado de Goiás vem avançando na área de games e cultura digital por meio do **lançamento de editais específicos voltados à criação de protótipos, ao desenvolvimento de jogos digitais e a iniciativas de inovação no campo das novas mídias**. Esses editais ampliam as possibilidades de experimentação e produção no setor, estimulam a formação de profissionais e fortalecem o ecossistema criativo goiano relacionado aos jogos eletrônicos e à cultura digital.

BAHIA

O Estado da Bahia reconhece o grande potencial do setor de games e vem se aproximando dele gradualmente por meio de **investimentos em eventos, laboratórios, formação e apoio direto à produção de jogos**. Com recursos do **edital Eventos Calendarizados do Fundo de Cultura do Estado da Bahia (FCBA)**, o **Animaí – Festival Baiano de Animação e Games** se consolidou como um evento pioneiro, dedicado à valorização e ao fortalecimento do mercado de animação e games. Sua programação gratuita e diversificada democratiza o acesso a essas linguagens e estimula o desenvolvimento do setor. Além de Salvador, o festival já ocorreu em Itaparica e em diversas cidades do interior do estado, ampliando seu alcance territorial e reforçando o compromisso com a descentralização cultural. O Animaí busca não apenas criar oportunidades para produtores, como também ampliar o interesse e a percepção do público consumidor diante dessas áreas criativas em expansão.

No campo da formação e da experimentação, a **Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB) financiou duas categorias voltadas ao fortalecimento do segmento de games**. A primeira, Formação em Games, destinou recursos a projetos de capacitação técnica em áreas como programação, design de jogos e arte digital, incluindo ainda etapas de desenvolvimento e pós-produção, como gerenciamento de projetos, testes de jogabilidade, otimização, estratégias de marketing e análise de mercado. A segunda, Laboratório de Games, financiou o desenvolvimento inicial de protótipos de softwares voltados à execução em dispositivos móveis, contemplando despesas com equipe, aquisição de softwares, tecnologias e outros recursos necessários ao processo criativo.

Paralelamente, a **parceria entre a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI) e a Secretaria de Cultura (SECULT) resultou em duas ações recentes voltadas ao setor de games**. A primeira, lançada no segundo semestre de 2023, foi o **edital “Metaverso no 2 de Julho”**, para a produção de jogos educativos (serious games) em realidade virtual, abordando o dia da consolidação da Independência do Brasil, o 2 de Julho. A iniciativa aproximou universidade e agentes do setor, promovendo uma colaboração inédita entre o ambiente acadêmico e o mercado de jogos digitais. Ainda em execução em 2025, o edital entregará seis jogos organizados em episódios que reconstituem momentos históricos: Episódio 1 — 19 de fevereiro de 1822 – Convento da Lapa; Episódio 2 — 07 de janeiro de 1823 – Ilha de Itaparica; Episódio 3 — 2 de fevereiro de 1822 – Nova Junta Administrativa; Episódio 4 — 2 de Julho de 1823 – Cidade de Salvador; Episódio 5 — 08 de novembro de 1822 – Pirajá; Episódio 6 — 25 de junho de 1822 – Cachoeira. O edital prevê investimento total de até R\$4.000.000,00, sendo até R\$660.000,00 destinados a cada episódio, distribuídos entre parcelas e bolsas.

A segunda ação é o **editais "Games BA"**, lançado em 2024 e voltado à aceleração de até 20 startups de desenvolvimento de jogos eletrônicos. A iniciativa resulta de uma parceria com o SEBRAE, que aportou R\$200.000,00, enquanto o Estado da Bahia, por meio da SECTI, investiu outros R\$200.000,00 para fortalecer o ecossistema empreendedor de games no estado.

O Governo do Estado também promove regularmente o BTX – Bahia Tech Experience, evento de inovação tecnológica que apresenta startups e empresas de diversos segmentos, incluindo o setor de jogos digitais.

O setor de games na Bahia vem se estruturando de forma crescente. O **mapeamento da ABRAGAMES (2023)** identificou 23 empresas desenvolvedoras de jogos no estado, enquanto o **Mapeamento de Projetos de Conteúdos Audiovisuais da Bahia Filmes** contabilizou cerca de 80 projetos de games em diferentes estágios de desenvolvimento, aptos a serem acelerados. Ainda assim, permanece o desafio de desenvolver mecanismos mais eficazes para a inserção desses produtos no mercado, o que exige maior compreensão dos gargalos do setor e a formulação de um plano mais robusto de desenvolvimento. Nesse sentido, a **Bahia Filmes** deverá centralizar essa atuação, articulando as dimensões culturais e científicas do segmento e potencializando os investimentos por meio de uma política integrada.

CEARÁ

O Ceará, em 2025, avançou na consolidação de sua política para o setor de jogos digitais por meio da execução das ações previstas no **Chamamento Público** para a **Realização do Programa Hub de Jogos do Ceará (PNAB)**. Entre essas ações, destaca-se o Laboratório de Produção de Jogos, que seleciona até 100 criadores para participarem de processos de incubação de projetos e desenvolvimento de serviços criativos na área. O programa também inclui uma **Aceleradora de Negócios Criativos em Jogos**, voltada à formação e mentoria de estúdios, com foco na profissionalização e na preparação para o mercado.

Além disso, contempla o eixo de **Intercâmbio Cultural**, que prevê a participação de ao menos 10 criadores em eventos nacionais e internacionais do setor, possibilitando articulação, parcerias e inserção competitiva no mercado de jogos. O programa abrange ainda a **criação da Plataforma Online do Hub de Jogos do Ceará**, destinada à promoção, difusão, memória e preservação da produção local, bem como à conexão do público com a cena cearense de games. Por fim, integra ações específicas voltadas à memória e ao patrimônio da linguagem dos jogos, fortalecendo o registro e a valorização da história e das práticas criativas do segmento no estado.

PARAÍBA

A Paraíba vem fortalecendo o ecossistema de jogos digitais por meio de iniciativas de estímulo à formação, inovação e desenvolvimento tecnológico. Entre essas ações, destaca-se o **Edital nº 55/2024 – SECTIES/FAPESQ/PB**, voltado à seleção de equipes para o **Circuito Game Dev Quest**, programa dedicado ao desenvolvimento de jogos digitais e coordenado pela Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia.

O edital tem como objetivo incentivar a criação de novos projetos, apoiar equipes emergentes e promover a qualificação técnica no campo dos jogos eletrônicos, articulando formação, experimentação e desenvolvimento prático.

PERNAMBUCO

Pernambuco vem incorporando o setor de jogos digitais às suas políticas de fomento por meio do **Funcultura Audiovisual**, que contempla a **categoria específica de Games**. Essa linha tem como objetivo incentivar o desenvolvimento de jogos experimentais e autorais de pequeno porte, com soluções tecnológicas e/ou artísticas inovadoras, preferencialmente tratando de temas socioculturais contemporâneos. Podem ser apoiados projetos de webgames, games para plataformas mobile, arte digital interativa, protótipos de jogos de maior porte, entre outras produções.

Além disso, tanto o Edital Funcultura Geral, na área de Patrimônio Cultural (até 2024), quanto o novo Edital Funcultura Patrimônio Cultural (a partir de 2025), incluem a categoria "Criação de games ou aplicativos especializados em patrimônio cultural material e/ou imaterial", estimulando o desenvolvimento de jogos voltados à educação patrimonial e à difusão da memória cultural de Pernambuco. Essas iniciativas reforçam o compromisso do estado com a inovação, a diversidade de linguagens e a integração entre cultura, tecnologia e preservação histórica.

PIAUI

No Piauí, embora ainda não haja números consolidados sobre o total de empresas desenvolvedoras de games, observa-se um crescimento consistente no interesse pelo setor. Esse movimento ficou evidente nas submissões à **Política Nacional Aldir Blanc (PNAB)**, que registrou um aumento das propostas voltadas a games, jogos digitais e ao universo geek. Ao todo, foram seis propostas relacionadas a essas áreas, indicando uma demanda emergente e o fortalecimento gradual desse segmento criativo no estado.

SERGIPE

O estado de Sergipe conta atualmente com **cinco empresas desenvolvedoras de games em atividade**, que vêm se destacando no cenário regional e nacional com iniciativas voltadas para educação, cultura e inovação tecnológica. Entre elas, destaca-se a **Lumen Games**, uma das empresas mais relevantes do setor no país, com atuação internacional e produtos distribuídos em diversos mercados. A **Universo de Estudo** foi contemplada pelo **Edital Fundeci 01/2019 – Subvenção Econômica para Inovação**, destinado a apoiar empresas inovadoras da Região Nordeste e do Norte dos estados do Espírito Santo e Minas Gerais. A **Nyquist Games** recebeu premiação no programa de aceleração Delta-V, do Banco do Nordeste, pelo desenvolvimento de soluções educativas baseadas no ensino de robótica para crianças. A **Arandu Games** é responsável pelo jogo Maria: As Raízes de Sergipe, que utiliza a gamificação como ferramenta de valorização da cultura e da história local. Já a **Manguetal Games**, sediada no interior do estado, desenvolveu o jogo Lupa, demonstrando o potencial criativo existente também fora da capital. Essas iniciativas evidenciam a consolidação gradual do ecossistema de games em Sergipe e a diversidade de propostas desenvolvidas no estado.

TOCANTINS

Para fortalecer a economia criativa e acompanhar o crescimento do setor de jogos digitais no país, o Estado do Tocantins vem incorporando ações específicas voltadas ao desenvolvimento dessa linguagem em suas políticas culturais. O **Plano Estadual de Cultura**, em seu Eixo VII – Ampliar a participação da cultura no desenvolvimento socioeconômico sustentável –, reconhece a cultura como vetor estratégico para o desenvolvimento e contempla de forma explícita iniciativas ligadas à tecnologia da informação e à inovação, incluindo o estímulo à criação e à difusão de jogos digitais.

Entre as metas previstas, destacam-se o **incentivo ao empreendedorismo cultural e à formação técnica em áreas relacionadas à cultura digital, como o desenvolvimento de jogos**. Alinhados a essas diretrizes, os editais voltados ao audiovisual no estado têm sido lançados com linhas específicas destinadas ao apoio à produção de jogos eletrônicos, como ocorreu nas seleções realizadas com recursos da **Lei Paulo Gustavo (LPG)** e da **Política Nacional Aldir Blanc (PNAB)**. Essa estrutura reafirma o compromisso do Tocantins com a ampliação da cadeia produtiva criativa e o fortalecimento do setor de jogos digitais em seu território.

ESPÍRITO SANTO

O Espírito Santo conta com iniciativas específicas voltadas ao fortalecimento do setor de games, jogos digitais e outras inovações no audiovisual, consolidando um ecossistema em expansão na confluência entre tecnologia, criatividade e produção cultural. Entre essas ações, destaca-se o **Edital de Games**, que apoia o desenvolvimento de jogos eletrônicos capixabas, incentivando novas narrativas, experimentação técnica e projetos de diferentes portes. Soma-se a ele o **Edital de Cultura Digital**, voltado a propostas inovadoras nas áreas de arte e tecnologia, ampliando as possibilidades de criação e circulação de conteúdos digitais no estado.

O estado também promove a **Trilha de Games do Hub ES+**, iniciativa que integra economia criativa e inovação por meio de oficinas, laboratórios, mentorias e ações de conexão com o setor tecnológico. Esse ambiente formativo e colaborativo fortalece tanto iniciantes quanto profissionais já estabelecidos.

Além disso, o Espírito Santo mantém **parcerias com o SEBRAE e com a Associação GameDev ES**, fundamentais para impulsionar a formação técnica, estimular o empreendedorismo criativo e consolidar o setor de jogos digitais como área estratégica no desenvolvimento cultural e econômico do estado.

RIO GRANDE DO SUL

O Rio Grande do Sul possui uma política estruturada para o desenvolvimento do setor de jogos digitais, articulada em torno de **ações intersetoriais e planejamentos de longo prazo**. Nesse contexto, o **GameRS** se destaca como o principal programa estratégico do estado voltado à consolidação da indústria de games.

O GameRS é um programa coordenado pela Secretaria de Inovação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (SICT/RS), dedicado ao fortalecimento do setor de jogos eletrônicos no estado. Criado em 2020, em um contexto de expansão significativa, quando o mercado gaúcho de games registrou crescimento de 100% em seu faturamento, o programa foi desenvolvido de maneira integrada com as secretarias estaduais da Cultura, da Educação e do Desenvolvimento Econômico, refletindo uma ação intersetorial voltada para inovação, economia criativa e desenvolvimento tecnológico.

Os objetivos do GameRS incluem contribuir para que a indústria gaúcha de games se torne competitiva e inovadora; estimular a formação de profissionais qualificados capazes de criar, gerenciar e operar empresas de referência; ampliar o acesso a fontes de financiamento que favoreçam o crescimento e a competitividade nacional e internacional do setor; fomentar ambientes de negócios sustentáveis; e aprimorar políticas de demanda, posicionando o poder público como agente indutor do consumo e do fortalecimento do mercado de jogos.

Atualmente, o programa trabalha na **elaboração do Guia de Planejamento Estratégico do setor para o período de 2020–2030**, resultado de um processo iniciado em outubro de 2021 e conduzido por um Grupo de Trabalho formado por 35 representantes de 19 instituições do ecossistema. Esse material sistematiza diretrizes, desafios, estratégias e projeções para o desenvolvimento do setor, servindo como base para a continuidade e a criação de novas políticas públicas estaduais. A metodologia aplicada, fundamentada na articulação da quádrupla hélice — governo, academia, iniciativa privada e sociedade civil — busca não apenas consolidar uma visão compartilhada para o setor, mas também inspirar experiências semelhantes em outros estados ou países.

O GameRS mantém ações permanentes voltadas à inovação, formação e articulação do ecossistema de jogos no Rio Grande do Sul, fortalecendo a cadeia produtiva, estimulando a competitividade e promovendo o desenvolvimento sustentável do setor no âmbito regional.

SANTA CATARINA

Santa Catarina desenvolve ações específicas voltadas ao fortalecimento do setor de games e à formação de novas gerações de criadores. Entre essas iniciativas, destaca-se o **SC Games**, programa voltado à capacitação e sensibilização de crianças e jovens de 9 a 17 anos para o desenvolvimento e a futura atuação profissional na área. O programa oferece **aulas gratuitas de artes, programação e robótica, ampliando o acesso ao conhecimento técnico** e estimulando o interesse pela criação de jogos e outras tecnologias interativas desde a infância e a adolescência.

Além disso, o Estado tem incluído o setor de jogos digitais em suas políticas de fomento. As edições de 2019 e 2023 do **Edital Prêmio Catarinense de Cinema** contemplaram **categorias específicas voltadas à Produção de Jogos Eletrônicos e à realização de Festivais de Games**, reforçando o reconhecimento institucional do segmento e incentivando tanto a produção independente quanto a difusão dessa linguagem no território catarinense.

ESTADOS SEM REGISTROS

Os estados de **Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Alagoas, Maranhão, Rio Grande do Norte, Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Roraima, Minas Gerais e Paraná não informaram ou não registraram** iniciativas específicas voltadas para o setor de games ou jogos digitais, nem outras inovações no audiovisual.

NATAL

O município de Natal apresenta um cenário crescente e dinâmico no setor de jogos digitais, reunindo pelo menos **uma dezena de empresas desenvolvedoras em atividade**. Parte delas integra o **PONG (Potiguar Indie Games)**, coletivo que desempenha papel significativo tanto na criação quanto na articulação do ecossistema local, participando de iniciativas como o **GO RN** e promovendo a visibilidade dos projetos potiguares. Apenas em 2024, foram apresentados ao público 33 jogos desenvolvidos no território municipal, evidenciando a vitalidade e a expansão do setor.

Entre as iniciativas de maior destaque está a **Massive Work Studio**, desenvolvedora fundada em Natal em 2016 e que hoje reúne profissionais distribuídos por diversas cidades do país. A empresa alcançou projeção internacional ao lançar **Dolmen**, jogo de temática épica e ambientação multiversal, considerado um marco para a indústria brasileira de games. Lançado no mercado global em maio de 2024, Dolmen inseriu oficialmente uma produção potiguar no circuito dos grandes lançamentos mundiais.

BELO HORIZONTE

O município de Belo Horizonte tem avançado de forma consistente na estruturação de políticas e programas voltados ao fortalecimento do setor de games, jogos digitais e inovações tecnológicas no audiovisual, reconhecendo sua importância como vetor estratégico da economia criativa e da indústria cultural local. Por meio do **programa BH nas Telas**, a Prefeitura amplia o suporte ao desenvolvimento de novas linguagens, formatos e tecnologias digitais, incentivando a produção interativa, o uso de inovação tecnológica e a experimentação artística alinhada às tendências contemporâneas do audiovisual.

Em 2023, uma pesquisa da Associação Mineira de Jogos (ACJOGOS-MG) identificou 17 empresas e instituições atuantes no segmento de games e inovação audiovisual em Belo Horizonte, das quais 15 estão formalmente constituídas e 2 em mantêm atuação informal. Esses dados demonstram a relevância e a expansão contínua do setor no município, reforçando a necessidade de políticas públicas permanentes para consolidar e fortalecer esse ecossistema ainda em crescimento e subdimensionado frente ao seu potencial.

Dessa forma, Belo Horizonte reafirma seu compromisso em fomentar não apenas o audiovisual tradicional, mas também as vertentes inovadoras e tecnológicas que impulsionam o setor, promovendo geração de emprego, renda e inserção competitiva no mercado global.

CURITIBA

No município de Curitiba, a principal iniciativa específica voltada ao fortalecimento do setor de games e jogos digitais é o **Estúdio Riachuelo, espaço público inédito gerido pela Fundação Cultural de Curitiba e dedicado às áreas de games, animação e audiovisual**. Trata-se de um equipamento estratégico que oferece infraestrutura qualificada, suporte técnico e ambiente de inovação para estimular o desenvolvimento local das indústrias criativas.

O Estúdio Riachuelo tem se consolidado como **um polo de fomento à produção de jogos na cidade**, não apenas por disponibilizar **espaços e equipamentos de alto nível**, mas também por promover ações de **capacitação e formação de profissionais especializados**. Entre essas ações, destaca-se o **Edital do Estúdio Riachuelo**, que oferece cursos de formação e qualificação em diversas áreas ligadas ao desenvolvimento de jogos, animação e audiovisual. Na segunda edição, o edital passou a incluir o fomento à produção de protótipos de games, ampliando o incentivo à criação prática e apoiando o surgimento de novos estúdios e projetos autorais no município.

Essas iniciativas representam um marco importante na política pública municipal de Curitiba para o fortalecimento do setor de games e da economia criativa.

LONDRINA

No município de Londrina, a principal iniciativa voltada ao fortalecimento do setor de games, inovação e economia criativa é o apoio à **Governança do Audiovisual de Londrina (LAVI)**, sucessora do Arranjo Produtivo Local (APL). A LAVI, que atua **em parceria com a Prefeitura, o Sebrae e a ACIL**, desempenha papel central no desenvolvimento do ecossistema local, promovendo o fortalecimento das empresas, a melhoria do ambiente de negócios e a articulação de toda a cadeia produtiva. Trata-se da ação mais relevante de desenvolvimento de negócios do setor no município.

Em 2024, Londrina sediou o **E-CRIA**, o primeiro evento de Economia Criativa e Inovação da região. O encontro teve como objetivo promover o desenvolvimento de novas experiências, fomentar negócios, incentivar a inclusão social e a sustentabilidade e difundir conhecimento sobre tendências e inovações no setor criativo. A programação

reuniu especialistas nacionais e internacionais em palestras e painéis que abordaram temas como regulação, games, animação, inteligência artificial, propriedade intelectual e o diálogo entre iniciativa privada e o poder público.

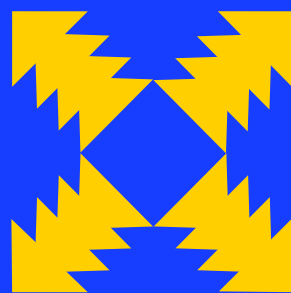
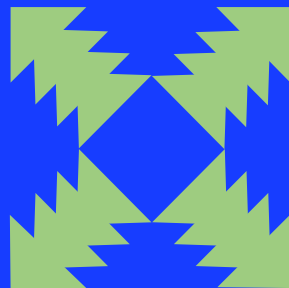
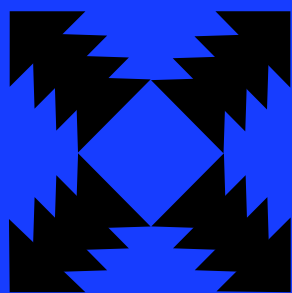
Essas iniciativas reforçam o compromisso do município em estimular a inovação e fortalecer o mercado local de criatividade e tecnologia.

MARINGÁ

Em Maringá, a principal iniciativa voltada ao setor de jogos digitais é o **Maringá + Games**, um **campeonato de e-sports** promovido pela Prefeitura, por meio da Secretaria de Juventude, Cidadania e Migrantes (Sejuc), em parceria com a Metanoia GG. A ação busca estimular a cultura dos jogos eletrônicos entre jovens, fortalecer o cenário local de e-sports e ampliar as oportunidades de participação e formação dentro do universo dos games.

MUNICÍPIOS SEM REGISTROS

Os municípios de **Campo Grande, Fortaleza, João Pessoa, Maceió, Recife, Salvador, Boa Vista, Macapá, Manaus, Palmas, Novo Hamburgo e Porto Alegre não informaram ou não registraram** iniciativas específicas voltadas para o setor de games ou jogos digitais, nem outras inovações no audiovisual.



DESENVOLVIMENTO OU FORMAÇÃO EM GAMES

O incentivo ao desenvolvimento de jogos digitais e à formação de profissionais da área reflete a atenção dos territórios a um segmento em rápida expansão dentro das indústrias criativas. Para compreender a atuação local nesse campo, os gestores foram convidados a descrever ações existentes em seus estados ou municípios relacionadas à capacitação, estímulo à criação de games ou apoio a iniciativas educativas e formativas. As informações fornecidas permitem identificar o nível de engajamento dos entes públicos com esse setor emergente, bem como observar esforços destinados a qualificar talentos, fortalecer ecossistemas de inovação e ampliar oportunidades para novos desenvolvedores.

ESTADOS

DISTRITO FEDERAL

Nos últimos seis anos, o Distrito Federal fomentou o setor de jogos eletrônicos por meio de **editais do Fundo de Apoio à Cultura – FAC Audiovisual**, que incluíram **linhas específicas voltadas ao desenvolvimento de games**. Entre 2019 e 2024, foram apoiados 20 projetos, com valores que variaram de R\$80.000,00 a R\$1.200.000,00 por iniciativa. Paralelamente, os editais também contemplaram propostas de formação e capacitação técnica na área, contribuindo para a qualificação de profissionais locais e para o fortalecimento do ecossistema de inovação e desenvolvimento de jogos no Distrito Federal.

GOIÁS

O estado de Goiás vem fortalecendo o setor de jogos eletrônicos e cultura digital por meio de diferentes mecanismos de fomento e incentivo. Em 2023, foi lançado o **Edital de Licitação / Modalidade Concurso – Fomento à Cultura Digital e Jogos (6/2023)**, do Fundo Cultural, voltado ao apoio a projetos de desenvolvimento de jogos, atividades de inovação digital e ações formativas relacionadas ao setor. A iniciativa ampliou as possibilidades de criação e experimentação tecnológica no estado, estimulando a produção local e a profissionalização de novos criadores.

Além disso, o **Programa Goyazes**, política de incentivo fiscal à cultura, também contempla projetos da área de jogos e cultura digital, permitindo que iniciativas do segmento acessem recursos por meio de renúncia fiscal e ampliem sua capacidade de realização e alcance.

No âmbito da **Lei Paulo Gustavo**, Goiás lançou o **Edital nº 5 – Produção Audiovisual** (Videoclipe, Videodança, Games), que incluiu uma linha específica destinada ao desenvolvimento de games. O edital abriu espaço para propostas de criação, prototipagem, experimentação e produção de jogos eletrônicos.

MATO GROSSO

O estado de Mato Grosso realizou, nos últimos anos, importantes investimentos voltados ao fomento do desenvolvimento de jogos eletrônicos. Em 2021, foi lançado o **Edital de Seleção Pública nº 09/2021/SECEL/MT – Jogos Eletrônicos (Games)**,



com **investimento total de R\$1.000.000,00**, proveniente de recursos próprios. O edital teve como objetivo selecionar projetos de desenvolvimento e produção de jogos para console, computador e dispositivos móveis, contemplando 5 projetos de tema livre, cada um apoiado com R\$70.000,00, e 5 projetos de caráter educacional, também com apoio de R\$70.000,00 por iniciativa.

Em 2024, no âmbito da **Política Nacional Aldir Blanc (PNAB)**, a SECEL/MT lançou o **Editais de Chamamento Público nº 23/2024 – PNAB Ciclo I**, com investimento total de R\$1.400.000,00 destinados ao setor. O edital estruturou uma linha específica para games na Categoria I – Games, voltada ao desenvolvimento de jogos eletrônicos para consoles, computadores e dispositivos móveis. Foram apoiados 10 projetos de demonstração jogável (demo), cada um contemplado com R\$50.000,00, e 5 projetos de jogo completo, com apoio individual de R\$100.000,00.

MATO GROSSO DO SUL

No Mato Grosso do Sul, o **fomento ao setor de jogos eletrônicos ocorreu no âmbito da Lei Paulo Gustavo**, cujo edital de audiovisual contemplou a criação de quatro projetos de games, fortalecendo a produção local e estimulando a atuação de desenvolvedores no estado.

ALAGOAS

Em Alagoas, o **fomento ao setor de jogos eletrônicos foi estruturado por meio de editais da Lei Paulo Gustavo (LPG) e da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB)**, ambos com recursos reservados especificamente para o desenvolvimento e a produção de games. No âmbito da PNAB, foram selecionados quatro projetos de desenvolvimento de jogos, cada um contemplado com R\$37.500,00. Já na LPG, foram apoiados quatro projetos de produção de games, com R\$100.000,00 destinados a cada iniciativa.

BAHIA

O Estado da Bahia lançou recentemente três importantes ações voltadas ao desenvolvimento de games, fortalecendo a presença do setor na política cultural baiana. A primeira iniciativa, realizada com **recursos da PNAB**, consistiu em um laboratório destinado ao desenvolvimento inicial de protótipos de softwares para execução em dispositivos eletrônicos portáteis (mobile), contemplando despesas com equipe, aquisição de softwares, tecnologias e demais recursos necessários ao processo criativo.



A segunda ação foi o edital **"METAVERSO NO 2 DE JULHO"**, que destinou R\$4.000.000,00 (quatro milhões de reais) para a produção de seis jogos educativos (serious games) em realidade virtual, abordando o 2 de Julho, data da consolidação da Independência do Brasil na Bahia.

A terceira iniciativa ocorreu em 2019, por meio do **Editai Setorial do Audiovisual**, no qual dois projetos da linha de games foram contemplados, totalizando um investimento de R\$345.000,00.

CEARÁ

O Estado do Ceará vem estruturando, de forma consistente, suas políticas de fomento ao setor de jogos digitais. Em 2023, foram **criadas as categorias "Criação de protótipos de games" e "Criação e produção de games independentes"** no **Editai de Apoio ao Audiovisual Cearense – Produções (Lei Paulo Gustavo)**, com investimento total de R\$1.000.000,00.

Em 2025, o estado avançou ainda mais com o lançamento do **Chamamento Público para Realização de Programa Hub de Jogos do Ceará (PNAB)**, que destinou R\$1.500.000,00 para ações de incubação, formação, aceleração, intercâmbio e promoção do ecossistema de jogos.

MARANHÃO

O **fomento ao desenvolvimento de games** no Estado do Maranhão, entre 2019 e 2024, ocorreu por meio do **Arranjo Regional 2019**, da **Lei Aldir Blanc (LAB 1 e 2)** e da **Lei Paulo Gustavo**. Foram lançados três editais voltados ao setor: o **Editai nº 07/2019 – 7º Editai Secma de Seleção de Projetos Audiovisuais do Maranhão**, que contemplou iniciativas relacionadas às linguagens digitais; o **Editai nº 06/2021 – UGCAC/SECMA – Conexão Games**, direcionado ao incentivo de projetos e ações para desenvolvimento de jogos eletrônicos; e o **Editai nº 21/2024 – Mais Audiovisual – Mais Games e Videomapping**, que ampliou as oportunidades de criação, inovação e produção de games no estado.

PARAÍBA

A Paraíba vem fortalecendo o fomento ao desenvolvimento de jogos digitais por meio de iniciativas específicas voltadas ao setor. Em 2024, a Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia lançou o **Editai nº 55/2024 – SECTIES/FAPESQ/PB**, destinado



à seleção de equipes para o **Circuito Game Dev Quest**, programa voltado ao desenvolvimento de jogos digitais. A ação incentiva a formação de equipes, a criação de protótipos e o aprimoramento de competências técnicas, contribuindo para a consolidação do ecossistema de games no estado.

PERNAMBUCO

Pernambuco, entre 2019 e 2024, fomentou o desenvolvimento de jogos eletrônicos por meio do **Funcultura Audiovisual**, que incluiu a **categoria de games voltada à criação de jogos** de pequeno porte com inovações tecnológicas, artísticas e/ou temáticas relacionadas a questões sociais e culturais contemporâneas. Nessa linha, foram apoiadas propostas de webgames, jogos para plataformas mobile, arte digital interativa, protótipos para projetos maiores e outras produções experimentais e autorais alinhadas ao cenário nacional de desenvolvimento de games.

Além disso, tanto no **Editais Funcultura Geral, na linguagem de Patrimônio Cultural (até 2024)**, quanto no **novo Edital Funcultura Patrimônio Cultural (a partir de 2025)**, há a **categoria “Criação de games ou aplicativos especializados em patrimônio cultural material e/ou imaterial”**. Por meio dessa categoria, é possível financiar jogos e outras ferramentas interativas, como visitas virtuais, voltadas à valorização e difusão do patrimônio cultural pernambucano. Entre os conteúdos já desenvolvidos com esse apoio, destaca-se o game **Guardiões da Justiça 1.0 – Museus de Pernambuco**.

RIO GRANDE DO NORTE

No Rio Grande do Norte, o fomento ao desenvolvimento de jogos eletrônicos no período recente ocorreu no **âmbito do Ciclo I da PNAB**. Dentro do Bloco III, foi lançado o **Editais de Fomento ao Audiovisual e Jogos Eletrônicos nº 10/2024**, voltado ao apoio a iniciativas da área de games. O edital destinou R\$50.000,00 por proposta e selecionou 8 projetos, contribuindo para o fortalecimento do ecossistema local de criação e inovação em jogos digitais.

SERGIPE

Em Sergipe, o fortalecimento do setor de jogos digitais tem avançado por meio de iniciativas voltadas à educação, cultura e inovação tecnológica, com destaque para ações que estimulam a formação profissional e o desenvolvimento de startups. No campo da qualificação, o **Instituto Federal de Sergipe – Campus Estância** desempenha papel

central ao lançar, em 2025, o **Curso Técnico Integrado em Jogos Digitais** e ao ofertar o **curso FIC de Desenvolvedor de Jogos Eletrônicos**, ampliando o acesso à formação em uma área em franca expansão.

Sergipe também se destaca como estado pioneiro na **implantação do PlayTech**, projeto-piloto do Sebrae Nacional voltado ao fortalecimento de empresas de tecnologia e de produção de jogos, estimulando a criação de novos negócios e acelerando a profissionalização do setor. O estado conta ainda com o apoio do **Programa Centelha**, que já impulsionou startups inovadoras atuando em áreas como realidade virtual e neuroengenharia.

Outro exemplo de iniciativa estruturante é a **Agro Game Jam**, realizada durante a feira SEALBA, que promove o desenvolvimento de jogos voltados ao agronegócio e estimula a integração entre tecnologia, economia criativa e setores produtivos tradicionais.

Atualmente, Sergipe tem intensificado o investimento no ecossistema de inovação digital, com foco na consolidação de um mercado que articule educação, cultura e tecnologia, fortalecendo a cadeia de valor dos jogos digitais no estado.

AMAPÁ

No Amapá, o **fomento ao setor de jogos digitais** avançou por meio da **Lei Paulo Gustavo**, que selecionou duas propostas voltadas ao desenvolvimento de protótipos de games. Essas iniciativas representam um passo importante para estimular a criação local, fortalecer a economia criativa e incentivar a entrada de novos profissionais no campo dos jogos eletrônicos no estado.

TOCANTINS

Nos últimos seis anos (2019–2024), o Estado do Tocantins fomentou o desenvolvimento de games por meio dos **editais da Lei Paulo Gustavo e da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB)**, reconhecendo os jogos eletrônicos como parte integrante do ecossistema audiovisual e como linguagem estratégica da economia criativa.

No âmbito da **Lei Paulo Gustavo, o Edital nº 03/2023 – Apoio à Produção Audiovisual** incluiu o desenvolvimento de jogos eletrônicos entre as categorias elegíveis, incentivando a criação de games autorais com temáticas culturais, artísticas ou educativas.

Já na **PNAB, os Editais nº 22 a 25/2024** contemplaram o audiovisual dentro da Categoria A – Linguagens Artísticas, Área 2 – Audiovisual, incluindo um módulo específico para a produção de games, com apoio financeiro de R\$30.000,00 por projeto.



Essa linha teve como objetivo fortalecer o desenvolvimento técnico e criativo de jogos digitais no estado, estimulando novas produções e ampliando a participação de criadores locais no setor.

ESPÍRITO SANTO

Nos últimos seis anos, o Espírito Santo vem fortalecendo o setor de games por meio de ações de formação, capacitação e incentivo direto à produção. Nesse período, houve apoio à **criação da Associação GameDev/ES, em parceria com o SEBRAE**, promovendo o associativismo e impulsionando a consolidação do ecossistema local. Além disso, foram realizadas trilhas formativas, encontros e articulações entre profissionais, coletivos e empresas, ampliando a qualificação técnica e a integração do setor. O segmento também foi contemplado com recursos de **editais do Funcultura, da Lei Aldir Blanc e da Lei Paulo Gustavo**, que incluíram linhas específicas para projetos de jogos digitais e cultura digital.

Entre as iniciativas específicas da Secult voltadas ao setor, destacam-se o **Edital de Games**, voltado ao desenvolvimento de jogos eletrônicos; o **Edital de Cultura Digital**, que incentiva projetos inovadores em arte e tecnologia; a **Trilha de Games do Hub ES+**, espaço dedicado à economia criativa e à inovação, com oferta de oficinas, laboratórios e ações de conexão com o setor tecnológico; e a parceria com o **SEBRAE e a Associação GameDev ES**, voltada à formação de profissionais e ao fortalecimento do ecossistema capixaba de jogos digitais.

PARANÁ

No Paraná, o fomento ao desenvolvimento de jogos eletrônicos se desenvolveu com o lançamento do **Edital de Produção e Desenvolvimento Audiovisual (01/2019)**, que incluiu uma **categoria específica para Jogos Eletrônicos**. Nessa edição, dois projetos de desenvolvimento de games foram selecionados. Contudo, entre os projetos contemplados, apenas um avançou para a fase de execução, evidenciando tanto o potencial quanto os desafios ainda presentes na consolidação do setor no estado.

RIO GRANDE DO SUL

No Rio Grande do Sul, o fomento ao desenvolvimento e à formação em games esteve presente no **EDITAL SEDAC nº 01/2022 – FAC Filma RS**, que destinou R\$ 12 milhões, por meio do Fundo de Apoio à Cultura (FAC) da Secretaria de Estado da Cultura

(SEDAC), incluindo **linhas específicas voltadas ao desenvolvimento de jogos eletrônicos**. Além disso, as ações do **Cluster Games RS** também contemplam iniciativas de fomento voltadas tanto ao desenvolvimento quanto à formação no setor, fortalecendo o ecossistema de jogos digitais no estado.

SANTA CATARINA

Em Santa Catarina, o fomento ao desenvolvimento de jogos eletrônicos inclui o **SC Games**, programa voltado à capacitação e sensibilização de crianças e jovens de 9 a 17 anos para o desenvolvimento e a atuação profissional no setor. A iniciativa oferece **aulas gratuitas de artes, programação e robótica**, contribuindo para a formação inicial de novos talentos e para o fortalecimento da cultura digital no estado.

ESTADOS SEM REGISTROS

Os estados do **Piauí, Acre, Amazonas, Pará, Roraima e Minas Gerais não informaram ou não registraram** dados relativos ao fomento ao desenvolvimento de games (jogos eletrônicos) e à formação na área nos últimos seis anos, entre 2019 e 2024.

MUNICÍPIOS

MACEIÓ

Em Maceió, o fomento ao desenvolvimento de jogos eletrônicos ocorreu por meio dos **editais da Lei Paulo Gustavo (LPG)**, que incluíram linhas específicas para apoio à criação e produção de games. Essas ações permitiram que iniciativas locais fossem contempladas com recursos voltados ao desenvolvimento técnico e criativo, fortalecendo o setor de jogos digitais no município.

SALVADOR

No município de Salvador, embora não tenha sido lançado um edital exclusivo para a área de games e jogos digitais, essa linguagem sempre esteve contemplada como passível de apoio nas chamadas públicas da Fundação Gregório de Mattos voltadas às artes e à cultura. Em 2023, no âmbito da **Lei Paulo Gustavo**, foi realizado o **Edital SalCine I**, com co-investimento da Prefeitura, que destinou uma faixa específica de financiamento para seis projetos de desenvolvimento de games. Na mesma edição, também foi apoiado um festival baiano de animação e games, voltado à difusão, formação de público e valorização do setor. Posteriormente, o **edital Gregórios**, na categoria de Festivais Calendarizados, garantiu apoio à continuidade do festival em sua edição seguinte, reforçando o compromisso da gestão municipal com o estímulo e a consolidação desse segmento em expansão.

NATAL

Em Natal, o fomento ao desenvolvimento de jogos eletrônicos nos últimos anos incluiu a realização de uma **Seleção Pública** para premiação de propostas criativas de tecnologia, cultura e inovação – **Edição Games**, promovida pela Fundação Cultural Capitanía das Artes (Funcarte). Além disso, o município ofertou o **I e o II Curso de Capacitação em Jogos e Gamificação**, realizados em 2019, 2021 e 2023 pelo Núcleo de Tecnologia Educacional, contribuindo para a formação de novos profissionais e para a ampliação das competências técnicas no setor.

MACAPÁ

No município de Macapá, o fomento ao desenvolvimento de jogos eletrônicos ocorreu por meio do **Editais 001/2025 – LPG de Audiovisual**, que destinou o valor total de R\$100.000,00 para a área. Desse montante, R\$50.000,00 foram reservados para a produção de jogos eletrônicos e R\$50.000,00 para o desenvolvimento, garantindo apoio tanto à criação inicial quanto ao aprimoramento de projetos digitais no município.

BOA VISTA

No município de Boa Vista, o fomento ao setor de jogos eletrônicos tem ocorrido por meio de editais direcionados ao audiovisual que incluem uma categoria exclusiva de financiamento e apoio para projetos de games.

BELO HORIZONTE

No município de Belo Horizonte, o fomento ao desenvolvimento de jogos eletrônicos tem sido realizado de forma contínua por meio do **edital BH nas Telas**, publicado anualmente desde 2019. O edital inclui uma **categoria específica dedicada a projetos do setor de games e jogos digitais**, assegurando apoio regular à criação e ao fortalecimento dessa área. Desde a sua implementação, cerca de 10 projetos foram contemplados, totalizando quase R\$600.000,00 em investimentos, o que evidencia o compromisso do município com a expansão do ecossistema de inovação e com o desenvolvimento de novas linguagens no campo do audiovisual.

CURITIBA

O município de Curitiba vem implementando ações significativas de fomento ao setor de games e à economia criativa. Em 2025, por meio da Fundação Cultural de Curitiba (FCC), inaugurou o **Estúdio Riachuelo**, um espaço público inédito dedicado à produção de games, animação e audiovisual, oferecendo infraestrutura profissional, capacitação e oportunidades para o desenvolvimento de projetos. Antes mesmo da inauguração do equipamento, em 2024, foi lançado o primeiro **Editais do Estúdio Riachuelo**, que contemplou cursos de formação, ações de qualificação profissional e, posteriormente, incluiu a categoria de apoio à produção de protótipos de games, ampliando o suporte ao setor desde as fases iniciais de criação.

Além das iniciativas diretamente vinculadas ao Estúdio Riachuelo, o município também vem estimulando o segmento de jogos eletrônicos por meio da **Lei Municipal**

de Incentivo à Cultura. Entre os projetos contemplados, destaca-se a “Jornada da Graciosa”, desenvolvido pelo estúdio Hoyt Hoy, viabilizado através do edital de Mecenato Subsidiado.

LONDRINA

No município de Londrina, entre 2019 e 2024, os **editais do PROMIC**, assim como os **editais da Lei Paulo Gustavo e da Política Nacional Aldir Blanc**, incluíram a possibilidade de inscrição e fomento para projetos dos setores de games e animação. Essas chamadas públicas permitiram que iniciativas nessas áreas pudessem concorrer a apoio financeiro.

MARINGÁ

Em Maringá, o fomento ao setor de jogos eletrônicos e à cultura digital tem avançado por meio de ações de formação e iniciativas voltadas à participação do público. A Agência Maringaense de Inovação oferece cursos de gamificação que contribuem para a capacitação técnica e a difusão de conhecimentos aplicados ao desenvolvimento de soluções criativas baseadas em jogos. Paralelamente, tanto o poder público quanto a iniciativa privada promovem campeonatos e eventos de games, estimulando o engajamento da comunidade e ampliando a visibilidade do setor no município.

PORTO ALEGRE

No município de Porto Alegre, o fomento ao setor de jogos eletrônicos ocorreu por meio da **Lei Paulo Gustavo**. A partir desse mecanismo, foram selecionados dois projetos destinados ao desenvolvimento de jogos digitais, fortalecendo a presença da linguagem de games no conjunto das políticas municipais de incentivo ao audiovisual.

NOVO HAMBURGO

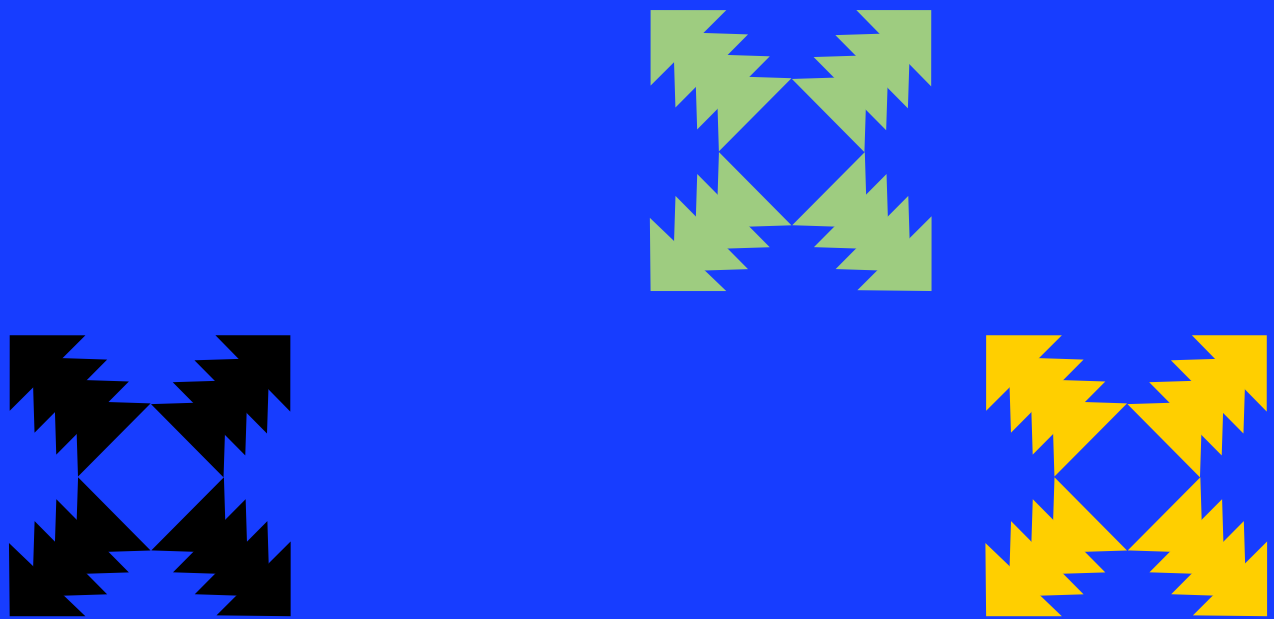
No município de Novo Hamburgo, o fomento ao desenvolvimento de jogos eletrônicos ocorreu por meio de parceria com a ANCINE, via Fundo Setorial do Audiovisual (FSA). Nesse contexto, a Secretaria da Cultura disponibilizou o Chamamento nº 13/2020 – Edital de Fomento à Produção de Jogos Eletrônicos, destinado à seleção de projetos para criação de games voltados à exploração comercial em consoles, computadores ou dispositivos móveis.



O edital contemplou quatro categorias de financiamento, voltadas especificamente para novos desenvolvedores, definidos como aqueles que tivessem, no máximo, um jogo eletrônico finalizado e lançado comercialmente, com participação na propriedade intelectual da obra. Das quatro vagas ofertadas, duas foram efetivamente preenchidas. Assim, dos R\$700.000,00 disponibilizados pelo edital, R\$400.000,00 foram repassados a agentes do audiovisual para a produção dos jogos selecionados.

MUNICÍPIOS SEM REGISTROS

Os municípios de **Campo Grande, Fortaleza, João Pessoa, Recife, Manaus e Palmas** não informaram ou não registraram dados relativos ao fomento ao desenvolvimento de games (jogos eletrônicos) e à formação na área nos últimos seis anos, entre 2019 e 2024.



EMPREENDEDORISMO E DESENVOLVIMENTO DE NEGÓCIOS

O apoio ao empreendedorismo e à estruturação de negócios criativos constitui um componente essencial para o fortalecimento econômico do setor. Para compreender como os territórios têm atuado nesse campo, os gestores foram convidados a descrever iniciativas existentes em seus estados ou municípios voltadas ao estímulo empresarial, à qualificação de empreendedores e ao desenvolvimento de ambientes favoráveis à criação e expansão de empreendimentos. As informações apresentadas permitem observar o grau de incentivo local à sustentabilidade econômica do setor, bem como identificar estratégias destinadas a ampliar a profissionalização e a competitividade das atividades criativas.

MATO GROSSO

No Estado de Mato Grosso, o empreendedorismo e o desenvolvimento de negócios no setor audiovisual foram impulsionados principalmente por duas iniciativas. A primeira é o **Programa de Aceleração MOVE_MT**, que apoiou projetos de negócios do audiovisual, incluindo iniciativas de impacto social. A segunda é o **Editais MT Criativo**, que teve quatro edições financiadas por **recursos da Lei Aldir Blanc, Lei Paulo Gustavo, PNAB e recursos próprios**, contemplando também propostas de negócios do audiovisual.

MATO GROSSO DO SUL

No Mato Grosso do Sul, as ações registradas demonstram um conjunto de oportunidades de formação, qualificação e estímulo ao desenvolvimento de competências fundamentais para a cadeia produtiva do audiovisual, conduzidas principalmente pelo MIS/MS e pela Fundação de Cultura de MS.

Entre as iniciativas recentes, destaca-se a **Oficina de Vídeo com Celular**, realizada em 2024, que ofereceu de forma gratuita conteúdos sobre criação e produção de vídeos utilizando dispositivos móveis, incluindo roteiro, storyboard, noções de corte, cores, áudio, edição e finalização, ampliando o acesso às ferramentas básicas de produção. Em continuidade ao esforço de capacitação, o MIS divulgou para maio de 2025 uma **oficina gratuita de animação**, reforçando a oferta de técnicas diversificadas para novos realizadores. O estado também registra a realização de **Seminários Estaduais de Audiovisual**, a exemplo do 1º Seminário Estadual promovido em 2016 durante a Semana do Cinema, que reuniu profissionais para palestras e trocas de experiências, fortalecendo redes e ampliando repertórios. Soma-se a isso o histórico de cursos básicos de fotografia digital, voltados a câmeras compactas e reflex, que fornecem fundamentos essenciais para o domínio da linguagem audiovisual, e iniciativas como a oficina de introdução ao audiovisual por meio de animação em stop motion, evidenciando a variedade de abordagens oferecidas.

No campo do fomento, a Fundação de Cultura mantém a abertura de editais voltados à seleção de ministrantes de oficinas para eventos como o **Campão Cultural**, contemplando atividades vinculadas ao audiovisual. Além disso, o mapeamento do audiovisual e cinema de Mato Grosso do Sul, realizado em 2022 pela Secretaria de Estado de Cultura e Cidadania em parceria com a Fundação de Cultura, busca

subsidiar a formulação de políticas públicas voltadas ao estímulo e à difusão do setor. Complementarmente, o **MIS promove exposições e mostras de cinema** que ampliam a formação de público e a vivência artística, como a **Mostra Cinema e Direitos Humanos** e mostras dedicadas ao cinema nacional. O histórico institucional ainda registra a oferta de oficinas relacionadas à imagem, como “Edição de Imagem Parte 2 – Montagem fotográfica e álbum”, realizada em 2016, que, embora não se enquadre estritamente no campo do audiovisual, contribui para o aprimoramento de habilidades visuais aplicáveis às etapas de criação e pós-produção.

Desse modo, o conjunto de ações evidencia um ecossistema que, mesmo com características formativas diversas, fortalece competências e cria condições favoráveis ao desenvolvimento do setor no estado.

BAHIA

O Governo do Estado da Bahia reconhece a importância de estruturar uma política consistente de empreendedorismo e desenvolvimento de negócios no setor audiovisual e, nos últimos anos, vem estreitando a **parceria com o SEBRAE-BA** para a realização de ações conjuntas. Embora ainda incipientes, algumas iniciativas já foram implementadas nos segmentos de jogos digitais e música, mas é nos laboratórios vinculados a eventos de mercado — como o **“Nordeste Lab”**, o **“DiaLAB”**, o **“PANLAB”**, entre outros, todos com recorrente apoio do Governo do Estado — que se evidencia o maior potencial para uma política mais efetiva de incentivo ao empreendedorismo no audiovisual.

Esses laboratórios se destacam por atuarem diretamente no desenvolvimento de projetos e na qualificação dos agentes para o mercado, criando um ambiente propício para resultados de curto prazo e aprendizagem aplicada, com foco na produção e na consolidação de propriedades intelectuais. No caso do “GAMES BA”, por exemplo, uma empresa experiente conduz uma trilha de aceleração para startups baianas, oferecendo mentorias voltadas à resolução de gargalos e obstáculos específicos dos projetos. Trata-se de um modelo amplamente utilizado internacionalmente, que, entretanto, exige que o laboratório tenha experiência e articulação sólida, o que reforça a necessidade de aprimorar continuamente as ações formativas para reconhecer a trajetória e a expertise dos profissionais envolvidos.

O **“PANLAB – Laboratório do Panorama Internacional Coisa de Cinema”**, criado em 2013, é um dos exemplos mais consolidados desse ecossistema. Surgiu com o propósito de ampliar espaços formativos diante do crescimento da produção cinematográfica na Bahia e no Brasil. Desde sua primeira edição, o PANLAB de Roteiro promove o intercâmbio entre roteiristas selecionados e consultores de ampla experiência,

contribuindo para o fortalecimento dos projetos antes da fase de produção. Em 2018, foi realizada a primeira edição do PANLAB de Montagem, voltada para obras em pós-produção. Ao longo de mais de dez anos, o PANLAB já contribuiu para o desenvolvimento de cerca de 150 projetos. Em 2024, o **Laboratório de Roteiro** chegou à sua 12ª edição, com consultorias de Eliseo Altunaga (Cuba), Iana Cossoy Paro (SP) e Aleksei Abib (SP), enquanto o Laboratório de Montagem realizou sua 7ª edição, tendo Joana Collier (RJ) como consultora.

Outro exemplo relevante é o **"Nordeste LAB"**, que, por meio de seu Laboratório Universitário, oferece formação para que projetos de curtas universitários das regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste avancem desde o desenvolvimento de roteiro até o desenho de produção, captação de recursos e, finalmente, apresentação de pitchings para bancas de mercado. Esse processo, além de qualificar estudantes e jovens realizadores, chancela os projetos e os insere em trajetórias de aceleração para viabilização de suas obras.

Essas iniciativas demonstram que o ambiente de laboratórios e aceleração tem sido um dos principais vetores de fortalecimento do empreendedorismo audiovisual na Bahia, apontando caminhos para a consolidação de uma política mais robusta e integrada no estado.

CEARÁ

O Estado do Ceará reúne um conjunto expressivo de iniciativas empreendedoras voltadas ao desenvolvimento de negócios no audiovisual, tanto interativo quanto não interativo, articulando formação, aceleração, mercado e internacionalização. Dentre essas ações, destacam-se iniciativas consolidadas e programas recentes que vêm fortalecendo o ecossistema local.

O **Laboratório Cena 15**, da Porto Iracema das Artes, criado em 2013, pelos cineastas Karim Aïnouz, Marcelo Gomes e Sérgio Machado, é uma das principais iniciativas de desenvolvimento de projetos no estado. O programa oferece formação imersiva para roteiros de longas-metragens e séries de ficção, com acompanhamento de tutores, oficinas especializadas e processos colaborativos de criação. O pitching de roteiros do Lab Cena 15 seleciona projetos em estágio avançado para apresentação a potenciais produtores, ampliando a visibilidade das obras e revelando novos talentos do cinema nacional.

O **Mercado Audiovisual do Nordeste (MAN)**, promovido desde 2015 pela Associação Cultural Cine Ceará, tornou-se uma das principais plataformas de negócios da Região CONNE (Norte, Nordeste e Centro-Oeste). Com duração de 3 a 4 dias, o evento reúne

produtores, cineastas, distribuidores, gestores e grandes players — como Warner Bros Discovery, Paramount, GloboPlay, Cartoon Network, entre outros — oferecendo painéis, workshops, oficinas e rodadas de negócios que aproximam projetos de longas e séries de empresas nacionais e internacionais. O MAN também mantém acesso gratuito para quem deseja conhecer o setor, ampliando sua dimensão formativa e de articulação profissional.

O **projeto O Nordeste é Coisa de Cinema**, lançado em 2025 e contemplado no **Editais de Apoio ao Audiovisual Cearense – Difusão (Lei Paulo Gustavo)**, amplia esse movimento ao criar uma rodada de negócios itinerante em parceria com o **Festival Tela Cariri**. Em sua primeira edição, percorreu os municípios de Crato, Juazeiro do Norte, Brejo Santo e Campos Sales, promovendo mais de 200 reuniões entre produtoras nordestinas e players como A2 Filmes, Globo Filmes, Canal Brasil, Canal Curta, Europa Filmes e plataformas como o UOL, fortalecendo o mercado regional e ampliando oportunidades de circulação.

No campo dos jogos digitais, o **5º Developers SEBRAE-CE** consolidou-se como o maior programa público de qualificação para a indústria de games do Brasil. Promovido pelo Sebrae Ceará em parceria com a Ascende Jogos, desde 2019, o programa alcançou sua 5ª edição em 2024, com mais de 2 mil CPFs participantes. A trilha formativa combina palestras, oficinas, consultorias e mentorias — presenciais e online — apoiando desde a concepção de ideias até a estruturação de estúdios e negócios. A 6ª edição, prevista para 2025, mantém o formato gratuito e imersivo, reforçando seu papel estruturante no ecossistema de games do estado.

Outra ação estratégica é o **Brazil Games Fast Travel**, iniciativa do **Projeto Setorial Brazil Games (Abragames + ApexBrasil)**. Em 2025, o programa realizou pela primeira vez uma ação de negócios fora de São Paulo, promovendo no Ceará oficinas, mentorias e rodadas que resultaram em mais de R\$8 milhões em negócios imediatos e previsão de R\$4 milhões adicionais até o fim do ano. A iniciativa demonstra não apenas o potencial do estado, mas também a descentralização dos processos de internacionalização do setor de jogos no Brasil.

Por fim, o Ceará vem fortalecendo sua presença global por meio de missões de negócios internacionais e ações coordenadas pelo Plano Setorial. Desde 2022, empresas e estúdios cearenses participam de eventos estratégicos no Brasil e no exterior, com destaque para a GamesCom LATAM, antiga BIG Festival, da qual o estado participa de forma ininterrupta, desde 2022. Essas missões também já contemplaram eventos como o Nordeste On (NEON), Campus Party, Web Summit Lisboa 2023 e Game Connection Europa 2023, ampliando redes de parceria, estimulando a internacionalização e consolidando a inserção do Ceará no mercado de audiovisual e jogos digitais.

PERNAMBUCO

O estado de Pernambuco tem estimulado iniciativas de empreendedorismo e desenvolvimento de negócios para o setor audiovisual por meio da Diretoria Geral de Promoção da Economia Criativa da Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco (Adepe). Entre as ações estruturantes voltadas ao fortalecimento da cadeia produtiva está a **Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Audiovisual**, órgão colegiado paritário que reúne profissionais, instituições e representantes do poder público para articular políticas de desenvolvimento, promover qualificação e incentivar inovação. A Câmara atua no apoio à formação de redes de negócios e no estímulo à economia criativa, contribuindo para a consolidação de um ambiente favorável ao crescimento do setor.

Uma das iniciativas mais recentes nesse ecossistema é a criação da **Pernambuco Film Commission**, que integra estratégias estaduais de cultura e economia criativa. Seus eixos de atuação, alinhados ao plano de governo, incluem estimular a produção e ampliar o acesso à cultura em todas as regiões; promover o empreendedorismo e a qualificação profissional, fortalecendo atividades, patrimônios e identidades; incentivar a geração de emprego e renda; capacitar produtores culturais para melhorar a gestão e a qualidade da mão de obra, inclusive com foco na exportação de produtos e serviços; e fortalecer as cadeias produtivas e o ecossistema da economia criativa, contemplando linguagens como cinema, música, artesanato e moda.

Entre as ações em fase de implantação, destaca-se a criação de um edital específico para apoiar a participação de empreendedores locais do cinema em feiras internacionais, reconhecendo o papel estratégico desses eventos na ampliação da visibilidade das produções pernambucanas, na atração de investimentos, na formação de parcerias e na abertura de novos mercados.

Além disso, o desenvolvimento de negócios no setor é impulsionado pelo **Funcultura Audiovisual**, que conta com uma linha dedicada à formação. Nessa linha, são priorizados temas estratégicos como produção executiva, negócios e financiamento no audiovisual, gestão de projetos e de empresas, comercialização, coprodução internacional, legislação e direitos autorais, contabilidade, marketing e novas mídias, qualificando profissionais e fortalecendo as bases técnicas e gerenciais do setor em Pernambuco.

AMAZONAS

O estado do Amazonas conta com o **Matapi – Mercado do Audiovisual**, iniciativa voltada ao empreendedorismo e à qualificação de realizadores do setor. O evento, promovido pela Leão do Norte Produções, tem como objetivo discutir o cenário audiovisual local e oferecer atividades de formação e capacitação, contribuindo para o desenvolvimento de negócios e para o fortalecimento do ecossistema audiovisual no estado.

TOCANTINS

O Estado do Tocantins estrutura suas ações de empreendedorismo cultural a partir do **Plano Estadual de Cultura**, que, em seus Eixos III, IV e VII, estabelece diretrizes para o fortalecimento da cadeia produtiva, incluindo o audiovisual. Entre as metas previstas, destacam-se o incentivo à formalização de empreendimentos culturais, a criação de cooperativas, o apoio a arranjos produtivos locais e o fomento à economia criativa, com foco na profissionalização, circulação e comercialização de produtos culturais. Essas iniciativas visam consolidar um ambiente favorável à sustentabilidade dos negócios criativos no estado.

No âmbito da **execução da PNAB**, o Tocantins também desenvolve ações direcionadas ao **fortalecimento de empresas e empreendedores do audiovisual**. O programa prevê um edital de apoio às micro e pequenas empresas do setor, com recursos destinados à aquisição de equipamentos, melhoria de infraestrutura e capital de giro, além de linhas orientadas à capacitação técnica e empreendedora.

ESPÍRITO SANTO

O Espírito Santo desenvolve iniciativas voltadas ao empreendedorismo e à formação de negócios no setor audiovisual, com destaque para o Hub ES+, espaço colaborativo de inovação e economia criativa que promove capacitações, mentorias, eventos de networking e aproximação com políticas públicas. O estado também mantém parcerias com o SEBRAE, que oferece consultorias, apoio à formalização e incentivo ao fortalecimento de empreendimentos criativos, além de disponibilizar recursos para projetos voltados ao desenvolvimento de negócios no audiovisual.

MINAS GERAIS

Em Minas Gerais, a principal iniciativa voltada ao empreendedorismo e ao desenvolvimento de negócios no setor audiovisual é a **MAX – Minas Gerais Audiovisual Expo**, realizada desde 2016. A MAX consolidou-se como o maior evento do estado e um dos mais relevantes do país dedicados ao mercado audiovisual. Seu principal destaque está na promoção de encontros entre produtores, exibidores, distribuidores e outros agentes da cadeia produtiva, além de debates sobre tendências, inovação e o futuro do setor. Reconhecida como o maior salão de negócios mineiro inteiramente voltado à indústria audiovisual, a MAX tem como objetivo fomentar a produção de conteúdo para mídia e entretenimento, ampliar a geração de negócios e fortalecer a competitividade dos empreendimentos do setor por meio de qualificação técnica e articulação de mercado.

PARANÁ

O Governo do Paraná, em parceria com instituições do setor, vem implementando ações para estimular o empreendedorismo, a inovação e o desenvolvimento de negócios no campo audiovisual. Entre essas iniciativas, destaca-se a **colaboração entre o SEBRAE/PR e a Paraná Film Commission**, voltada ao mapeamento e incentivo de oportunidades comerciais no setor, à oferta de capacitações para gestores públicos e privados, e ao fortalecimento do ambiente de negócios por meio de consultorias e articulação entre profissionais e empresas. Essa parceria também **estimula a criação de novas Film Commissions no estado**, ampliando a capacidade de atração de produções e investimentos.

Outra iniciativa relevante é o **Mercado do Cinema Independente (MECI)**, inaugurado em 2025 durante o **Festival Internacional Olhar de Cinema**, em Curitiba. Financiado pela Secretaria de Estado da Cultura, o MECI tem como objetivo ampliar as oportunidades de comercialização para filmes paranaenses, conectando realizadores a distribuidores, exibidores, canais de TV, plataformas e players nacionais e internacionais. A programação inclui rodadas de negócios, sessões de pitching e encontros profissionais, buscando impulsionar parcerias estratégicas e promover a circulação comercial das produções locais.

Complementando essas ações, o **Programa Paraná Festivais**, lançado em 2024, fortalece festivais culturais, incluindo os de cinema e audiovisual, como vetores da economia da cultura. O programa oferece apoio técnico, consultorias e mentorias em gestão, captação de recursos, marketing e estratégias de internacionalização, com o objetivo de profissionalizar os festivais, ampliar sua visibilidade e aumentar sua sustentabilidade. O Paraná Festivais reconhece que eventos bem estruturados geram clusters

de negócio, ao atrair turistas, movimentar serviços e criar mercado para conteúdos. Dessa forma, essa política complementa o fomento direto ao garantir que os produtos culturais encontrem espaços de exibição de qualidade em festivais fortalecidos, ampliando oportunidades de circulação e geração de renda no setor audiovisual.

RIO GRANDE DO SUL

O Estado do Rio Grande do Sul vem desenvolvendo, por meio do Instituto Estadual de Cinema (IECINE) e da Secretaria de Estado da Cultura (SEDAC), um conjunto de iniciativas destinadas a fortalecer o empreendedorismo, dinamizar a economia criativa e ampliar o ambiente de negócios do setor audiovisual. Esse conjunto de ações abrange desde formação e qualificação profissional até a criação de espaços de mercado que conectam produtoras, realizadores, distribuidores, players nacionais e internacionais e instituições parceiras.

Uma das ações de maior destaque é o **Conexões Gramado Film Market**, que integra a programação oficial do Festival de Cinema de Gramado. O Conexões se consolidou como um ambiente fundamental para o desenvolvimento de negócios no audiovisual gaúcho, reunindo realizadores, produtoras, agentes de vendas, distribuidores, canais de TV, plataformas de streaming, fundos de investimento e instituições do setor. O evento promove painéis temáticos, rodadas de negócios, mentorias, oficinas de qualificação, masterclasses e apresentações de projetos (pitchings), criando condições reais para o surgimento de parcerias e coproduções. Desde sua criação, os temas trabalhados incluem coprodução internacional, estratégias de distribuição, inteligência de dados, políticas públicas, processos de formação no audiovisual, modelos de negócios e novos comportamentos de consumo digital. A presença de representantes de países como Argentina, Uruguai, Colômbia, Espanha e França demonstra a vocação internacional do Conexões e reafirma o papel de Gramado como um dos principais pontos de encontro do mercado audiovisual sul-americano.

Além da atuação em eventos de mercado, o Estado investe na estruturação territorial da cadeia produtiva do audiovisual por meio do **Edital SEDAC/LPG nº 13/2023 – Ecossistema Regional de Audiovisual**, uma iniciativa inovadora que articula empresas do setor, instituições de ensino e agentes culturais locais. O edital busca fortalecer a produção, a circulação e a formação em audiovisual em diferentes regiões do estado, promovendo ações como mostras, cursos, oficinas, consultorias, laboratórios de criação e residências artísticas. A partir dos projetos financiados, foi possível mapear e mobilizar dezenas de produtoras distribuídas pelos territórios regionais, revelando um setor diversificado, dinâmico e com forte presença fora da capital.

Como resultado, foram constituídos nove ecossistemas regionais de audiovisual, articulados a partir de nove instituições de ensino superior ou técnico, envolvendo aproximadamente 350 empresas da cadeia produtiva. Essa rede inédita amplia a capacidade de organização e profissionalização do setor, fortalece talentos regionais, incentiva a criação de polos criativos e cria condições para o desenvolvimento econômico local por meio da cultura. Os ecossistemas também estimulam a circulação de obras, a formação de novas empresas, a geração de emprego e renda e o desenvolvimento de parcerias entre agentes culturais, educacionais e empresariais.

Ao investir simultaneamente em mercado, formação, descentralização territorial e articulação empresarial, o Rio Grande do Sul reafirma seu compromisso com o fortalecimento do audiovisual como setor estratégico da economia criativa.

ESTADOS SEM REGISTROS

O **Distrito Federal** e os estados de **Goiás, Alagoas, Maranhão, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Acre, Amapá, Pará, Roraima e Santa Catarina** não informaram ou não registraram iniciativas de empreendedorismo e desenvolvimento de negócios para o setor audiovisual.

MUNICÍPIOS

SALVADOR

O município de Salvador, por meio do **Eixo Negócios do programa SalCine**, vem estruturando ações voltadas ao fortalecimento do ecossistema de empreendedorismo e desenvolvimento de negócios do audiovisual. Entre 2023 e 2024, **foram investidos R\$1.410.000,00 em eventos estratégicos do setor na cidade**. Esse investimento foi orientado por um mapeamento prévio, que identificou iniciativas já consolidadas e reconhecidas pelo mercado. Com aporte direto de recursos, foi possível ampliar sua capacidade de atuação, fortalecer sua sustentabilidade e potencializar seu impacto na cadeia produtiva local.

Além do apoio às iniciativas tradicionais do audiovisual soteropolitano, a política buscou também atrair para Salvador dois eventos que historicamente ocorriam na região Sudeste, estratégia que visa posicionar a cidade como um ambiente de negócios robusto, e não apenas como cenário de produções. Essa movimentação amplia as oportunidades de circulação, formação de redes, captação de investimentos e geração de parcerias.

JOÃO PESSOA

O município de João Pessoa tem investido no fortalecimento do empreendedorismo e no desenvolvimento de negócios do setor audiovisual por meio de iniciativas que estimulam a articulação entre produtores locais e o mercado nacional e internacional. Entre essas ações, destaca-se o **Ambiente de Mercado**, criado para gerar oportunidades de negócios e promover a integração da cadeia produtiva do audiovisual da cidade. O evento viabiliza encontros diretos entre produtoras de conteúdo e diversos players do setor, criando um espaço estratégico para a formação de parcerias, ampliação de redes profissionais e avanço de projetos para etapas de financiamento, distribuição e coprodução. Em sua edição mais recente, o Ambiente de Mercado reuniu 20 players, incluindo plataformas como Netflix, Amazon e Globoplay, promoveu 170 rodadas de negócios e concedeu R\$45 mil em apoio financeiro e serviços a três projetos de longa-metragem selecionados no Laboratório de Produção Criativa.

Além disso, o município realiza o **Programa de Apoio à Participação de Profissionais do Setor Audiovisual no Ventana Sur – Mercado Audiovisual**, que incentiva a presença de produtoras e profissionais de João Pessoa no evento, o maior mercado de audiovisual da América Latina.

BELO HORIZONTE

O município de Belo Horizonte, **em parceria com instituições como o SEBRAE-MG e a Universo Produção LTDA**, desenvolve diversas iniciativas voltadas ao fortalecimento do setor audiovisual, estimulando o empreendedorismo e a consolidação de negócios criativos. Entre essas ações, destaca-se a **MAX – Minas Gerais Audiovisual Expo**, o maior evento do estado e um dos mais relevantes do Brasil dedicados ao mercado audiovisual. Realizada desde 2016, a MAX promove encontros entre produtores, exibidores e outros agentes da cadeia produtiva, além de debates sobre o futuro da indústria, configurando-se como o principal salão de negócios mineiro voltado à promoção de agentes econômicos do audiovisual. O evento busca fomentar a produção de conteúdo para mídia e entretenimento, ampliar a geração de negócios e aumentar a competitividade dos empreendimentos por meio da qualificação técnica.

Com o objetivo de projetar os trabalhos mineiros no mercado e atrair filmagens para a capital, a Prefeitura de Belo Horizonte, por meio da Secretaria Municipal de Cultura (SMC) e da Belo Horizonte Film Commission (BHFC), tem participado de forma estratégica da MAX. Nas edições de 2022 e 2023, a BHFC integrou o evento com um estande em parceria com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, patrocinadora das edições. Durante a programação, foram realizadas agendas com players e produtores, visando apresentar a política audiovisual da SMC e ampliar a presença de Belo Horizonte no cenário nacional.

Outra iniciativa de destaque é o **Brasil CineMundi – International Coproduction Meeting**, evento de mercado do cinema brasileiro realizado anualmente desde 2010, que chegou a 16ª edição em 2025 e conta com patrocínio da **BH Film Commission** desde 2023. Consolidado como uma plataforma de negócios e intercâmbio internacional, o **CineMundi** conecta projetos brasileiros de longa-metragem em desenvolvimento a agentes do mercado mundial, como produtores, distribuidores, programadores de festivais, plataformas de streaming, canais de TV e fundos de fomento. Integrado à programação da **Mostra CineBH – Festival Internacional de Cinema de Belo Horizonte**, o evento tem como foco ampliar a presença brasileira no mercado de coprodução, oferecendo laboratórios, mentorias, consultorias, rodadas de negócios, premiações e ações de difusão.

A edição de 2023 selecionou 50 projetos em cinco categorias, incluindo iniciativas como a **Foco Minas**, destinada exclusivamente a projetos mineiros, e a **Paradiso Multiplica**, em parceria com o Projeto Paradiso. Os selecionados participaram do **CineMundi Lab**, que oferece workshops de design de audiência, masterclasses, estudos de caso e debates. O **Brasil CineMundi** também mantém parcerias com instituições e fundos como Conecta (Chile), DocMontevideo (Uruguai), MAFF (Espanha) e World Cinema Fund (Alemanha), além de premiações concedidas por empresas nacionais e internacionais da cadeia audiovisual.



Sua programação organiza-se em quatro eixos principais: ações de mercado com impacto internacional; o CineMundi Lab, voltado à formação e capacitação técnica; ações de difusão e formação de público; e atividades de relacionamento e networking.

Conjuntamente, essas iniciativas demonstram o compromisso de Belo Horizonte com o desenvolvimento do setor audiovisual, promovendo sua inserção no mercado global, fortalecendo negócios locais e qualificando profissionais, consolidando a cidade como um importante polo da economia criativa no Brasil.

CURITIBA

O município de Curitiba conta com iniciativas importantes voltadas ao fortalecimento do empreendedorismo e da organização do setor audiovisual. Entre elas, destaca-se a atuação do **Sindicato de Produtoras de Audiovisual do Paraná (SIAPAR)**, que reúne empresas e profissionais do segmento, promovendo articulação setorial, defesa de interesses, qualificação e ambiente favorável ao desenvolvimento de negócios. Além disso, a cidade dispõe de uma **Film Commission ativa**, gerida pela Prefeitura Municipal, responsável por facilitar filmagens, atrair produções, criar oportunidades econômicas e fortalecer a cadeia produtiva local por meio da articulação com produtoras, empresas de serviços e agentes do mercado audiovisual.

LONDRINA

O município de Londrina desenvolve um conjunto consistente de iniciativas voltadas ao fortalecimento do empreendedorismo e da cadeia produtiva do audiovisual, com destaque para a **Governança do Audiovisual de Londrina (LAVI)**, sucessora do Arranjo Produtivo Local (APL). A LAVI, estruturada em parceria com a Prefeitura, o Sebrae e a Associação Comercial e Industrial de Londrina (ACIL), atua diretamente no fortalecimento das empresas, na melhoria do ambiente de negócios e na articulação entre agentes do setor, configurando-se como a principal ação de desenvolvimento de negócios do audiovisual na região.

O setor audiovisual de Londrina apresenta-se articulado e organizado há décadas. Em 1998, foi criado o **Núcleo de Cinema e Vídeo de Londrina**, que funcionou por três anos e, posteriormente, foi retomado em 2016 por empresas locais interessadas em reativar a articulação do setor. Dessa articulação surgiu o **Arranjo Produtivo Local do Audiovisual de Londrina e Região**, formalizado em 2017, sendo o primeiro APL do Paraná e um dos primeiros do Brasil dedicados ao segmento. Formado por entidades, instituições, órgãos públicos e produtoras, o APL consolidou uma rede colaborativa que impulsionou o desenvolvimento econômico e criativo do setor.



Atualmente, Londrina e região contam com cerca de 320 empresas relacionadas ao audiovisual, entre produtoras, prestadoras de serviços, empresas de infraestrutura e de exibição, segundo estimativa do Sebrae/PR, o que evidencia a dimensão e a relevância do ecossistema local.

Ainda em 2017, foi formalizado um **Acordo de Cooperação Técnica (ACT) entre a Prefeitura Municipal de Londrina e a Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura (SAv/MinC) para a implantação do Núcleo de Produção Audiovisual (NPD)**, concebido como um braço de formação e produção audiovisual regionalizada dentro das políticas públicas da SAv/MinC. Esse núcleo recebeu equipamentos de produção e edição audiovisual digital, funcionando sob um modelo de governança compartilhada e com um plano de trabalho voltado à formação e ao apoio à produção, incluindo oferta de cursos e empréstimo de equipamentos para produtores locais.

MARINGÁ

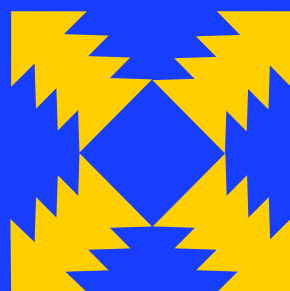
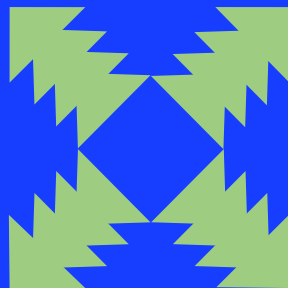
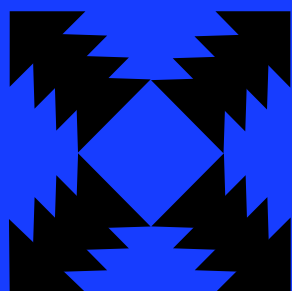
O município de Maringá desenvolve ações voltadas ao fortalecimento do empreendedorismo e da articulação profissional no setor audiovisual por meio do **MAVi – Maringá Audiovisual**. Trata-se de um movimento democrático que reúne produtores, diretores, roteiristas, atores, técnicos e demais profissionais da área, com o objetivo de estruturar, profissionalizar e consolidar o audiovisual como uma cadeia produtiva relevante no município. A iniciativa busca promover a integração entre agentes do setor, estimular práticas colaborativas e ampliar as oportunidades de desenvolvimento econômico e criativo no campo do cinema e do audiovisual em Maringá.

NOVO HAMBURGO

O município de Novo Hamburgo vem desenvolvendo ações voltadas ao fortalecimento do empreendedorismo e da cadeia produtiva do audiovisual por meio da **política Novo Hamburgo Polo Audiovisual**. Entre as iniciativas recentes, destaca-se a contratação, com recursos próprios da Secretaria de Cultura, de um agente do audiovisual local para a elaboração de um **estudo técnico voltado à produção de locações e à criação de um catálogo digital**. Esse catálogo reúne imagens e informações sobre as potencialidades do setor no município, mapeando oportunidades, identificando estruturas disponíveis e evidenciando os segmentos que compõem o ecossistema audiovisual de Novo Hamburgo. A iniciativa busca subsidiar futuros processos licitatórios, orientar estratégias de desenvolvimento e fortalecer as ações do Polo Audiovisual, contribuindo para a consolidação de um ambiente profissional favorável à geração de negócios e ao crescimento do setor.

MUNICÍPIOS SEM REGISTROS

Os municípios de **Campo Grande, Fortaleza, Maceió, Natal, Recife, Boa Vista, Macapá, Manaus, Palmas e Porto Alegre** não informaram ou não registraram iniciativas de empreendedorismo e desenvolvimento de negócios para o setor audiovisual.



OUTRAS INICIATIVAS

Além dos eixos tradicionalmente mapeados, alguns territórios desenvolvem ações complementares que ampliam a atuação pública no setor. Para captar essa diversidade, os gestores foram convidados a descrever iniciativas relacionadas ao audiovisual que não se enquadram nas categorias anteriores, permitindo reconhecer práticas específicas, arranjos locais e projetos inovadores. As informações reunidas revelam diferentes formas de atuação dos entes públicos e evidenciam a variedade de estratégias adotadas para fortalecer o campo em suas múltiplas dimensões.

ESTADOS

DISTRITO FEDERAL

O Distrito Federal desenvolve um conjunto de iniciativas estratégicas que fortalecem diferentes áreas do setor audiovisual, complementando as políticas de fomento e formação já existentes. Entre as ações de maior relevância, destacam-se três frentes estruturantes:

A **gestão compartilhada do Cine Brasília** foi implementada a partir do Edital de Chamamento Público nº 08/2024, lançado em fevereiro de 2024 pela Secretaria de Cultura e Economia Criativa. A seleção definiu uma Organização da Sociedade Civil responsável pela programação e pela gestão compartilhada do cinema por 36 meses, com orçamento de R\$ 2 milhões por ano, totalizando R\$ 6 milhões. A iniciativa abrange a composição de mostras, ações formativas, promoção da acessibilidade, preservação e manutenção do espaço, garantindo vitalidade ao principal equipamento público de exibição do DF. A gestão foi concedida à Box Cultural, que iniciou suas atividades em maio de 2024.

Outra ação estruturante é a **realização do Festival de Brasília do Cinema Brasileiro**, assegurada por meio de edital de chamamento público que prevê recursos de R\$9 milhões divididos entre 2024, 2025 e 2026, no valor de R\$3 milhões anuais. A parceria contínua com uma OSC permite planejamento antecipado, coerência curatorial, realização de rodadas de negócios, ações de formação e iniciativas de memória e difusão, fortalecendo um dos festivais mais importantes do país.

Por fim, o Distrito Federal mantém um **edital específico de apoio à realização de festivais, mostras audiovisuais e cineclubes**, voltado tanto à consolidação de eventos tradicionais quanto à criação ou retomada de cineclubes em diversas regiões administrativas. Com isso, a política audiovisual do DF reforça sua diretriz de **descentralização territorial, formação de público e promoção da diversidade** cultural no âmbito do audiovisual.

TOCANTINS

O Estado do Tocantins desenvolve um conjunto de iniciativas complementares que ampliam sua atuação no setor audiovisual, fortalecendo diferentes etapas da cadeia produtiva da cultura. Entre as ações em destaque, encontram-se o estímulo à formação técnica e artística por meio de oficinas, cursos e residências culturais, ofertadas



tanto no âmbito do Plano Estadual de Cultura quanto por meio dos editais da Lei Paulo Gustavo e da PNAB. Essas atividades abrangem diversas áreas, como roteiro, direção, produção, edição, montagem, som e atuação para audiovisual.

Outra frente importante é a descentralização das políticas culturais, assegurada por critérios de regionalização nos editais públicos, que promovem a participação de proponentes de diferentes microrregiões e ampliam o acesso aos recursos. Soma-se a isso o incentivo a intercâmbios e à circulação de obras, apoiando a participação de realizadores em mostras, festivais e feiras dentro e fora do estado, como forma de ampliar mercados e dar visibilidade às produções tocaninenses.

O Tocantins também tem fortalecido instâncias de governança cultural ao apoiar coletivos, fóruns e associações do setor audiovisual, promovendo maior representatividade e contribuindo para o aprimoramento das políticas públicas. Essas ações evidenciam o compromisso do estado com a consolidação de um ecossistema audiovisual dinâmico, inclusivo e sustentável, alinhado ao desenvolvimento territorial e à diversidade cultural.

ESPÍRITO SANTO

O Espírito Santo desenvolve um conjunto de iniciativas voltadas ao fortalecimento da economia criativa, incluindo ações específicas que beneficiam diretamente o setor audiovisual. Entre essas iniciativas, destaca-se a **Vitrine Criativa**, uma **plataforma de mapeamento e divulgação de profissionais e empreendimentos da economia criativa do estado**, que contribui para dar visibilidade ao ecossistema local e facilitar conexões entre produtores, realizadores e o mercado.

Outra ação relevante é o **Lab Conecta**, programa que **promove formações e capacitações diretamente nos territórios**, ampliando o acesso à qualificação técnica e estimulando o desenvolvimento de competências nas áreas de audiovisual, tecnologia e economia criativa. Complementando esse esforço, o **Observatório da Economia Criativa realiza pesquisas, diagnósticos e análises de dados sobre o setor**, em parceria com o Instituto Federal do Espírito Santo (IFES) e a Fapes (Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo), fornecendo informações estratégicas para o planejamento de políticas públicas.

O estado também mantém parcerias voltadas à **formação profissional**. Com o **Senac**, desenvolve a **Escola Criativa**, que oferece cursos direcionados à economia criativa, incluindo conteúdos e trilhas de formação relacionados ao audiovisual. Já a parceria com o Senai promove cursos técnicos e livres voltados à qualificação em áreas correlatas ao audiovisual, fortalecendo a base profissional e incentivando a inserção de novos talentos no setor.

PARANÁ

O Paraná conta com uma iniciativa **voltada à profissionalização e à empregabilidade no setor cultural**: a **Agência do Trabalhador da Cultura (ATC-PR)**. Lançada em novembro de 2021, a ATC-PR é o primeiro posto avançado da Agência do Trabalhador no Brasil dedicado exclusivamente à economia da cultura. A iniciativa resulta de uma parceria entre a Secretaria de Estado da Cultura (SEEC) e a Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda, com sede instalada na própria SEEC, em Curitiba.

A ATC-PR funciona como uma central de empregabilidade cultural, conectando profissionais — incluindo atores, técnicos, produtores, cenógrafos, figurinistas e demais trabalhadores do setor — a empresas, produtoras e projetos culturais com vagas disponíveis. No campo específico do audiovisual, a Agência tem desempenhado papel essencial ao facilitar a contratação de equipes para projetos apoiados pelos editais estaduais.

Produções contempladas por mecanismos como a **Lei Paulo Gustavo ou a PNAB** podem recorrer ao banco de talentos da ATC para selecionar profissionais como operadores de câmera, eletricitas, editores, técnicos de som, entre outros. Essa articulação garante maior agilidade às contratações, promove a circulação da mão de obra local e assegura que o investimento público seja revertido diretamente em geração de trabalho e renda no estado.

Com essa estrutura pioneira no país, o estado reforça seu compromisso com o desenvolvimento do setor audiovisual e com a consolidação de uma política pública sólida de valorização dos profissionais da cultura.

RIO GRANDE DO SUL

O Estado do Rio Grande do Sul desenvolve ações importantes de valorização, difusão e acompanhamento do setor audiovisual, entre as quais se destaca o **Observatório IECINE**. Produzido pela equipe do Instituto Estadual de Cinema (IECINE) e exibido quinzenalmente na TVE, emissora pública do estado, o programa dedica-se a registrar e analisar a produção audiovisual gaúcha.

Seu conteúdo abrange a cobertura de festivais e mostras realizadas no Rio Grande do Sul, o acompanhamento de projetos financiados pela Secretaria de Estado da Cultura/IECINE, além de entrevistas com profissionais do setor e debates sobre temas relevantes para o desenvolvimento do audiovisual local.

Os episódios do Observatório IECINE permanecem disponíveis no **canal oficial do IECINE no YouTube**, ampliando o acesso ao conteúdo e fortalecendo a memória audiovisual do estado.

SANTA CATARINA

O Estado de Santa Catarina conta com importantes iniciativas na área de formação superior em audiovisual, que contribuem diretamente para a qualificação profissional e o fortalecimento do setor. A **Universidade Federal de Santa Catarina** oferece **cursos de graduação em Cinema e em Animação**, enquanto a **Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL)** mantém o **curso de graduação em Cinema e Audiovisual**. Além disso, a **Faculdade Estácio de Sá** disponibiliza o **curso de Bacharelado em Cinema**. Essas formações ampliam o acesso ao ensino especializado e garantem a formação de novos profissionais que atuam em diferentes segmentos da cadeia audiovisual catarinense.

ESTADOS SEM REGISTROS

Os estados de **Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Roraima e Minas Gerais** não informaram ou não registraram iniciativas adicionais em outras áreas do setor audiovisual que não haviam sido especificadas anteriormente.

MUNICÍPIOS

SALVADOR

O município de Salvador tem avançado em iniciativas para o fortalecimento do setor audiovisual, com destaque para o projeto de implantação de um **parque de estúdios** no âmbito do programa **SalCine**. A proposta visa consolidar a cidade como um polo estratégico para produções locais, nacionais e internacionais, criando condições para a realização de projetos de grande porte e contribuindo para a transformação da realidade profissional do território onde o complexo será instalado.

O empreendimento está sendo estruturado como uma parceria público-privada (PPP), coordenada pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (SECULT) e pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Emprego e Renda (SEMDEC), a partir de uma Manifestação de Interesse Privado (MIP). O contrato terá vigência estimada de 30 anos, com investimentos projetados de R\$89,6 milhões.

O processo licitatório está previsto para 2026, com expectativa de início de operação dos primeiros estúdios em 2027. Ao todo, serão construídos oito estúdios, distribuídos em duas fases, sendo quatro na primeira etapa, com áreas variando entre 200 e 1.000 m². O complexo ainda incluirá escritórios, uma sala de cinema e uma escola de formação em audiovisual, estruturando um ambiente completo de produção, capacitação e geração de negócios na capital baiana.

BELO HORIZONTE

O município de Belo Horizonte avança de forma consistente na qualificação de suas políticas públicas para o setor audiovisual, e a **criação do Observatório do Audiovisual de Belo Horizonte** representa um marco fundamental nesse processo. Estruturado como uma plataforma permanente de coleta, sistematização, análise e difusão de dados sobre a atividade audiovisual no município, o Observatório consolida-se como um instrumento estratégico para o planejamento, a transparência e a avaliação contínua das ações culturais.

Com essa ferramenta, torna-se possível acompanhar de maneira precisa as dinâmicas da cadeia produtiva, subsidiando tanto a gestão pública quanto os profissionais e empreendimentos do setor. O Observatório democratiza o acesso à informação, incentiva o uso de indicadores culturais e fortalece uma tomada de decisão baseada em evidências, princípios essenciais para uma política cultural moderna, eficiente e inclusiva.

Integrado ao **Programa de Desenvolvimento do Audiovisual – BH nas Telas**, o Observatório funciona como base técnica e informacional de uma política que já apresenta resultados concretos no fortalecimento do ecossistema audiovisual local. Os dados produzidos até aqui indicam o crescimento da produção, a ampliação da profissionalização e a afirmação de uma identidade audiovisual conectada à diversidade cultural e territorial de Belo Horizonte.

Embora ainda existam desafios como o aprimoramento contínuo das metodologias de coleta e análise, o fortalecimento de parcerias e a ampliação do alcance dos estudos, o percurso já consolidado aponta para um cenário promissor. O Observatório se afirma não apenas como uma ferramenta técnica, mas como um instrumento de transformação, capaz de impulsionar de forma integrada o desenvolvimento cultural, econômico e social da cidade por meio da valorização e do fortalecimento do setor audiovisual.

CURITIBA

A **Cinemateca de Curitiba** desenvolve **ações formativas** por meio de cursos práticos de audiovisual, ofertados com o apoio dos **Núcleos de Produção Digital (NPDs)**, iniciativa originalmente criada pelo governo federal e que permanece ativa no município. Esses cursos contribuem para a qualificação técnica de realizadores locais, fortalecendo a formação profissional e ampliando o acesso a ferramentas e conhecimentos fundamentais para o desenvolvimento do setor audiovisual no município.

MUNICÍPIOS SEM REGISTROS

Os municípios de **Campo Grande, Fortaleza, João Pessoa, Maceió, Natal, Recife, Boa Vista, Macapá, Manaus, Palmas, Londrina, Maringá, Novo Hamburgo e Porto Alegre não informaram ou não registraram** iniciativas adicionais em outras áreas do setor audiovisual que não haviam sido especificadas anteriormente.

